

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO ANDRADE RIBEIRO

GEPOLÍTICA DA DIÁSPORA:
trabalho imigrante no curso da crise estrutural



SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE
JANEIRO DE 2025

BRUNO ANDRADE RIBEIRO

GEOPOLÍTICA DA DIÁSPORA: trabalho imigrante no curso da crise estrutural

Tese proposta ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos – Orientadora - interno (Programa de Pós-graduação em Geografia/UFS)

Prof. Dr. Lucas Gama Lima - Membro interno (Programa de Pós-graduação em Geografia/UFS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza – Membro externo ao Programa (Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFS)

Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues – Membro externo à IES (Instituto de Geografia/Unicamp)

Profa. Dra. Ana Melisa Pardo Montañó – Membro externo (Instituto de Geografia/UNAM-México)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R484g Ribeiro, Bruno Andrade
 Geopolítica da diáspora : trabalho imigrante no curso da crise
 estrutural / Bruno Andrade Ribeiro ; orientadora Josefa de Lisboa
 Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.
 353 f.: il.

 Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2025.

 1. Geografia. 2. Emigração e imigração. 3. Mobilidade
 ocupacional. 4. Geopolítica. 5. Capitalismo. I. Santos, Josefa de
 Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:32:314.15



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado
em Geografia de **Bruno Andrade Ribeiro**.


Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, com início às quatorze horas, realizou-se na sala 402, localizada na Didática VII, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Bruno Andrade Ribeiro**, intitulada: "GEOPOLÍTICA DA DIÁSPORA: Trabalho migrante no curso da crise estrutural". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Josefa de Lisboa Santos, que abriu a sessão pública e passou a palavra para o doutorando proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Marco Aurélio Dias de Souza, Ana Melisa Pardo Montañó, Arlete Moysés Rodrigues e Lucas Gama Lima arguíram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Josefa de Lisboa Santos, na condição de orientadora teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEP, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de janeiro de 2025.

Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Orientadora e presidente da banca

Documento assinado digitalmente
 JOSEFA DE LISBOA SANTOS
Data: 04/02/2025 23:21:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
Examinador externo

Documento assinado digitalmente
 MARCO AURELIO DIAS DE SOUZA
Data: 05/02/2025 09:21:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dra. Ana Melisa Pardo Montañó
Examinadora externa


Documento assinado digitalmente


Prof. Dra. Arlete Moysés Rodrigues
Examinadora externa

 ARLETE MOYSES RODRIGUES
Data: 06/02/2025 09:59:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Gama Lima
Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 LUCAS GAMA LIMA
Data: 05/02/2025 20:05:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Andrade Ribeiro
-Doutorando-

Documento assinado digitalmente
 BRUNO ANDRADE RIBEIRO
Data: 06/02/2025 10:56:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Resumo

O crescimento dos processos migratórios entre fronteiras é uma das fotografias da produção do espaço mais disseminadas nas últimas décadas. Sob os conceitos de imigração ou migração internacional, as imagens de homens, mulheres e crianças concentradas nas fronteiras dos Estados Unidos da América e da Europa marcaram o período pós-2008 como definidoras de um novo contexto de diáspora. Estranhos que batem à porta das decadentes estruturas de bem-estar social europeu e das benesses do câmbio internacional do dólar. As principais análises que despontaram sobre essa tendência imigratória pautou-se no conceito de crise migratória. Nela estão os condicionantes de uma produção da barbárie e da degradação social gestada pelos próprios grupos e caravanas de imigrantes, em um deslocamento teórico das determinações mais complexas que produzem as mobilizações entre fronteiras. A crise perde a substância que a conforma ao capital em sua fase mais antagônica e passa a ser interpretada como uma externalidade passível de uma solução. Sob a perspectiva de uma crise migratória se fundamentam políticas de controle internacional, que fomentam o militarismo e a manutenção do estado de degradação e negação ao assalariamento. É na crítica que posiciona as migrações internacionais na materialidade e nas transformações do mundo do trabalho que essa investigação se posiciona. As categorias centrais que ofereceram a sustentação da análise: crise, trabalho e espaço comprovam que a atual fase sistêmica determinada pela crise estrutural produz tendências a uma produção de excedentes populacionais em permanente mobilização. A crise é a desmedida do capital ao reproduzir as contradições expostas como barbárie no espaço. Os dados comprovaram o aumento no número de imigrantes em regiões que em décadas anteriores não se configuravam receptoras. As novas determinações do capital em crise, principalmente a partir de sua última reestruturação global, com a crise financeira de 2008 se combinam ao desenvolvimento desigual e combinado para gerar o que se optou por denominar como espaços da desmedida, além das fronteiras militarizadas, cidades e zonas metropolitanas onde se concentram processos de trâmite burocrático e de ajuda humanitária. Nas cidades de Aracaju, no Brasil e na Cidade do México, no México a realidade concreta de colombianos, venezuelanos, cubanos, equatorianos, haitianos, angolanos, nicaraguenses e hondurenhos foi justaposta ao exame da crítica, pelo crivo do materialismo histórico e dialético. A crise dissecou a geopolítica como controle internacional do trabalho, sob o peso imperialista e militarista que reordena a produção desigual do espaço. De igual forma, ela confrontou o conceito de diáspora ao compreendê-lo como mobilização, portanto, como uma das formas assumidas pela mobilidade do trabalho no espaço.

Palavras-chave: crise do capital, mobilidade do trabalho, imigração, precariedade, exército sobranete.

Resumen

El crecimiento de los procesos migratorios entre fronteras es una de las imágenes más difundidas de la producción del espacio en las últimas décadas. Bajo los conceptos de inmigración o migración internacional, las imágenes de hombres, mujeres y niños concentrados en las fronteras de los Estados Unidos y Europa han marcado el período posterior a 2008 como definitorio de un nuevo contexto de diáspora. Extraños que llaman a las puertas de las decadentes estructuras de bienestar social europeo y de los beneficios del cambio internacional del dólar. Los principales análisis sobre esta tendencia migratoria se han basado en el concepto de crisis migratoria. Este enfoque atribuye la producción de barbarie y degradación social a los propios grupos y caravanas de inmigrantes, desviando la atención de las determinaciones más complejas que generan las movilizaciones entre fronteras. La crisis pierde la sustancia que la vincula al capital en su fase más antagónica y pasa a ser interpretada como una externalidad susceptible de solución. Desde la perspectiva de una crisis migratoria se fundamentan políticas de control internacional que promueven el militarismo y la perpetuación de la degradación y la negación del empleo asalariado. Es en la crítica que posiciona las migraciones internacionales en la materialidad y las transformaciones del mundo del trabajo donde se ubica esta investigación. Las categorías centrales que sustentaron el análisis: crisis, trabajo y espacio, demuestran que la fase sistémica actual, determinada por la crisis estructural, genera tendencias hacia la producción de excedentes poblacionales en constante movilización. La crisis representa el desborde del capital al reproducir las contradicciones que se manifiestan como barbarie en el espacio. Los datos evidenciaron un aumento en el número de inmigrantes en regiones que, en décadas anteriores, no se consideraban receptoras. Las nuevas determinaciones del capital en crisis, especialmente a partir de su última reestructuración global con la crisis financiera de 2008, se combinan con el desarrollo desigual y combinado para generar lo que se ha denominado espacios del desborde: fronteras militarizadas, ciudades y zonas metropolitanas donde se concentran procesos de trámite burocrático y ayuda humanitaria. En las ciudades de Aracaju, en Brasil, y Ciudad de México, en México, la realidad concreta de colombianos, venezolanos, cubanos, ecuatorianos, haitianos, angoleños, nicaragüenses y hondureños fue analizada desde una perspectiva crítica, a través del materialismo histórico y dialéctico. La crisis diseccionó la geopolítica como un mecanismo de control internacional del trabajo, bajo el peso imperialista y militarista que reordena la producción desigual del espacio. Asimismo, confrontó el concepto de diáspora al entenderlo como movilización, y por ende, como una de las formas asumidas por la movilidad del trabajo en el espacio.

Palabras clave: crisis, movilidad del trabajo, inmigración, precariedad, ejército sobrante.

Résumé

La croissance des processus migratoires transfrontaliers est l'une des images les plus répandues de la production de l'espace au cours des dernières décennies. Sous les concepts d'immigration ou de migration internationale, les images d'hommes, de femmes et d'enfants regroupés aux frontières des États-Unis et de l'Europe ont marqué la période post-2008 comme révélatrice d'un nouveau contexte de diaspora. Des étrangers frappent aux portes des structures de protection sociale européennes déclinantes et des avantages du système monétaire international basé sur le dollar. Les principales analyses de cette tendance migratoire se sont appuyées sur le concept de crise migratoire. Ce cadre attribue la production de barbarie et de dégradation sociale aux groupes et caravanes de migrants eux-mêmes, en détournant l'attention des déterminations plus complexes qui sous-tendent les mobilisations transfrontalières. La crise perd sa substance liée au capital dans sa phase la plus antagonique et devient interprétée comme une externalité pouvant être résolue. Sous l'angle d'une crise migratoire, se fondent des politiques de contrôle international favorisant le militarisme et le maintien de la dégradation et du refus de l'emploi salarié. C'est dans la critique qui place les migrations internationales dans la matérialité et les transformations du monde du travail que s'inscrit cette recherche. Les catégories centrales qui ont soutenu l'analyse : crise, travail et espace, montrent que la phase systémique actuelle, déterminée par la crise structurelle, produit des tendances à la génération d'excédents de population en mobilisation permanente. La crise reflète le débordement du capital en reproduisant des contradictions qui apparaissent comme barbarie dans l'espace. Les données ont révélé une augmentation du nombre de migrants dans des régions qui, au cours des décennies précédentes, n'étaient pas des destinations réceptrices. Les nouvelles déterminations du capital en crise, notamment depuis sa dernière restructuration mondiale avec la crise financière de 2008, se combinent avec le développement inégal et combiné pour générer ce qui a été appelé des espaces de débordement : des frontières militarisées, des villes et des zones métropolitaines où se concentrent les processus administratifs et l'aide humanitaire. Dans les villes d'Aracaju, au Brésil, et de Mexico, au Mexique, la réalité concrète de Colombiens, Vénézuéliens, Cubains, Équatoriens, Haïtiens, Angolais, Nicaraguayens et Honduriens a été analysée sous un prisme critique, à travers le matérialisme historique et dialectique. La crise a disséqué la géopolitique comme un mécanisme de contrôle international du travail, sous le poids impérialiste et militariste qui réorganise la production inégale de l'espace. De même, elle a confronté le concept de diaspora en le comprenant comme une mobilisation, et donc comme l'une des formes prises par la mobilité du travail dans l'espace.

Mots-clés : crise, mobilité du travail, immigration, précarité, armée de réserve.

Lista de figuras

Figura 1 - Lugares de entrevista a imigrantes na CDMX/México, 2024	7
Figura 2 - Lugares de entrevista aos migrantes internacionais em Aracaju/Brasil, 2024	8
Figura 3 - Esquematização sobre a crise como contradição imanente ao capital.....	17
Figura 5 - Mundo: países com maiores contingentes absolutos de imigrantes, 2020	111
Figura 6 - Mundo: países com maiores contingentes absolutos de emigrantes, 2020	113
Figura 7 - Dados acumulados de imigração entre países, 2020.....	123
Figura 8 - Atividades com imigrantes, Paróquia de La Soledad, CDMX, 2024	160
Figura 9 - Mar Mediterrâneo, Europa, Google Earth.....	173
Figura 10 - Fronteira entre México e EUA, Google Earth.....	173
Figura 13 - Atividade com imigrantes, Paróquia de São Pedro Pescador, Aracaju/SE	193
Figura 14 - Atividade com mulheres imigrantes, Las Peñas, CDMX/MX	193
Figura 15 - Recortes de propagandas de incentivo à imigração para o Brasil, no início do século XX.....	199
Figura 16 – Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2000	225
Figura 17 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2010	226
Figura 18 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2014	229
Figura 19 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2019	231
Figura 20 – Local da apresentação dos resultados da atividade entre MPT, moradores de rua e imigrantes, no I.S.A, Aracaju/SE, 2024.....	245
Figura 21 - Atividade com migrantes no albergue Casa Tochan, CDMX/MX, 2024.....	249
Figura 22 - Local de trabalho do imigrante Maury, Aracaju/SE, 2024.....	252
Figura 23 - Pai e filho migrantes chegam à paróquia de La Soledad, CDMX/MX, 2024	255
Figura 24 - Visão externa da praça ao redor da paróquia de La Soledad: em primeiro plano estão os acampamentos de migrantes, CDMX/MX, 2024.....	257
Figura 25 - Bandeira da Venezuela produzida por criança migrante, paróquia de La Soledad, CDMX/MX, 2024	270
Figura 26 - Nacionalidades dos imigrantes identificados no albergue Constitución 1917, julho de 2024.....	273
Figura 27 - Nacionalidades dos imigrantes identificados no albergue Peñas, julho de 2024	273
Figura 28 - Paróquia de La Soledad, atividade com crianças guiada por membro da equipe de psiquiatria	279
Figura 29 - Autor da tese entrevista colaboradora do Albergue Casa Tochan, CDMX/MX, 2024.....	290

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Dados sobre migrações internacionais de alguns países do centro capitalista, 1950-2020.....	14
Gráfico 2 - Mundo: número de migrantes internacionais, 1990-2020	93
Gráfico 3 - Mundo: número absoluto de força de trabalho, 1991-2024.....	102
Gráfico 4 - Mundo: número absoluto de trabalhadores empregados, 1992-2024	102
Gráfico 5 - Mundo: percentual de empregabilidade em relação à força de trabalho total.....	103
Gráfico 6 - Mundo: número absoluto de trabalhadores desempregados, 1993-2024	103
Gráfico 7 - Regiões do mundo: número absoluto (em milhões) de trabalhadores desempregados, 1991-2024.....	106
Gráfico 8 - EUA – Gastos militares: 1790 a 1990.....	144
Gráfico 9 - EUA - Lucros do setor corporativo (1945-2021)	145
Gráfico 10 - Registro de entrada de imigrantes no Brasil, 1920-1945	211
Gráfico 11 - Registro de entrada de imigrantes no Brasil, 1945-1964	213
Gráfico 12 - Registro imigratório para o Brasil, 2000-2020.....	219
Gráfico 13 - Principais nacionalidades em Sergipe, Brasil, 2022.....	235
Gráfico 14 - Distribuição de imigrantes por gênero, Sergipe, Brasil, 2022.....	236
Gráfico 15 - Distribuição de imigrantes por idade, Sergipe, Brasil, 2022	237
Gráfico 16 - Distribuição de imigrantes por continente, Sergipe, Brasil, 2022.....	237
Gráfico 17 - Distribuição de imigrante por estado civil, Sergipe, Brasil, 2022	237
Gráfico 18 - Quantidade de migrantes nos albergues Peñas e Constitución 1917, julho de 2024.....	271

Lista de quadros

Quadro 1 - Crises e reordenamentos na mobilidade do trabalho imigrante.....	23
Quadro 2 - EUA: Principais legislações de controle imigratório.....	177

Lista de tabelas

Tabela 1 - EUA: entrada de imigrantes em números absolutos, 1820-1920.....	40
Tabela 2 - Mundo: dados absolutos sobre alguns indicadores sociais e laborais	56
Tabela 3 - Continentes: taxa de informalidade, 2018	57
Tabela 4 - Regiões do mundo: dados absolutos sobre pobreza no trabalho, 2022	108
Tabela 5 - Os 12 países com os maiores números absolutos de imigrantes, 2020	112
Tabela 6 - Os 12 países com os maiores números absolutos de emigrantes, 2020	113
Tabela 7 - Imigração para o Brasil, por nacionalidade, 1884-1959.....	197
Tabela 8 - Sergipe: ocupações laborais dos imigrantes, 2024	238
Tabela 9 - Relação das entrevistas realizadas na CDMX e em Sergipe (Aracaju e Lagarto), 2024.....	261
Tabela 10 - México: dados sobre salário-mínimo, 2018-2014.....	265
Tabela 11 - Dados absolutos de migrantes internacionais, México, 2020	266
Tabela 12 - Motivações para a decisão de migrar para o México, 2020.....	266
Tabela 13 - Mundo: Principais fluxos migratórios, origem, destino e quantidade, 2020	302
Tabela 14 - Países: dados gerais sobre população, trabalho, economia e migrações.....	307

Agradecimentos

Compartilho um sentimento que muitos dos meus colegas acadêmicos apontam no processo de escrita. Quando adentrei à seção III da tese, pensei em como desejamos que um texto, escrito com palavras rebuscadas, com conceitos e categorias que os trabalhadores em suas vidas reais nunca ouviram falar (mobilidade do trabalho, precariedade, reordenamentos territoriais, crise estrutural). Não há revolução proletária sem ciência revolucionária, mas ela não é condição substancial para haver revolução proletária. Questionei a validade da minha tese: ter um título? Ter valorização salarial e laboral? Ter reconhecimento acadêmico, para depois socializar os resultados com outros colegas ávidos para terminarem suas dissertações e teses? No mínimo, peço desculpas aos sujeitos pesquisados em suas relações sociais, por autorizarem serem transformados nestes conceitos, hipóteses e fundamentos. Expressos em suas vidas reais através das minhas palavras. O que existe nesse texto é uma imensa vontade de que haja superação das condições de exploração dos trabalhadores imigrantes, para que em algum futuro (se for possível) esta tese se torne memória de um modo de produção devastador.

Em “O conto da ilha desconhecida”, Saramago usa a metáfora sobre ser preciso sair da ilha para ver a ilha. O ofício do pesquisador e da elaboração da tese necessitou desse exercício. Quando reli meu texto de dissertação, sobre a condição camponesa e o espectro da informalidade, entendi que estava imerso em minha realidade de vida – povoados do agreste sergipano, relações de produção marcadas pela permanência e pela precariedade. Na tese direciono-me à mobilidade do trabalho imigrante, uma condição que não condiz com nenhuma relação social vivenciada em minha trajetória. A “saída” da “ilha” me permitiu vê-la.

No último ano, a possibilidade de afastamento combinada com a concessão de bolsa CAPES para Doutorado Sanduíche na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), possibilitou não somente o desenvolvimento teórico da investigação, através dos contatos com imigrantes do Equador, El Salvador, Venezuela, Colômbia e Angola, por exemplo, com histórias, por vezes, duras e que me exigiram a firmeza em não ultrapassar os limites de uma pesquisa de doutorado. Não foram poucos os momentos em que quis segurar as mãos daqueles homens e mulheres, dizer-lhes que no futuro, em algum momento de suas vidas, tudo melhoraria, tudo passaria e

poderíamos comemorar a vitória de uma alternativa justa de modelo de reprodução de vida. Não esquecerei de seus nomes, de suas rotas e geografias, de seus medos e verdades, das crianças cheias de curiosidade sobre o que eu fazia, com meu gravador e um computador em mãos. Ao fim, sou outro, do ponto de vista profissional, como pesquisador social, do ponto de vista humano. Existe uma inseparabilidade entre ambos. A verdade é que na ciência burguesa não existe espaço para igualdade, democracia e luta. Quando resolvo ouvir os trabalhadores e trabalhadoras despojados de suas condições mínimas de sobrevivência, degradados, cansados e ávidos por venderem suas forças de trabalho, mostrarem suas criatividade, luto dentro do capitalismo junto com aqueles que buscam a proposição de um mundo mais justo. Caminhar pelas ruas de Cidade do México, em um intenso contexto de eleições presidenciais, cuja temática sobre imigração tornou-se uma das principais pautas, me possibilitou entender, sob as contradições de uma sociedade historicamente marcada pela luta e pela afirmação pré-hispânica, a posição, as particularidades e as semelhanças com a inserção do Brasil no circuito internacional de imigração.

A importância de um teto todo nosso, como diria Virgínia Woolf foi fator essencial para que essa tese existisse, essa possibilidade veio junto ao companheirismo e amor, ao incentivo e preocupação. O afastamento integral e remunerado concedido pelo Instituto Federal Baiano combinou-se para essa realização.

O ato de agradecer é injusto, sob o risco do esquecimento, cito os que estiveram ao meu lado: a Jhon Macario, por ter sido muito além de um detalhe ou um momento. A Vanessa Dias, por segurar a mão, apontar caminhos teóricos e direcionar a tese. A Josefa Lisboa, pela persistência da orientação diante das intempéries. A banca de qualificação (Vanessa Dias e Sócrates Menezes) por sacudir as bases de uma tese que nem existia. Aos amigos dos distintos quadrantes da minha geografia pessoal: Joice Kelly, Patrícia Quirino, Thaynara Tavares, Mara Íris Barreto, Tiago Barreto, Beatriz Boza, Laura Urquiza, Miriane Fernandes, Ana Lima e Wilson Melo. Aos que conheci na estância de Doutorado Sanduíche e que se tornaram muito mais do que contatos esporádicos: Jonathan de la Cruz, Immit Meza, Perla Maria, Paola

Palacios e Massiel Alfonso. A Débora Belo, por apontar os caminhos de um processo terapêutico de autocompreensão. A Ana Melisa Pardo Montañó por possibilitar o intercâmbio necessário para me fazer ver o concreto para a análise dos resultados. Aos meus pais José Duque e Givalda de Andrade e irmãos, Bruna, Lucas, Sidnei e Jean e a história da minha vida que adquiriu novos contornos de existência durante a construção dessa tese.

A Coordenação do Programa de Pós-graduação, nos nomes das professoras Sônia Menezes e Ana Rocha, e aos professores que contribuíram para minha formação crítica e humana: Josefa, Ana, Vanessa, Marleide, Christiane, Alexandrina, Eraldo, Hinaldo, Oscar, Diana e Cristiano. A Jobson, por todo o apoio à frente da secretaria do PPGeo/UFS. A CAPES, pela concessão de bolsa nos meus primeiros dois anos de doutorado.

Al sonido de Movimiento, de Jorge Drexler, busqué las fuerzas imprescindibles que necesitaba para concluir este trabajo. ¿Cuánta vida cabe en una tesis? Me lo pregunto, del mismo modo en que me lo pregunté a lo largo de este camino metodológico, a veces difícil, agotador y lleno de retos. De la primera pregunta surgieron otras: ¿cuáles son las responsabilidades asumidas por una investigación social en el ámbito de la Geografía? ¿Hay esperanza en el futuro en lo que concierne a la realidad de los trabajadores extranjeros en todo el mundo? Para preguntas complejas no hay respuestas sencillas. Por el contrario, hay que caminar. El verbo en español tiene un sentido amplio: desde caminos que se dibujan en el suelo hasta caminos de lucha, distintos y particulares. Gracias a Perla, por la canción y el cariño durante mis meses en México. Ella misma, una mujer que caminó desde Nicaragua hacia México. Extiendo mis agradecimientos a su linda familia. En el camino de esta tesis, conocí muchas historias, desde Ecuador, pasando por Venezuela, México, Angola y Brasil. Por eso, agradezco a todos los que me las compartieron.

Sumário

Introdução.....	1
SEÇÃO I – CRISE E DIÁSPORA	13
Os fundamentos das crises na produção de diásporas	15
O desterro na lógica capitalista de acumulação.....	29
As crises e a mobilização de trabalhadores.....	41
A diáspora elevada a uma condição morfológica do sistema de controle do capital.....	56
SEÇÃO II – MOBILIDADE DO TRABALHO E MOBILIZAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO SOBRANTE OU SUPÉRFLUA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	65
As metamorfoses do sujeito que migra.....	66
A invendabilidade da força de trabalho desvalorizada no estágio atual do sociometabolismo do capital.....	81
Mobilidade do trabalho e imigração no fulcro da crise estrutural	83
Imigração da crise ou crise imigratória? No contexto de mundialização de trabalhadores supérfluos	94
SEÇÃO III – O CONTROLE INTERNACIONAL DO TRABALHO SOB A ÉGIDE DO ESTADO.....	126
Divisão Internacional do Trabalho e distribuição global de capital e trabalho	127
O complexo industrial militar estadunidense, “a guerra ao terror” para o controle da barbárie e do fundo público global.....	140
O controle da circulação internacional de força de trabalho	158
SEÇÃO IV – MOBILIDADE DO TRABALHO NA SEMIPERIFERIA DO CAPITALISMO.....	183
Migração e semiperiferia.....	187
Mobilidade do trabalho e acumulação de capital no Brasil	195
Brasil como novo destino migratório?	210
A geografia dos fluxos imigrantes no território brasileiro.....	224
SEÇÃO V – A DESMEDIDA (RE)VELADA NA PESQUISA DE CAMPO.....	233
Os excedentes supérfluos como condição permanente na semiperiferia do capitalismo.....	262
Conclusão.....	283

Referências	291
Apêndices.....	302
Anexos	327

Esto no es un viaje, esto es una lucha (Adriano, migrante venezolano)

Introdução

A tese ora apresentada partiu do questionamento sobre a existência de uma crise migratória nas fronteiras dos países centrais do capitalismo atual. A hipótese central era de que se exacerba uma mobilidade do trabalho como desdobramento da crise estrutural do capital produzindo novos ordenamentos na circulação e distribuição de força de trabalho. Com esse ponto de partida, a investigação se deparou com uma série de desafios para a constituição de uma tese que superasse o conceito de crise como externalidade, que surge na análise sobre migrações entre fronteiras, como principal escolha teórica dos estudos mais recentes. Estes descrevem os processos de concentração dos excedentes da superpopulação relativa como resultante de uma crise dissociada das contradições do plano da materialidade que se impõe no sistema em crise.

Por seu turno, chega-se à tese de que a crise estrutural do sistema sociometabólico do capital, desde a década de 1970, agudizou a produção de uma superpopulação relativa sobrando, inimpregável e móvel, submetida as mais profundas formas de precarização do trabalho. A mobilidade do trabalho desse precariado insere as migrações nas distintas escalas espaciais como processos relacionados à liberdade do capital para explorar o conjunto dos trabalhadores. Na transformação do servo e do aldeão em trabalhador livre está contida a substância que determina que as migrações sejam compreendidas como mobilizações de força de trabalho. As particularidades de cada uma, em seus respectivos contextos regionais e temporais, é o que as diferencia no conjunto mais geral. Dessa forma, a crise que se elege como sustentação de uma geopolítica da diáspora, é aquela que está contida e é inseparável da estrutura do capital. Ela determina os processos de migração a partir da sua fase de maior antagonismo histórico, produzindo o espaço como resultado dessa contradição e das demais que se manifestam como limites à própria continuidade da reprodução do capital.

Ao longo dos séculos que delimitam o domínio do sistema capitalista dos demais modos de produção, muitos foram os processos de mobilização nos limites de cada território nacional ou entre fronteiras. Na pesquisa em tela, demarca-se a

diáspora irlandesa como um dos exemplos de constituição do mercado capitalista, com a consolidação da grande indústria, a partir da exploração de força de trabalho imigrante. A tendência à mundialização dos imperativos do mercado também acompanha uma mundialização do proletariado e do seu exército de reserva. A lei geral da acumulação define essa expansão. Compreende-se que a desmedida como substância da crise também se conforma substância do capital. A desmedida é o conceito considerado para entender a condição do sistema de produção, através da medida do valor. O valor é medido pelo tempo de trabalho, mas para que ele se realize como mais-valor. A desmedida se realiza na incorporação desse excedente de valor como desenvolvimento técnico e, concomitante a esse processo, a desvalorização de valor quando se nega trabalho no aumento do desemprego crônico. A tendência à desmedida é parte inseparável dos seus imperativos e a multiplicação dos excedentes do exército industrial não é externa a ela. No despojamento do produtor dos seus meios de produção está a definição de mobilidade do trabalho concomitante às determinações da crise como desmedida.

Se nem todo movimento é uma mobilidade e nem todo fluxo é uma mobilização, onde se situam os distintos processos de migração internacional que demarcam a cartografia em fluxos entre regiões e continentes? Que relações podem ser estabelecidas entre crise e migração (em um plano mais abrangente, diáspora)?

A partir dessas perguntas, se constituíram os objetivos mais específicos da tese:

1. Analisar a intensificação de mobilizações entre fronteiras e a consequente produção de lugares da desmedida enquanto produtos da crise estrutural;
2. Entender as determinações da DIT na distribuição internacional dos excedentes de força do trabalho;
3. Discutir como os elementos que definem a desmedida (transformação do exército de reserva em exército sobranete, desemprego crônico, degradação de perspectivas de reprodução material) impulsionam mobilizações entre fronteiras (imigrações);
4. Relacionar os limites absolutos do desemprego crônico e da contradição entre capital transnacional e Estados nacionais ao endurecimento de políticas migratórias e ao militarismo como única alternativa à crise;

5. Refutar o conceito de crise migratória e do humanitarismo contido nele, posicionando-os como escolha metodológica que nega a crise como desmedida, e a compreende como externalidade a ser combatida;
6. Situar a posição dos recortes espaciais delimitados (Aracaju, no Brasil, Cidade do México, no México) no quadro mais geral das mobilizações internacionais.

O percurso de método encaminha definições categoriais e conceituais. É das contribuições de Gaudemar (1977) que se vale da diferenciação entre mobilidade do trabalho e mobilização do trabalho. Ambos aparecem em sua obra como definidores dos distintos contextos de formação do modo de produção capitalista: formação da mais-valia absoluta, mais-valia-relativa, manufatura, grande indústria. Cabe destacar nos limites dessa apresentação, a chamada dupla dimensão espacial da mobilidade do trabalho: “O trabalho constituído em força de trabalho por compra do capitalista, perde a sua autonomia. Funciona a partir de então ao serviço do capital. A força de trabalho conquista o espaço, pelo seu exercício, apenas para o uso do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 229).

A mobilidade do trabalho precede as distintas formas de mobilização: as migrações internacionais se colocam como uma dessas formas, cujas determinações não podem ser previstas. Nesse sentido, trabalha-se com tendências postas em curso pelo capital no quadro da crise estrutural, entendida como ponto máximo da desmedida. O aprofundamento das contradições sistêmicas também aprofundam a desmedida: desemprego crônico, devastação ecológica, negação do trabalho vivo na composição orgânica do capital, militarismo excedente, domínio do capital especulativo, subordinação dos países periféricos aos desígnios das reestruturações produtivas. Se a desmedida é o inverso da medida do valor, inseparável dela, a mundialização dos imperativos capitalistas como expansão da relação inaugurada pelo capital também é a mundialização da desmedida. A crise estrutural é a ausência da superação das barreiras e dos limites produzidos por esta desmedida.

Na discussão sobre crise estabelece-se um contraponto ao argumento de que a multiplicação dos fluxos migratórios nas fronteiras impulsionam as fotografias mais emblemáticas do capitalismo pós-2008, conforme Tonelo (2021). A crise está contida na estrutura basilar do que Marx (2017) definiu como valor de uso e valor de troca. Ela está na transformação da força de trabalho em valor de troca. Não é a sua utilidade

que define a medida, mas o tempo de exploração. A crise como avesso do capital possui particularidades espaciais e temporais definidas por suas tendências e contratendências. Ela não se apresenta na realidade de forma ordenada. Os momentos de sua máxima contradição, são também onde se expressam de modo mais destrutivo seus condicionantes para o mundo do trabalho. Para a fundamentação sobre a categoria crise, tomam-se de Marx (2017), Grespan (1994; 1996; 2007), Alves (2007; 2013), Mandel (1990), Mészáros (2011) e Coggiola (2010) os principais pressupostos teóricos. A crise não é migratória porque não são os sujeitos que produzem o estado permanente de precariedade, ela não se particulariza como dissociação de um crise mais ampla e universal, portanto, estrutural. São as condições postas pelo estágio do sistema produtivo que impõem inúmeras formas assumidas pela crise, inclusive no quadro das migrações internacionais. Na inversão do concreto como ponto de partida, entende-se que a migração, especificamente, a migração internacional (que pode aparecer no texto como imigração) é expressão máxima da produção de novas mobilizações de excedentes expropriados e em condições de precariedade social.

O questionamento sobre o título da tese e dos conceitos contidos: *geopolítica e diáspora* é um convite para se pensar essas reflexões introdutórias. A crise gesta ordenamentos no plano internacional que aprofundam relações de subordinação na divisão internacional do trabalho, para além de um conflito centro-periferia ou norte-sul. O título carrega a crítica ao unir dois conceitos que se disseminaram como centrais em dois campos da Geografia: geografia política e geografia da população, e depois no subtítulo, apontar a perspectiva levada a cabo pela investigação: trabalho imigrante no curso da crise estrutural. Quando a tese afirma que a diáspora foi elevada à condição morfológica ao próprio capital entende-se que as mobilizações internacionais desses excedentes negados pelo mercado de trabalho, expropriados por distintos contextos de violência, miséria e conflitos, não são questões contornáveis pelo sistema do capital, “crises humanitárias” ou “crises sociais” combatidas a partir dos organismos multilaterais.

Sob o viés da geopolítica se descortinam os conceitos que o real-concreto encaminha para esta análise: imperialismo, mercado mundial e DIT, a partir de Bukharin (1917; 1984), Wood (2014), Harvey (2011; 2013) e Fontes (2010; 2017).

A análise sobre migrações, diáspora e suas relações com o sistema capitalista se concentraram nos pressupostos de Engels (2010), Chacón e Davis (2008), Coggiola (2015), Kurz (2005), Heidemann (2004), Sorre (1955), Harvey (2013) e Martine (2005). Propositivamente, são mantidos esses dois conceitos como ponto de partida do projeto da tese, afirmados nos circuitos da autorreferência como atuais e geográficos, para no decorrer da investigação compreender determinações mais complexas da análise: a crise estrutural e o chamado contrapeso militarista do império do capital na definição e gestão de processos migratórios internacionais.

Para visitar experiências concretas partiu-se da cidade de Aracaju e da Cidade do México. Historicamente, a cidade de Aracaju e o estado de Sergipe não são destinos da migração internacional (tendo como entendimento, dados absolutos). A escrita do projeto inicial teve como principal desafio essa questão: como entender processos de migração internacional a partir de um recorte espacial que não possui um peso quantitativo para a investigação?

Com a possibilidade de um doutorado sanduíche¹ na Cidade do México, durante cinco meses, surgiram argumentos e hipóteses que ultrapassavam a compreensão de que a investigação deveria sustentar-se a partir do aspecto quantitativo dos fatos. Isso não significa que Aracaju não seja um lugar de estabelecimento de imigrantes de distintas nacionalidades. Os dados do SISMIGRA fundamentaram um considerável crescimento, principalmente de colombianos, venezuelanos e cubanos. O processo relativamente recente (posteriormente a 2019, de acordo com as entrevistas) e as condições relatadas de precariedade social foram mais importantes para fundamentar e delimitar a escolha desse campo de pesquisa. Em algum momento do exame analítico, a necessidade de reprodução material expressa pelos entrevistados nos dois lugares (Aracaju e CDMX), apesar de suas especificidades, se aproximam e se encontram na tese de que a crise estrutural exacerbava processos de mobilização internacional, as generaliza e aprofunda a precarização da vida.

O segundo recorte espacial definido pela interlocução constituída no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche, com o Instituto de Geografia, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), foi um momento de ganho extraordinário para

¹ Bolsa concedida pela CAPES/PDSE, entre abril e junho de 2024. O investigador estendeu sua estância até agosto, a partir de recursos próprios.

o estudo sobre imigrações. Residir na Cidade do México e experienciar os abrigos, o convívio com os sujeitos da pesquisa, imigrantes no México ou desejosos por realizar o sonho americano. As perguntas do questionário aplicado entre os migrantes entrevistados acompanham os objetivos geral e específicos estabelecidos pela investigação: desde os dados gerais e básicos, que incluem nome, idade, sexo, estado civil, se possuem filhos, as formas de reprodução nas travessias assim como as condições das travessias.

Para embasar os resultados, contou-se com o manuseio de programas de Tecnologia da Informação (TI), essenciais para a sistematização e desenvolvimento das questões centrais da tese (1. A intrínseca relação entre crise do capital e produção de diásporas; 2. A inversão do conceitual a partir da comprovação de que as mobilizações entre fronteiras não são produto de uma crise migratória, mas sim, migrações da crise estrutural; 3. O papel exercido pelo controle imigratório e por políticas de protecionismo, no acirramento da concorrência entre trabalhadores e na manutenção da precariedade social que marca a vida dos migrantes. Os programas utilizados foram SPSS, para a análise dos dados censitários sobre a população migrante no México; como técnica utilizada para transcrição das entrevistas, a pesquisa se valeu do software de transcrição instantânea, Transkriptor, em sua versão *premium*, que se adequa ao tamanho da amostragem e da extensão das respostas em cada entrevista, necessitando de revisões pontuais de linguagem.

Os mapas descrevem os lugares visitados na Cidade do México e em Sergipe, durante trabalhos de campo realizados entre abril e dezembro de 2024. Enquanto o campo de estudo responde à recente centralidade adquirida pela capital mexicana como espaço de imigração/emigração, para além das históricas regiões norte e sul do México, em suas respectivas fronteiras caracterizadas por um constante fluxo de mobilidade do trabalho imigrante (considera-se mobilidade do trabalho tanto os sujeitos em idade laboral, cujo objetivo em migrar está pautado na realização de suas condições materiais de vida, tanto seus filhos e aqueles que já saíram da idade laboral (+60). Também a posição de Sergipe nos fluxos migratórios recentes é de crescimento e configuração de novas dinâmicas de mobilização (de colombianos, venezuelanos e cubanos), não documentadas até a década de 2010.

A metodologia envolveu ainda a identificação de lugares de acolhimento e estadia dos sujeitos imigrantes, com a devida apresentação do investigador e sobre

os objetivos da investigação em questão. Na Paróquia, localizada em uma região central da Cidade do México, o fluxo constante de imigrantes somado ao trabalho de inúmeros pesquisadores e profissionais da saúde e da segurança pública, contribuíram para uma rápida inserção do investigador e o início da aplicação dos questionários. Nesse lugar se coletaram dados e informações entre maio e julho de 2024, tanto com membros voluntários da paróquia, quanto dos imigrantes de passagem. Tomou-se conhecimento da paróquia a partir de reportagem produzida pelo El País, sobre a atuação dos seus coordenadores desde antes da Pandemia de Covid-19 à frente do acolhimento da população imigrante, cada vez maior na cidade; principalmente, após 2018. Os demais lugares pesquisados foram identificados a partir de contatos e redes de integração, que envolveram a Caritas e o Instituto Agatha em Aracaju e o serviço de psiquiatria do governo local da Cidade do México.

No mapa abaixo (Figura 01) estão identificados os lugares de acolhimento aos migrantes que foram visitados na Cidade do México e onde a maior parte das entrevistas foram realizadas:

Figura 1 - Lugares de entrevista a imigrantes na CDMX/México, 2024

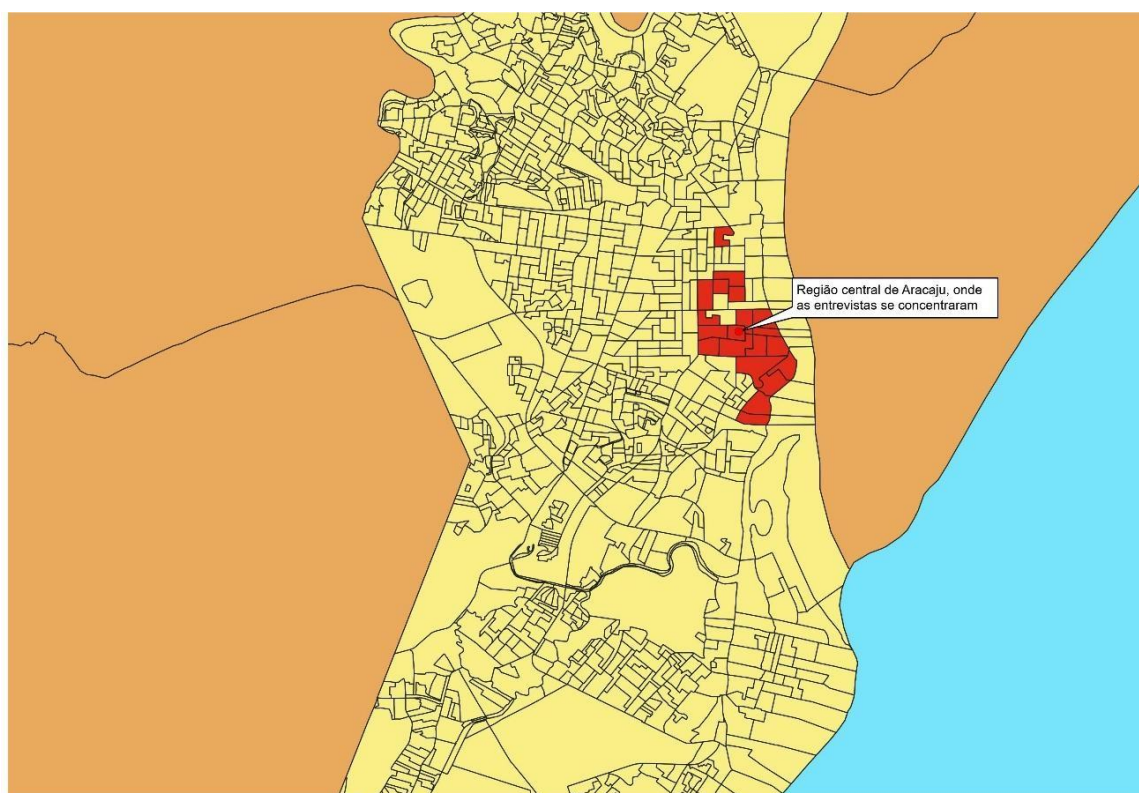


Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2024

Em todos os quatro lugares visitados na CDMX, recebeu-se assistência dos coordenadores de cada um deles. Na paróquia e nos albergues Constitución 1917 e Las Peñas, recebemos orientação da equipe de psiquiatria do Instituto Nacional de Psiquiatria Ramón de la Fuente e participou conjuntamente das atividades de atendimento em grupo dos migrantes.

As entrevistas em Aracaju (Figura 02) seguiram uma metodologia de busca de grupos de ajuda humanitária, que na cidade se concentra na Cáritas. Através da participação de uma atividade organizada na Paróquia de São Pedro Pescador, no Bairro Industrial, se pode entrar em contato com alguns dos sujeitos entrevistados:

Figura 2 - Lugares de entrevista aos migrantes internacionais em Aracaju/Brasil, 2024



Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2025

A dificuldade de acesso a muitos dos entrevistados justificou a realização de entrevistas de modo virtual, por meio do *Google Meet*.

As perguntas aos imigrantes seguiram uma estruturação, em um primeiro momento de questões introdutórias, de identificação dos entrevistados, sexo, idade,

estado civil, se possui ou não, filhos, localidade de nascimento e se vive com familiar e/ou grupo de familiares. Em um segundo momento, se introduziram um conjunto de perguntas dissertativas, onde o entrevistado foi instigado a compartilhar sobre o processo de imigração, motivações e objetivos, desafios do processo, se planeja imigrar para outro destino; além de questões específicas ao mundo do trabalho (se trabalha ou trabalhou nos últimos três meses; se trabalhava no país originário; quais as ocupações e a renda mensal aproximada). De modo geral, os entrevistados compreenderam todas as perguntas e as entrevistas foram realizadas em espanhol e em português.

As perguntas possibilitaram a produção estatística que serviu de interface e detalhamento sobre a amostragem geral de entrevistados.

Foram realizadas 34 entrevistas na CDMX, e 12 entrevistas em Aracaju) entre abril e dezembro de 2024, com aplicação de questionário contendo vinte e quatro perguntas, devidamente explicadas aos entrevistados; cada um dos mesmos foi instigado a responder de acordo com suas crenças, ideias e formações. Nenhum dos sujeitos foi forçado a participar da investigação, e todos os abordados foram escolhidos de modo aleatório, sem definição prévia de cor, raça, sexo ou idade. Eles tiveram a possibilidade de negar ou não participar da entrevista, com a devida opção de abandoná-la, e usá-la ou simplesmente não responder alguma pergunta por razões distintas. Antes da abordagem, o investigador introduziu o objetivo da entrevista, com o cuidado de se apresentar, direcionando o possível entrevistado a: responder perguntas sobre sua condição de ser imigrante no Brasil e no México, motivações, desafios, questões vinculadas ao trabalho, renda, xenofobia e travessia (o processo de migração desde seus países originários).

As entrevistas foram gravadas, informação esta que foi repassada para os entrevistados, explicando-os sobre o objetivo da técnica e os cuidados que seriam realizados, com a devida transcrição e posterior eliminação dos áudios. As transcrições são de uso exclusivo do investigador para fins científicos de pesquisa social, sem repasse indevido para terceiros.

Para fins estatísticos, os dados de escolaridade, nacionalidade, sexo, idade, estado civil, possui filhos ou não, emprego, renda mensal e ano de chegada no território mexicano foram repassados para planilha Excel e convertidos em gráficos.

Os trechos estão identificados pelo primeiro nome ou sem identificação, sob a justificativa de preservação da identidade do entrevistado.

No prosseguimento aos objetivos da tese, os dados em si não estão dissociados da análise qualitativa, que levou em consideração as principais categorias discutidas ao longo das seções: trabalho, espaço e crise; e os conceitos que se seguem ao exame analítico: mobilidade do trabalho, diáspora, militarismo e precariedade.

A posição do Brasil no contexto de circulação internacional de força de trabalho é compreendida sob os pressupostos dos teóricos da mobilidade do trabalho e da formação do mercado mundial (BUKHARIN, 1917; GAUDEMAR, 1977) e do processo de acumulação capitalista conformado a partir de 1930 no Brasil (FONTES, 2010; OLIVEIRA, 2003).

Toda e qualquer circulação internacional da força de trabalho que se propõe a ser analisada sob o materialismo histórico e dialético passa pelo crivo de que são produtos de um contexto inflexível do capital, marcado pela espoliação das camadas médias das classes trabalhadoras urbanas e pela generalização do pauperismo e da desrealização material, impulsionados pelo papel adquirido pelo militarismo para fase sistêmica atual (BRAGA, 2017; 2023). Para isso, é importante demarcar distintos contextos de reordenamentos na relação entre migração e formação do capital no Brasil e suas metamorfoses, a partir dos autores que se dedicam às análises sobre as transformações no cenário de inserção da população imigrante no país (BAENINGER, 2020; BAENINGER; DEMÉTRIO; FERNANDES, 2021; PÓVOA-NETO, 2023; VILLEN, 2018).

Fontes (2010) nos chama a atenção, quando aborda o papel das expropriações primárias e secundárias, para a importância na análise sobre os distintos processos de mobilização produzidas na atualidade e que não se dissociam de algo mais amplo e complexo. Para isso, alude às imigrações, sob o argumento da importância de cada tipo ou grupo de (i)migrantes, por país ou regiões, para uma leitura sustentada na totalidade das relações espaciais:

O mergulho na especificidade de cada caso – em geral, extremamente doloroso – e a percepção de sua complexidade não devem obscurecer o fato de que inúmeras especificidades similares vêm ocorrendo em todo o mundo e precisamos alcançar ambas as dimensões – a

compreensão de cada singularidade e a sua conexão com a totalidade do processo (FONTES, 2010, p. 52).

A tese encontra-se sistematizada em cinco seções:

Na primeira delas, **crise e diáspora**, estão as definições basilares da categoria crise considerada pela análise, compreendendo a relação entre medida do valor e desmedida e as formas expressas no espaço, com a diáspora elevada a uma condição inseparável do capital e do seu avesso (crise).

Na seção II, **mobilidade do trabalho e mobilização de força de trabalho sobrando ou supérflua no capitalismo contemporâneo**, parte-se do conceito de mobilidade em sua dupla liberdade: a liberdade atribuída ao ser humano vender sua força de trabalho e a liberdade do capital usufruir dela de acordo com seus imperativos. Se a mobilidade é o conteúdo essencial do trabalho, as formas assumidas pela mobilização são determinadas pelas distintas apropriações do trabalho pelo capital: desde a cooperação simples até a fase de maior contradição, na crise estrutural.

A seção III, **o controle internacional do trabalho sob a égide do Estado**, examina as políticas imigratórias no quadro mais amplo de controle do trabalho, demarcando as novas configurações do capitalismo global e as definições do militarismo excedente gestado no pós-guerra e perpetrado como alternativa do capital em crise.

A seção IV, **mobilidade do trabalho na semiperiferia do capitalismo**, destrincha as principais características da inserção do trabalhador imigrante nos países analisados (Brasil e México), contextualizando o caso brasileiro a partir das políticas de incentivo à imigração no final do século XIX até a fase atual, com um padrão polarizado definido pelas chamadas nacionalidades privilegiadas e pelas imigrações dos excedentes despojados de suas condições de realização material.

Os resultados na investigação da realidade concreta estão apresentados e discutidos na última seção, **a desmedida (re)velada na pesquisa de campo**.

Ao final do processo de construção da tese, entende-se que, em nenhuma das tentativas de análise sobre o trabalho imigrante, se poderia chegar a uma compreensão plausível com a realidade sem compreender a condição atual do capital: sua crise. “A crise é o momento em que as fissuras do sistema se abrem e as categorias do seu funcionamento se expõem à realidade em observação” (MENEZES,

2023, p. 368). Em uma perspectiva de Geografia autorreferenciada, por exemplo, essa categoria não é cogitada como necessária à interpretação do mundo. Afinal, confunde-se como conceito: capital passa a ser entendido como dinheiro ou, no máximo, troca.

Todo e qualquer processo de deslocamento populacional perde a condição da liberdade individual de movimento, para ser considerado sob o domínio do capital. A mobilidade do capital determina a mobilidade do trabalho. Desse modo, os processos migratórios (na tese, especificamente, as migrações entre fronteiras) são definidos e intensificados de acordo com as determinações do capital. Na crise, atingem-se limites absolutos que ameaçam o próprio sistema, e nesse contexto, a negação ao trabalho torna-se crônica, com a destruição das condições de reprodução social e diminuição das possibilidades de inserção do proletariado no mundo da mercadoria. No crescimento do excedente de trabalhadores, sem nenhuma perspectiva de utilização de suas forças de trabalho (uma superpopulação relativa formada por bilhões de seres humanos) estão as bases da mobilização entre fronteiras.

SEÇÃO I – CRISE E DIÁSPORA

No ano 2000 esse mundo velho será queimado por uma bola de fogo e depois só restará o dia do juízo [...]. Muitos pastos e poucos rastos. Poucas cabeças, muitos chapéus. Um só rebanho para um só pastor (Essa Terra, Antônio Torres).

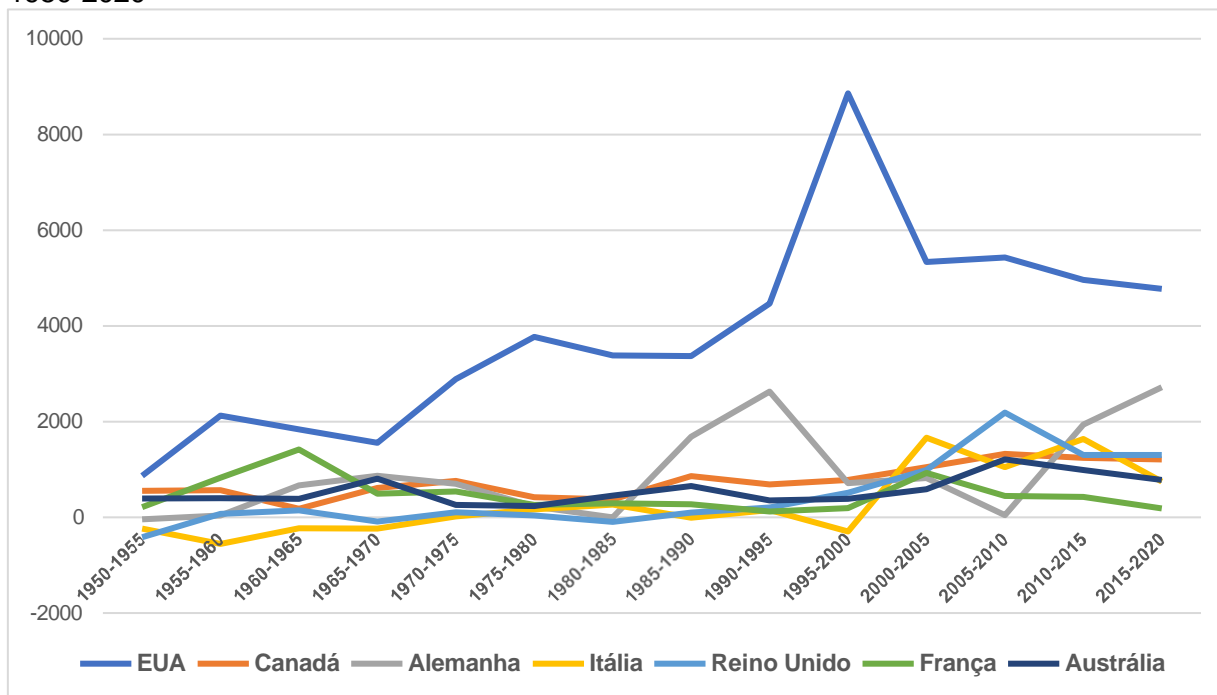
Em 14 de junho de 2023, o *Nexo Jornal* produziu um podcast com o título “Quais pressões que elevam deslocamentos forçados no mundo”, que serve como parâmetro para compreender o tema ao qual a tese se debruça. Ao mesmo tempo, desvela a consequência da desmedida sobre a mobilidade do trabalho, pautada na produção de múltiplas e maiores mobilizações configuradoras de diásporas. Na explanação dos dados e das perspectivas de aumento dos deslocamentos mundializados, o conceito de crise migratória é validado como fundamento para explicar as mortes de imigrantes no Mar Mediterrâneo. No dia destacado, uma embarcação naufragou na costa grega, com um total de 79 mortos², advindos do Egito, Síria e Paquistão, que se soma a outros casos noticiados nos principais periódicos globais, principalmente, a partir de 2015, considerado como um marco da intensificação dos processos diaspóricos diante de uma série de fatores: guerras e conflitos, crises econômicas, instabilidades políticas e problemas ambientais, por exemplo. As condições de desumanidade e os antagonismos gestados nos países mais almejados pelos imigrantes justificam o conceito de crise migratória, diante da necessidade protagonizada pelo debate público (meios jornalísticos televisivos, impressos e virtuais) e acadêmico de compreender as particularidades dessa intensificação das migrações entre países e continentes. Na tese que se delinea sob os pressupostos do materialismo histórico e dialético, defende-se o exame mais detalhado das inter-relações que imbricam o aumento das mobilizações de trabalhadores ao redor do mundo e a intensificação das contradições do sistema do capital sob o espectro da crise estrutural.

Um exame inicial sobre a base estatística do *Migration Policy Institute*, que se apropria dos dados da *UN Population Division* pode contribuir para dimensionar esse processo a partir de suas raízes históricas. Os dados estão dispostos através de intervalos temporais de cinco anos, desde o período posterior à Segunda Guerra

² O Jornal espanhol *El País* questionou: o Mediterrâneo se tornou um cemitério?

Mundial, entre 1950 e 1955 até os dados mais recentes, entre 2015 e 2020, para cada país (Gráfico 01):

Gráfico 1 - Dados sobre migrações internacionais de alguns países do centro capitalista, 1950-2020



Fonte: *Migration Policy Institute*, 2023

Bukharin (1917), em sua análise sobre a economia mundial e o imperialismo, argumenta que as migrações no sistema capitalista são, antes de qualquer interpretação, uma circulação de mão-de-obra. A migração no contexto da reprodução social do capitalismo é inseparável dos processos de desterro genéticos à consolidação do modo de produção. Ao levar em consideração esse argumento, a tese se distancia de uma interpretação centrada na crise das migrações ou crise migratória, e a insere no quadro interpretativo de uma outra fundamentação sobre a crise. De fato, a realidade como categoria analítica apreendida a partir das determinações do real-concreto aponta para o aumento das migrações de trabalhadores em escala intercontinental e entre fronteiras. Essa mobilização em massa, quando compreendida em suas mediações mais aparentes e imediatas podem facilmente ser analisadas em si mesmas, enquanto representações de uma “explosão migratória” ou de um “caos civilizatório” reprodutor de imagens de barbárie, como o

naufrágio em 2023 na costa grega. Todavia, se os dados apontam para uma tendência de aumento das imigrações desde o pós-segunda guerra e, mais fortemente, com a deflagração da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, exige-se a compreensão de determinações mais complexas que envolvem a relação entre a produção de diásporas e as crises capitalistas.

Os fundamentos das crises na produção de diásporas

O sistema orgânico do capital revela-se autoconstituente e irrefreável, exceto, por sua própria lógica de existência: suas contradições latentes, inextinguíveis.

O capital não segue um percurso linear de expansão, sem enfrentar barreiras e limites gestados por sua própria lógica. As bases das crises estão postas nesse movimento contraditório, pois enquanto imanência ao capital, não são externalidades suprimidas do sistema de controle e domínio. A crise é o avesso do capital e é a materialização da sua tendência à desmedida (GRESPLAN, 1994). Para Alves (2013) a última crise em que o sistema capitalista se encontra é definida como uma crise de valorização de valor³, diante de seu próprio metabolismo direcionado à produção exacerbada de riqueza abstrata e ao crescimento da produtividade do trabalho. Enquanto crise de valorização de valor, sua conformação implica em desvalorização do trabalho. Na distinção entre formas constitutivas e derivativas de valor, desvelam-se nas primeiras: o trabalho abstrato e a própria exploração atrelada ao trabalho produtivo; as formas derivativas de valor se vinculam ao chamado trabalho improdutivo, que não contribuem diretamente para a produção de valor, nem para a valorização. Nas duas existem os componentes que impactam as relações sociais sob o domínio do capital (ALVES, 2013).

O capital só se torna capital através da valorização do valor extraído do trabalho vivo. O excedente extraído da exploração da força de trabalho é medido pelo tempo necessário para que o capital se valorize, sendo essencial para a renovação do processo de acumulação. Através do excedente de produção, aumenta-se a composição orgânica do capital, com a incorporação de capital constante e a diminuição relativa do capital variável, ou seja, a substituição de trabalho vivo.

³ O valor consegue ser formado, mas não se realiza em suas etapas finais nas condições históricas do capitalismo mundial (ALVES, 2013).

De acordo com Grespan (1994), a medida é a razão da desmedida, porque o capital é dependente da substância trabalho e esse é o segredo a ser ocultado pela relação contraditória capital *versus* trabalho. Na incontrolabilidade de sua ordem sociometabólica, segundo Mészáros (2011), o capital nega o trabalho, e ao negar a única substância necessária à sua continuidade, nega a si enquanto sistema de controle. O aspecto ‘positivo’⁴ da medida (a quantidade de trabalho suficiente para a produção do mais-valor) torna-se ‘negativo’ na desmedida, traduzida na impossibilidade de realização do valor (GRESPLAN, 1994).

Fontes (2017) oferece contribuições para a análise sobre a substância da crise:

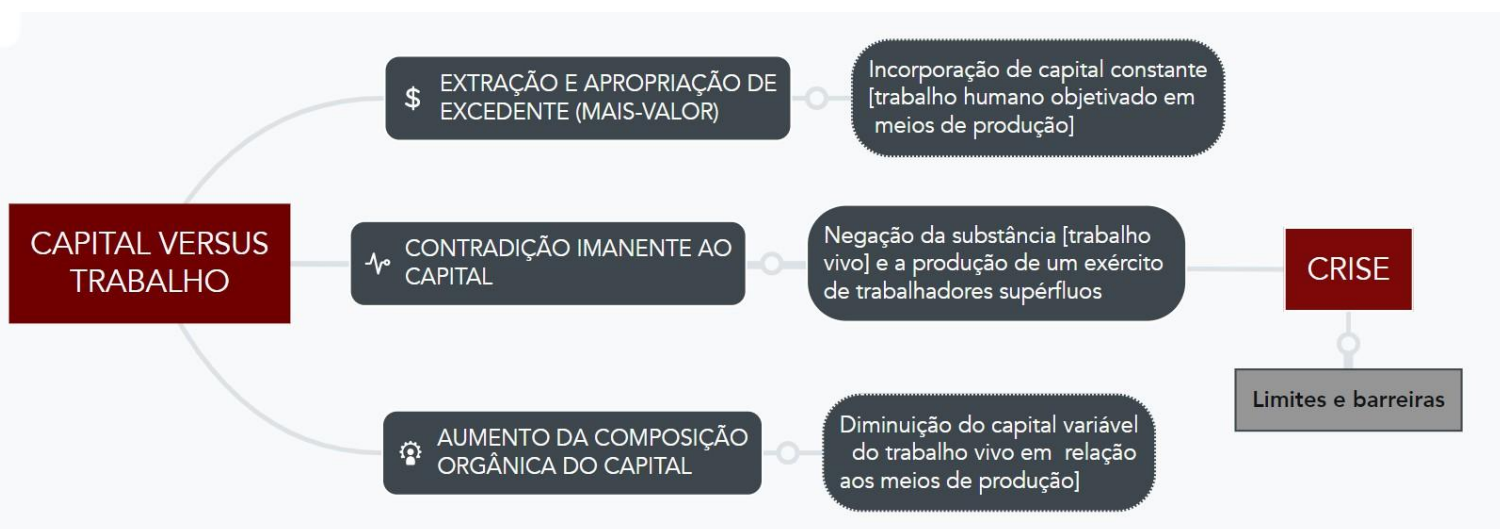
1. A superprodução (tendência à desmedida) como renovação da miséria, através da negação à vendabilidade formalizada, com o desemprego e a informalidade; 2. A concorrência entre capitais impulsiona a queda da taxa de lucro, tendo como resposta o aumento da composição orgânica, através da incorporação de trabalho morto; 3. A crise como destruição lucrativa, ou seja, enquanto indução às novas configurações geopolíticas, guerras e conflitos que impulsionam a indústria bélica e o fomento a um amplo segmento produtivo que perpassa a saúde, a informática, o geoprocessamento e a bioengenharia; 4. A crise como ruptura metabólica entre o ser humano e a natureza diante da devastação ecológica⁵; e, por fim, 5. A crise como impedimento de lutas internacionais comuns entre os trabalhadores, através da renovação das xenofobias (expressão máxima da concorrência entre trabalhadores).

Apesar de delimitar a crise em um lado oposto à contradição capital x trabalho, ressalta-se que é na negação do trabalho que está contida a crise, enquanto contradição imanente ao capital. O aumento da composição orgânica, possibilitado pela produtividade do trabalho, desdobra-se em diminuição de trabalho vivo. No cerne da contradição capital x trabalho está a negação de sua substância e a produção de trabalhadores supérfluos, dissertados por Marx (2017) na lei geral da acumulação capitalista, conforme a esquematização abaixo (Figura 3):

⁴ O aspecto positivo refere-se ao acréscimo de mais-valor contido na subsunção do trabalho ao capital (medida). Dialeticamente, esse processo contém em si, o aspecto negativo, pois a medida tende à desmedida.

⁵ Um dos limites absolutos do capital, apontados e fundamentados por Mészáros (2011).

Figura 3 - Esquematisação sobre a crise como contradição imanente ao capital



Elaboração: Ribeiro (2023)

O fundamento da crise é a oposição entre o capital e o trabalho:

O capital afirma a força de trabalho como momento nele incluído e, por outro lado, a nega e exclui enquanto possível todo; ao afirmar e negar simultaneamente a fonte do valor, a partir do qual ele mesmo se forma e define, o capital se contradiz justamente por sua tendência a se constituir em totalidade exclusiva que preside o conjunto das relações econômicas (GRESPLAN, 1994, pp. 14-15).

Nesse movimento, aprofunda-se a contradição imanente, que não significa somente excesso de mercadorias, mas impossibilidade de acumulação. Ou seja, é o ponto em que a valorização de valor ocasiona queda na taxa de lucro e o sistema perde com seus ganhos produtivos⁶ (GRESPLAN, 1994).

As consequências da crise para o proletariado acompanham o processo de desvalorização do valor, contida na impossibilidade da acumulação. Desvaloriza-se força de trabalho, ateadas às incertezas do desemprego e subemprego, aumentando as fileiras da superpopulação relativa.

⁶ Nem toda a crise se manifesta com as mesmas características no espaço-tempo do sistema de controle do capital, ao mesmo tempo em que os modos de enfrentamento do capital em relação a cada uma delas também se diferenciam. Os empecilhos para a acumulação de capital são ora vistos como barreiras, ora como limites ao seu movimento.

Sob os pressupostos marxianos da Lei Geral de Acumulação, o proletariado cresce mais rápido do que a valorização do capital (MARX, 2017). Quanto maior a produtividade e a riqueza social produzida a partir da extração de mais-valor, maior é a quantidade de trabalhadores explorados pelo capital: “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2017, p. 690).

Quando se discorre sobre a diminuição do capital variável como tendência do capital à queda da taxa de lucro, não se trata de uma simples relação de diminuição do número de trabalhadores. As bases da lei geral de acumulação de capital encontram-se no decréscimo absoluto da demanda do trabalho e na produção progressiva da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva: “Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor” (MARX, 2017, p. 705).

Enquanto a parcela constante do capital se expande em uma proporção superior à variável, o capital produz uma população trabalhadora excedente à necessidade de valorização. A análise em Marx (2017) parte da consolidação da indústria moderna, com a transformação da manufatura em grande indústria. Desse modo, o exército industrial de reserva era funcional ao processo de acumulação, ao se colocar sempre disponível para a parcela variável do capital:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital (MARX, 2017, p. 711).

O acirramento da concorrência entre a população ocupada e as parcelas desempregadas pressionaram pelo rebaixamento dos salários e pela diminuição dos mecanismos de fortalecimento do proletariado.

Todavia, se a tendência do capital é expandir-se incontrolavelmente, o proletariado torna-se classe mundial nessa desmedida. A consolidação do sistema de controle de apropriação de excedente de trabalho multiplica tanto os que são absorvidos enquanto capital variável, quanto as fileiras da superpopulação relativa. A negação do trabalho contida no aumento da composição orgânica do capital aumenta em proporções cada vez maiores essa mesma superpopulação, descritas em Marx

(2017) como estagnada, latente e flutuante⁷. O capital inclui o trabalho como um momento no processo de acumulação e o nega como totalidade. O excedente produzido é incrementado à técnica, cuja proporção aumenta em relação à massa de trabalho. Produz-se de modo contínuo uma população excedente em estado de perpétua mobilização, em busca de vendabilidade para sua força de trabalho. Na condição de *perpetuo mobile*, o contingente de trabalhadores é forçado em direção aos espaços de concentração de capital. O capital vai ao trabalho e o trabalho vai ao capital, segundo Harvey (2011), pois a acumulação demanda a disponibilidade de reservas suficientes de força de trabalho. Os movimentos migratórios, nesse sentido, oferecem as proporções almejadas para a exploração de trabalho e para a disponibilidade de excedentes sempre disponíveis, gestados pelo Estado sob políticas de controle de acesso às fronteiras dos países com maiores concentrações de forças produtivas desenvolvidas.

Quando o capital se depara com a impossibilidade de acumulação, ou seja, durante suas crises, esse contingente supranumerário de trabalhadores não se encontra mais nas fileiras da engrenagem capitalista. Ao contrário de um exército industrial de reserva necessário e funcional à acumulação, a crise escancara sua contradição imanente, ao despejar milhões no pauperismo. Desse modo, o capital reconfigura os fluxos migratórios nacionais e internacionais e reordena o espaço de acumulação (e de impossibilidade dela), através da construção/destruição de excedentes produtivos:

Em tempos recentes, os fluxos de trabalho global têm tido ainda mais importância. Embora a população nascida fora dos EUA tenha se situado em cerca de 5% em 1970, representa mais de 12,5% hoje. Uma das consequências negativas de tais políticas tem sido uma crescente maré anti-imigração, acompanhada por ondas de racismo e discriminações étnicas no seio das classes trabalhadoras (HARVEY, 2011, p. 57).

Na crise, a desvalorização de capital não interrompe os fluxos de trabalhadores e de seus excedentes tornados descartáveis e supérfluos para a produção. São nos

⁷ De acordo com Marx (2017), as formas da superpopulação relativa são três: flutuante, ou seja, os trabalhadores que ora são atraídos, ora repelidos pelo capital; latente, exemplificados pela população expropriada do campo, 'no lodaçal do pauperismo'; e estagnada, presente em ocupações irregulares e sempre disponível ao capital. Além dessas três formas, abre-se espaço para a conceitualização acerca do pauperismo, separados entre: aptos ao trabalho; órfãos e filhos de indigentes e os degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho.

quadros de crise que a lógica teorizada em Harvey (2011) se materializa de modo amplificado e heterogêneo, do capital que se mobiliza em direção ao trabalho e o trabalho que se mobiliza em direção ao capital. Os mecanismos de reestruturação do capital diante de sua desvalorização implicam na expansão do desemprego, com a diminuição de trabalho vivo e as formas de inovação produtiva proporcionadas pela incorporação de trabalho morto. O capital desmobiliza a força de trabalho no processo produtivo, ao mesmo tempo em que a mobiliza no aumento da exploração de mais-valor. A relação entre crise e diáspora se define, portanto, no processo de desvalorização de valor e, por conseguinte, nas possibilidades constituídas pelo próprio capital em contornar as barreiras à acumulação. As crises expandem a disponibilidade de mão-de-obra (para o mercado de trabalho), com o que Harvey (2011) denomina de “superabundância de trabalho”, que na ausência de formas de empregabilidade de suas forças para manterem suas existências enquanto consumidoras de valores de troca, migram em direção às regiões que possam oferecer tais condições. No caso da crise estrutural a partir de 1973, a quantidade de migrações em escala mundializada (entre fronteiras e continentes) adquire uma nova dinâmica espacial, mais intensificada e com fluxos que se multiplicam, conforme dados que exploraremos no capítulo que segue.

Na contabilização de Mandel (1990), sobre a formação de crises desde a consolidação do mercado mundial até a recessão de 1974/1975 (diferentemente de David Harvey, o marco temporal da crise não é o aumento dos preços do petróleo, e sim, a conjuntura de queda de lucros médios dos capitais, diminuição do comércio mundial e acentuação da inflação global) foram vinte: 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1891, 1900, 1913, 1921, 1929, 1937, 1946, 1953, 1958, 1961, 1970 e 1974/1975. A indissociabilidade da condição de crise da existência do capital a faz ser compreendida enquanto categoria analítica⁸, cujos reordenamentos a cada nova reestruturação impactam tanto a mobilidade do capital, quanto a mobilidade do trabalho; ou, em termos mais específicos, a repartição da força de trabalho e as mobilizações de trabalhadores (processos migratórios). Ao longo dessas

⁸ Para o autor, dois grandes debates sobre as crises capitalistas se sobressaem nas análises marxistas do século XX: a teoria do subconsumo das massas e a teoria da superacumulação como ausência de lucros para a expansão do capital. Jadir Antunes (2011), em suas contribuições para a leitura da crise na obra *O Capital*, insere essas duas concepções em um conjunto de concepções causais, que incluem também: a anarquia do mercado, a queda tendencial da taxa de lucro, a desproporção intersetorial, a renovação periódica de capital fixo e a superprodução.

manifestações pode-se traçar, em um primeiro momento, a distinção da crise no período anterior à consolidação das forças produtivas que definem o domínio do sistema do capital e o período imediatamente posterior. Não se trata simplesmente de expressões do desequilíbrio entre oferta e demanda, cuja consequência mais nítida em outros modos de produção foi a escassez e a alta de preços. A crise sob o capital é indissociável ao sistema produtor de mercadorias/valores de troca, por ser essa relação, um processo de acumulação e renovação constante de forças produtivas para a realização do mais-valor. Todavia, quanto mais avança em seus mecanismos de exploração de trabalho, extração de mais-valor e apropriação dos excedentes para a renovação de forças produtivas de capital, as contradições que obstaculizam a expansão sem precedentes do capital via acumulação se acumulam em barreiras e limites cada vez mais intransponíveis. A crise torna-se, portanto, um devir do capital, e suas manifestações (representações) no espaço e no tempo de desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista se diferenciam, de acordo com o conjunto das forças produtivas, seu grau de incorporação técnica, de exploração do trabalho, da concorrência intercapitalista, do militarismo via imperialismo e do antagonismo central entre trabalhadores e capitalistas.

A definição de Mandel (1990, p. 214) traz a seguinte conceituação: "(...) a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias". Não se dissociam desse processo as interrelações entre concorrência capitalista e luta de classes e a tendência ao aumento da composição orgânica do capital como incorporação de progresso técnico e negação de trabalho vivo. Contudo, na busca de uma definição calcada nas categorias da dialética (possibilidade, realidade, fundamento, fenômeno, modo de representação), tanto a superprodução, quanto o subconsumo e a queda da taxa de lucro manifestam possibilidades pelas quais as crises capitalistas podem se apresentar/manifestar (ANTUNES, 2011).

A crise está contida na própria categoria capital, objeto de análise da obra de Marx (2017), desde suas concepções mais simples e abstratas sobre a mercadoria até o estudo sobre a concorrência intercapitalista e a própria queda tendencial da taxa de lucro. Para Jadir Antunes (2002, p. 176):

A crise é a interrupção brusca e inesperada da reprodução do capital, é o meio pelo qual o capital busca reconectar os polos de suas

contradições autonomizadas durante o processo de acumulação. É o ajuste à força de todas as contradições da economia.

Essa concepção de crise encontra ressonância na própria construção teórica de Mészáros (1998; 2011), sobre a crise estrutural do capital, fase mais contraditória e destrutiva do sistema capitalista. O acúmulo de contradições insolúveis⁹, ao mesmo tempo em que todas as formas de reestruturação em vista da renovação das forças produtivas de capital recaem no aprofundamento dessas mesmas contradições: desde a mais imediata, entre valor de uso e valor de troca, central para a interpretação de um modo de produção movido na extração e apropriação privada de excedentes, até aquela que dita o aumento da composição orgânica do capital, entre trabalho morto e trabalho vivo. Na ausência de uma solução à crise pautada em uma renovação dos meios de produção gerida pelo proletariado, permanecem contradições cada vez mais explosivas, que lentamente se acumulam e destroem forças produtivas já desenvolvidas, lançando todo o sistema em direção à barbárie e a ausência de futuro (ANTUNES, 2011; MÉSZÁROS, 2011).

O capital é uma relação fundada na exploração de trabalho vivo, na separação entre meios de produção e produtor (MARX, 2017). Seu objetivo é a produção de mais-valor para a valorização de valor (multiplicação de valor para a acumulação) (COGGIOLA, 2010). Quando se avança nas suas determinações mais concretas, a lógica de extração de mais-valor se direciona à apropriação desse excedente para a produção e renovação de novos meios de produção de capital, com cada vez menos trabalho vivo, mas contraditoriamente, com maior produtividade advinda da incorporação técnica e dos mecanismos de intensificação da jornada de trabalho, além da generalização de formas absolutas de exploração de mais-valor. Portanto, o fundamento da crise é a interrupção da valorização do valor, que se expressa através de superprodução, reestruturação em busca de socializar essas perdas de acumulação; bem como, a redução das possibilidades de realização material do proletariado e o aumento do desemprego. A crise, pois, está justaposta à produção capitalista (e suas consequências são imediatamente visíveis na circulação e no consumo de mercadorias). A queda da taxa de lucro como um dos modos de

⁹ Enquanto conjunção de múltiplas contradições: entre produção e consumo, entre oferta e demanda, entre produção imediata e realização de mais-valor, entre trabalho morto e trabalho vivo, e, principalmente, entre capital e trabalho.

representação da crise acompanha uma tendência à elevação da taxa de exploração do trabalho e da taxa de extração de mais-valor:

A queda da taxa média de lucro – ou seja, a queda relativa da massa de mais-valor total em relação ao capital global – esconde todas as determinações essenciais em que se fundamenta a crise e a acumulação capitalista: aumento absoluto da massa de mais-valor, aumento absoluto da taxa de exploração sofrida pelos operários, aumento absoluto da riqueza em sua forma abstrata em mãos cada vez mais concentradas de um lado; e, de outro, aumento cada vez mais absoluto da pobreza no polo que produz riqueza (ANTUNES, 2011, p. 515).

Nessa discussão, situa-se a raiz da crise no capitalismo: a ampliação de mais-valor só ocorre através de métodos que aprofundam as contradições do conjunto do sistema, que se opõem à valorização sem fim de valor. Desse modo, para que a massa de mais-valor aumente, os capitalistas individuais devem servir como agentes dos imperativos do capital, pautados na produção pela produção, mesmo que uma parte deles seja destruída¹⁰ com a tendência cada vez maior à concentração e centralização de capitais. Segundo Coggiola (2010), os capitalistas seguem as determinações do capital através da concorrência e guiadas pela reprodução ampliada.

O capitalismo é um modo de produção geneticamente sujeito a crises econômicas, e a cada ocorrência, uma série de relações devem ser levadas à cabo nas dinâmicas de mobilização de força de trabalho e de constituição de diásporas. Podem-se demarcar, nesta análise, três contextos, a partir das datações utilizadas por Mandel (1990) para a ocorrência das crises capitalistas e os reordenamentos na mobilidade do trabalho imigrante (Quadro 01):

Quadro 1 - Crises e reordenamentos na mobilidade do trabalho imigrante

¹⁰ Como forma de reequilibrar-se e manter suas potências contraditórias, o capital elimina parte do excedente produtivo. A destruição desse capital excedente é acompanhada pela retração da produção industrial e pelo desemprego generalizado em todos os setores produtivos. Algumas hipóteses se sobressaem: 1. A superação da crise, portanto, se pauta na superação do capital, 2. Com a iminência de destruição da sociedade e de destruição das condições de vida da classe trabalhadora abre-se margem para a possibilidade da ação revolucionária, 3. Uma nova fase de desenvolvimento das forças produtivas pode surgir como saída efetiva do sistema do capital, 4. Sem uma alternativa de modo de produção, a barbárie se põe no horizonte enquanto destruição das forças produtivas capitalistas, com o aprofundamento de guerras comerciais e militares.

Período	Reordenamentos na mobilidade do trabalho imigrante
1825-1929	Com as duas revoluções industriais e as transformações no conjunto das forças produtivas que implicaram em ganhos materiais da classe trabalhadora (acirramento da luta de classes), expansão imperialista através da incorporação de mercados e o antagonismo que deflagra tanto uma reestruturação massiva do capital em prol de um novo período de acumulação, quanto a destruição de excedentes produtivos e um novo reordenamento da Divisão Internacional do Trabalho
1929-1974/1975	Marcado por crises locais ou regionais, mas cujas condições de expansão de produtividade global, renovação das forças produtivas e incorporação técnica após a II guerra mundial, militarismo fomentado pela disputa geopolítica entre EUA e URSS e a exploração de força de trabalho em países periféricos e semiperiféricos, não possibilitou uma nova crise global antes da década de 1970
A partir de 1974/1975	Entre o início da década de 1970 até o presente, quando as condições de acumulação global já não apresentam os mesmos níveis das décadas anteriores e o capital se depara com limites absolutos e reestruturações que aprofundam o estado de crise

Fonte: Mandel (1990)

Conforme Mészáros (1998, p. 07): “Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”. Nesse ponto, os mecanismos de reestruturação que funcionaram nas crises anteriores não conseguem mais renovar novos processos de acumulação¹¹.

¹¹ Conforme Mészáros, a crise estrutural inicia-se a partir do “fim da ascendência histórica do capital” (Ibidem, p. 13). Sua ocorrência não é interpretada como o fim do capital. Na verdade, sem uma alternativa, os antagonismos crescentes e os confrontos hegemônicos por mercados, como no exemplo do crescimento da China e as previsões de que se tornará a maior economia do mundo frente aos EUA, maior potência militar global, podem resultar somente na ameaça à espécie humana, e não a uma renovação do ciclo de acumulação.

No primeiro contexto, de consolidação do capitalismo industrial e configuração da sua fase monopolista, a existência de um exército industrial de reserva combinado aos mecanismos de expropriação da terra no campo constituiu mobilizações de massas de trabalhadores entre países e continentes (trabalhadores imigrantes), responsáveis pela circulação internacional de populações, seja com a diáspora irlandesa, no início da segunda metade do século XIX¹², ou com a grande diáspora do final do século XIX e início do século XX:

O imenso reservatório do Novo Mundo capitalista suga o excedente de população da Europa e da Ásia, desde os camponeses pauperizados e expulsos da economia agrária, até o "exército de reserva" constituído pelos desempregados da indústria urbana. É deste modo que se estabelece, no mundo inteiro, uma concordância entre a oferta e a demanda de "mão de obra" nas proporções desejadas pelo Capital (BUKHARIN, 1917, p. 60).

Entende-se por "proporções desejadas pelo capital" o montante de trabalhadores funcionais à valorização de valor; portanto, à extração de mais-valor produtor de capital. Nos períodos de agudização das crises, cada vez mais explosivas até desembocar em 1929, as fileiras de trabalhadores excedentes cresceram, porém não "excederam" as condições vitais para a realização do capital. A circulação internacional de força de trabalho, portanto, foi ditada pelos períodos de crescimento industrial e expansão de mercados e por seus correspondentes períodos de retração, equilibrados através de incorporação técnica, expropriação de recursos naturais e exploração de força de trabalho nos países coloniais e diretamente subordinados na Divisão Internacional do Trabalho. As crises e períodos de expansão industrial passam a ditar os fluxos e refluxos de força de trabalho no mercado mundial (BUKHARIN, 1984). A partir dos marcos da crise mundial de 1929, cujos impactos para o sistema capitalista ameaçaram a sua própria reprodução, os reordenamentos empreendidos para manter a sua estabilidade e os impactos da destruição massiva de excedentes produtivos com a II guerra mundial ditam novas dinâmicas para a circulação mundial de força de trabalho.

¹² Diáspora gestada no âmbito das imposições inglesas contra o principal produto base da produção irlandesa, que se combinou com as condições de degradação social da população desse país, resultando em uma mobilização em massa entre o final da primeira metade do século XIX e a segunda metade desse mesmo século.

O segundo contexto demarcado refere-se, portanto, ao período denominado por Mészáros (1998; 2011) como ciclo de ascendência do capital, motivado pela reestruturação produtiva do sistema capitalista em direção ao domínio do modelo fordista/taylorista e da intervenção estatal como principal mecanismo de protecionismo diante os efeitos do desmoronamento do liberalismo mundial. A destruição de excedentes produtivos entre 1939-1945, fruto do acirramento imperialista, remodela a geopolítica, com o domínio do império do capital e seu antagonismo direto com o pós-capitalismo soviético e o processo de reconstrução e, posterior, ascensão da Alemanha e do Japão como potências capitalistas. Nessa discussão, surgem novas determinações para a circulação mundial de mão-de-obra disponível para a valorização de valor: pela primeira vez em sua história, o capital passou a dispor de amplos contingentes de mão-de-obra barata nas regiões historicamente colonizadas e que perpassam rápidos processos de desenvolvimento das forças produtivas e incorporação ao mercado mundial, na América Latina e porções da Ásia. A este fato, soma-se a gestão de guerras civis, conflitos militares e expansão da precariedade social na África e na Ásia, diante da disputa militarista entre EUA e URSS, além de processos de descolonização que não transformaram as condições materiais de suas populações trabalhadoras. Foram os trabalhadores imigrantes advindos desses processos de desterro e superexploração de trabalho que impulsionaram o aumento das taxas de lucro em países centrais (principalmente, EUA e Europa Ocidental, que passam a ser os principais destinos das diásporas) e disponibilizaram o exército industrial de reserva “nas proporções desejadas pelo capital”, nos pressupostos de Bukharin (1984).

O terceiro e último recorte temporal demarca-se na crise a partir dos anos 1970 como a primeira recessão generalizada do capitalismo desde o segundo pós-guerra. Se nas crises anteriores, e, em destaque, na crise eclodida em 1929, a reestruturação possibilitou ao capital valorizar-se, com amplo contingente de força de trabalho disponível e um exército industrial de reserva, tanto no centro, quanto na periferia, que possibilita a diminuição dos custos com capital variável e a incorporação massiva de capital fixo (inovação técnica e aumento produtivo), o sistema adentra a década de 1970 com contradições insolúveis.

Trata-se do esgotamento de todos os mecanismos expansionistas do período que conformou a ascensão do capital entre 1945 e 1975, aproximadamente (trinta

anos gloriosos) e da generalização de um estado de constante de crise, a princípio, entre todos os países imperialistas centrais (MANDEL, 1990). Entre 1974/1975, a retração da produção capitalista é produto direto do período expansivo, responsável pelo acelerado crescimento industrial nas economias de centro e em um conjunto de países da periferia em rápida transformação de suas forças produtivas. A partir dessa expansão gestam-se as bases para um considerável avanço produtivo e para uma nova revolução tecnológica (incorporação massiva de trabalho morto na produção mundial) (MANDEL, 1990).

Em comparação à crise de 1929 e ao período recessivo até 1932, a redução da produção industrial foi menor na crise de 1974/1975; todavia, o crescimento do desemprego em todos os países do centro capitalista foi mais expressivo a partir deste último período: no inverno de 1975/1976, EUA, Canadá, Japão, Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Bélgica, Suécia, Suíça e Espanha somavam mais de 17 milhões de desempregados (MANDEL, 1990). Se no período de expansão da acumulação do segundo pós-guerra a reconstituição do exército industrial de reserva funcional à valorização de valor se deu através da incorporação de um grande número mulheres, jovens e imigrantes como assalariados efetivos ou potenciais; a partir do fim do ciclo expansivo e o início da recessão prolongada, assiste-se à expulsão em massa dessas parcelas em direção a ocupações não-qualificadas e/ou insalubres e mal remuneradas e um maior aumento nas taxas de desemprego para estas categorias em relação ao proletariado mundial: “Os trabalhadores imigrados em setembro de 1975 conheciam uma taxa de desemprego de 76% contra uma de 4,7% para o conjunto dos assalariados da RFA¹³” (Ibidem, p. 164-165).

A despeito de variações entre o início da crise e o final da década de 1970, as taxas de desemprego tendem a um considerável crescimento a partir de 1980. No conjunto dos países centrais mais desenvolvidos do período, os números foram de: US (11 milhões); Grã-Bretanha (3,2 milhões); Itália (2,2 milhões); França (2,1 milhões), Alemanha Ocidental e Espanha (2 milhões), Japão (1,3 milhão) e Canadá (1,2 milhão). A produção de um exército industrial de reserva como imprescindível para a continuidade da acumulação deixa de ser central para a realização de valor, diante da ampla disponibilidade de mão-de-obra excedente, não mais concentrada entre as camadas de trabalhadores imigrantes mobilizados dos países periféricos.

¹³ Alemanha Ocidental.

Das “proporções desejadas pelo capital” adentra-se a um período de multiplicação da superpopulação relativa de trabalhadores excedentes, produzidos pelo aprofundamento da crise. A partir de então, consideráveis parcelas do proletariado dos países centrais também se inseriram no desemprego crônico. As medidas paliativas de contorno à queda da taxa de lucro desvelam as particularidades desse ponto de inflexão para o capital global: ao mesmo tempo em que se apresentam elementos de uma superprodução comum a outras grandes crises do sistema capitalista, o acúmulo de contradições latentes impossibilitou, não somente a continuidade de um ciclo expansivo, mas também, as certezas sobre a renovação futura da acumulação aos níveis anteriores. Nesse ponto, os mecanismos de reestruturação do capital encaminharam o sistema ao impulso tecnológico, dando continuidade ao aumento da produtividade e a diminuição relativa do capital variável. São estes mesmos mecanismos que aprofundam a expulsão do trabalho vivo na produção capitalista global, tornando o desemprego uma condição crônica ao próprio sistema (MÉSZÁROS, 2011).

Entre as consequências do aprofundamento da crise estrutural estão o constante protecionismo dos mercados imperialistas, o acirramento da concorrência capitalista, guerras comerciais e uma nova reestruturação da DIT. No caso dos países da Europa Ocidental e, mais especialmente, a União Europeia, a estagnação monetária a partir da década de 1970 tem impactos que reverberam em todo o projeto de mercado comum da zona do euro, cuja consequência mais recente pautou-se no referendo do referendo BREXIT, concretizando a saída do Reino Unido do bloco econômico. A inerente relação desse processo com as mobilizações em massa de imigrantes de países periféricos para o conjunto de países do bloco desvela o caráter indissociável entre a constituição das diásporas nos termos da crise estrutural e as interfaces das políticas de controle dessas mobilizações com o acirramento do protecionismo nos países centrais mais desenvolvidos, aumento das taxas de mais-valor e do desemprego entre as classes trabalhadoras. A instabilidade econômica, principalmente na Grã-Bretanha, França e Itália, a partir da década de 1970, configurou instabilidades políticas e sociais¹⁴ marcadas por crescentes taxas de

¹⁴ A ascensão de governos direitistas nos EUA, em 1980, na Grã-Bretanha, em 1979. Na Itália com os movimentos neofascistas entre a década de 1970 e 1980. Na França, o fortalecimento de uma extrema-direita avessa aos imigrantes, mesmo com os avanços do governo socialista de Mitterrand entre 1981

desemprego (maiores entre os trabalhadores imigrantes) e o conseqüente controle sobre as mobilizações entre fronteiras, fomentado pelo acirramento da concorrência pelos postos de trabalho entre os trabalhadores nativos.

Na mais profunda e irreversível de suas crises, os processos migratórios enquanto mobilizações generalizadas de trabalhadores sobrantes integram uma realidade de “(...) pessoas não incorporadas diretamente às relações especificamente capitalistas de produção: são os chamados excluídos, sobrantes que não mais cabem no conceito de exército industrial de reserva” (MARTINS, 1998, p. 56).

A citação acompanha uma análise reveladora sobre as condições alcançadas pelo capital em sua fase de maior avanço técnico e produtivo, em que não se trata somente da negação à emancipação humana, mas também, a um horizonte de não-trabalho que caracteriza a negação de contingentes de trabalhadores ao mundo da mercadoria (MARTINS, 1998). É o desemprego e a precariedade, portanto, que adquirem centralidade na interpretação sobre o mundo do trabalho do capitalismo tardio. Na nova configuração, a migração passa a ser determinada pelos condicionantes das explosivas contradições do capital e dos mecanismos de contração e destruição produtiva, incorporação de trabalho morto e expansão das formas absolutas de exploração do trabalho. A imigração enquanto maior escala de mobilização de trabalhadores é elevada a um dos quadros que expressam a multiplicação de desempregados e subempregados e o próprio acirramento intercapitalista. Em suas distintas condições (particularidades que não são negadas, mas levadas em consideração na totalidade), as imigrações se relacionam aos antagonismos entre capitais, principalmente da atuação do império do capital, segundo Wood (2014), responsável pelo maior peso geopolítico definidor das diretrizes do sistema econômico e dos reordenamentos territoriais (guerras, conflitos, expropriações secundárias, produção e repartição da força de trabalho global e seus excedentes).

O desterro na lógica capitalista de acumulação

e 1995. E até na forte economia da então Alemanha Ocidental (junto com os EUA e o Japão, como as maiores economias capitalistas), o papel do então Chanceler Helmut Kohl na reunificação do país, com expressa vontade de expulsar 1,5 milhão de imigrantes turcos.

Sob o sistema do capital, os fluxos migratórios se constituem a partir da mobilização forçada dos trabalhadores. O controle de entrada/saída de trabalhadores das fronteiras de cada país está no enfoque do Estado moderno, através de legislações (estatutos, medidas provisórias, decretos) que ora facilitam, ora dificultam a circulação de força de trabalho. Todo movimento de força de trabalho não é condição da livre movimentação do sujeito que a possui, mas condição direta do movimento do capital. A produção de diásporas, através da migração em massa de trabalhadores em um mesmo país ou entre países, integra a expansão do capital em busca da valorização contínua de valor. Sob os métodos da “assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2017), a expropriação da terra e todas as suas riquezas e a transformação do campesinato em força de trabalho assalariada marcam essa essência diaspórica da consolidação do modo de produção capitalista. São os métodos das expropriações primárias, definidoras da mobilidade do trabalho e da constituição do mercado de trabalho, que estão na base da expansão das relações capitalistas e, que se combinam às expropriações secundárias para o aumento da disponibilidade de força de trabalho para o capital (FONTES, 2010). O caráter secundário destas, revela a reprodução em escala crescente do capital, sob novos mecanismos de extração de mais-valor, como o desmonte de conquistas históricas dos trabalhadores e as formas laborais marcadas pela superexploração na periferia do sistema capitalista.

O desterro na lógica capitalista de acumulação é consequência das expropriações primárias e secundárias que acompanham o desenvolvimento do capital. Em ambas se encontra presente o objetivo de sempre manter disponível massas humanas para uso/desuso para as forças produtivas de capital. A tendência à superfluidade, disponibiliza os excedentes de trabalhadores à desvalorização do valor, à medida em que são expulsos da produção direta ou possuem seus parques meios de sobrevivência expropriados. A produção de diásporas é indissociável do aumento de força de trabalho disponível ao capital e da multiplicação da superpopulação relativa correspondente:

Em princípio contidas no âmbito nacional, circunscritas pelas legislações de cada país, essas populações disponíveis procurarão escapar, através da imigração, desenraizadas à força ou desenraizando-se em busca de melhores condições de existência e formarão a base dos novos “imigrantes econômicos”, reencontrando

segregações similares acrescidas das dificuldades de acesso à língua, aos costumes e, pela distância, aos contatos de proximidade nos países de origem (FONTES, 2010, p. 52).

Para além da diáspora africana durante a expansão do capitalismo comercial, entende-se que, a consolidação da grande indústria através da revolução industrial e a própria tendência de o capitalismo alcançar todos os continentes em um curto período reconfiguram e, ao mesmo tempo, acrescentam particularidades às diásporas. Define-se diáspora como o deslocamento de um contingente de seres humanos entre regiões, em um mesmo país ou entre países¹⁵. O caráter forçoso desses deslocamentos pode se justificar pela ocorrência de epidemias, fome e/ou guerras (HALL, 2003).

Sob o capitalismo, as diásporas deixam de ser somente processos de deslocamento. A particularidade está na condição da mobilidade inseparável do trabalho subjugado ao capital. As migrações não perdem suas singularidades, mas toda mobilização de seres humanos passa a ser uma mobilização do proletariado sob a marca da expropriação da terra e da exploração da força de trabalho.

Entre a I Revolução Industrial, com a consolidação do modo de produção capitalista (constituição efetiva do sociometabolismo do capital), e a crise estrutural do capital, em meados do século XX, a produção de diásporas acompanhou o processo de acumulação através da valorização do valor¹⁶. Isso significa que o movimento contraditório do capital, ao multiplicar o proletariado e inflar uma superpopulação relativa, também atribuiu a condição de constante mobilidade à força de trabalho. Se o capitalismo possui suas bases de constituição marcadas pela diáspora, essa condição acompanha os reordenamentos espaciais que desde então marcaram a produção desigual de regiões, desde a concentração das forças produtivas nas cidades industriais inglesas e alemãs do século XIX, até o acirramento entre potências imperialistas na busca de regiões de domínio e exploração.

¹⁵ As contribuições conceituais sobre o tema estão presentes em obras que partem de uma perspectiva cultural, dos impactos para os modos de vida das populações e a 'exportação' de saberes e fazeres para seus destinos.

¹⁶ São diásporas gestadas pela expansão da população supranumerária de proletários ao redor do mundo, através de distintos mecanismos do capital em sua autovalorização. Para onde o capital se desloca, seja em ramos produtivos ou nas regiões de concentração do excedente produtivo, o trabalho é mobilizado: tanto as levas de trabalhadores assalariados, quanto a superpopulação relativa em suas distinções. A partir do fim do último grande ciclo expansivo do capital (1945-1973), as diásporas adquirem uma condição estrutural à crise: são mobilizações gestadas na impossibilidade de acumulação.

Portanto, sob o capital, a substância de sua existência move-se de acordo com o seu sistema de controle e domínio. À medida que o capital tende à mundialização e à busca de mecanismos de valorização do valor, massas de força de trabalho são constantemente mobilizadas, concentradas, desconcentradas e concentradas novamente. Da Irlanda à Inglaterra, da Inglaterra para os Estados Unidos da América, da Itália para o Brasil, dos espaços agrários para as metrópoles, das periferias para os centros e vice-versa, a história do sistema capitalista é a geografia da mobilidade do trabalho.

De acordo com Hobsbawm (2020), uma das grandes transformações do período entre 1789 e 1848, demarcado pelo autor como “a era das revoluções”, foi a demográfica, com o crescimento populacional e as novas dinâmicas migratórias. O período coincide com a consolidação das forças produtivas que propulsionaram a I Revolução Industrial, o surgimento das cidades industriais e o deslocamento em massa de populações inteiras em busca de vendabilidade para suas forças de trabalho. Ressalta-se que, nem a fome, nem as guerras (deslocamento de exércitos) findaram a partir de então, pois conforme o autor destacado, até a década de 1820, estas eram as principais motivações para as migrações.

À medida que a relação capital x trabalho se expandia, o desenraizamento forçoso se intensificou. A partir de 1840, o deslocamento de trabalhadores do campo e as camadas urbanas contidas na superpopulação relativa fundamentaram uma contínua mobilidade do trabalho; seja seguindo o curso da mobilidade do capital, absorvidas enquanto força de trabalho assalariada, ou expulsas para os novos espaços de acumulação, em destaque, os Estados Unidos da América, cujo desenvolvimento das forças produtivas e a própria posição imperialista se consolidaram no século XIX¹⁷.

Morland (2019), em sua análise sobre mudanças demográficas e migrações, argumenta que, durante o século XIX, as Ilhas Britânicas perpassa um processo de aguda expansão demográfica, marcada pelo crescimento populacional e o deslocamento em massa para suas regiões colonizadas; principalmente, para a

¹⁷ Essa conclusão pode suscitar questionamentos antagônicos baseados no poderio inglês ainda mantido durante o século XIX e o *status* de centro econômico global (império do capital) alcançado pelos EUA após a I Guerra Mundial. Todavia, a partir da segunda metade do século XIX, o país já consolidava sua expansão territorial e poderio marítimo (nas duas costas, Atlântica e Pacífica) e já apresentou significativo crescimento de suas forças produtivas (desenvolvimento industrial e urbano).

América do Norte e a Austrália: “Logo ela se espalhou por outras nações europeias e, a partir delas, para os povos da Ásia e da América Latina” (MORLAND, 2019, p. 23).

Algumas estatísticas são importantes para o dimensionamento dessa mudança demográfica apontada pelo autor: entre 5 e 7 milhões de pessoas deixaram o Reino Unido (incluindo a Irlanda) na segunda metade do século XIX; 4 milhões de italianos emigraram para os Estados Unidos nos 35 anos anteriores ao início da Primeira Guerra Mundial (MORLAND, 2019).

Contudo, destaca-se que o conceito de população¹⁸ traz contribuições iniciais para a leitura acerca das diásporas produzidas pelo sistema capitalista. Em Hobsbawm (2020) e Morland (2019), o recorte temporal, as estatísticas, e mesmo, a direção das migrações ensejam uma análise sobre as consequências da consolidação do mundo industrial. Todavia, quais são as relações presentes na produção de diásporas durante as fases industrial e monopolista do capitalismo?

Para Gaudemar (1977), a acumulação de capital pressupõe a existência de uma força de trabalho que contém uma dupla condição de liberdade em relação ao capital. Desse modo, não devem existir barreiras para a comercialização e deslocamento da força de trabalho pelo globo terrestre:

No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos (...) (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A discussão deixa de estar centralizada no deslocamento populacional e passa a inferir sobre as determinações contidas nas relações de exploração que produzem um proletariado livre de todas as formas anteriores que pudessem fixá-lo a um lugar¹⁹. As transformações demográficas impostas pelo capitalismo deixam de ser lidas

¹⁸ O conceito é apropriado pela análise de Morland (2019). Hobsbawm (2020) dedica-se a uma análise historiográfica das transformações do mundo moderno que também é a história da consolidação do modo de produção capitalista. Desse modo, na saga das eras – das revoluções, do capital, dos impérios e dos extremos – as discussões que envolvem transformações demográficas não estão desgarradas das rápidas transformações nas forças produtivas desde 1789 a 1991 – marco temporal delimitado pelo autor.

¹⁹ Quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, maior a mobilidade imposta à classe trabalhadora (MARX, 2017; GAUDEMAR, 1977).

enquanto lei natural da população, e passam a ser consideradas como razão de ser das metamorfoses do capital sobre o mercado de trabalho. A gênese do próprio sistema, através das bases do capitalismo comercial (acumulação originária) constituiu a essência da mobilidade da força de trabalho, que gradativamente, nos séculos que desembocam no revolucionamento das forças produtivas, adquire sua completa característica imanente ao trabalhador submetido ao capital (GAUDEMAR, 1977). Portanto, as diásporas do capitalismo²⁰ são condição e produto da mobilidade do trabalho imposta pelo capital. À medida em que o desenvolvimento das forças produtivas impõe os processos de expropriação da terra, de cisão da relação sociedade-natureza e da intensificação da extração de mais-valor, a condição diaspórica é elevada a níveis maiores de excedentes de trabalhadores. É a tendência do capital em tornar-se mundializado, com o aumento da produtividade do trabalho, a riqueza acumulada e a produção de espaços da miséria global, que torna o proletariado ainda mais desterrado e, portanto, móvel.

De acordo com Wood (2014), a forma imperial de expropriação e imposição de imperativos capitalistas teve na Irlanda seu primeiro campo de constituição. Situa-se a condição dos trabalhadores irlandeses e a diáspora em direção à Inglaterra, Estados Unidos e outros países, como um dos exemplos mais nítidos da relação entre a acumulação capitalista e a mobilidade do trabalho. O deslocamento em massa dos irlandeses foi produto da colonização inglesa, através da expropriação de terra, sob a justificativa de estabelecimento de melhorias no sistema agrário do país (WOOD, 2014). Além disso, o domínio inglês sobre a Irlanda perpassou a supremacia comercial e, em consequência, a destruição da soberania da população sobre suas formas de produção.

A diáspora irlandesa possui como base, os mecanismos de acumulação preconizados pelo império inglês e que foram o cerne para a posterior dominação ultramarina. A expropriação de terra, dos recursos e os lucros advindos dos arrendamentos colonizadores, juntamente com o excedente populacional disponível para as fileiras do pauperismo, são os fundamentos da existência do capitalismo, pois sem eles não há como a acumulação de capital se realizar.

A afirmação de Engels (2010, p. 131) sobre a condição dos irlandeses é significativa para essa compreensão: “o rápido desenvolvimento da indústria britânica

²⁰ Isso não anula as particularidades dos movimentos migratórios.

não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda”. A burguesia inglesa, a despeito dos discursos chauvinistas contrários aos irlandeses (descritos das formas mais desumanas possíveis, até o século XIX), aumentou seus lucros através da disponibilidade de ampla reserva de força de trabalho barata irlandesa.

A diáspora de irlandeses acompanhou a constituição do império britânico até a segunda metade do século XIX, no período da Grande Fome²¹ produzida a partir das condições impostas pelas relações de controle comercial. Os trabalhadores se direcionaram para cidades industriais da Inglaterra e da Escócia (Londres, Liverpool, Bristol, Glasgow e Edimburgo) e as condições de exploração são descritas como degradantes desde a travessia, “(...) amontoados como gado na ponte do navio” (ENGELS, 2010, p. 132). Além disso, instalavam-se nas piores habitações, sem acesso a saneamento básico e com alimentação deficiente.

O aumento das fileiras da superpopulação relativa com a incorporação constante dos irlandeses desterrados intensificou o acirramento da concorrência entre trabalhadores ingleses e irlandeses. Desse modo, a ampla disponibilidade de força de trabalho excedente possibilitou o desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção, pois os salários eram mantidos rebaixados (diminuição do capital variável em relação à composição orgânica do capital). Nessa discussão, a concorrência entre os trabalhadores diante da expansão da indústria, da necessidade contínua de força de trabalho e a reserva produzida pela lógica capitalista foi essencial para a apropriação do excedente produzido e, conseqüentemente, para a concentração de riqueza.

Os processos de expropriação da terra, motrizes da constituição do modo de produção capitalista, foram exportados da Irlanda para novos espaços coloniais, responsáveis pela absorção de consideráveis contingentes migratórios. Nesse sentido, a internacionalização dos imperativos capitalistas²² como movimento do

²¹ De acordo com Morland (2019, p. 65): “Os efeitos da fome foram devastadores para a Irlanda. Nos oito anos entre 1845 e 1852, cerca de 1 milhão de pessoas morreram de inanição e outro milhão emigrou em condições desesperadas e frequentemente fatais”. A desumanidade como face da produção capitalista é a expressão da lei da acumulação de capital. A morte dos irlandeses caracteriza a descartabilidade do excedente de trabalhadores; enquanto a mobilização forçada impõe a contínua busca pelos espaços de venda de força de trabalho.

²² De acordo com Wood (2014, p. 75): “O capitalismo é movido exclusivamente por imperativos econômicos: de um lado, a falta de propriedade dos produtores, que os leva a vender sua força de trabalho em troca de salário, e, de outro, a sujeição dos apropriadores às compulsões do mercado que os obrigam a competir e acumular”.

desenvolvimento capitalista tendeu ao rompimento dos limites do império britânico (sedimentado pela expansão geográfica colonial) (WOOD, 2014). Desse modo, ao contrário da fase comercial em que as relações capitalistas foram determinadas a partir da transplantação dos imperativos econômicos do império britânico para regiões coloniais (expropriação), as metamorfoses do capital na segunda metade do século XIX impunham reordenamentos espaciais, marcados pelo acirramento da concorrência intercapitalista.

A segunda metade do século XIX marcou uma série de transformações para o sistema capitalista, sistematizadas em Alves (2007) como a segunda modernidade do capital. É no avanço dela que se definem os contornos mais nítidos das duas classes antagônicas definidoras do sociometabolismo do capital (proletariado e burguesia). A tendência de consolidação de um mercado mundial se torna concreto com o avanço das forças produtivas. A divisão das vastas áreas colonizadas entre as potências imperialistas, com a política das potências metropolitanas na África e na Ásia, consolidou uma divisão internacional do trabalho marcada pela concentração de capitais e por relações de domínio que determinaram os rumos do proletariado nas regiões mais empobrecidas e saqueadas durante a acumulação originária. Nesse ínterim, o capitalismo alcançou a II Revolução Industrial, através do gradativo desenvolvimento dos meios de produção e do aumento da composição orgânica do capital. É nesse contexto de expansão do capital que se acirram as suas contradições ao seu próprio mecanismo de valorização de valor. De um lado, o fortalecimento dos movimentos operários no centro capitalista ocorre diante da intensificação das formas estranhas do capital. Por outro lado, a maciça introdução da ciência e da tecnologia na base produtiva (ALVES, 2007) não está dissociada do primeiro movimento: de luta do trabalho contra o capital; ao contrário, a incorporação técnica combinada à redução de trabalho vivo no conjunto da produção intensifica os combates do proletariado e a organização sindical.

As possibilidades de ultrapassar as barreiras da acumulação foram concretizadas a partir dos rápidos processos de industrialização da Alemanha, Japão, norte da Itália e Estados Unidos da América e da configuração do mercado mundial em direção às regiões colonizadas. O desenvolvimento e concentração das forças produtivas na fase monopolista do capitalismo impulsionou a mobilização em massa de trabalhadores nos respectivos países, seja com o deslocamento da população

expropriada do campo para os centros urbanos em expansão, ou com a imigração para outros países e continentes, como a que marca a segunda metade do século XIX em direção aos novos espaços de acumulação de capital e expansão do proletariado. O capital enquanto relação social atravessou oceanos e continentes e juntamente ao desenvolvimento das forças produtivas, expandiu o proletariado e a superpopulação relativa disponível aos seus desígnios.

Até então, o capitalismo não conhecera um período de expansão tão longo como aquele entre 1848 e 1873²³, marco da maior crise econômica anterior à crise eclodida em 1929; superado no século XX pelos anos gloriosos do capital no pós-Guerra, entre 1945 e 1973. A mobilidade do capital conseguiu, no final do século XIX, superar a resistência (barreira) encontrada com o fortalecimento dos movimentos operários, com a expansão do exército industrial de reserva e a subordinação via imperialismo das regiões colonizadas, com ampla disponibilidade de mão-de-obra e a natureza a ser expropriada (BUKHARIN, 1984). Após a derrocada da Primavera dos Povos e as perspectivas de uma revolução do proletariado mundial, a burguesia consolidou-se como classe dominante e a expansão do capital foi possibilitada através da contínua inovação técnica (incorporação de trabalho morto) e da espacialização dos trabalhadores.

Além das forças produtivas que aceleraram a produção no chão da fábrica, a humanidade assiste ao surgimento e expansão de novos meios de comunicação e transporte, atrelados à exploração de recursos energéticos que impulsionaram a nova fase de acumulação do capital (ferro, aço e, posteriormente, petróleo). A era do capital (HOBBSAWM, 2021) também foi a era da espacialização de ferrovias, que cortam os mapas da Europa, dos Estados Unidos, e que não tardaram a alcançar os trópicos. Os telégrafos e a multiplicação dos telefones aceleraram a comunicação diante do aumento dos bancos e monopólios. Ademais, a II Revolução industrial assiste à invenção da eletricidade, cada vez mais presente nas capitais mais importantes do mundo, da fotografia e do cinema²⁴. De acordo com Bukharin (1984), a expansão do mercado mundial foi responsável pelo crescimento das forças produtivas que implicou nesse significativo desenvolvimento técnico. A produção de energia elétrica, o

²³ A primavera dos povos e a configuração do acirramento de classes marcam o período da “era do capital”, conforme Hobsbawm (2021). No cenário mais explosivo da contradição capital x trabalho, venceu o capital.

²⁴ As grandes exposições mundiais foram as vitrines dos ideais de modernidade e progresso do período, com a apresentação de novas mercadorias e ideias de consumo.

aperfeiçoamento de motores e a exploração de novas fontes energéticas (petróleo e derivados) contribuiu para um efetivo desenvolvimento de transportes: “Quanto mais os meios de transportes são desenvolvidos e o movimento de mercadorias é rápido e intenso, mais se acelera a integração dos mercados locais e nacionais e o crescimento do organismo único de produção da economia mundial” (Ibidem, p. 31). Nessa discussão, através das redes ferroviárias e da rápida circulação das embarcações a vapor entre os oceanos, os contingentes de trabalhadores imigrantes chegavam com maior rapidez nas regiões de emigração, fornecendo força de trabalho para o desenvolvimento do capital.

O capitalismo adentrava em sua fase monopolista, na qual a geopolítica do século XX foi definida através do surgimento de novas potências industriais e do acirramento da competição intercapitalista e, conseqüentemente, da acelerada acumulação de capital. Entre 1876 e 1914, a expansão territorial via política colonial resultou na incorporação de aproximadamente 25 milhões de quilômetros quadrados para as grandes potências capitalistas do período (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, EUA, Bélgica e Japão) (BUKHARIN, 1984).

A tendência ao aumento da composição orgânica do capital, discutida por Marx (2017) estava representada concretamente, juntamente com a própria lei da acumulação de capital. O nível de produtividade do trabalho era excedente, diante de um proletariado cada vez mais numeroso. Trata-se das assertivas de Menezes (2007): o aumento da produtividade implica, do ponto de vista do trabalho, aumentar o tempo de produção de valor e retirar uma constante proporção de trabalhadores da produção direta, tornada supérflua. A condição da superfluidade se torna inseparável da reprodução ampliada de capital, ao mesmo tempo em que é vital para o capital, é o aprofundamento de sua contradição em direção à desvalorização de valor: “O desenvolvimento do capital sempre é, por isso, a desrealização do trabalho” (Ibidem, p. 177).

A produção de uma população supérflua que não seria absorvida no mercado de trabalho expunha a contradição imanente ao capital, diante de taxas de desemprego cada vez maiores:

É instrutivo lembrar que, mesmo no final da década de 1840, observadores inteligentes e bem-informados da Alemanha – no clímax da expansão industrial naquele país – ainda admitiam, como ocorre atualmente nos países subdesenvolvidos, que nenhuma

industrialização poderia fornecer emprego para a vasta e crescente 'população excedente' dos pobres (HOBSBAWM, 2021, p. 65).

A evolução aponta histórica aponta que, entre 1800 e 1900, a população mundial saltou de, aproximadamente, 978 milhões para 1.650 bilhão²⁵. Crescimento este, acelerado à medida que o desenvolvimento das forças produtivas se expandia²⁶. A força de trabalho sobrevivia por mais tempo²⁷, as mulheres proletárias gastavam suas proles, que já nasciam como parte do exército de reserva e os novos espaços de acumulação reordenam as migrações. Não é ao acaso que a partir da metade do século XIX, os deslocamentos de trabalhadores entre regiões do globo configuram a maior diáspora da humanidade documentada até aquele período. As condições do modo de produção capitalista contribuía para tal mobilização de força de trabalho: para além das Ilhas Britânicas, processos de expropriação das terras, genocídio de populações autóctones, desenvolvimento de forças produtivas e concentração urbana ocorriam em outros países. Seja na Alemanha (cujas bases de unificação impulsionaram em modo acelerado o surgimento de uma economia suficientemente forte para concorrer com a Inglaterra), nos Estados Unidos da América (com a expansão territorial em direção ao 'oeste', o desenvolvimento de ferrovias, indústrias de base e o rápido crescimento urbano), na Itália (a concentração industrial regionalizada no norte do país) ou no Japão (mesmo do outro lado do planeta, integrou-se à acumulação capitalista ainda na segunda metade do século XIX), assistiram-se mobilizações do campo para a cidade, entre regiões, países e continentes. Por exemplo: "Entre 1846 e 1875, uma quantidade bem superior a 9 milhões de pessoas deixou a Europa e a grande maioria seguiu para os Estados Unidos²⁸" (HOBSBAWM, 2021, p. 296).

²⁵ Morland aponta uma série de condições que possibilitaram o aumento da expectativa de vida, a diminuição nas taxas de mortalidade através dos avanços das vacinas de outras descobertas da medicina e melhorias no saneamento básico, além da elevada taxa de natalidade.

²⁶ De acordo com Hobsbawm (2021, p. 85): "Nessa época, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo havia se transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional".

²⁷ Isso não significa que o capitalismo adquiriu uma face humanizada. A população idosa continuava descartada e enfileirada no pauperismo. Além disso, a descartabilidade da força de trabalho continuava a alimentar a rotatividade de trabalhadores nas indústrias.

²⁸ Os Estados Unidos surgem nesse período como o maior receptor dos migrantes: o desenvolvimento das forças produtivas já alcançava e supera, em muitos ramos, a Inglaterra, a extensão territorial combinada aos recursos naturais e minerais, crescimento urbano, modernização da agricultura, e uma população relativamente pequena, foram alguns dos principais fatores que contribuíram para esse fato (além da língua e outros aspectos culturais).

Em uma escala intercontinental, as principais migrações partiram da Índia, China e Europa, destacados por Hobsbawm (2021) como os três grandes espaços de emigração (saída de trabalhadores) no final do século XIX. Os indianos foram mobilizados, diante das condições de superexploração do colonialismo inglês, para a costa oriental da África, Oriente Médio, países insulares do Índico e, em menor intensidade, os Estados Unidos. A imigração chinesa direcionou-se para a costa oeste dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e alguns países do Índico. Por sua vez, os europeus formaram a maior onda migratória da história, comparável somente aos processos de urbanização acelerada da China e da Índia nas últimas décadas do atual século. A imigração europeia caracterizou-se pela saída de italianos, alemães, ingleses, espanhóis, escandinavos e, em menor proporção, portugueses em direção ao continente americano, Austrália e Nova Zelândia.

De acordo com Coggiola (2015), entre 1880 e 1924, 25 milhões de imigrantes europeus adentraram aos Estados Unidos. A tabela abaixo (Tabela 01), detalha alguns desses dados, dimensionando o fluxo imigratório intercontinental para a potência ascendente:

Tabela 1 - EUA: entrada de imigrantes em números absolutos, 1820-1920

Período	Número absoluto de imigrantes
1820-1840	700 mil
1840-1860	4,2 milhões
1870-1880	2,81 milhões
1880-1890	5,43 milhões
1890-1900	3,69 milhões
1900-1910	8,8 milhões
1910-1920	5,74 milhões

Fonte: Coggiola (2015)

O fluxo de trabalhadores para os novos espaços de acumulação perpetuou-se até os impactos da crise de 1929, como explicaremos a seguir. As guerras mundiais representaram o auge da destruição de forças produtivas, com o máximo acirramento entre capitais concentrados entre as potências imperialistas e a própria lógica de acumulação baseada na espacialização dos imperativos capitalistas com a disputa territorial (WOOD, 2014). A crise e a longa depressão que a acompanha significou um

contexto de controle da entrada de força de trabalho excedente para o centro capitalista (principalmente, os EUA). Todavia, isso não caracterizou o fim da mobilidade do trabalho e a produção de diásporas de trabalhadores, pois os mecanismos de superação das barreiras para a acumulação de capital reordenam as forças produtivas e a própria mobilização de força de trabalho em distintas regiões.

As crises e a mobilização de trabalhadores

Com a consolidação do sistema capitalista, as teorizações sobre os efeitos das crises econômicas na produção, circulação e consumo se tornaram recorrentes. O mistério das eclosões de períodos de diminuição das taxas de lucro, aumento do desemprego e do pauperismo, e conseqüente impossibilidade de acumulação provocaram teorias e contraposições. Na discussão sobre a mobilização de trabalhadores, por exemplo, como fundamentar as conseqüências das crises e o modo como elas intensificam a mobilidade do trabalho?

Quando discute a situação do proletariado inglês no século XIX, Engels (2010) argumenta que a multiplicação de uma reserva de trabalhadores supérfluos está relacionada aos períodos de acumulação (prosperidade econômica) e crise:

Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a ‘população supérflua’ da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscantes (ENGELS, 2010, p. 126).

As crises descritas por Engels (2010) caracterizam o que a literatura marxista atual convencionou definir como pânico econômico, produzidos pelo excesso de mercadorias e a queda nos preços de matérias-primas importantes para o funcionamento da produção industrial, como o algodão, a exemplo do pânico de 1837. No caso da crise de 1873, uma das mais conhecidas é aquela que produziu o maior impacto sobre o liberalismo econômico, antes de 1929, e que foi gestada após um ciclo expansivo do capital entre 1851 e 1873, prolongando-se em uma depressão que durou até 1895 (COGGIOLA, 2009).

De acordo com Coggiola (2009), a crise de 1873²⁹ adquiriu considerável expansão no Norte global e se caracterizou enquanto resultado de um período de ascensão do capital e acirramento de suas contradições. Na Alemanha, o país que vivenciou a mais profunda revolução de suas forças produtivas no fim do século XIX, os efeitos da crise forçaram a uma parcela do proletariado industrial retornar ao campo (COGGIOLA, 2009). Trata-se de um contingente que se tornou excedente para as necessidades do capital, mas que logo é mobilizado novamente após a renovação da acumulação, com o novo ciclo expansivo posterior ao fim da crise³⁰.

A crise originou-se no centro de acumulação mais dinâmico do contexto assinalado: a Alemanha e a Áustria; posteriormente, alcançando os Estados Unidos, com a falência das principais indústrias ferroviárias em decorrência do fim dos financiamentos devido à quebra de bancos. Enquanto os novos centros dinâmicos da produção capitalista tiveram consideráveis impactos em seus principais setores industriais, o então império britânico adentrou a uma fase de desaceleração industrial em relação ao período de expansão das forças produtivas que marcaram a I Revolução Industrial. Nesse cenário, as taxas de desemprego subiram rapidamente no mundo industrializado: a Grã-Bretanha subiu de 1% para 11%³¹, entre 1872 e 1879 (COGGIOLA, 2009).

De modo inesperado, a crise evidenciou uma grande produção de mercadorias e de capitais nas economias capitalistas, em relação ao mercado da época. A ampliação intensiva e extensiva desse mercado, colocou-se como um imperativo: ela não seria atingida, no entanto, de modo pacífico e harmonioso, mas através da concorrência econômica, de contradições políticas e de enfrentamentos bélicos (COGGIOLA, 2009, p. 78).

Todavia, a despeito dos impactos da crise para a produção capitalista, ela não significou a impossibilidade de acumulação. Demoraria um século para o capital deparar-se com sua crise estrutural e a ativação dos limites absolutos para a acumulação. Os limites encontrados pelo capital em fins do século XIX se

²⁹ A crise de 1873 foi gestada no início da fase monopolista do capitalismo, através da tendência à queda da taxa de lucro e aprofundada pela sobreprodução.

³⁰ Expressão da mobilidade do trabalho sob o capital, na fase monopolista: entre ciclos expansivos e recessivos, o capital ainda possuía possibilidades de contornar seus limites, transformados em barreiras, em prol da renovação da acumulação. As diásporas dos trabalhadores adquiriam uma característica de volatilidade, ao acompanhar esses ciclos. Apesar das crises, o excedente de força de trabalho ainda possuía condições de vendabilidade e absorção em novas regiões industriais.

³¹ Referente aos trabalhadores sindicalizados (COGGIOLA, 2009).

transformaram em barreiras contornadas através de mecanismos para sua expansão, pautados na conquista de novos espaços coloniais, crescimento do proletariado³² e de sua superpopulação relativa e na apropriação da ciência como fomentadora do ideal de progresso (novas descobertas, aparelhos, fontes de energia, comunicações, transportes, em suma, mercadorias). Portanto, as bases para a consolidação da II Revolução Industrial estavam constituídas, com o acirramento da disputa imperialista (concorrência entre capitais), monopolização (concentração e centralização de capitais), crescimento do proletariado e intensificação da mobilidade do trabalho. Entre 1870 e 1910, a população europeia cresceu de 290 para 435 milhões; enquanto os EUA foram de 38,5 para 92 milhões (em destaque, em decorrência da imigração em massa de trabalhadores europeus, asiáticos e latino-americanos (COGGIOLA, 2009).

A expansão geográfica do capital, através da exploração de novos mercados fornecedores de matérias-primas primordiais à acumulação foi a principal forma adquirida pela acumulação em sua fase monopolista. O capital foi expandido para regiões coloniais, onde estavam mais da metade da superfície terrestre e mais de um terço da população mundial. Essas porções foram repartidas entre a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Rússia, Itália, Bélgica e, em menor proporção, Espanha e Dinamarca³³ (aproximadamente, 12% da extensão mundial dominando 88%). A concentração territorial de vastos espaços do planeta ocorreu em concomitância ao processo de formação de uniões monopolistas nos países de capitalismo desenvolvido. Desse modo, o capital deparava-se, cada vez mais, com a necessidade de redistribuir o excedente concentrado, a partir de investimentos em novos mercados, ou seja, a exportação de capitais e o reordenamento da divisão internacional do trabalho. Esse excedente produtivo impulsionou as bases da industrialização da Rússia, da Itália e dos próprios EUA; bem como, transferiu para economias coloniais, o papel de produtoras de matérias-primas agroexportadoras

³² O crescimento demográfico do final do século XIX pode ser lido enquanto tendência ao crescimento do proletariado mundial. Ademais, os avanços da Ciência e da Medicina possibilitaram o aumento da expectativa média de vida do ser humano. Tal transição também significou novas possibilidades de aumento da produtividade do trabalho, expansão de novos ramos produtivos (como a chamada indústria doméstica), e, conseqüentemente, expansão do capital.

³³ Portugal também pode ser incluído, com a colonização de possessões na África e na Ásia, mesmo diante da decadência de seu império colonial, desde o início do século XIX.

para o abastecimento dos mercados cada vez mais mundializados, como o Brasil, a Argentina, o México e a Índia³⁴.

A questão que surge a partir das transformações do capitalismo após a crise de 1873 é a seguinte: a diáspora de trabalhadores do final do século XIX, considerada a maior da era moderna, foi produto da crise?

É sabido que as metamorfoses do capital são resultantes de sua própria lógica de autovalorização e que, portanto, as expressões adquiridas pelo seu sistema de controle no espaço-tempo, não são fruto de uma linearidade de um movimento sem precedentes. A crise de 1873 não possui as características de uma crise mundial, e nem somou todos os precedentes que eclodiram na crise estrutural de 1973. Seus efeitos foram sentidos nas principais economias industrializadas, mas as possibilidades de expansão do capital não interromperam o processo de acumulação.

É inegável que as consequências imediatas da crise foram o desemprego e a precariedade social; todavia, a intensa mobilidade do trabalho no fim do século XIX pode ser lida como a própria mobilidade do capital, através da maciça exportação de excedentes produtivos. Os países de capitalismo desenvolvido perpassam rápidos processos de incorporação de capital constante e de aumento no número de trabalhadores desempregados, no campo e na cidade, muitos dos quais migraram para outros espaços em que enxergavam melhores possibilidades de inserção laboral.

A diáspora do período entre 1870 e 1914 não é resultante da crise. A desmedida expressa no aumento da composição orgânica do capital através da II Revolução Industrial, com o visível aumento da produtividade do trabalho combinado a uma expansão contínua do capital, produziu uma ampla massa de trabalhadores desterrados, expropriados da propriedade da terra e marginalizados da produção industrial. Os países que perpassam maturados processos de industrialização de suas forças produtivas, como a Grã-Bretanha e a Alemanha, também eram os maiores exportadores de força de trabalho.

Hobsbawm (2021) argumenta que a industrialização, ou seja, o desenvolvimento econômico mundial, possibilitou a dinamização dos movimentos populacionais, através de mudanças substanciais entre os povos, o desenvolvimento de comunicações e a possibilidade de manter uma população cada vez mais

³⁴ No caso desses países, o excedente de capitais direcionou-se nos investimentos em ferrovias e transportes. Os processos de desenvolvimento de suas forças produtivas ainda eram iniciais e só se efetivaria após a Crise de 1929, no século XX.

crescente. Todavia, para além da aparente transformação empreendida pelas forças do capital, o rápido desenvolvimento capitalista e a expansão do progresso (as luzes da modernidade), foi o trabalho, elevado a níveis maiores de apropriação de mais-valor, o responsável por todas as estruturas, comunicações, transportes, bancos e cidades que cresciam entre o final do século XIX e o início do século XX.

Portanto, a intensa diáspora de trabalhadores da fase monopolista do capital é produto da lei geral da acumulação capitalista e de como o aumento do capital exerce influência sobre o proletariado mundial (MARX, 2017). Conforme Marx (2017, p. 720): “A população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital”, a sua multiplicação no período delimitado coincide com o crescente movimento expansivo do capital. Enquanto a acumulação crescia, a demanda por trabalho tendia ao decréscimo absoluto, com o acirramento da concorrência entre trabalhadores dos distintos países e as primeiras legislações de controle da entrada de força de trabalho em países receptores. A tendência à queda da taxa lucro era contrabalanceada pelo aumento da superpopulação relativa, que pressionava o rebaixamento nas taxas médias salariais, mas que se movia de acordo com a exportação de capitais através do mundo.

Pensar as diásporas no espaço-tempo de duas guerras mundiais, uma crise que abalou o sistema capitalista, revoluções e profundas mudanças socioespaciais nos países de capitalismo tardio é uma empreitada ampla³⁵. A começar pela destruição em massa das guerras, é preciso entender o papel destas na própria lógica de expansão capitalista durante a sua fase monopolista. Tanto a Primeira, quanto a Segunda Guerra se caracterizaram como guerras imperialistas, marcadas pelo confronto dos países de maior desenvolvimento de suas forças produtivas, grandes impérios consolidados através da expansão geográfica do capital no final do século XIX. Além da destruição dos excedentes produtivos: cidades, indústrias, canais, transportes, estradas, as guerras mobilizaram exércitos em massa, formados por força de trabalho ativa, principalmente homens jovens, de todos os continentes.

A rápida exportação de excedentes combinada ao acirramento das disputas imperialistas fomentou uma crescente indústria bélica e as bases para a Primeira Guerra Mundial, marcada pela destruição em massa de excedentes produtivos. Após

³⁵ Não se pretende estudar os casos particulares de cada país. De certa forma, todos os países passam mobilizações de suas classes trabalhadoras, em maior ou menor nível.

o fim do conflito, os EUA se consolidaram como potência econômica, militar e cultural, com a formação de amplas reservas de capitais acumulados a partir da estratégica participação na guerra. O crescimento produtivo entre 1918 e 1928 construiu um modo de vida de sua população, particularmente, sua classe média³⁶, marcado pelo incentivo ao consumo doméstico de eletrodomésticos, móveis, utensílios; além do sonho da casa própria e do automóvel. Este último fomentou a indústria automobilística que produziu as bases do modelo produtivo fordista, responsável pela aceleração na produção, pela introdução ainda mais acentuada de trabalho morto (a esteira, por exemplo) e pelos estoques de mercadorias. Ao lado dela, a indústria química também se expandia, tanto através das refinarias e da produção de borracha, quanto com os agrotóxicos e fertilizantes que impunham o modelo modernizador ao campo estadunidense. Para suprir as demandas de uma crescente população, em um território vasto, os EUA se tornaram o principal importador de matérias-primas dos países periféricos; além disso, até o fim da década de 1920, eram o principal credor dos países europeus, em reconstrução diante da catástrofe provocada pela guerra. O excedente produtivo era exportado para outros países, tornando a economia estadunidense, uma extensão do mundo. Os setores de energia, transportes, construção civil³⁷, comunicações (o rádio consolidando-se como principal meio de comunicação de massa), materiais e produtos domésticos cresceram a níveis nunca alcançados³⁸.

A crise de 1929 foi gestada no âmago da superprodução no centro do capitalismo mundial. Todas as condições para a sua formação já estavam dadas anteriormente à 1914, pois enquanto tendência à desmedida (GRESPLAN, 1996), ela não pode ser excluída do sociometabolismo do capital. Na superação das barreiras impostas ao capital, em meados do século XIX, o aumento da sua composição orgânica combinado ao cenário de acirramento das disputas entre capitais, concorreu para a centralização e concentração destes. À medida que o capital se expandia, suas contradições eram agudizadas: o aumento do capital especulativo, a contínua incorporação de trabalho morto no aumento da produtividade, o excesso de

³⁶ A farsa do *American Way Of Life* como generalização do sonho americano do consumo é desvendada na própria estrutura social racista mantida nos EUA, com a população negra sofrendo as mazelas do desemprego e da precariedade social.

³⁷ Nova lorque assumia o posto de capital mundial do capitalismo, como um canteiro de obras que cresce horizontalmente e verticalmente.

³⁸

mercadorias não absorvidas, trabalhadores cujos salários eram mantidos rebaixados o suficiente para contrabalançar a queda da taxa de lucro e uma crescente superpopulação relativa espacializada no globo. Entre 1914 e 1918, a destruição maciça dos excedentes produtivos, inclusive, força de trabalho, prolongou os efeitos da crise em aproximadamente uma década. Ao contrário de 1873, o impacto da crise eclodida em 1929 possui dimensões catastróficas para a perpetuação da acumulação, pois tratou-se do desabamento mundial de um modelo acumulativo dominante desde a consolidação do modo de produção capitalista³⁹. A produção mundial foi reduzida diante da paralisação do comércio externo, resultando durante o período 1929-1933 em uma recessão global:

E disso resultou um número enorme de desempregados: 12 a 15 milhões nos EUA, 6 milhões na Alemanha, 3 milhões na Grã-Bretanha; na Tchecoslováquia havia quase um milhão de desempregados numa população de 13 milhões de habitantes. A situação foi pior, embora não mensurável em cifras tão precisas, nos países menos conhecidos que viviam da exportação de matérias-primas, agora invendáveis (COGGIOLA, 2015, p. 07).

Quanto mais o proletariado expandiu-se, à despeito dos conflitos imperialistas que vitimaram mais de 100 milhões de seres humanos na primeira metade do século XX, mais constantes foram os controles sobre sua circulação, de acordo com os interesses do capital. Os anos que se seguiram à queda da Bolsa de Nova Iorque até o início da Segunda Guerra Mundial foram caracterizados pela diminuição da entrada de imigrantes nos países do centro capitalista, principalmente, aos EUA⁴⁰ e um afluxo de emigrantes em retorno aos países de origem, em destaque, latino-americanos e asiáticos. Desse modo, a impossibilidade de acumulação durante os anos de recessão teve como consequência, a mobilização do trabalho em direção aos espaços que iniciavam processos de transformação de suas forças produtivas, como consequência dos profundos impactos da crise para suas economias agroexportadoras:

³⁹ A crise significou a então derrocada do liberalismo, com a substituição do padrão-ouro pelas principais economias mundiais.

⁴⁰ A depressão econômica foi agravada pelas secas prolongadas nas plantações dos EUA. Semelhante ao que aconteceu após 1873, grupos supremacistas brancos se multiplicaram, disseminando terror contra as populações negras e latinas.

(...) ergue-se então a realidade de uma mobilidade suportada, provocando fluxos de homens apenas ao ritmo das contrações ou expansões do capital: quantos desenraizamentos frequentemente dolorosos, senão sempre dramáticos, quantos sinais de um progresso ilusório que modela a paisagem social e humana apenas à imagem desumana da polarização capitalista do espaço (GAUDEMAR, 1977, p. 24).

Durante a Crise de 1929, a concorrência entre o proletariado global se tornou maior em comparação ao período após 1873, e até mesmo, no início do século XIX. Seus efeitos foram socializados entre os trabalhadores de todos os continentes, lançados à condição de pauperismo, com as taxas de desemprego, a queda dos salários e a formação de aglomerados de moradias precárias, principalmente no centro capitalista⁴¹, já urbanizado. A taxa de desemprego na Alemanha alcançou 44% entre 1932 e 1933 (COGGIOLA, 2015), em um país que saiu arrasado pela Primeira Guerra Mundial (cujo desenvolvimento industrial havia ultrapassado a Grã-Bretanha no final do século XIX), mas cujos interesses de expansão imperialista não cessaram; pelo contrário, foram impulsionados pelo fracasso do liberalismo ocidental e a ascensão do nazismo, responsável por dar início à segunda grande destruição em massa de excedentes produtivos do capital, entre 1939 e 1945.

Se a superação dos limites impostos ao desenvolvimento do capital na década de 1870, pautou-se na propulsão a uma II revolução das forças produtivas, no acirramento imperialista e na espacialização dos imperativos capitalistas para continentes colonizados (Partilhas da África e da Ásia); os desafios impostos ao capital a partir de 1929, em uma crise ainda mais profunda, tendem à destruição das forças produtivas, o fomento à economia de guerra (militarismo) e o novo papel atribuído ao Estado enquanto fomentador das bases da acumulação.

Sob os preceitos do Keynesianismo, o Estado assume a tarefa reguladora do capital, a partir do controle das taxas de juros, a expansão dos gastos públicos em infraestrutura e defesa (transferência de excedentes produtivos para setores que impulsionaram um novo período de acumulação), concessão de direitos trabalhistas e sociais (na França, a constituição do *Welfare State* perpassou conquistas ainda mais consideráveis, como a redução da jornada de 48 para 40 horas semanais), e o

⁴¹ O período foi marcado pela exceção atribuída à URSS, que não sofrerá os impactos da crise, por conta de uma economia fortemente planejada que fomentou um desenvolvimento industrial acelerado (COGGIOLA, 2015; HOBSBAWM, 1995).

aumento da demanda através do incentivo ao consumo (concessão de empréstimos e crédito) (COGGIOLA, 2015). Coube ao Estado assumir as perdas de lucro, salvaguardando os prejuízos do sistema, seja com a nacionalização de empresas ou mecanismos de facilitação de fusões, além da compra e destruição de estoques.

Todavia, as estratégias de intervenção estatal, cujas expressões mais conhecidas estiveram no *New Deal* estadunidense e na disseminação do *Welfare State* europeu não seriam suficientes para a renovação da acumulação de capital sem a economia militarista que se consolidou com a Segunda Guerra e o período de tensionamento entre as duas grandes superpotências (EUA e URSS) que emergiram da nova geopolítica mundial.

Os anos anteriores à guerra foram marcados por distintas mobilizações de força de trabalho⁴², impactadas pelos efeitos da crise; ou mesmo, antes dela, como no caso da Itália, que a partir de 1927, sob Estado fascista, proibiu a saída de trabalhadores, como medida de incentivo ao processo de industrialização do país: Las políticas fascistas de control de la población priorizaron las migraciones internas evitando la salida de trabajadores al exterior. Las migraciones italianas pasaron a ser reguladas por el Estado (FERRERAS, 2022, p. 49).

Os profundos efeitos causados pela crise para a classe trabalhadora alemã impulsionaram a diáspora de parcelas dela para países vizinhos, como Polônia, Áustria e, até mesmo, países latino-americanos. No Brasil, durante o período 1924 e 1933, a imigração de alemães chegou ao auge, com a entrada de 61.723 (COGGIOLA, 2015) trabalhadores⁴³. Na América do Sul, a Argentina e o Uruguai se tornaram os maiores receptores desse montante imigratório.

Nos EUA, a expansão dos “loucos anos 20” foi acompanhada pela entrada massiva de imigrantes, que contribuiu para atos de restrição e controle dessa força de trabalho, principalmente, dos asiáticos. A crise e o acirramento da concorrência por vagas de empregos, reforçaram tal controle, ao mesmo tempo em que impulsionaram

⁴² A discussão sobre refúgio tornou-se um dos focos da OIT, diante da situação dos espanhóis refugiados da Guerra Civil, entre 1936 e 1939; bem como, a própria ascensão da Alemanha Nazista e a centralização do poder estatal na URSS, através do stalinismo. Nesses países, parcelas de suas classes trabalhadoras recorreram ao refúgio para outros países, diante das condições de perigo e ameaça à integridade.

⁴³ Em comparação, o período de 1914 a 1923 respondeu por 29.339; e o período de 1945 a 1949, 5.188, de acordo com os dados do IBGE.

a emigração⁴⁴. Todavia, o início da nova guerra e a ascensão do império militarista (a mais poderosa força militar do mundo, conforme Ellen Wood (2014), renovou as forças produtivas e a própria acumulação. A entrada do país no conflito, com a consequente mobilização de trabalhadores jovens (16 milhões de estadunidenses serviram ao Exército), contribuiu para a formulação do acordo entre o México, conhecido como Programa Bracero. Através do acordo, milhares de trabalhadores mexicanos foram incentivados a migrarem em direção aos EUA, com oportunidades de emprego nas indústrias e no campo em plena modernização.

O Bracero durou entre 1942 e 1964 e os números apontam para 4,5 milhões de trabalhadores mexicanos mobilizados. Diante dos benefícios e das melhores condições de vendabilidade de força de trabalho em comparação ao país de origem, o fluxo de trabalhadores em situação de clandestinidade aumentou, principalmente após a guerra, na década de 1950, quando os EUA consolidaram a Era de Ouro⁴⁵ da acumulação de capital. O baixo custo dessa força de trabalho contribuiu para a pressão tanto dos trabalhadores mexicanos legalizados pelo Programa, quanto dos trabalhadores estadunidenses (CUNHA, 2012). A ampla disponibilidade de força de trabalho para as engrenagens do capitalismo em um dos seus centros mais dinâmicos, contribuiu para o fim do Programa⁴⁶.

Segundo Chacón e Davis (2008), o Programa não somente estabeleceu um marco laboral de disponibilidade ampla e constante de força de trabalho mexicana, a partir de contratos temporários (pressuposto inicial), mas ao longo das décadas de sua efetivação, formou uma parcela significativa da classe trabalhadora dos EUA durante o século XX:

El Programa Bracero, cuyo nombre se refiere literalmente a 'alguien que trabaja con los brazos', estableció un sistema de contratación laboral por el cual el gobierno de Estados Unidos negoció la importación temporal de 4.8 millones de trabajadores mexicanos para

⁴⁴ No período posterior ao fim da Primeira Guerra, conhecidos como loucos anos 20, o crescimento demográfico dos EUA foi acompanhado por controles à entrada de imigrantes, mobilizados diante da expansão produtiva que o país vivenciava. A concorrência entre nativos e imigrantes se acentuou e a ampla disponibilidade de força de trabalho não exigia mais uma mobilização em massa, como aquela que marcou as décadas anteriores. Todavia, os controles sobre os trabalhadores imigrantes não impediram processos clandestinos de entrada.

⁴⁵ Conceito presente em Hobsbawm (1995).

⁴⁶ Esse fato não pode ser interpretado como o fim da mobilidade de trabalhadores mexicanos para os EUA. O aspecto funcional dessa força de trabalho barata, através de sua clandestinidade, dialoga com a contratendência do capital em rebaixar os salários médios do conjunto do proletariado diante da tendência à queda da taxa de lucro.

ser empleados principalmente en la agricultura, entre 1942 y 1964. Bajo ese contrato, los trabajadores mexicanos eran transportados a las granjas para ocuparse de las cosechas. Se les garantizaba trabajo, un salario mínimo, transporte y vivienda, mientras que ellos debían hacerse cargo de sus propios alimentos, los servicios de salud y otros gastos mediante deducciones en su paga” (CHACÓN; DAVIS, 2008, p. 230).

O México perpassou um processo de integração econômica às determinações do capital estadunidense, que resultou, de um lado, na desindustrialização de sua economia e, de outro, na concentração massiva de terras no campo. A expansão das forças produtivas que formou uma semiperiferia industrializada mexicana passou a ser subordinada aos mecanismos de avanço do capital estadunidense (entrada maciça de multinacionais responsáveis por desestruturar a indústria nacional). Esse processo teve como uma das consequências, o aumento das mobilizações de trabalhadores em direção aos EUA, diante das redes de integração de famílias e comunidades, das remessas enviadas por imigrantes já estabelecidos no país de destino e das condições de reprodução material escassas no país originário. O México se tornou o principal exportador de força de trabalho barata para os EUA na segunda metade do século XX.

Não é simplesmente como alerta Mézáros (2011) uma questão de dependência, de um país do “Sul” subordinado ao “Norte”. A complexidade do capital está exatamente nas barreiras enfrentadas durante seus ciclos expansivos. O Programa Bracero serve a uma fase de tendência ao crescimento dos salários médios do proletariado industrial estadunidense, e que disponibiliza força de trabalho mexicana (e de outras nacionalidades), como preferência dos capitalistas estadunidenses pela força de trabalho imigrante, diante da ausência de vínculos sindicais e do preço médio diário por trabalhador menor em comparação com os trabalhadores nativos, conforme a detalhada análise dos autores de *Nadie es Ilegal*.

Nos capítulos que seguem o traçado analítico de Chacón e Davis (2008), entende-se que nas décadas de 50 e 60, ocorreu um aumento da entrada de trabalhadores indocumentados, ou *trabajadores sin papeles* (conceito utilizado como contraposição aos formalizados pelo programa Bracero) e absorção destes ao mercado laboral estadunidense, diante de pressões por direitos e aumento na taxa de sindicalização dos *braceros*.

Como resultado, el flujo de mano de obra indocumentada pronto eclipsó el flujo de braceros acordado entre ambos países. Entre 1947 y 1949, 74.600 braceros llegaron a los campos agrícolas, mientras que el número de quienes cruzaron la frontera sin autorización, registrados por el gobierno estadounidense a su llegada, se disparó a 142.200 (CHACÓN; DAVIS, 2008, p. 240).

O Bracero funcionou conjuntamente a um processo de mobilização de trabalhadores indocumentados, os chamados sem papéis, que durante o período pós-guerra foram absorvidos pelo mercado em expansão, tanto nos centros urbanos em crescimento industrial, quanto no campo. Além das remessas enviadas pelos trabalhadores para suas famílias nos países de origem, fatores como vantagens comparativas salariais e de possibilidades de consumo, favoreceram o aumento proporcional da entrada de indocumentados em relação aos trabalhadores formalizados pelo Bracero (e que tinham um contrato de retorno assim que sua força de trabalho não fosse mais necessária à acumulação).

Mesmo após o fim do Programa em 1964, a imigração de trabalhadores indocumentados seguiu em pleno vigor, se convertendo na principal força de trabalho mobilizada pelo capital entre fronteiras, como mecanismo de rebaixamento do preço médio dos salários. O legado do Bracero foi de milhões de pessoas esperançosas pelo câmbio da moeda global, o dólar, responsabilizadas pela própria transportação, assumindo os riscos contra a própria vida na travessia da fronteira, arcando os custos com alimentação e estadia. Ao longo das décadas, e, principalmente, a partir da efetiva mundialização do capital na década de 1970, esse contingente foi subordinado a jornadas laborais intensificadas, sob salários menores em comparação à média nacional, ausentes dos serviços de proteção social e vitimizados por contrabandistas e agências de arregimentação de trabalho que impunham regimes de superexploração do trabalho.

A geopolítica da Segunda Guerra, último grande conflito que envolveu as principais potências mundiais em busca de expansão territorial (WOOD, 2014), marcou a maior mobilização de capitais e força de trabalho em direção à destruição. Concorda-se com a afirmação de que: “A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo” (HOBBSAWM, 1995, p. 32), diante dos profundos reordenamentos espaciais que determinaram, inclusive, os rumos da acumulação. Reordenamentos que incluíram: o crescente militarismo como mecanismo de diminuição das perdas cumulativas e que não se encerrou com a bomba atômica

sobre o Japão, os organismos multilaterais de gestão dos interesses do capital (sistema de Bretton Woods, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, além da Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a reconstrução e ressurgimento da Alemanha e Japão como potências capitalistas. Conforme Wood (2014, p. 99): “Essa seria uma era em que a competição econômica – associada desconfortavelmente à necessária cooperação entre Estados capitalistas para assegurar seus mercados – superou a rivalidade militar entre as maiores potências capitalistas”.

A análise não anula as particularidades das diásporas de cada país, mas, em essência, tratou-se do aspecto mais bárbaro de uma guerra funcional aos interesses do capital: a destruição de força sobrança. As estatísticas são variáveis, mas sabe-se que aproximadamente 60 milhões de trabalhadores foram mobilizados para a guerra em forma de força militar; 3,07% da população mundial da época foi dizimada, em um número que varia entre 50 milhões e 85 milhões, incluindo a população trabalhadora fora dos exércitos (COGGIOLA, 2015).

Os anos posteriores à guerra foram conhecidos pela literatura acadêmica como a Era de Ouro do capitalismo, conceituação distinta de acordo com os autores: anos dourados ou trinta gloriosos, por exemplo (HOBBSAWM, 1995). Um período em que as crises pareciam extintas da lógica capitalista de produção, no qual a produtividade e o acúmulo de riqueza marcavam o esplendor da transformação material do mundo. O restrito grupo de países do centro do capitalismo (EUA, Japão e Europa Ocidental) foram os beneficiados pela expansão do capital, e mesmo no interior dessas formações nacionais, a produção desigual do espaço tratou de concentrar os ganhos da produtividade socialmente produzida. O fim da Segunda Guerra consolidou uma nova lógica de disputa do mercado mundial (não mais via política colonial, conforme as décadas anteriores à Primeira Guerra), mas através do crescente militarismo fomentado entre EUA e União Soviética. Ao mesmo tempo, em que a reconstrução de rivais geopolíticos (Alemanha e Japão) via Plano Marshall consolida o império do capital centralizado nos EUA. A produção fordista-taylorista ultrapassou as fronteiras deste país e tornou-se o modelo produtivo dominante da acumulação do período; enquanto a distribuição de benesses sociais e a configuração de um mercado de trabalho marcado pelo pleno emprego para aproximadamente 10% da população mundial (MÉSZÁROS, 2011) foi suficiente para a exportação do padrão de vida ocidental, ou conforme Giovanni Alves (2007): a ocidentalização do mundo.

Os reordenamentos impunham transformações na divisão internacional do trabalho, com a exportação de parte do excedente produtivo para regiões da periferia do capitalismo, responsáveis por aceleradas revoluções de suas forças produtivas. Países como Argentina, Brasil, Equador, Egito, México, Nigéria, Peru e África do Sul passam a receber instalações de empresas de base e bens duráveis, concentrando regiões industriais e mobilizando suas forças de trabalho em direção aos crescentes centros urbanos desordenados. Além disso, após as duas grandes guerras, ao invés de uma expansão territorial em busca de novas regiões para integração no desenvolvimento desigual e combinado do capital, assiste-se a uma nova funcionalidade do imperialismo, baseada na subordinação dos nascentes países independentes da África e da Ásia, cujos recursos naturais e mão-de-obra foram ajustados aos imperativos do capital (WOOD, 2014).

Se durante as guerras, a mobilidade do trabalho expressou a condição mais visível da destrutividade do capital – uma mobilização em busca de renovação da acumulação; a era de ouro do capitalismo representa o último período em que a mobilidade é indissociável da acumulação. Nas palavras de Gaudemar (1977, p. 17): “Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”.

A população trabalhadora crescia através de saltos quantitativos, com aumentos de um bilhão⁴⁷ em um período cada vez menor de tempo; os processos de descolonização dos países da periferia menos industrializada do sistema não extinguiram as profundas desigualdades de suas sociedades, enquanto na periferia em vias de transformação das forças produtivas, estruturaram-se sociedades urbanas concentradas e desordenadas, movidas através de força de trabalho barata e desterrada de espaços agrários modernizados pelo ideal de progresso vigente, como nos casos de Brasil e México.

Trabalhadores africanos, indianos e paquistaneses rumaram em direção aos países de maior desenvolvimento da Europa; enquanto os latino-americanos voltavam-se, a despeito dos controles migratórios, para os EUA, diante do sonho americano. Países como Brasil, Argentina, Egito e México eram destinos de países fronteiriços, cujas condições de desenvolvimento não possibilitam melhores inserções

⁴⁷ Dado que inclui a população adulta, em idade ativa e suas proles.

laborais. Além dos processos externos, não se pode deixar de lado, as transformações no interior das formações nacionais, em países que se tornaram rapidamente de ampla maioria urbana. Somados os processos de diásporas da fase mais próspera da acumulação capitalista dimensiona-se como as metamorfoses do capital foram responsáveis por uma contínua mobilização do proletariado global. A mobilidade do trabalho sendo afirmada enquanto natureza imanente da força humana empregada para a valorização do valor. Desse modo, ela é a qualidade que mantém essa força passível de deslocamentos: “Na sua acepção intuitiva, o conceito de mobilidade do trabalho apenas pode designar uma deslocação espacial dos homens” (GAUDEMAR, 1977, p. 16); mas o cerne de seu entendimento encontra-se nas relações contidas da produção das diásporas de trabalhadores.

Nas crises de 1873 e 1929, a desmedida do capital conseguiu ser contornada em distintos mecanismos de renovação do processo acumulativo e as diásporas entre países/continentes ou dentro dos próprios países seguiram os rumos dessa acumulação. Todavia, ao mesmo tempo em que a população mundial e o próprio proletariado cresciam, o movimento de aumento da composição orgânica do capital não cessou. A destruição massiva de excedentes e o militarismo sustentaram o crescimento e a expansão capitalista do pós-guerra. O ponto crítico dessa acumulação é quando o capital se depara com a impossibilidade de perpetuar esse movimento sem precedentes.

As transformações ocorridas durante o “breve século XX”⁴⁸ resultaram em uma série de processos que impactaram diretamente a produção de diásporas de trabalhadores. A mudança demográfica iniciada com o movimento das forças produtivas no século XIX, se acelerou, à medida em que o capital se expandia em direção à acumulação. Entre 1900 e 1970, a população mundial saltou de 1,6 bilhão para 3,6 bilhões, impulsionada pela explosão do crescimento populacional na periferia do sistema capitalista, continuada durante o século XXI (principalmente, no continente africano). Nas proximidades da crise de 1973, o mundo alcançava 4 bilhões de habitantes (ONU, 2023).

A incerteza do futuro após 1973 expressou-se, em um primeiro momento, na negação de qualquer certeza constituída na modernidade (ela própria, posta em cheque). O fim do período mais revolucionário para as relações sociais e culturais,

⁴⁸ Referência ao título da obra de Hobsbawm (1995).

desde a Idade da Pedra, conforme Hobsbawm (1995) - a Era de Ouro do capitalismo -, não se caracterizou pela destruição em massa dos excedentes produtivos em uma suposta Terceira Guerra Mundial. Um nível de produtividade nunca alcançado, a riqueza acumulada, todos os espaços alcançados pelo capital, sem margens para novas expansões coloniais, o mais desenvolvido nível tecnológico que continuou a ser renovado e a produção de um exército de reserva de trabalhadores que não podia mais ser caracterizado enquanto 'reserva'. Todas essas características tornaram as décadas que sucederam os trinta anos de crescimento e acumulação de capital, um período de crise irreversível⁴⁹.

A longa onda expansiva do capital não eliminou as crises do seu sociometabolismo (NETTO, 2012). Em seu fim, sinais da iminente turbulência estavam dados: as pressões das classes trabalhadoras ao redor do mundo e dos movimentos sociais emergentes desde a década de 1960, e a insustentável condição mantenedora do militarismo como contrapeso destrutivo, vide a Guerra do Vietnã e a histórica derrota da superpotência global, os Estados Unidos. Some-se a isso, a preocupação ecológica a partir da década de 1970 (FONTES, 2017).

Esses sinais revelaram acirramentos e contradições que desembocaram na mais longa onda recessiva do capital: a sua crise estrutural.

A diáspora elevada a uma condição morfológica do sistema de controle do capital

A produção dos *oceanos de miséria* (CONCEIÇÃO, 2005, p. 167) é a paisagem mais presente do mundo sob o domínio do capital. Não como condição externa ao sistema, mas como face da lógica de apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Os dados não conseguem esconder a barbárie (Tabela 02):

Tabela 2 - Mundo: dados absolutos sobre alguns indicadores sociais e laborais

CONDIÇÃO	DADO	ANO	FONTE
Desemprego	207 milhões	2022	OIT
Morte laboral	1,9 bilhão	2016	OIT/OMS

⁴⁹ A citação de Hobsbawm (1995, p. 25) consegue ir ao cerne da questão: "No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos onde nos leva, ou mesmo onde deve levar-nos, nossa viagem".

Informalidade	2 bilhões	2018	OIT
Fome	828 milhões	2021	Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022 - ONU
Insegurança alimentar grave e moderada	2,3 bilhões	2021	Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022 - ONU
Migrações internacionais	281 milhões	2021	OIM

Fonte: OIT; OMS; ONU; OIM, 2023

O desemprego como negação ao acesso laboral é a face da ausência de possibilidades de desenvolvimento humano, pois significa a impossibilidade de renda e, por conseguinte, da realização de uma série de instrumentais sociais: saúde e educação dignas, lazer, direito ao repouso, moradia e alimentação saudável suficiente para a reposição de energias no dia a dia de um ser humano. A estimativa de 2022 é de aumento em relação à 2019 (187 milhões), período usado como comparativo em decorrência da Pandemia de Covid-19.

Os dados sobre morte no trabalho espelham uma condição em estado de degradação desde o início do milênio, em 2000: as causas do aumento estão relacionadas a longas jornadas e ambientes insalubres (poluição do ar, substâncias cancerígenas, riscos ergonômicos e ruídos). A tendência é de adoecimento em massa do proletariado e sobrecarga de precários sistemas de saúde, insuficientes para atender demandas crescentes de trabalhadores e trabalhadoras mutilados, exaustos e mentalmente instáveis. A OMS juntamente à OIT afirma que as maiores causas são as doenças cardíacas e os derrames por exposição a jornadas extenuantes (aumento de 41% e 19%, respectivamente, entre 2000 e 2016). Destaca-se ainda a adição da Pandemia como dimensão impulsionadora para estimativas futuras.

A informalidade representou 61% do proletariado global em 2018. Dado que se concentra nos países da periferia capitalista (África, Ásia, excetuando o Japão, América Latina), com 93% desses 2 bilhões de trabalhadores (Tabela 03):

Tabela 3 - Continentes: taxa de informalidade, 2018

CONTINENTE	TAXA DE INFORMALIDADE
África	85,8%
Asia e Pacífico	68,2%
Oriente Médio	68,6%
Américas	40%
Europa e Asia Central	25%

Fonte: OIT, 2023

A condição de fome crônica abarca aproximadamente 828 milhões de seres humanos; se estender para as condições de insegurança alimentar grave e moderada, o número salta para 2,3 bilhões. Os dados são de 2021 e estão na contramão de qualquer perspectiva de erradicação encabeçada pela ONU, desde a sua Agenda 2030, cuja meta em 2015 seria acabar com o problema da fome até o fim da presente década. A Pandemia, mais uma vez, impulsionou o aumento, mas antes do seu início, o número de famintos já era crescente. As previsões de recuperação econômica para o pós-Pandemia não são suficientes para estimativas animadoras: serão 670 milhões de famintos, em 2030 (OMS, 2022).

Sobre a intensa mobilização de parcelas significativas da população, os 281 milhões de desterrados em 2021 contrastam com o cenário de isolamento durante o auge da Pandemia de Covid-19. É a revelação de que a produção de diásporas não foi cessada, em suas variadas causas, interligadas pela busca de postos de trabalho em outros países, com melhores perspectivas de desenvolvimento social. De acordo com a OIT, desde a década de 1970, o número de imigrantes saltou 200 milhões a mais, em relação aos aproximadamente 80 milhões existentes naquele período.

No exame da realidade, a leitura crítica dos espaços de miséria se sustenta, pois: “(...) distribuição diferente de riquezas resulta em espaços desiguais. A leitura geográfica da miséria exige o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

A mesma autora, em texto que contribui para pensar a Geografia na virada do século XXI (CONCEIÇÃO, 1998), afirma que, ao contrário de uma era de luzes e esperança no progresso que a virada do século anterior anunciava, o novo contexto marca uma contínua era de fluidez mercadológica de um espaço mundializado. Portanto, representaria a ausência da estabilidade, com a transformação de todas as relações em valores de troca, na busca irrefreável do capital prolongar seu último limite absoluto para a posterioridade.

Entre 1973 e 2022 são quase cinquenta anos em que o capital se encontra em uma inescapável crise⁵⁰. Um período que ultrapassa os anos dourados de sua história, entre 1945 e 1973, uma brevidade de quase trinta anos de acumulação e expansão produtiva. É preciso destacar também que se trata de um período distinto dos anos anteriores à crise de 1929, ou ao período recessivo após esse ano (1929 a 1939, quando ocorreu o início da Segunda Guerra Mundial). O caráter estrutural dessa crise a particulariza no tempo e espaço do sistema do capital, pois ao contrário de todas as crises anteriores, os mecanismos expansivos do seu sociometabolismo não funcionam como catalisadores para a renovação do processo de acumulação. Impõe-se um modelo produtivo baseado na eliminação massiva dos grandes estoques de mercadorias característicos do fordismo-taylorismo, e na perda progressiva da qualidade delas, com o encurtamento do tempo médio de uso e possível renovação produtiva (PANIAGO, 2012). Além disso, o acúmulo de armamentos, diante da indústria militarista vívida desde a era de ouro da acumulação, consolida-se como sustentáculo da hegemonia dos EUA, mas não de forma suficiente para a renovação de um novo ciclo de expansão cumulativa (DANTAS, 2007)⁵¹.

Com o fim do período expansivo do capital, desmoronaram-se as sociedades baseadas no bem-estar social. As economias do centro adentram em uma fase de diminuição do crescimento econômico, aumento das taxas de desemprego e instabilidade política. Enquanto a periferia do sistema, com populações crescentes, é mergulhada em endividamentos e convulsões sociais. Nos EUA, por exemplo, que havia constituído uma ampla classe média branca⁵² disseminadora do seu *American Way Of Life*, os índices de pobreza e desigualdade cresceram a partir dos anos 1970 e 1980, responsáveis pela radicalização dessa mesma classe média, diante da possibilidade de perda de um padrão de vida conquistado nas décadas anteriores. Uma das expressões dessa radicalização foi o acirramento da xenofobia contra

⁵⁰ As consequências da crise estrutural do capital para o mundo do trabalho contemporâneo são reveladas no exame de um tardo-Capitalismo planetário, sustentado em níveis cada vez maiores de exploração. Discorre-se sobre o aspecto tardio desse sistema, não como expressão de sua decadência ou mesmo fim, mas como leitura das contradições agudas em que se chega o regime do capital nos últimos quarenta anos, sob o marco de 1970.

⁵¹ Muito mais como ameaça à humanidade e expressivo do caráter destrutivo do capital em crise.

⁵² A controvérsia sobre se os EUA vivenciaram um *Welfare State* são variadas; todavia, a análise da realidade de sua classe trabalhadora aponta para a sua restrição das benesses sociais para a uma parte dela. A população negra continuou a vivenciar a desigualdade e a opressão na terra do sonho americano.

trabalhadores imigrantes, sejam os já estabelecidos no país, ou as levas que continuaram a mobilização em direção a ele. De acordo com Harvey (2011, p. 20):

Um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho. Havia escassez de mão-de-obra, tanto na Europa quanto nos EUA. O trabalho era bem-organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política.

Desse modo, a acumulação forçou o estímulo à imigração, com o Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965, em prol do acesso à população excedente global nos EUA; bem como, a mobilização de trabalhadores da África do Norte pela França, os turcos na Alemanha, os iugoslavos pela Suécia e os trabalhadores do antigo império inglês em direção à Inglaterra (HARVEY, 2011). Todavia, o que o geógrafo deixa de aprofundar é que o trabalho não se torna barreira ou obstáculo para a acumulação, ao invés disso, é a própria tendência do capital à desmedida, ao negar a substância fundamental para seu sociometabolismo, incorporando trabalho morto e expulsando trabalho vivo das engrenagens da acumulação, que intensificou a sua contradição latente. Outro ponto a ser considerado é o argumento da “escassez de mão-de-obra”, um fato que suscita ressalvas. O proletariado do centro capitalista cresceu demograficamente nas décadas após a Segunda Guerra, com os filhos dessa classe trabalhadora denominados *babies-boomers*. Além disso, o chamado pleno emprego apontado como uma das características do período entre 1945 e 1973 no centro capitalista não significou o fim do pauperismo e do desemprego nas sociedades de capitalismo desenvolvido. A mobilização de força de trabalho imigrante justifica-se pela própria lógica da acumulação diante de seus limites absolutos, eclodidos nas décadas posteriores. A expansão do consumo e a sustentação de um padrão de vida baseado no bem-estar social não poderia manter-se em constante expansão, sob um sistema baseado em concentração de riqueza (apropriação privada de uma produção socializada). Ao mesmo tempo, a pressão da classe trabalhadora e das parcelas da juventude em formação, com novas demandas e lutas, escancarou a inexistência de um capitalismo humano.

A mobilização de trabalhadores imigrantes insere-se nesse contexto como incorporação de força de trabalho barata, que pressionaria por salários mais baixos

no conjunto das classes trabalhadoras desses países, ao mesmo tempo em que explodiria um excedente reserva.

O auge da queda da taxa de lucro do capital provocou a constituição de uma sociedade inteira marcada pela instabilidade: a crise de 1973, marco do fim da expansão da acumulação, pois a desmedida do capital não poderia ser contornada, nem as medidas anteriores de superação das barreiras para a acumulação surtiram efeito. O modelo produtivo fordista é substituído pelo Toyotismo, que ao contrário de uma acumulação flexível (HARVEY, 2011), aprofundou as barreiras da acumulação: o contínuo aumento da composição orgânica, através da inovação tecnológica nunca vista (robotização, automação, desenvolvimento de eficientes sistemas de comunicação e circulação na terra, nos oceanos e no ar, produção flexibilizada e descartabilidade de mercadorias, inovações constantes) e expansão do desemprego crônico e de uma superpopulação relativa que deixa de ser uma “reserva industrial” e passa a conviver com a impossibilidade de vendabilidade da força de trabalho em todo o seu tempo de vida.

Nenhuma das medidas historicamente postas contra os limites absolutos surtem efeitos definitivos, sob a condenação de nunca objetivar suas causas. Desde o combate às políticas keynesianas, a renovação toyotista, o protecionismo dos capitais para salvaguardar o sistema financeiro, nem o militarismo são suficientes para a renovação acumulativa. Desse modo, a única expansão é a universalidade da crise, não somente geograficamente, mas em todos os setores da produção: “Desse modo, a contradição inexorável entre crescimento da produção de trabalho excedente e diminuição do trabalho necessário, com suas nefastas consequências para a realização do capital, permanece atuante” (PANIAGO, 2012, p. 62).

O cenário mundial passa a ser de estagnação dos salários, diminuição do poder de compra da classe trabalhadora assalariada, privatização dos serviços públicos, instabilidade política nas economias periféricas, crises locais e regionais, como as que marcaram os países latino-americanos, nos anos 1980 e os asiáticos, nos anos 1990. Além disso, o desmoronamento das sociedades pós-capitalistas lançou uma considerável parcela de suas populações no montante da superpopulação relativa (HARVEY, 2011).

O capital não pode mais se valer de imperativos expansionistas, pois não há qualquer região do globo terrestre que não tenha sido alvo do seu sistema:

O que se seguiu foi o período que chamamos de globalização, a internacionalização do capital, seus movimentos rápidos e livres e a mais predatória especulação financeira por todo o globo. Foi uma resposta, tanto quanto qualquer outra, não aos sucessos, mas aos fracassos do capitalismo (WOOD, 2014, p. 102).

Portanto, as respostas dos representantes do capital não se caracterizaram como um “ajuste espacial” produtivo (HARVEY, 2011), mas enquanto deslocamento da crise no espaço e no tempo (WOOD, 2014). Para os países periféricos, a espacialização da crise deu-se através das medidas do FMI e do BM para que impulsionaram a produção em direção à exportação e a remoção de controles nas importações, privatização de parques serviços públicos, aumento nas taxas de juros e desregulação financeira, responsável pelo endividamento das suas frágeis economias.

Não se trata de uma aldeia global ou uma economia-mundo integrada; pois a internacionalização do capital, segundo Wood (2014) é o sintoma de como os movimentos do capital exigem a máxima liberdade através das fronteiras em direção ao trabalho, recursos e mercados. Ao lado da livre movimentação do capital, a crise estrutural impõe a administração dos movimentos do trabalho como uma funcionalidade de cada país, com controles de fronteira e políticas imigratórias.

En tiempos de escasez de mano de obra o de expansión económica, el arquetipo del migrante robusto, sincero y adaptable, que anhela una oportunidad de desarrollo, sirve para facilitar unas fronteras más porosas. En tiempos de contracción capitalista, como la recesión o la depresión, u otras amenazas a la estabilidad de las ganancias empresariales, la admiración por ese migrante da paso al desdén. Durante estos periodos volátiles, el migrante es retratado como una fuerza maliciosa en la sociedad, responsable de una constelación de males sociales que amenazan al país entero (CHACÓN; DAVIS, 2008, p. 284).

As consequências para o proletariado mundial⁵³ variam, mas a crise estrutural impõe a intensificação da exploração e degradação da força de trabalho, personificados em segmentos desprotegidos e heterogêneos: crianças, idosos, negros, LGBTQIA+, mulheres, doentes, migrantes e refugiados (NETTO, 2012).

⁵³ Constata-se o crescimento da pauperização absoluta e relativa para a maioria da população mundial (NETTO, 2012).

Contudo, se a crise estrutural inaugura a mais longa fase recessiva da acumulação, como investigar os processos de mobilidade do trabalho na formação das diásporas atuais?

Segundo Mészáros (2011), os limites absolutos ativados pelo capital no curso da crise estrutural são: 1. O antagonismo entre capital global e Estados nacionais; 2. A degradação das condições ambientais; 3. A luta pela emancipação das mulheres; e 4. O agravamento do desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2012). A fim de situar os argumentos que corroborem em uma direção sobre o questionamento acima, atêm-se a este último limite.

O desemprego crônico como limite absoluto é a realidade de um problema estrutural, cujas medidas encontradas pelo capital aprofundam seu caráter crônico, com a multiplicação da força de trabalho supérflua (MARX, 2017; MÉSZÁROS, 2011). Desse modo, não se trata de uma explosão populacional, teorizada por Malthus e reeditada pelo neomalthusianismo:

O problema é que, ao mesmo tempo em que se projetam (e se adiam) pseudo emergências e catástrofes determinadas pela natureza, a 'explosão populacional' realmente ameaçadora – a tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países – é ignorada e completamente deturpada (MÉSZÁROS, 2011, p. 320).

O 'excesso de população' é o trabalho supérfluo acumulado em todas as porções do mundo capitalista, e o exército de trabalhadores apresenta uma tendência à maior proporção relativa em relação ao proletariado mundial. A notícia de 268 milhões de chineses que perderam o emprego durante uma década soma-se ao aumento das taxas de desemprego nos países centrais, marcados outrora por taxas que definiam conceitos de pleno emprego (MÉSZÁROS, 2011). O desemprego torna-se uma ameaça ao sociometabolismo do capital, frente às constantes instabilidades sociais provocadas e a barbárie socializada nos espaços da miséria. Se nos períodos de acumulação, seu caráter latente mantinha a dinâmica da expansão, a crise estrutural expande uma população supranumerária, em que as recuperações momentâneas de níveis de progresso de cada país não revertem sua condição crônica. Ao invés de manter uma dinâmica expansionista, aprofunda-se a impossibilidade de acumulação e de saídas para a superação das suas barreiras.

Se a internacionalização do capital significou a destruição do bem-estar social de parcelas do proletariado de países centrais, seus efeitos para os países periféricos geraram o aumento da exploração de trabalho barato de seus trabalhadores. Acirra-se uma constante concorrência entre os proletários do centro e da periferia, utilizada como equalização da taxa diferencial de exploração (MÉSZÁROS, 2011). Trata-se da tendência à superfluidade da classe trabalhadora mundial.

Mattos (2019) oferece um panorama sobre a situação da classe trabalhadora atual, que serve para dimensionar para onde o capital move o trabalho no cenário da crise estrutural: a força de trabalho mundial, ou seja, a população acima de quinze anos, seja ela empregada, desempregada e à procura de emprego, de acordo com a OIT e o BM, em 2016, somava 3,388 bilhões de pessoas. Os fluxos migratórios se ampliaram em variadas direções, como uma redistribuição contínua de força de trabalho barata em busca de ocupações: “Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os anos de 2002 e 2012, os migrantes foram os responsáveis por 47% do crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos e por 70% na Europa” (MATTOS, 2019, p. 82).

Entender a conjuntura atual da imigração é situar esses distintos fluxos em um quadro complexo, onde não se trata de um fenômeno separado ou passível de uma atenuação, mas de uma diáspora elevada à condição morfológica ao próprio sistema produtivo, indissociável e ao mesmo tempo, expositora da universalidade da crise.

SEÇÃO II – MOBILIDADE DO TRABALHO E MOBILIZAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO SOBRENTE OU SUPÉRFLUA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O que você acredita que pode fazer a gente feliz a não ser andar livre e não ter patrão? (Walt Whitman)

A mobilidade do capital alcançou todos os continentes, através de uma ordem sociometabólica incontrolável. Da diáspora irlandesa dos expropriados na fuga contra a fome, a uma era de múltiplas diásporas, com latino-americanos e africanos mobilizados nas fronteiras terrestres e aquáticas que integram o atual cenário de mobilização geral da força de trabalho, a evolução do capital demarcou profundas transformações espaciais. Estas integram processos que vão desde a consolidação da subsunção real do trabalho através da grande indústria⁵⁴ até o marco da crise estrutural do capital, que se estende desde meados dos anos 1970 em diante.

É particularmente sob o sistema capitalista que se definem as condições materiais para a existência de um sujeito livre como os pássaros, conforme Marx (2017). É na liberdade de não possuir qualquer meio de produção para inserir-se no mercado de trabalho através da vendabilidade de sua única mercadoria, que se encontra na natureza da mobilidade do trabalho. Ela é uma condição inseparável do portador da força de trabalho, e, ao mesmo tempo, o que impele sua mobilização no tempo/espço da produção capitalista. A mobilidade do trabalho está presente em toda e qualquer esfera produtiva, fase de desenvolvimento das forças produtivas, país ou região. Contudo, a tendência expansiva do capital ao longo de suas fases torna essa condição mundializada, tal qual o proletariado em seus distintos extratos.

Quanto maior a expansão do capital, maior será a quantidade de sujeitos despojados, e, conseqüentemente, a mobilidade do trabalho adquirirá novas dimensões. É a partir da condição de mobilidade do trabalho que são gestados

⁵⁴ Que, por sua vez, tendem à concentração e centralização do capital em sua fase monopolista, com acirramentos imperialistas e ampliação da escala de controle e domínio desta relação às novas regiões colonizadas.

processos de mobilização de trabalhadores⁵⁵. As diásporas sob o controle do capital, nesse sentido, são produtos dos movimentos expansivos e/ou regressivos do capital e suas respectivas reestruturações produtivas.

Nesse ponto, são aludidos distintos processos definidos no bojo da ativação de limites absolutos do capital: a intensificação da precarização sobre as classes trabalhadoras assalariadas e a generalização da precariedade social, facetas do desemprego crônico; a contradição entre o capital transnacional e os Estados-nacionais aguçada em reordenamentos geopolíticos, gestores de conflitos imperialistas mobilizadores de excedentes supérfluos; e a devastação ecológica responsável pela inviabilização de regiões (solo, ar, água, recursos energéticos) para o desenvolvimento material de grupos humanos, seja na cidade ou no campo.

As metamorfoses do sujeito que migra

A constituição do mundo do trabalho capitalista se fez através da transição de formas societárias anteriores, marcadas pela inseparabilidade entre produtor e meios de produção, para um processo de trabalho cindido, consolidado pela subsunção real ao capital. De mundos do trabalho fragmentados geograficamente e caracterizados por distintas sociabilidades, as transformações definidas com o surgimento de um trabalhador livre de quaisquer amarras à terra e aos seus meios produtivos – instrumentos, insumos naturais, habilidades utilizadas para a concretização de objetos próprios a sua sobrevivência – forneceram as bases para o domínio da forma societal do capital.

Enquanto ponto de inflexão na história da sociabilidade humana, o processo de trabalho, anteriormente definido na concreticidade que o tornava uma relação entre ser humano e natureza, seu substrato, passa a ser abstraído ao sujeito (trabalho abstrato). É o trabalho reduzido e exclusivo à valorização de valor, e, portanto, à produção de mais-valor.

⁵⁵ O conceito de mobilização pode ser consultado em Gaudemar (1977), indissociável da categoria mobilidade do trabalho, como um processo histórico produzido pela constituição das relações capitalistas de produção; e é amplamente discutido em Kurz (2005) e Heidemann (2003), como condição da crise da sociedade do trabalho. As contribuições conceituais desses autores estão presentes em distintos itens da seção como necessidade de fundamento objetivo para as inúmeras dinâmicas migratórias. Ao mesmo tempo em que se vale do conceito em suas interrelações aos avanços teóricos de Mézáros (2011) sobre a crise estrutural e a ativação de limites absolutos pelo capital.

De acordo com Alves (2007), na subsunção formal do trabalho, ainda existem as condições que definem uma mediação entre o ser humano e os meios de produção, como uma espécie de extensão natural desse primeiro. Até a separação total, empreendida na subsunção real, através da manufatura e da grande indústria, ainda não se revela uma mobilidade do trabalho como condição inseparável da mercadoria força de trabalho. Sua referência está atada ao trabalhador como aquele desprovido de qualquer outra mercadoria que proporcione algum nível de autossuficiência. Portanto, conforme os pressupostos de Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho é uma categoria da sociabilidade configurada no/pelo modo de produção capitalista. Nela estão contidos os desígnios propostos por Marx (2017), acerca das metamorfoses do trabalho concreto em trabalho abstrato.

Nesse sentido, não há como confundir a categoria mobilidade do trabalho, cunhada sob o exame material da sociedade regida pelo capital, como todo e qualquer movimento de seres humanos no quadro histórico dos modos de produção. Os processos migratórios sempre existiram enquanto parte do desenvolvimento da civilização humana, em distintas dimensões, atrelados à busca por melhores condições de sobrevivência para a espécie. As disputas dos impérios antigos também foram responsáveis por grandes deslocamentos em massa, sob as bases da subjugação de um grupo por outro, essencialmente através da conquista territorial. Contudo, em nenhum dos exemplos de migrações anteriores à consolidação da sociedade do capital, identificam-se os elementos centrais que definem a força humana enquanto força de trabalho, cuja singularidade de ser a mercadoria fundamental ao capital, revela a característica de ser móvel. O trabalho escravo, por exemplo, que acompanhou o desenvolvimento de múltiplas civilizações e fundamentou a acumulação originária dos impérios coloniais, é, em si, a própria mercadoria; ou seja, o corpo do escravo não é a fonte de extração do mais-valor, que o torna peculiar na universalidade das demais mercadorias. Ele não possui os meios produtivos que possam torná-lo plenamente livre, pois sua funcionalidade confunde-se como objeto funcional à produção:

Na verdade, o trabalhador escravo, ao contrário do trabalhador assalariado, por exemplo, era um pária, não constituindo mercado consumidor ou classe social propriamente dita. Os homens escravos estavam imersos na negação total de si próprio, inclusive como força

de trabalho, trabalho vivo, tendo em vista que eram, em si, tão-somente mercadorias (ALVES, 2007, p. 79).

Nessa discussão, as diásporas inscritas sob o signo do sistema escravocrata (a mais recente, pautada na mobilização em massa de africanos através do Atlântico) são definidas pelo subjugo do regime colonial. Seu deslocamento é o fomento ao processo de acumulação originária. Não é a existência de uma condição inata ao trabalho escravo que o torna móvel; ao invés disso, existe um caráter nitidamente forçoso e desumanizante⁵⁶. As qualidades/qualificações que atribuem à mercadoria força de trabalho, a condição de mobilidade do trabalho, não se encontram plenamente desenvolvidas.

Enquanto escravo, a sua força é inerentemente fixa ao destino atribuído pelo colonialismo. A mobilização se configura no ponto de partida do processo de desterro, quando os sujeitos são desenraizados dos lugares e regiões de origem. Todavia, a partir desse momento, seus atributos humanos são imediatamente negados, transformando-os em instrumentos do processo geral de produção. No trabalho escravo não estão presentes os elementos de uma força de trabalho singularizada em sua condição despojada de quaisquer pressupostos que a fixam no processo produtivo. Portanto, as diásporas da acumulação originária são unicamente processos de mobilização em massa de escravos, subsidiados pelos poderes metropolitanos.

O trabalho artesão e do servo, por sua vez, são exemplos de uma força de trabalho integrada ao processo produtivo. Não se trata de uma força de trabalho mobilizada por um regime escravocrata, pois os sujeitos da produção não estão coisificados eles próprios como instrumentos produtivos. Tanto o artesão, quanto o servo se encontram integrados a um modo de produção que não dissocia os meios produtivos de seu produtor. O processo se realiza dentro dos limites do feudo/aldeia, pois todos os objetos/instrumentos necessários estão localizados nestes. Não se documentam, portanto, grandes migrações provocadas ou constituídas pelas formas sociais baseadas no trabalho artesão ou feudal.

⁵⁶ De fato, o trabalho abstrato como signo do sistema regido pelo capital também contém essas duas características. Não é a escolha individual que o torna livre vendedor da força de trabalho, portanto, toda mobilização/migração no capitalismo é um deslocamento forçoso; também não se trata de um processo que dignifica o ser humano em suas qualidades mais avançadas e criativas; muito pelo contrário, o trabalho capitalista enquanto abstração ao seu sujeito produtor condiz com a negação do processo de humanização/hominização.

A integração à terra (feudo) pelo servo e à oficina pelo artífice não o tornam despojado o suficiente para a emergência de uma mobilidade do trabalho diretamente associada à sua força. É o despojamento acerca de qualquer relação, objeto, lugar ou região que define a característica de uma força de trabalho marcada pela necessidade de busca de suas condições materiais, com a venda de sua única mercadoria, qual seja, sua força física e mental. Entretanto, do mesmo modo, são inegáveis os atributos que ainda resguardam a autonomia daquele que produz, mesmo em um sistema de servidão.

Para Moreira (2013), a constituição da sociedade capitalista é, ao mesmo tempo, o processo de consolidação de uma sociedade do trabalho. Para a sua formação, as estruturas que fixam o servo ao feudo, baseadas nas relações de dependência entre servo e senhor (o excedente inscrito na renda fundiária e a proteção em forma de morada) foram destruídas pela constituição da renda em dinheiro. As bases do modo de produção capitalista estão dadas pelo domínio atribuído à produção mercantil em relação à produção artesanal; ou seja, se antes, as mercadorias circulavam como próprio meio de troca, a acumulação originária impôs a generalização da renda em dinheiro, em que este circulava como meio de troca das mercadorias, comercializadas por um preço maior.

A fragmentação da produção familiar/domiciliar imposta pela consolidação da renda em dinheiro ofereceu o espaço necessário para o desenvolvimento da manufatura, através da relação assalariada: “A manufatura foi o ponto de começo do processo instituinte dessa economia política abstratizada do trabalho no valor de troca, seu momento embrionário mais claro” (MOREIRA, 2013, p.137).

Finalmente, a efetivação do trabalho capitalista é responsável por um processo de universalização da mercadoria, aprofundado com a formação do mercado mundial. Todas as coisas são subsumidas ao capital. É o alcance do ápice do desenvolvimento do trabalho, em que sua característica abstrata, cindida daquele que produz, se torna a condição geral de qualquer processo produtivo, definidor não mais de formas sociais heterogêneas e descentralizadas, mas de um único mundo do trabalho. Isso o distingue de qualquer outra forma societária pré-capitalista, pois resulta na formação de uma sociedade do trabalho, que produz valor.

Ao contrário de um processo humano-genérico, inerente ao desenvolvimento de valores de uso, a produção material que passa a ser medida pelo capital é medida

pelo valor extraído pelo tempo de trabalho. Não mais aquele necessário para produzir o que é necessário para o uso do ser humano, mas sim, o que corresponde à produção de excedente de valor, um mais-valor, que não é apropriado pelo sujeito efetivo da produção.

O trabalho abstrato é essencial para a valorização de valor, pois volta-se à produção de mercadorias, valores de troca e, portanto, para a autovalorização do capital. A transição da subsunção formal para a subsunção real consolida a separação entre produtor e meios de produção. Na primeira, estende-se o tempo e a intensidade de trabalho, sem alteração das técnicas que definem os meios de produção, com o objetivo de extrair mais-valia absoluta. Enquanto a subsunção real condiz com o avanço do desenvolvimento técnico, com ampla incorporação de trabalho morto e que resulta em aumento da produtividade do trabalho (não significa diminuição do tempo de trabalho ou melhoria das condições de sobrevivência da classe trabalhadora).

Com a manufatura e a constituição da grande indústria, o capital adquire efetivamente seu sociometabolismo, a princípio, restrito aos contornos da Europa Ocidental, em destaque, na Inglaterra e, depois, na Alemanha. Todavia, a tendência à mundialização já estava contida em seu fundamento, desenvolvida concretamente ao longo do século XX e que se depara com seus limites nas últimas décadas desse período histórico.

Portanto, a raiz histórica da mobilidade do trabalho está na separação do trabalhador dos meios de produção. Essa é a razão que direciona os movimentos migratórios pelo mundo. Quando lidos sob a ótica da categoria mobilidade do trabalho, todo e qualquer movimento de seres humanos adquire os contornos de uma mobilização de trabalhadores. Ou seja, é a capacidade de estar livre, despojado e disponível ao mercado de trabalho (inclusive, sem expectativas de ocupação) que torna a força de trabalho sempre condicionada a ser mobilizada pelo sistema do capital. Não é a liberdade de mover-se que a define, mas a de ser movida.

A sociabilidade passa a ser regida pelo fetiche da mercadoria, determinada pela vendabilidade e pelos mercados:

O principal deles é o mercado de trabalho, tendo em vista que na sociedade do trabalho, a identidade social é dada pela posição estrutural na divisão social do trabalho. Ou melhor, o mercado de trabalho, mercado dominante da sociabilidade burguesa, determina as formas de subjetivação do homem moderno (ALVES, 2007, p. 84-85).

Para que o mercado de trabalho seja executado materialmente, é preciso que as condições de manutenção da vendabilidade de força de trabalho sejam garantidas. Tal garantia se realiza a partir do contrato de trabalho, produto do regime de assalariamento (conforme Alves (2007), o *salariato*).

De acordo com Marx (2017), as bases de constituição dessa classe singular estão marcadas pela violência dos métodos e mecanismos que a tornaram totalmente livre e pela produção de uma certa subjetividade.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-la a se venderem voluntariamente. No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as existências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas (MARX, 2017, p. 808).

O que o autor situa é a base que acompanha a produção capitalista em suas diferentes fases. Todo e qualquer sujeito portador de sua força de trabalho deve estar condicionado a um único objetivo central em todo seu período de vida, marcado pela inserção ao mercado laboral. Toda e qualquer capacidade física e mental que definem o trabalho concreto se encontra determinada pelas condições apresentadas pelo capital. A naturalização do trabalho abstrato não se dá de modo simples pelo sujeito que porta e vende sua força de trabalho, por educação, trabalho e hábito. O conjunto dos trabalhadores, em qualquer porção do mundo, entende que trabalhar nos moldes impostos pela produção capitalista é concomitante a sobreviver. Com o desenvolvimento do trabalho abstrato e a formação do proletariado, as migrações em geral adquirem a condição objetiva de serem mobilizações de trabalhadores. Antes de um deslocamento de si próprio, conceitua-se mobilização como o deslocamento da capacidade de trabalho ou de sua força de trabalho. É o que distingue as migrações no sistema capitalista de todos os demais processos migratórios em modos de produção anteriores.

É nesse contexto que a diáspora de trabalhadores irlandeses se insere no quadro da acumulação da fase industrial do capital como o exemplo mais nítido da mobilização em massa produzida no pleno processo de consolidação da grande indústria. As estatísticas levantadas por Marx (2017) apontam que, de 1841 a 1861, a

população da Irlanda somava 8.222.664 pessoas, reduzindo-se para 5.850.309; a emigração entre maio de 1851 e julho de 1865 foi de 1.591.487 pessoas. Esse processo foi acompanhado pelo aumento de casas desabitadas e pela concentração da terra, comprovada pelo crescimento dos arrendamentos com mais de 30 acres.

São as relações de expropriação da terra levada à cabo pelos capitalistas industriais ingleses e os capitalistas agrícolas irlandeses que impulsionaram a diminuição dos cultivos de subsistência em arrendamentos de pequenos acres, cada vez mais extintos, e o aumento das pastagens para pecuária. Esse movimento lança para as fileiras do proletariado e de sua superpopulação relativa milhares de irlandeses desprovidos de outra possibilidade de sobrevivência.

A fome, cujas consequências foram positivadas pelos malthusianos (DAMIANI, 1991), eliminou uma parte da superpopulação relativa produzida pelo capital em expansão: trabalhadores pobres e miseráveis eliminados, em prol do aumento da concentração de riqueza produzida. Como engrenagem da mobilização daqueles que conseguiram a fuga da fome, a emigração constituiu um dos ramos mais lucrativos para as classes capitalistas, pois enquanto resultante da lógica acumulativa, não representou qualquer custo para elas. A emigração de pessoas, principalmente em direção aos EUA, estabeleceu um nexos marcado pelo envio de remessas de alguma renda adquirida para aqueles que ainda estavam na Irlanda pudessem emigrar⁵⁷.

Portanto, a mobilização de irlandeses (julgada insuficiente por alguns defensores do despovoamento como princípio de desenvolvimento do país, durante o século XIX) é corolário à subjugação da Irlanda como pastagem de ovelhas e gado para a Inglaterra. São os processos diretamente invocados pela agricultura capitalista, com a chamada revolução agrícola, e a própria necessidade de disponibilizar maiores camadas de trabalhadores e seus excedentes para as indústrias inglesas que direcionam a disponibilidade e distribuição de força de trabalho barata. Em suma, a liberdade dessa força ser movida/mobilizada revela a liberdade do capital em expropriar terra, concentrar renda e determinar a mobilidade do trabalho. A mobilidade do capital delimita a mobilidade do trabalho.

⁵⁷ Em trecho sobre a Irlanda, no capítulo sobre A Lei Geral da Acumulação Capitalista, Marx (2017, p. 781) escreve: “Por isso, não é de admirar que, conforme o testemunho unânime dos informantes, as fileiras dessa classe estejam impregnadas de um descontentamento sombrio, que desejem retornar ao passado, que abominam o presente, desesperem o futuro, ‘entreguem-se a influências perversas de demagogos’ e tenham apenas uma ideia fixa: emigrar para a América”.

Trata-se, pois, de um dos exemplos mais nítidos da produção de diásporas enquanto processo de mobilidade do trabalho inserido na acumulação capitalista. As transformações do espaço conduzidas pelo capital nos séculos XIX e XX são fruto da constituição de um mundo moderno, marcado pela expansão urbana, da aceleração produtiva empreendida pela composição orgânica do capital (considerada pela Geografia como tendência à anulação do tempo e do espaço). Quando se entende a condição dos imigrantes irlandeses, que antes de serem sujeitos que emigram, são essencialmente proletários – portanto, portadores da condição de mobilidade do trabalho -, o espaço e o tempo para a valorização de valor são desvelados como espaço reduzido à realização da mercadoria, como produto do trabalho subsumido ao capital, ele materializa formas e relações marcadas pelo signo desta relação. Não existe espaço sem o trabalho humano e, portanto, sem a prévia-ideação que torna o ser humano um ser teleológico. Ao consolidar a subsunção real do trabalho, o capital rompe essa relação e, concomitantemente, torna o espaço unicamente um produto do trabalho abstrato, sua materialidade nega o trabalho concreto e o valor de uso, e passa a representar o valor de troca como mediador de todas as relações existentes.

É o espaço inseparável da mobilidade do capital, que em seu movimento de ascensão, expansão e declínio (crise estrutural), mobiliza força de trabalho, tanto suas camadas ativas, quanto as camadas de exército de reserva (no tempo histórico do declínio da acumulação, as massas da superpopulação relativa).

A produção capitalista do espaço é definida pelo desenvolvimento desigual e combinado, com a concentração de forças produtivas que definem regiões de maior ou menor avanço produtivo, com a constante incorporação de trabalho morto. A tendência passa a ser de uma mobilização de trabalhadores em direção aos centros de acumulação em um dado país ou fora dele. As regiões de concentração produtiva (infraestrutura, meios de produção, transporte), a exemplo das cidades industriais europeias e, posteriormente, estadunidenses e japonesas, dinamizaram a produção capitalista. São nestes centros acumulativos que o proletariado se constituiu enquanto classe inserida na vendabilidade de sua única mercadoria, inclusive nas lutas contra o capital, conforme os eventos revolucionários de 1848 e 1871.

Na expansão da produção capitalista, os homens e mulheres proletários também tendem ao crescimento, ou conforme Marx: “A acumulação de capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2017, p. 690).

Concomitante à diáspora irlandesa, o mundo moderno capitalista assistiu à mobilização em massa de trabalhadores para a América do Norte (EUA e Canadá) e regiões da América do Sul, como a ascendente Argentina, com uma metrópole em crescimento (Buenos Aires), e um Brasil que havia encerrado a escravatura formal e, na relação entre Estado e aristocracia cafeeira, subsidiava força de trabalho imigrante para a ocupação dos postos laborais nas fazendas de café. Nesse ponto, os elementos de uma nova condição atribuída ao sujeito que migra, aparecem mundializados no processo expansivo do capital, pois é o trabalhador (do campo e da cidade) expropriado de meios de produção que se encontra em estado de mobilização. Ou seja, a mobilidade do trabalho acompanha essa força de trabalho, disponibilizada ao mercado, para os novos espaços propícios à acumulação. Não são apenas massas desterradas dos próprios países em vias de desenvolvimento de suas forças produtivas, forçadas aos mecanismos do assalariamento nas cidades industriais inglesas, alemãs, francesas e italianas. O caráter mundializado do capital, contido em seu sociometabolismo, demonstra a tendência à mundialização do trabalho abstrato. Desse modo, quando o capital se estabelece e desenvolve regiões industriais fora da Europa Ocidental, principalmente nos EUA (que após algumas décadas se tornaram seu centro dinâmico mais desenvolvido, em decorrência da acumulação propiciada pelo militarismo), dinamizou a mobilidade do trabalho a um estágio capaz de mobilizar força de trabalho entre continentes. O nível de despojamento alcança a escala de milhões em marcha direcionada à vendabilidade; para tal, se mantém a condição de ser livre como os pássaros, conforme as palavras de Marx (2017), mas ao mesmo tempo, se amplia a disponibilidade de força de trabalho, tendencialmente barata para o capital. Desse modo, tornam-se livres tanto para a inserção laboral, quanto para não estarem diretamente ocupados. Nesse ponto, a mobilidade do trabalho se dissocia da sua gênese, vinculada ao processo de transformação do servo e do aldeão em trabalhador assalariado e exprime agora o mercado de trabalho já consolidado, com um exército ativo e um exército reserva.

Em Gaudemar (1977), especificam-se três momentos da mobilidade do trabalho sob as condições de existência do capitalismo: 1. A produção das forças de trabalho, como princípio do processo de aquisição da mobilidade pelo trabalhador que antes estava submetido aos demais modos de produção. 2. A utilização das forças de trabalho, pautada na submissão da mobilidade ao capital, já consolidado; ou seja, a

mobilidade permite ao portador da força de trabalho adaptar-se à duração e intensidade das jornadas laborais, a flutuações do mercado, de aumento da produtividade e rotatividade de sua força; bem como, aos mecanismos de divisão do trabalho. 3. Circulação das forças de trabalho, como submissão do trabalhador ao mercado, mobilizado entre esferas produtivas e regiões.

Harvey (2013), em sua discussão sobre mobilidade do capital variável e da força de trabalho, se aproxima desse último ponto, ao compreender a mobilidade do trabalho como um processo essencialmente espacial, que define o seu conceito de mobilidade geográfica. O geógrafo reafirma os pressupostos marxianos da mobilidade do trabalho, conforme o próprio Gaudemar:

A força de trabalho é uma mercadoria, mas as condições que governam sua mobilidade são muito especiais. É a única mercadoria que pode levar a si mesma para o mercado sem a ajuda de ninguém. Por isso, o termo 'mobilidade do trabalho' ocupa uma posição especial no discurso econômico (HARVEY, 2013, p. 554).

Na busca dos atributos espaciais presentes na obra marxiana, o autor entende a mobilidade do trabalho como sinônimo conceitual da mobilidade geográfica, afastando-se da dialética do concreto contida na categoria analítica. O que define esse segundo conceito seriam tanto as determinações do capital, quanto a fuga do trabalhador diante destas. Portanto, o espaço ocupa o papel de permitir a circulação dos trabalhadores e a mobilidade se insere como movimento de uma região a outra, seja através da resistência do capital contra o trabalho, ou vice-versa.

Contudo, é preciso distinguir o conceito de mobilidade geográfica ou espacial, apropriado pela Geografia, como centralidade atribuída ao espaço e seus reordenamentos, e a categoria mobilidade do trabalho, cunhada através das relações materiais definidas pelo sistema do capital. Os cuidados se pautam, inclusive, na não negação do trabalho, que oferece o sustentáculo (substância) do capital, e, portanto, está na posição de centralidade na análise sobre o mundo moderno. Em Harvey (2013), se põe em questão a necessidade de inserir a mobilidade do trabalho no plano espacial, entendido como superfície terrestre, que oferece ênfase à circulação dos sujeitos e estrutura a Geografia do capitalismo que o autor objetiva demarcar. Todavia, ao entender o espaço como superfície em prol da circulação, perpetua-se um conceito esvaziado do real-concreto, pregado pelos próprios apologistas do capital. São estes,

inclusive, os que afirmam a liberdade individual de cada pessoa diante dos horizontes oferecidos pelo mercado, em mover-se em direção aos melhores postos de trabalho, vantagens salariais ou outras condições positivas.

O conceito de mobilidade espacial como deslocamento na superfície terrestre encontra ressonância na análise de outro geógrafo, considerado um dos precursores dos estudos sobre migrações, Max Sorre (1955). Ele introduziu o que denomina mobilidade no ecúmeno (o habitat do ser humano), que influenciou as análises da chamada Geografia da População no Brasil. Como se sabe, a influência teórica de Sorre advém do possibilismo francês em suas incursões sobre os gêneros de vida e o próprio conceito biológico de habitat. Na perspectiva desse autor, o ecúmeno é agitado por movimentos diferenciados entre si:

Mesmo as sociedades rurais mais arraigadas não estão em repouso. Quando seu crescimento natural excede os recursos, elas expõem o excedente da população. Estas sociedades são ora o ponto de partida, ora o foco de atração para transferências sazonais de trabalhadores (SORRE, 1955, p. 129).

De certo, Harvey (2013) e Sorre (1955) se encontram em planos de análise distintos. Se no primeiro, os argumentos alcançam a compreensão de que a mobilidade não é produto espontâneo do portador da força de trabalho, e, portanto, consegue avançar na crítica à sociedade capitalista; no segundo, a influência da biologia fundamenta a relação entre recursos disponíveis e crescimento populacional. A mobilidade se dissocia, por exemplo, do trabalho e passa a ser inserida em um plano espontâneo de movimento provocado por algum fator que force um grupo humano a abandonar o convívio de dada comunidade. Em Sorre (1955), a mobilidade pode ter distintos graus: 1. A insuficiência de recursos, que faz uma parte do grupo buscar meios de subsistência, caracterizando migrações temporárias; 2. A dissociação do habitat por necessidades de exploração ou pela separação do local de residência do local de trabalho, com migrações rítmicas, diárias e sazonais.; 3. O rompimento entre o equilíbrio dos recursos da comunidade e suas necessidades, com a migração definitiva para outro habitat; 4. A exclusão das moradias permanentes, a exemplo dos pastores nômades, gerando movimentos de caráter rítmico; 5. Grupos que não possuem ligação com o solo, errantes perpétuos, com mobilidade total. Em todos esses exemplos de mobilidade, não é o capital que os gestam.

Em determinado momento da sua discussão, o autor aborda a condição dos trabalhadores itinerantes e temporários em direção às cidades estadunidenses em expansão, ao valer-se do termo *hobo* como referência aos sujeitos que não estão inseridos no mundo mecanizado, portanto, no assalariamento. Nesse ponto, sistematizam-se três movimentos migratórios: elementares, caracterizados por serem pontuais; coletivos, cujo exemplo mais nítido são as migrações para a Califórnia, durante a “febre do ouro”; e, por fim, os intermediários, formados por migrações de famílias ou determinados grupos. Em todos os exemplos, não é a mobilidade do trabalho como condição inerente à mercadoria força de trabalho que mobiliza os trabalhadores de uma região a outra, ditada pelas tendências e contratendências do capital, mas sim, uma mobilidade intrinsecamente humana.

Desde que a análise esteja sustentada fora dos preceitos de um mundo regido pelo sociometabolismo do capital, não há como considerar uma mobilidade livremente humana, dirigida pelos sujeitos que produzem riqueza material. Desse modo, é Gaudemar (1977), a partir dos pressupostos de Marx (2017), quem oferece os fundamentos teóricos sobre a mobilidade do trabalho na inseparabilidade entre produção, circulação e consumo. Ela está contida em todas as fases da realização do mais-valor e nas suas formas de valorização: mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Este primeiro é colocado “(...) sob o signo da mobilização, no tempo, da força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 216). O trabalhador deve ser mobilizado ao máximo de tempo de trabalho para a produção de máximo de excedente de mais-valor. Não é o espaço que manifesta sua condição de mobilidade do trabalho, e sim, o tempo. Além disso, esse trabalhador também deve estar adaptável à mobilização do uso de sua força de trabalho no decorrer de um dia, pela manhã, à tarde ou à noite, concorrendo seu tempo de vida ao tempo de trabalho (ao tempo necessário à produção de mais-valor).

Em relação ao mais-valor relativo, o autor destaca, a princípio, a relação entre a mobilidade do trabalho e o sistema de cooperação simples, em que expande o espaço da mobilidade do trabalho, com um maior número de trabalhadores mobilizados pelo capital, diante da transição do trabalho isolado para o trabalho social.

Nesse sentido, a força de trabalho não domina o espaço; pois este é, unicamente, espaço em que o processo de trabalho se realiza⁵⁸ (GAUDEMAR, 1977).

Na transição da cooperação simples para sistemas complexos de divisão do trabalho, pautados na manufatura e na grande indústria, a força de trabalho é submetida a uma maior diferenciação produtiva, em um sistema hierárquico de atividades cindidas do processo total. É na manufatura que se dão os contornos de uma especialização do trabalho nos territórios e da própria divisão espacial do trabalho, com a mobilidade de processos manufatureiros de um país a outro, de uma região a outra, mobilizando trabalhadores e oferecendo as bases do desenvolvimento desigual e combinado (produção desigual do espaço), consolidadas no capitalismo industrial. Nesse ponto de inflexão histórico se dá a separação fundamental ao sistema capitalista, entre campo e cidade, além das vantagens da especialização produtiva em cada país e região: “Daí surgem as correspondentes formas espaciais da mobilidade do trabalho. É a partir de tal processo que vai começar a modelar-se a repartição capitalista das forças humanas” (GAUDEMAR, 1977, p. 238).

Chega-se ao domínio da grande indústria, com o processo de revolução industrial, que marca uma total integração dos processos produtivos, com a incorporação técnica, responsável pelo aumento da produtividade e a concentração das forças produtivas nas cidades das regiões do planeta que perpassam violentos processos de expropriação e desenvolveram, no prelúdio da produção capitalista, as manufaturas. É na negação provocada pela contínua incorporação de maquinário que se cria uma população de trabalhadores, denominados em Marx (2017), como exército industrial de reserva.

No bojo da produção de uma população supranumerária de trabalhadores, as transformações empreendidas pela grande indústria e a exportação de capitais para os espaços coloniais (com a configuração de uma divisão internacional do trabalho), a tendência do mundo do trabalho foi para a emigração de massas de trabalhadores, sobretudo, para a América: “A emigração não é apenas o produto do maquinismo, é o corolário do outro efeito do maquinismo que é o acesso ao trabalho assalariado para

⁵⁸ Em citação direta, sobre o espaço em que o trabalhador se encontra em mobilização: “O seu próprio espaço de desenvolvimento, o seu próprio espaço de atividade, é limitado ao campo que lhe concede (limites físicos da oficina cooperativa), ao mesmo tempo que permite ao capital dominar o espaço” (GAUDEMAR, 1977, p. 229).

o capital: mulheres, crianças, artesãos e camponeses expropriados” (GAUDEMAR, 1977, p. 256).

Portanto, com o desenvolvimento das forças produtivas empreendido pela máquina, a força de trabalho se converte em um *continuum mobile*. Desde então, os processos de mobilização adquiriram formas complexas, marcadas pelo fluxo/refluxo do capital em seu processo acumulativo. O aumento da composição orgânica do capital não cessou, e, por isso, desde então, o movimento das forças produtivas foi responsável por dinâmicas mobilizadoras de força de trabalho, definidas por uma série de interrelações.

Entre a segunda metade do século XIX, com a transição do capital industrial para o monopolista, e o desenvolvimento de um segundo processo de revolução das forças produtivas, até as duas grandes guerras de destruição em massa dos excedentes produtivos, diásporas foram gestadas no quadro de expansão do capital, expropriação de espaços coloniais incorporados ao mercado, e pelo domínio exercido pela divisão internacional do trabalho. Sorre (1955), por exemplo, aponta que, entre 1846 e 1932, 52 milhões de pessoas deixaram a Europa, principalmente das Ilhas Britânicas; entre 1880 e 1895, por sua vez, a Alemanha e a Itália forneceram os maiores contingentes dessa corrente migratória. O geógrafo também cita os números da chamada diáspora chinesa, que entre 1920 e 1940, mobilizou 15 milhões e meio de chineses. Em suma, para além dos números expressivos, comprova-se uma tendência de elevação da condição de mobilidade do trabalho, com um proletariado especializado em todo o planeta; ou seja, uma oferta ampla de força de trabalho e a formação de um exército industrial de reserva que, gradativamente, é mundializado pelo capital e transita para uma nova morfologia: um exército contínuo sobranete.

De acordo com Boniface (2009), o período entre 1830 e 1914 pormenoriza o aumento das migrações entre continentes, definidas pela expropriação da terra e pelo aumento da produção industrial; no mapeamento dos fluxos de trabalhadores descortinam-se mobilizações do centro para o centro e da periferia para o centro (consideradas pelo autor como Norte-Norte, Sul-Norte⁵⁹); principalmente das três principais regiões de emigração mundial: Europa, Índia e China (BONIFACE, 2009).

As profundas transformações do sistema do capital no século XX integram processos de reestruturação produtiva que tiveram o objetivo de manter a

⁵⁹ Conceitos embasados na análise sobre o sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein.

acumulação. O modelo fordista/taylorista e a disseminação do conjunto de benesses sociais para parte das classes trabalhadoras dos países do centro capitalista responderam parcialmente, nesse contexto histórico, aos dilemas encontrados pelo sistema do capital. Todos os grandes reordenamentos, como as guerras e a grande depressão de 1929-1933 são produtos do conflito capital x trabalho. Os sinais de esgotamento do modelo acumulativo já estavam gestados no pós-II Guerra, com a constituição de uma indústria militarista destrutiva, fomentada pelo conflito geopolítico entre EUA E URSS; pressões da classe trabalhadora no centro, com reivindicações de melhorias salariais e serviços de bem-estar, e na periferia, com processos de descolonização e emancipações políticas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas não foi cessado; as guerras impulsionaram a técnica e a sua incorporação à produção em escala ampliada; no período de acumulação entre 1945 e 1973, ampliam-se bens de consumo que intensificam a produção de novas mercadorias e de uma indústria doméstica alimentada pelo sonho de vida estadunidense.

Durante a Era de Ouro do sistema capitalista, a mobilização de trabalhadores serviu aos propósitos de um capital cada vez mais concentrado e centralizado. A tendência dos movimentos migratórios seguiu um novo curso, marcado pela emigração dos trabalhadores da periferia capitalista, diante dos processos de expropriação da terra, com a agricultura moderna, conflitos e a acelerada industrialização das forças produtivas, em direção aos centros dinâmicos do capital, onde se concentravam as forças produtivas. Essa força de trabalho barata torna-se funcional ao aumento da exploração do trabalho como contratendência à queda da taxa de lucro, comprovada pelos dados econômicos dos principais países centrais. Harvey aponta que já na década de 1960, os sinais de desaceleração econômica eram evidentes no mundo capitalista desenvolvido, em comparação ao período imediatamente após a Segunda Guerra.

Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, o trabalho imigrante adquire importância como elemento estabilizador da pressão por melhores salários empreendida por suas classes trabalhadoras nativas. De acordo com Vinentini (1989), em 1975, havia 16 milhões de trabalhadores imigrantes nas áreas industriais da Europa Ocidental, advindos de Portugal, Espanha, Sul da Itália, Grécia, Turquia, Iugoslávia, Irlanda, Finlândia, Antilhas, África Negra, Magreb, Índia e Paquistão. Nos

EUA, o uso de força de trabalho mexicana, porto-riquenha, de outros países latino-americanos e de países asiáticos integrou ao longo do século XX, ramos basilares produtivos, no campo e na cidade. No Japão, por sua vez, documenta-se uma corrente migratória advinda da Coréia do Sul, marcada pela pobreza e miséria dos anos de intervenção japonesa e, posteriormente, americana e acompanhada por um vertiginoso processo de desenvolvimento de suas forças produtivas a partir dos anos 1960. Contudo, se até meados da década de 1970, a força de trabalho imigrante esteve funcional ao processo de acumulação fordista-taylorista, as condições de impossibilidade de manutenção desse modelo e o aprofundamento das contradições latentes do capital, impõem uma nova metamorfose para o sujeito que migra.

A invendabilidade da força de trabalho desvalorizada no estágio atual do sociometabolismo do capital

Adentra-se à era da desvalorização da mercadoria força de trabalho. A lógica de desvalorizar existe como imutabilidade ao capital, como parte da própria acumulação de mais-valor. Todavia, esse mecanismo não é *ad infinitum*, pois não existem possibilidades de um sistema de produção que possa sustentar a acumulação sem precedentes. É no ponto em que a desvalorização alcançou a impossibilidade de manter a própria acumulação que o capital se encontra. O papel da superpopulação relativa não é mais contrabalancear os salários médios e manter os altos níveis de lucro dos proprietários dos meios de produção: “De fato, o sistema produtor de mercadorias tornou-se incapaz de absorvê-los como produtores de valor. Para eles, o tempo parou. Eles pertencem a um limbo de não-trabalho da sociedade do trabalho” (ALVES, 2007, p. 102).

Quando Oliveira (2017) discorre sobre o necessário horizonte de precariedade do/no mundo do trabalho à serviço do capital, são apresentados argumentos firmes sobre como o aumento da composição orgânica do capital foi responsável pelo aumento da produtividade do trabalho e da produção de uma superpopulação de trabalhadores. Todavia, esse processo não foi acompanhado por uma socialização da riqueza produzida para o conjunto do proletariado; pelo contrário, o Estado de Bem-Estar Social, delimitado no período imediatamente posterior à Grande Guerra e

estendido até meados dos anos 1970, ficou restrito a aproximadamente 10% da população mundial; particularmente, classes trabalhadoras com rendas médias e altas localizadas nos países do centro capitalista (MÉSZÁROS, 2011; OLIVEIRA, 2017).

Se os fluxos mobilizados das demais regiões do planeta iniciam um novo processo migratório em massa, no sentido periferia-centro (ao contrário das diásporas da fase industrial do capitalismo), o fim do período de acumulação fordista-taylorista e o início de uma nova reestruturação produtiva, dimensionam a uma nova esfera tanto para a condição de mobilidade do trabalho, quanto para os processos de mobilização de trabalhadores entre países e continentes.

O crescimento do desemprego crônico tornou-se desproporcional ao crescimento da escala produtiva. Se nas fases industrial e monopolista, parte do exército de reserva era funcional à ampliação da acumulação, em seu atual estágio de crise estrutural, todos os extratos da superpopulação relativa estão contidos nas massas da desocupação (OLIVEIRA, 2017). São trabalhadores cujas forças desvalorizadas não estarão, até o fim dos seus tempos de vida, inseridas na vendabilidade global do processo produtivo direto. As novas diretrizes da mundialização do capital, precarizadas pelos representantes de políticas neoliberais, impõem a concorrência desleal e injusta entre os vendedores de força de trabalho, através de modalidades laborais precarizadas:

A crise estrutural ampliou a população estagnada, este aumento promoveu alterações qualitativamente novas em sua forma de ser, no sentido social e demográfico, quanto político e cultural. Na verdade, a situação de estagnação revela a barbárie da exclusão social (OLIVEIRA, 2017, p. 134).

Na nova reestruturação, o capital depara-se com a ausência de novos espaços em vias de incorporação ao seu controle expansivo. Trata-se de um quadro de intensificação das contradições latentes que desembocam em limites absolutos (MÉSZÁROS, 2011). Ao contrário de um retrocesso no crescimento do proletariado e da superpopulação relativa, a crise do capital perpetua processos de despojamento, marcados pela expropriação da terra; sua incontornabilidade está na raiz de conflitos e guerras imperialistas resultantes do militarismo ascendente desde o pós-Guerra, na socialização dos efeitos da crise para o proletariado global, em distintos processos de precarização e expansão da precariedade social, principalmente para os bilhões de

trabalhadores residentes nas regiões da periferia industrializada e semi-industrializada.

Mobilidade do trabalho e imigração no fulcro da crise estrutural

Adentra-se a um período caracterizado pela intensificação das migrações intercontinentais, ou imigrações, conforme as análises demográficas. No ir além da demografia como exercício de adentrar na inseparabilidade das determinações do sistema do capital sobre as repartições e mobilizações da força de trabalho mundial, a crise estrutural inaugura novas configurações para a vendabilidade e distribuição da força de trabalho.

As contribuições de Harvey (2011) são cabíveis como introdução ao que se pode denominar como a atual metamorfose da mobilidade do trabalho. Quando se debruça sobre o enigma do capital, o autor discorre sobre a espacialização do processo geral de produção capitalista para todos os continentes, que, apesar de já estar em curso desde o pós-Guerra, se completa com a incorporação do chamado mundo pós-capitalista (China e ex-URSS, principalmente). A disponibilidade global de força de trabalho barata nunca havia alcançado índices tão expressivos, com a inserção de aproximadamente 2 bilhões de seres humanos para o proletariado global (HARVEY, 2011). Nos anos 1960, última década de crescimento real da acumulação de capital no mundo, e principalmente no centro capitalista, o subsídio e incentivo à entrada de força de trabalho excedente imigrante eram parte das políticas de desenvolvimento industrial da Europa Ocidental e dos EUA. Todavia, nas décadas que se seguiram, o conflito capital x trabalho, agudizado pelas pressões da classe trabalhadora nativa do centro, e os sinais de impossibilidade dos níveis cumulativos anteriores, marcam a ofensiva contra o trabalho relativamente resguardado pela seguridade social e pelos direitos trabalhistas. O centro, pois, se torna o *lócus* da reestruturação produtiva que instaura mecanismos de reversão da queda da taxa de lucro, mas que não salvaguardam os níveis cumulativos anteriores. Ao invés de um novo período de expansão, o capital depara-se com limites incontornáveis, por isso, absolutos.

É Mézáros (2011), com toda a densidade analítica de sua obra seminal, que oferece as bases que fundamentam o novo estágio de mobilização de trabalhadores

entre fronteiras. Sabe-se que o sistema de controle sociometabólico do capital encontra-se estruturado de forma antagônica desde a menor partícula até as maiores unidades globais. Tudo deve girar em torno da subordinação do trabalho ao capital. Em seu atual estágio, seu domínio expansivo é contraposto:

Apesar das grandes derrotas do passado, a questão decisiva é o fato de que o final da ascendência histórica do capital em nossa época – seu domínio agora se estende aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta – ativou os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p. 219).

A ativação desses limites não significa um processo positivo para a classe trabalhadora em escala global, pois a tendência do capital é ampliar manobras contra a diminuição da margem de deslocamento das contradições e dos próprios limites. Portanto, todo o movimento dado pelo sociometabolismo do capital vai depender da capacidade/incapacidade de articulação da classe trabalhadora como empreendimento internacional. No curso histórico da crise estrutural, atravessa-se não mais um período de acumulação aviltante conforme os trinta anos gloriosos pós-Guerra; pelo contrário, são as dificuldades de acumular e expandir, a tendência vai para a diminuição do custo de trabalho, com a multiplicação da força de trabalho supérflua (MARX, 2017; MÉSZÁROS, 2011); nenhuma das possibilidades dadas pelas personificações do capital pautadas ora pela intensificação da taxa de exploração, ora pelo avanço de monopólios, conseguem reverter o processo de quebra da vitalidade da reprodução ampliada do capital. Na contraposição da tese de uma explosão demográfica, a ofensiva contra o trabalho sob a incontabilidade do capital revela um constante aumento das fileiras do desemprego crônico, considerado um dos explosivos limites absolutos (MÉSZÁROS, 2011).

Nessa discussão, a produção de trabalhadores supérfluos, continuamente mobilizados através dos reordenamentos do capital em crise, está relacionada à atualidade da categoria marxiana de superpopulação relativa, não com produto do crescimento natural da população trabalhadora (superpopulação absoluta malthusiana), mas definida a partir da produção material desenvolvida pelo sistema do capital. Ou seja, mesmo que o número de trabalhadores inseridos na produção capitalista aumente, desde a primeira revolução das forças produtivas, sua proporção é decrescente ao longo da escala de produção, tendencialmente superior diante da

incorporação massiva de trabalho morto. É o negativo do capital, teorizado por Grespan (1994), discutido na seção sobre crise e desmedida, e que se revela mais uma vez como fundamento da produção de excedentes populacionais. Sua substância, o trabalho vivo, está contido no sociometabolismo, em todos os processos, formas e relações e, portanto, na produção do espaço gestada por seu controle. Quando a relação definidora do capital se mobiliza no tempo e no espaço, o trabalho também é mobilizado, sejam suas massas ocupadas, partícipes diretas da produção ou suas camadas reservas, estas sim, distinguidas no processo de acumulação como compostas da superpopulação relativa. A desmedida do capital em sua fase mais desenvolvida, qual seja, no fim de seu processo de ascendência histórica, permite ao capital alcançar o aumento da produtividade do trabalho com uma menor proporção de capital variável em relação ao total compositivo. É o desenvolvimento de suas forças produtivas, em contradição direta ao trabalho vivo, que reverte o papel histórico da reserva de trabalhadores à reprodução ampliada do capital. A multiplicação de trabalhadores sobrantes, ainda mais supérfluos, reconfigura as novas rotas de mobilização entre fronteiras, de modo que suas inter-relações se vinculam ao aprofundamento das contradições do capital.

O limite absoluto definido pelo crescente antagonismo entre o capital transnacional e as restrições impostas pelos Estados nacionais impõe impactos para a mobilidade do trabalho e as mobilizações de trabalhadores imigrantes, cada vez mais ávidos pelos resquícios do capitalismo avançado, com suas sociedades de bem-estar em profunda contraposição desde as décadas de 1970 e 1980. Esse antagonismo não se revela somente entre os países da periferia e os países do centro, através das políticas imperialistas levadas à cabo pelos EUA em luta pela perpetuação de sua hegemonia; mas também entre os próprios países do centro, com um dos exemplos objetivos mais nítidos presentes nos processos recentes pós-2008, de saída do Reino Unido da União Europeia, cujo um dos epicentros foi marcado pela chamada questão imigratória ou crise imigratória (mobilização de trabalhadores da periferia capitalista; e acirramento de políticas protecionistas encabeçadas por representantes da direita radical). Tonelo (2021) insere essa “assim chamada” questão migratória como um dos temas centrais do mundo contemporâneo que se transforma a partir dos reordenamentos do capital diante da crise financeira de 2008. São suas expressões materiais e as imagens da barbárie imposta a uma parcela dos trabalhadores

mobilizados entre fronteiras, conceituados como refugiados⁶⁰, que definem os impactos do limite absoluto entre capital transnacional e controle dos Estados nacionais para o mundo do trabalho; e, principalmente, a superpopulação relativa mundializada. Essas parcelas são desterradas sob os conflitos e guerras imperialistas produzidas no bojo da indústria militar que marcou a ascensão histórica do capital e sua concentração no país imperialista dominante, os EUA; mas cujos efeitos tornaram-se destrutivos para a nova fase do capital.

O impulso ao desenvolvimento desigual da divisão internacional do trabalho concentrou a pobreza e a miséria nas regiões subjugadas ao domínio imperialista destrutivo, seja com a imposição de políticas de intervenção neoliberal, no simulacro das propostas do Consenso de Washington de disseminação do chamado livre mercado para os grandes monopólios mundiais (disponibilidade de recursos naturais e de força de trabalho extremamente barata). Nesse ponto, uma outra contradição é posta em evidência, com a máxima socialização do processo de trabalho, articulado entre as distintas camadas do proletariado mundial, e a tendência à apropriação cada vez mais privativa da riqueza produzida para os capitalistas. Esse aumento da produtividade do trabalho e a complexificação do processo de trabalho articulado à divisão internacional do trabalho transfere para a força de trabalho mobilizada entre as fronteiras, os trabalhadores imigrantes, a condição inseparável, e ao mesmo tempo, funcional ao atual estágio de maturidade do capital.

Desse modo, a condição dos trabalhadores imigrantes é atravessada pela precariedade e precarização, que se intercalam no quadro da crise com outro limite absoluto, o desemprego crônico. Essa compreensão é compartilhada por Martine⁶¹, em suas colocações sobre as migrações internacionais à luz do conceito de

⁶⁰ A condição de ser refugiado em suas múltiplas causas não é foco analítico dessa análise; conforme alguns estudos que se debruçam, a partir do conceito de identidade, sobre os modos de vida desses sujeitos. Contudo, seu exemplo objetivo é cabível na presente análise quando inserido na produção de trabalhadores supérfluos nas regiões mais empobrecidas da periferia capitalista, devastadas pelos efeitos da destruição ecológica, das guerras imperialistas com massivo fornecimento de armamento do centro capitalista (insuflando guerras civis entre os grupos, cada vez mais distantes de uma unificação classista) e do desemprego crônico.

⁶¹ O autor apresenta vantagens e desvantagens da migração internacional, que acabam por distorcer a análise de uma discussão mais ampla e pormenorizada, que leve em consideração as contradições do capital em seu quadro mais desumanizador. Por exemplo, uma das “desvantagens” para os lugares de destino, apontada por Martine, são riscos de terrorismo e para a segurança nacional e o acirramento da concorrência entre os trabalhadores nativos por postos laborais. Acaba-se por transferir a crise para o sujeito que migra e perde-se a oportunidade de discutir relações entre crise estrutural, militarismo e imperialismo; bem como, precariedade e desemprego crônicos elevados a níveis generalizantes para o proletariado da periferia do capital.

globalização inacabada e a hipótese da liberação dos fluxos migratórios como objetivo a ser completado no bojo do que se pode denominar de sentido pleno de globalizar. À despeito dos problemas analíticos, que propõem uma transformação no interior das relações capitalistas de produção, que poderiam proporcionar uma plena liberdade humana. A existência de uma ordem sociometabólica baseada na máxima extração de mais-trabalho como pressuposto de seu domínio e controle anula qualquer possibilidade de uma mobilidade do trabalho dissociada do aumento da taxa de exploração.

Os méritos da análise de Martine (2005) recaem sobre o contraponto entre mobilidade máxima do capital diante da financeirização e da generalização do capital a juros e o acirramento de políticas protecionistas, reforçadoras de medidas contra a imigração de parcelas do proletariado periférico⁶². Ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios cresceram desde a década de 1960 em direção aos países centrais e forneceram força de trabalho barata e são apontados por análises demográficas como importantes contrapesos à chamada segunda transição demográfica desses países:

Segundo os cenários elaborados pela Divisão de População, os países europeus precisam de pelo menos 3,23 milhões de migrantes anuais entre 2000 e 2050, para manter o tamanho de sua população em idades de 15-64 anos nos níveis de 1995. Para o Japão, a imigração necessária seria de 647 mil pessoas ao ano e, para os Estados Unidos, de 359 mil (MARTINE, 2005, p. 61).

Subentende-se que a renovação populacional empreendida pela mobilização de trabalhadores da periferia para o centro carregaria o potencial renovador da produção capitalista mundial, diante do envelhecimento do proletariado dos países centrais. Se a tendência do capital em sua fase última é a ativação dos limites absolutos, ou seja, limites que nas fases anteriores impulsionaram a expansão do capital, não é qualquer incentivo à entrada de imigrantes nos antigos centros hegemônicos da acumulação de capital que contorna tais limites. As previsões demográficas dos organismos multilaterais ignoram as perspectivas⁶³ de máximo antagonismo do capital x trabalho, com a dilapidação ecológica, o crescente

⁶² A relação entre Estado e controle como princípio das legislações reguladoras da mobilização de trabalhadores imigrantes é o objetivo analítico da Seção III desta tese.

⁶³ Não se pode ignorar que toda e qualquer perspectiva de futuro deve levar em consideração as capacidades de contraofensiva do trabalho contra o capital (MÉSZÁROS, 2011).

militarismo impulsionado pela incontornabilidade do imperialismo no atual cenário geopolítico e as pressões contra o proletariado global, destituído em suas parcelas ocupadas de proteção trabalhista e completamente barbarizado em suas parcelas desempregadas.

De certo, alguns dos países com maiores contingentes de trabalhadores imigrantes, como EUA e Alemanha, se valem dessa força de trabalho para a dinamização de ramos industriais importantes para a geração da riqueza material: metalurgia, siderurgia, agricultura moderna, por exemplo. Além dos ramos de informatização, mobilizadores de força de trabalho indiana. Essas parcelas conseguem ocupação no processo produtivo direto diante dos interesses dos monopólios capitalistas em reduzir ao máximo os custos de capital variável em relação ao capital fixo cristalizado na incorporação técnica que impulsiona as taxas de produtividade. A máquina não elimina o trabalho vivo (tendência do capital em sua desmedida). A desvalorização do trabalho subutiliza a força humana e, enquanto existirem mecanismos prolongadores de aumento produtivo, os quadros laborais deverão acompanhar a avidez por valorização de valor. É o trabalho imigrante que carrega as condições de uma mobilidade do trabalho máxima, no tempo e no espaço, que se adapta ao período de máxima desvalorização do trabalho pelo capital. Portanto, não é errado definir a força de trabalho mobilizada entre fronteiras como a face desumana da desmedida do capital em sua fase de crise estrutural.

O cerne da discussão deixa de ser exclusivamente uma questão demográfica⁶⁴, marcada pela distribuição de força de trabalho como fomento aos mercados de trabalho dos países centrais, e se direciona para a produção de trabalhadores supérfluos que caracteriza uma era de desemprego crônico. Conforme Mészáros (2011) não se trata de ignorar as problemáticas atreladas ao crescimento ou diminuição populacional, na periferia e no centro, seja no próprio sistema do capital ou em um possível sistema alternativo, mas não desconsiderar as condições objetivas da classe trabalhadora diante da socialização dos efeitos prolongadores da crise estrutural. Enquanto o capital e seus apologistas tentam disfarçar a tendência à generalização ao desemprego crônico em todos os países, através dos discursos moralistas de explosão populacional da África, Sudeste Asiático e América Latina, os

⁶⁴ Conforme a crítica marxiana às leis naturais de crescimento populacional, as análises sobre o processo de reprodução humana perpassa relacionar qualquer mudança, crescimento e/ou diminuição ao sistema socioeconômico prevalecente.

reordenamentos impostos pelo capital revelam que o “excedente de população”, culpabilizados por sua miséria, são produtos materiais da concentração da riqueza socialmente produzida; portanto, da tendência à completa irracionalidade do sistema sociometabólico vigente e à banalização da escassez generalizada frente à riqueza aviltante concentrada.

A análise se conecta à concordância de Menezes (2007, p. 193): “A busca irresistível pela mais-valia tem empurrado milhões à condição de supérfluo”. Impõe-se a este trabalhador supérfluo, a liberdade de não ter sua força de trabalho vendável, em um novo parâmetro para a mobilidade do trabalho. O desemprego crônico generaliza a produção de supérfluos ainda mais supérfluos em suas possibilidades de inserção laboral, ao mesmo tempo em impõe a concorrência entre os próprios membros do proletariado heterogêneo e espacializado em distintas condições materiais nos países centrais e periféricos.

Os cinquenta anos entre o marco temporal de Harvey (2011) e Chesnais (1996) para o estopim da intensificação das contradições do capital que o levam para um período recessivo para a acumulação e a atualidade⁶⁵, as metamorfoses impostas ao mundo do trabalho impactam as dinâmicas migratórias, ou seja, não há como dissociar o desemprego crônico e a conseqüente produção de supérfluos ainda mais supérfluos da mobilização generalizada de trabalhadores entre fronteiras. Sem dúvida, a expansão do capital para o assim chamado mundo subdesenvolvido e liberação dos então países coloniais (processos de descolonização da África e da Ásia), com o acelerado desenvolvimento de forças produtivas e a proletarianização de grandes contingentes de desterrados, no bojo da modernização do campo e do crescimento urbano desordenado, foi responsável pela mobilização de amplos contingentes dentro das fronteiras de cada um dos países e, mesmo, entre fronteiras. Conforme Kurz (2005), mobilizações estas, inseridas no avanço da modernização capitalista. Até a década de 1960 e início da década de 1970, os contingentes de imigrantes que conseguiram adentrar às fronteiras de países centrais, como Reino Unido, os próprios EUA, França e Alemanha, se constituíram em importantes parcelas de força de trabalho mal remunerada para o capital, inseridas em alguns ramos industriais nos quais havia pouca concorrência entre o proletariado nativo destes países.

⁶⁵ Escreve-se esta seção no ano de 2023. O período de doutoramento compreende 2020-2024.

Com o fim do último ciclo expansivo do capital, expresso pela acumulação fordista-keynesiana, os contingentes de imigrantes de países periféricos não cessaram. Segundo Hobsbawm (1995), as condições de vida das populações africanas, asiáticas e latino-americanas diminuem a partir das décadas de crise e os reordenamentos do modelo toyotista como contratendência à queda da acumulação.

O aumento das mobilizações de imigrantes se reflete nos números: entre 1965 e 1990, a população imigrante em escala mundial foi de aproximadamente 70 milhões para mais de 150 milhões. A gestão imperialista do espaço mundializado, ditado pelos mecanismos de hegemonia estadunidense durante o conflito geopolítico contra o modelo pós-capitalista soviético e que persiste nas décadas que prenunciam à bancarrota deste (e mesmo após o fim), foi responsável pelo controle militar estratégico de regiões ricas em recursos energéticos. Conflitos geopolíticos no Oriente Médio, Norte e Centro da África, Ásia Central, Cáucaso e Leste Europeu foram constituídos pelo crescente militarismo que emerge como uma das contradições latentes do império do capital (WOOD, 2014). Às demais regiões da periferia foram impostas os desígnios de uma nova reestruturação do capital, com o receituário neoliberal, as privatizações dos serviços sociais e produtivos estatais e os desmontes contra legislações trabalhistas; principalmente aquelas que atravessaram massivos processos de desenvolvimento capitalista em suas forças produtivas ao longo do século XX, como na América Latina (México, Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina e Chile); na Ásia (Índia, Filipinas, Coreia do Sul e Indonésia) e África (Egito, Nigéria e África do Sul). As classes trabalhadoras desses países, que nunca assistiram a uma socialização da riqueza material socialmente produzida, são duramente impactadas pelas diretrizes sempre constantes dos organismos multilaterais, sob a alcunha do Consenso de Washington.

São essas formas encontradas pelo capital em seu refúgio contra a tendência de diminuição do ritmo de acumulação que configuram um novo sentido atribuído à mobilidade do trabalho. A imanente liberdade da mercadoria força de trabalho, conforme Gaudemar, permanece como atributo indissociável. Contudo, os limites alcançados pelo capital a partir da crise estrutural, aprofunda as taxas de exploração, com incorporação técnica (toyotista) e uma produção intrinsecamente destrutiva (militarismo), que não são suficientes para a renovação de um novo ciclo cumulativo, pois emergem em um quadro de excedente produtivo incalculável. As próprias

soluções encontradas pelo capital aumentam seu despotismo contra o trabalho, e nesse antagonismo, que a mobilidade do trabalho deixa de ser definida por processos expansivos de acumulação e passa a ser ditada pela própria crise, a máxima desmedida do capital. É a capacidade do trabalhador ser livre para ser mobilizado entre fronteiras e continentes, sob o espectro mais desumano da precariedade, e não possuir nenhuma perspectiva de inserção no processo produtivo direto. Em suma, ser livre para enumerar as fileiras do desemprego crônico, que não representa menos trabalho, e sim, parte integrante e essencial do aumento da exploração de trabalho e extração de mais-valor (MENEZES, 2007).

Essa nova condição de mobilidade do trabalho se materializa em mobilizações de imigrantes ditadas pela crise: ou, segundo Kurz (2005), migrações da crise. Dieter Heidemann (2004), diretamente fundamentado pela tese da crise fundamental da sociedade do trabalho de Kurz⁶⁶, argumenta que:

Estamos vivendo em um mundo repleto de migrantes e refugiados, numa atmosfera de precariedade e cinismo, oportunismo e medo. Não faltam depoimentos e relatos de tragédias e brutalidades. Os exemplos são vários: vão dos angolanos na Vila São João, no Rio de Janeiro, dos bolivianos no Brás, em São Paulo, dos imigrantes ilegais em Tel-Aviv, dos *boat people* na costa australiana, dos albaneses na Itália, dos deslocados nas guerras civis asiáticas, aos numerosos 'sem papéis' em toda a Comunidade Europeia (HEIDEMANN, 2004, p. 25).

O sistema produtor de mercadorias em sua sujeição do trabalho torna a maior parte do mundo supérflua (HEIDEMANN, 2004). Esse ponto de partida da análise do geógrafo citado desemboca em um olhar para produção de uma “mobilização geral, total e forçada” em direção ao trabalho. Essa categoria, todavia, é analisada sob o que se denomina sociedade moderna capitalista, sem uma necessária distinção substancial entre trabalho abstrato e trabalho concreto, como princípio para se compreender a contradição capital versus trabalho e a própria negação do trabalho elevada a uma máxima desmedida em sua fase atual. Como se sabe, essa tarefa

⁶⁶ Ao contrário de uma crise da sociedade do trabalho, nossa tese fundamenta-se na tese de Mészáros, sobre a crise estrutural do capital, indissociável ao mundo do trabalho capitalista e à própria tendência à generalização do desemprego como limite absoluto. Ao contrário do fim do trabalho, a crise estrutural intensifica a exploração do trabalho (o desemprego não corresponde à diminuição de mais-trabalho). Portanto, a mobilização de trabalhadores imigrantes insere-se objetivamente como uma das dinâmicas impostas à população trabalhadora supérflua. Contudo, é inegável que as contribuições teóricas de Kurz e Heidemann são importantes referências para as análises sobre migrações/imigrações na atual fase do sistema do capital.

coube à Mészáros (2011) em seus pressupostos sobre a incontrolável ordem sociometabólica do capital e a ativação dos seus limites absolutos. Contudo, não há comprometimento do objetivo traçado no presente item, sobre a imigração no fulcro da crise estrutural, quando se levam em consideração os argumentos desses dois teóricos da crise da sociedade do trabalho. Inegavelmente, o ímpeto dos milhões de supérfluos migrarem em direção aos centros de concentração da riqueza material (produtores da miséria, segundo Heidemann (2004)) é a expressão material do fim de um ciclo de valorização de força de trabalho em uma fase marcada pela relação entre modernização e mobilização. Subentende-se que ainda existiam bases de expansão modernizadora, sob a alcunha de um suposto “capitalismo civilizatório” que imprimiu ao século XIX, o século americano, do “fazer a América”, com a mobilização em massa de trabalhadores. O fim desse período marca o início de uma mobilização da miséria, de conflitos e guerras, catástrofes naturais, imperialismo sob o discurso do desenvolvimento e ditames do neoliberalismo:

Cerca de 10% da população mundial, enfim, migra atualmente para se salvar dos pavores econômicos e de suas consequências. Desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo. Os migrantes não constituem mais um ‘exército industrial de reserva’, mas, sim, integram um ‘lixo social’ de difícil reciclagem humanística (HEIDEMANN, 2004, p. 28).

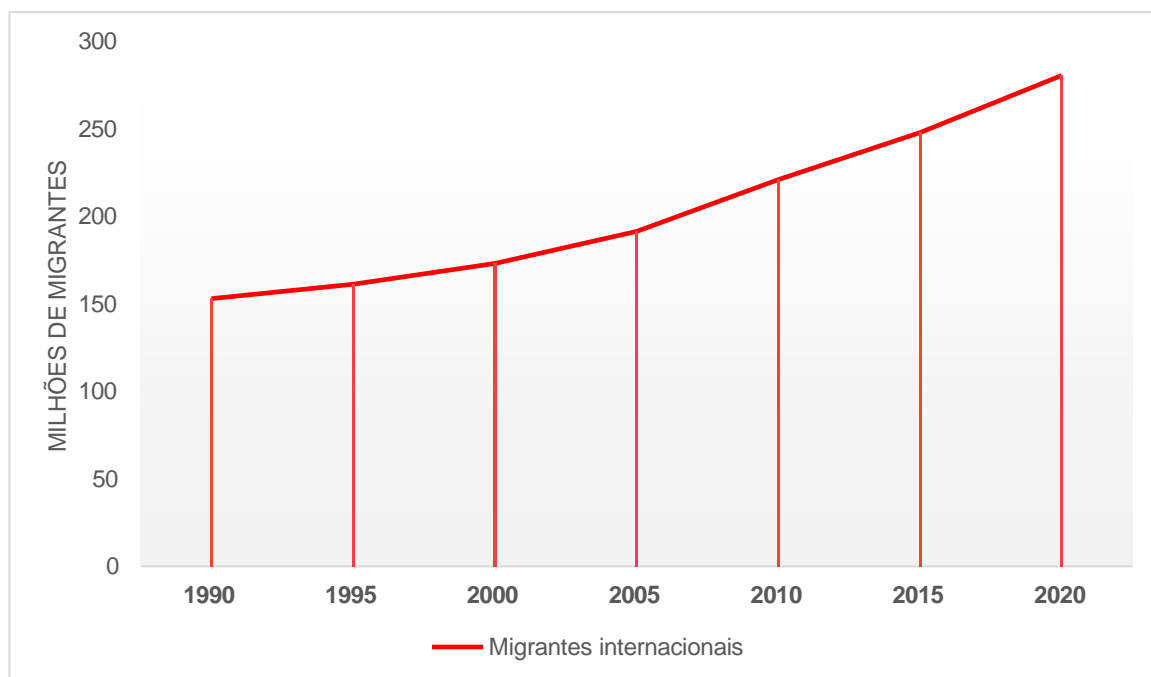
Todas as causas apontadas, em seu avesso, revelam alguns dos principais limites absolutos do capital: as mobilizações causadas por catástrofes naturais, por exemplo, se relacionam ao que Mészáros (2011) fundamenta como “destruição criativa da terra” ou a devastação ecológica, que fomentou as engrenagens do capitalismo industrial e monopolista, e cujas discussões dos apologistas do capital sobre a necessidade de impor ‘limites ao crescimento’, deturpam a raiz da barbárie societal e da tendência à inviabilização da vida no Planeta Terra como resultantes da incontrolabilidade do capital, e, portanto, da necessidade de imediata transição sistêmica.

As mobilizações causadas pelos conflitos e guerras e pela própria lógica imperialista estão associadas ao limite absoluto definido pelo antagonismo entre o capital transnacional e Estado nacional, com os mecanismos de perpetuação dos trabalhadores indocumentados, aprisionamentos de excedentes e manutenção de

condições de risco contra a vida (manchetes sobre imigrantes mortos em caminhões ou mesmo na travessia entre as fronteiras). Ademais, esse antagonismo é inerente a outras três contradições: monopólio e competição; crescente socialização da produção e a apropriação privada dela; e a divisão internacional do trabalho como dominância de potências frente ao sistema global (MÉSZÁROS, 2011).

A tendência mundial encaminha-se para o aumento dos migrantes internacionais (conceito amplamente utilizado pelos organismos multilaterais e bases estatísticas internacionais), conforme pode ser observado no gráfico abaixo (Gráfico 02):

Gráfico 2 - Mundo: número de migrantes internacionais, 1990-2020



Fonte: ONU DAES, 2020

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

Em trinta anos, o número absoluto variou de 153 milhões para 280,6 milhões; um acréscimo de 127,6 milhões, entre 1990 e 2020. Os dados não levam em consideração os imigrantes em situação de ilegalidade frente às legislações imigratórias dos países destinatários (mais por dificuldades metodológicas e menos por interesse de ocultamento), o que segundo Martine, pode projetar um panorama ainda mais amplo.

Tanto Antunes (2020), quanto Tonelo (2021) inserem esse crescente montante imigratório no contexto de transformações sistêmicas aprofundadas pela crise do capital: no caso do primeiro, como parte do desenho de um novo proletariado global de serviços, determinado pela ampliação e incorporação de trabalho excedente barato, ao mesmo tempo, em se expulsam contingentes de imigrantes com pouca ou nenhuma qualificação educacional e/ou profissional: “(...) cujos novos fluxos migratórios (Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste) aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados” (ANTUNES, 2020, p. 33).

Tonelo (2021) vai além, ao citar a questão imigratória como: “(...) componente determinante da morfologia da classe trabalhadora. Não sem antes constituir os fundamentos da crise financeira de 2008, em associação direta à crise de sobreacumulação a partir de 1970. A mobilização de trabalhadores imigrantes nas fronteiras tornou-se uma das fotografias centrais da reestruturação contra o mundo do trabalho e do aprofundamento das contradições sistêmicas após 2008 (responsável por suscitar novas dinâmicas geopolíticas, como a saída do Reino Unido da União Europeia e a ascensão da extrema direita ao poder do centro hegemônico do capitalismo sob crise). Ambos os autores corroboram para o questionamento sobre a relação entre imigração e crise estrutural.

Imigração no contexto de mundialização de trabalhadores supérfluos

A pergunta que intitula o item enumera alguns questionamentos importantes para o alcance dos objetivos dessa seção: por que se recorre ao conceito de crise imigratória em associação ao crescimento de fluxos de trabalhadores imigrantes na atualidade? É possível recorrer ao entendimento sobre a produção de imigrações da/na crise? Os dois conceitos são conflitivos entre si? Quais são as bases materiais que os justificam (ou não)?

A princípio, destaca-se que, ao considerar a produção de imigrações da/na crise, a análise segue o pressuposto de uma mobilidade da crise; ou seja, não são os mobilizados (trabalhadores entre fronteiras e continentes), os produtores e gestores da crise, conforme a perspectiva da crise das imigrações (crise de mobilizados ou crise imigratória). A mobilidade da crise, ou seja, os impactos da reestruturação

produtiva do capital como expansão (no tempo e no espaço) das perdas da acumulação empreendidas pelo próprio capital, perpassa a constituição de um arcabouço analítico mais amplo, a partir das contradições do sistema de controle do capital, colocado em prova em sua fase de crise estrutural. É a negação do trabalho em um nível intensificado, gestor do desemprego crônico, que tonaliza os movimentos imigratórios (em essência, trabalhadores deslocados, sob distintas circunstâncias, em busca de sobrevivência). Desse modo, as diásporas da crise se distinguem de qualquer mobilização de trabalhadores no período recortado entre o século XVI até o século XIX, pois estas não possuíam um caráter global e universal, atadas ao desenvolvimento do capitalismo em suas fases industrial e monopolista⁶⁷ (KURZ, 2005). Portanto, sob as condições objetivas do mundo do trabalho atual, é inequívoco o confronto entre em uma perspectiva que dissocia a multiplicação de mobilizações entre fronteiras dos impactos da crise estrutural (crise imigratória ou crise das imigrações⁶⁸); e outra, fundamentada no que François Chesnais (2006) refere-se como a mundialização do exército industrial de reserva.

A partir da sistematização de Cohen (2008)⁶⁹, os estudos sobre as diásporas podem ser classificados em quatro fases: 1. Uma primeira fase marcada pelo uso do conceito no singular, atrelado à diáspora judaica; posteriormente, alargado para a dispersão de africanos, armênios e irlandeses. Seu significado foi concebido a partir da noção de um acontecimento cataclísmico que provocou a opressão de uma dada sociedade. 2. A segunda fase, a partir dos anos 1980, é caracterizada pelo uso do conceito enquanto uma designação metafórica, que descreve distintas categorias: expatriados, expulsos, refugiados políticos, residentes estrangeiros, imigrantes e minorias étnicas e raciais. Desse modo, os diferentes processos de desterro de populações adjetivaram um número cada vez maior de diásporas. 3. A terceira fase, nos anos 1990, é influenciada pelo construtivismo social, de acordo com os pressupostos de um mundo marcado por identidades desterritorializadas e flexíveis

⁶⁷ Durante as I e II revoluções das forças produtivas.

⁶⁸ Inclusive, reduzindo o processo a um aspecto: o refúgio frente aos conflitos e/ou guerras.

⁶⁹ Ao dedicar um capítulo sobre as diásporas laborais, o autor distingue os processos de mobilização entre laborais, imperiais e comerciais. Todavia, apesar da diferenciação, afirma-se que em todas as diásporas atuais existem elementos proletários: "*First, with in all diásporas, including the most economically, successful, there área (sometimes large) proletarian elements*" (COHEN, 2008, p. 62). Os exemplos variam: na diáspora armênia, uma grande proporção de pessoas estava ocupada em ocupações de carregadores; os italianos que foram mobilizados para a América; os trabalhadores indianos empregados em *plantations* pela colonização europeia.

(diretamente fundamentada por perspectivas pós-modernas). O conceito de diáspora, conseqüentemente, fragmentou-se em múltiplas narrativas. 4. Por fim, com a virada do século XXI, consolida-se uma fase de ressalva sobre os perigos do esvaziamento, acerca do potencial analítico do conceito de diáspora. Provocações sobre quais os elementos centrais e as características comuns das diásporas contemporâneas passam a compor uma ideia diaspórica. Portanto, um mundo marcado, inexoravelmente, pela mobilização:

A migração atual, comparada a isso, tem outra qualidade: não é mais limitada a determinadas levas não-simultâneas da modernização em diversos países, mas é universal e global; realiza-se quase em todos os lugares simultaneamente e se demonstra em novas dimensões (KURZ, 2005, p. 03).

Para Kurz (2005), a causa dessa mobilização em massa é o que denomina de crise da terceira revolução industrial; em que o avanço tecnológico lança cada vez mais trabalhadores na impossibilidade de vender sua força de trabalho. A crise reordena a produção do espaço, ao concentrar o capital em maior densidade em algumas regiões do globo, enquanto torna o próprio espaço como miserabilidade absoluta. Os pontos restantes de valorização do valor atraem uma crescente massa de trabalhadores livres e desterrados, não mais como um aspecto da mobilização conduzida pelo progresso capitalista do século XIX⁷⁰ (um projeto civilizatório, segundo propositores da chamada crise da sociedade do trabalho). Para além das migrações internas dentro das fronteiras de países, como a China (com uma nova e intensa migração em massa das regiões interioranas em direção às zonas econômicas especiais para a exportação), assiste-se à conformação de uma nova dimensão de uma mundializada migração em massa, distintamente dos movimentos migratórios do século XIX, da Europa em direção às Américas do Norte e do Sul e para a Austrália.

As direções se dinamizam de Leste para Oeste, do Sul para Norte, da Europa Oriental e Ásia Central para a União Europeia, ao mesmo tempo, do Norte da África e das áreas do Sul do Saara, através do Mar Mediterrâneo; e da América Central e do Sul em direção à América Anglo-Saxônica. Migrações entre países de línguas latinas

⁷⁰ Citam-se os movimentos internos da modernização, como a ascensão de centros nacionais, através da expansão capitalista, a exemplo da Itália, com a intensa migração do Mezzogiorno para as regiões industrializadas do Norte; e o Brasil, durante seu acelerado processo de revolução das forças produtivas na segunda metade do século XX, com a migração de trabalhadores do Nordeste para o Sudeste.

e migrações da Ásia Oriental em direção às zonas de integração no mercado mundial do Sudeste Asiático (KURZ, 2005). Não se trata da construção de uma aldeia global, em que a livre circulação de pessoas entre fronteiras passa a ser uma característica principal de uma suposta sociedade pós-moderna. Segundo Choudry; Hlatshwayo (2016, p. 01):

The global free market economy has not led to the building of a 'global village' or a borderless world, despite what many of its advocates have promised. While many barriers to the mobility of capital have been dismantled through policies of liberalisation and deregulation, the majority of the world's people do not experience such freedom to move across borders⁷¹.

Ao mesmo tempo que a liberdade de mover-se como condição individual ansiada pelo trabalhador entre regiões ou países é negada a este sujeito, diante de sua total ausência dos meios de produção, a multiplicação das camadas da superpopulação relativa produz tendências de mais mobilizações. Ou seja, a condição forçosa da mobilidade do trabalho inseparável do trabalho abstrato, em qualquer fase histórica do sociometabolismo do capital, está presente no quadro de crise estrutural no (descontrole do desemprego crônico mundializado).

Em nenhuma das fases anteriores, o capital deparou-se com um contingente de bilhões de trabalhadores negados à vendabilidade de suas forças de trabalho, dispersos em todos os continentes, como se assiste no recorte temporal pós-1970. Todavia, a complexidade das relações inseridas na análise sobre a mobilidade do trabalho nessa esfera da crise induz um arcabouço que consiga entender a produção desigual do espaço e a própria divisão internacional do trabalho, que delineiam alguns dos principais fluxos migratórios atuais.

Como processo de acirramento da contradição capital *versus* trabalho, o capital pressiona a socialização das perdas de lucro sobre as classes trabalhadoras de países centrais (os administradores da crise aprofundam cortes salariais e apropriações dos fundos de desemprego). A diminuição de padrões altos e médios de vida dessas parcelas trabalhadoras forçam à precarização e à concorrência por

⁷¹ "A economia global de livre mercado não levou à construção de uma 'aldeia global' ou de um mundo sem fronteiras. Apesar do que muitos de seus defensores prometeram. Embora muitas barreiras à mobilidade do capital tenham sido desmanteladas através de políticas de liberalização e desregulamentação, a maioria das pessoas do mundo não experimenta essa liberdade de circular através das fronteiras".

ocupações entre os trabalhadores imigrantes, imersos sob a precariedade social. Enquanto isso, os imigrantes se valem dos desníveis nas taxas de câmbio para apoiarem economicamente suas famílias, através do repasse de remessas dos seus salários. Não é um ponto positivo da globalização, mas, tão somente, a expressão material das desigualdades geradas nos espaços da miséria.

Diante disso, as migrações da crise se expressam em migrações da barbárie⁷². Se não há mais alternativas de capacidade produtiva para absorver trabalho em grande escala⁷³, restam as poucas regiões de rentabilidade, cuja estrutura foi montada ao longo da espoliação do capital nos séculos anteriores e consolidadas durante o período pós-guerra, no último grande ciclo expansivo do capital. Desse modo, são inúmeros os processos de mobilização do proletariado mundial, que tornam a mobilidade do trabalho não mais uma condição essencial para a valorização de valor; mas sim, como produto da espacialização das consequências da crise.

Portanto, a inseparabilidade entre a mundialização do capital e a mobilização de trabalhadores se entremeiam a um processo de mundialização do exército industrial de reserva (CHESNAIS, 2006). O movimento do capital busca formas de contrair a queda tendencial da taxa de lucro, e um desses processos é o acirramento da concorrência proletária entre países, diante das estratégias de rebaixamento de salários⁷⁴.

Dentro das novas dinâmicas do/no mundo do trabalho sob o domínio e configuração da atual divisão internacional do trabalho situam-se a mobilidade do capital em direção aos países com estruturas sociais marcadas pela precariedade social e avançada precarização do trabalho (legislações trabalhistas fragilizadas). Trata-se de mecanismos de contratendências à queda da taxa de lucro, mas insuficientes para a renovação global da acumulação. Tal processo impacta tanto as classes trabalhadoras dos países de capitalismo avançado, com o aumento do desemprego e a diminuição dos salários médios; quanto aqueles que vivem nos

⁷² Tanto as migrações, quanto as guerras se entrelaçam como consequências de processos globais da crise (KURZ, 2005).

⁷³ A inserção/integração da China, Índia, Oriente Médio e África ao sistema do capital finalizam as possibilidades de incorporação geográfica em prol da acumulação (CHESNAIS, 2006).

⁷⁴ “Estamos numa situação em que se alarga incessantemente a concorrência criada pelo capital entre os assalariados por um número insuficiente de empregos. A concorrência insinua-se por mil e um canais, entre os quais o da imigração e da situação de profunda dependência dos trabalhadores face ao capital, mas também o das condições que conhecem os precários e os desempregados. Ela alimenta permanentemente o racismo e suporta uma gama infinita de estratégias patronais” (CHESNAIS, 2006, p. 04).

países de capitalismo tardio (principalmente, os que perpassam por rápidos processos industriais), ocupados sob custos de capital variável mais baixos. A mobilidade do capital (enquanto mobilidade da própria crise e de seus limites absolutos) não significa a ocupação dos bilhões de trabalhadores que habitam essas regiões do globo. Ao invés disso, a alta rotatividade laboral, diante de uma superpopulação relativa em crescimento, torna a condição de desemprego crônico uma realidade constante e irrefreável, combinada aos demais fatores que dimensionam a precariedade social.

Na atual divisão internacional do trabalho, a manutenção do que Kurz (2005) denomina como “oásis” de desenvolvimento (países com altos níveis de vida, expressos em alta escolaridade, baixas mortalidade e natalidade, serviços e infraestruturas modernas, alta expectativa de vida) não anula a precariedade social como condição inseparável do trabalho subsumido ao capital; bem como, a precarização como processo em curso, de reposição constante dessa precariedade em todos os mercados laborais. As características que definem o capitalismo avançado não são atributos de um capital que visa a melhoria dos padrões de vida ou a igualdade. Os países incluídos nessa acepção galgaram longos processos de desenvolvimento de suas forças produtivas, responsáveis pela invenção e inovação técnica e a concentração e centralização do capital. A pressão de suas classes trabalhadoras somada aos mecanismos expansionistas do capital no pós-guerra produziu efeitos sobre a estrutura social desses países, com o crescimento de camadas mais bem remuneradas, o fortalecimento da indústria do consumo e as melhorias nos sistemas de saúde e saneamento.

Para Pietro Basso (2018), os trabalhadores dos países de capitalismo avançado (ou desenvolvido, conforme o autor) foram incorporados a um novo quadro de intensificação das suas jornadas laborais, com o aumento do tempo médio de trabalho, demissões em massa por conglomerados multinacionais, diminuição dos períodos de descanso coletivo e individual (o tempo de sono, por exemplo) e o aumento de distúrbios e doenças causadas por exaustão. Países como EUA, Japão e Reino Unido encontram-se em estágios céleres de reestruturação produtiva que pressionam pela diminuição dos salários médios e alta rotatividade nas ocupações laborais, em destaque, àquelas dos ramos industriais.

Como consequência, a mobilidade enquanto condição inseparável da mercadoria força de trabalho é elevada a um estado morfológico da crise do capital. A negação do trabalho vivo contida no aumento da composição orgânica do capital, corresponde à constante diminuição da parcela estável e empregada do proletariado e ao aumento das camadas desempregadas ou subempregadas. Se historicamente, em suas fases de acumulação, a mobilidade do trabalho acompanhou a produção de força de trabalho ocupada na expansão de forças produtivas e seu correspondente exército industrial de reserva; na crise estrutural, germina-se uma nova fisionomia para a mobilidade do trabalho. A crise estrutural generaliza o desemprego crônico,

responsável por produzir uma constante superpopulação relativa, não-empregável. Portanto, não se refere mais a uma reserva de trabalhadores (funcional à diminuição dos salários, diante do aumento da concorrência entre trabalhadores e sempre disponível aos movimentos de ascensão e retração do capital). Na superfluidade exigida ao trabalho, o exército de reserva tende a ser a maior parcela do proletariado (MENEZES, 2007).

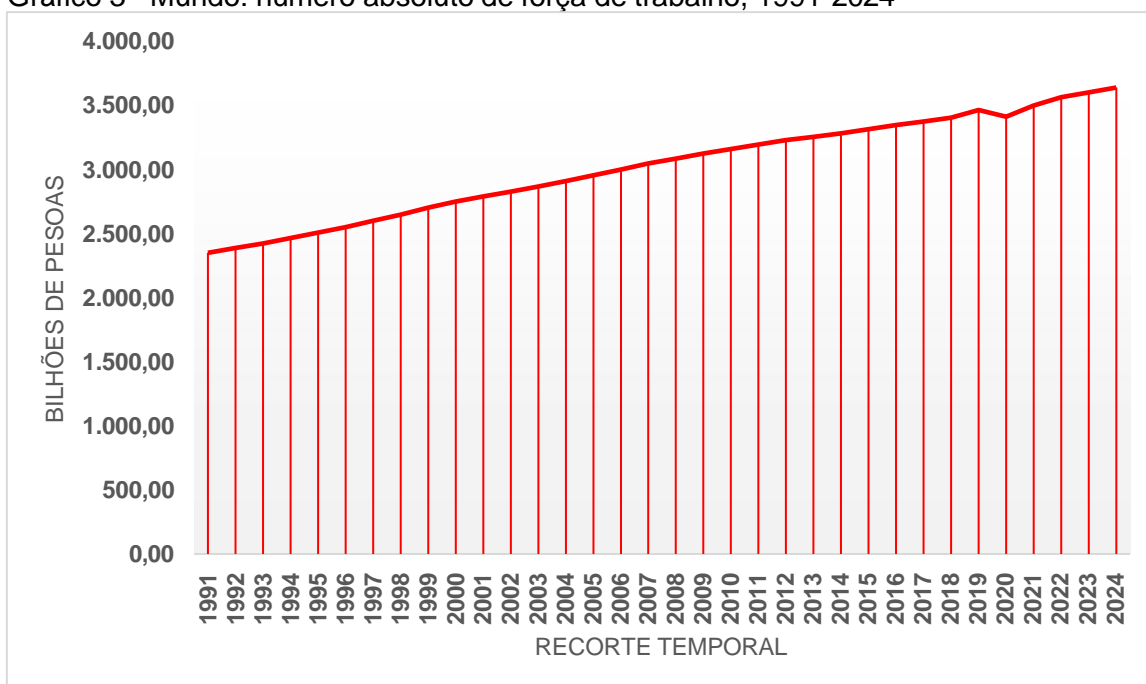
No contexto de uma mobilidade do trabalho sob o espectro da crise, a mobilização de trabalhadores segue as tendências de aumento da exploração do trabalho e da devastação ecológica, produção massiva militar e ações imperialistas do período pós-Guerra Fria, do desemprego estrutural e da espacialização da pobreza e miséria. Nessa discussão, o mapeamento de dados sobre as condições de desemprego, pobreza e os fluxos imigratórios contribuem para a fundamentação sobre a relação entre crise e diáspora.

Em análise sobre os dados de emprego e desemprego em escala mundial (Gráficos 03, 04, 05 e 06), entre 1992 e 2024⁷⁵ destacam-se duas tendências contrárias: 1. A primeira caracteriza-se pelo crescimento absoluto do número de trabalhadores (ou seja, a população com uma ocupação laboral no ano de referência, formal ou informal): em 1992 eram 2,268.2 bilhões; em 2024, o número saltou para 3,429.5 bilhões. 2. A segunda apresenta uma inversão, diante da proporção entre o número de trabalhadores empregados e o total da força de trabalho. Desse modo, apesar do crescimento absoluto, assiste-se à diminuição relativa da empregabilidade: se em 1992 eram 61,3%, em 2024, o número diminuiu para 56,1%.

A análise está imbricada com um outro dado: o crescimento do desemprego global. Em 1991 eram 115,6 milhões de desempregados; nesse recorte temporal de mais de trinta anos, os maiores aumentos ocorreram durante a espacialização dos efeitos da crise financeira de 2008: o número de desempregados saltou entre 2008 e 2009, de 181,1 milhões para 201,8 milhões; e durante a Pandemia de Covid-19, entre 2019 e 2020: de 191,9 milhões para 235,2 milhões. Chega-se a 2024 com um número de 210,9 milhões de desempregados:

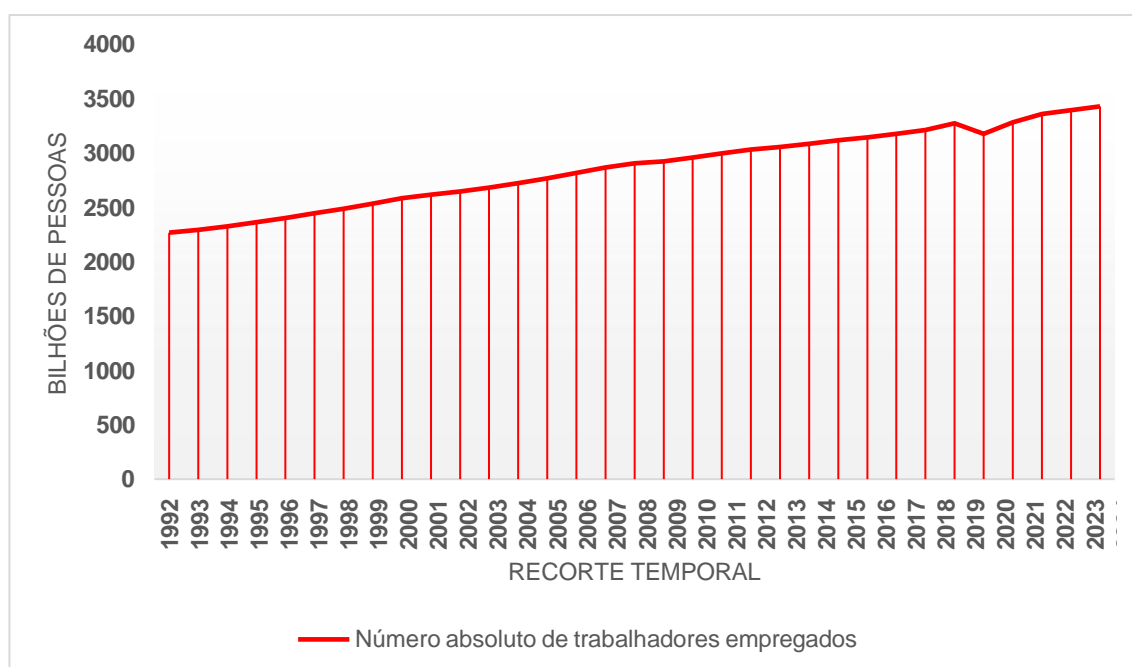
⁷⁵ Os dados de 2022, 2023 e 2024 foram calculados a partir de estimativas.

Gráfico 3 - Mundo: número absoluto de força de trabalho, 1991-2024



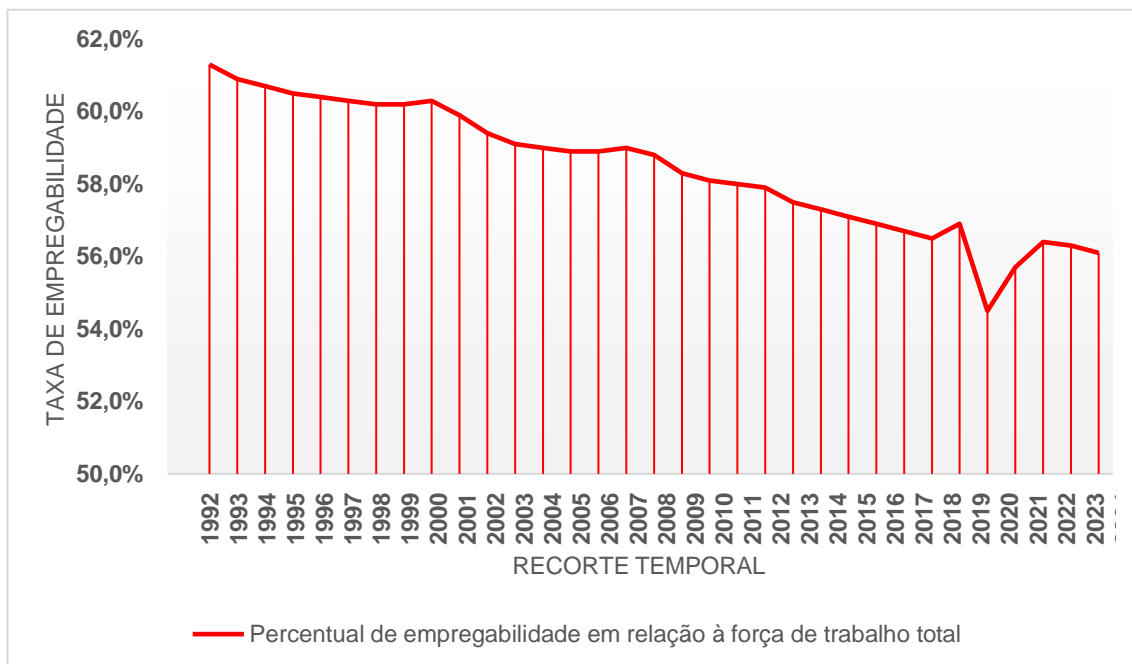
Fonte: World Employment and Social Outlook – Data Finder
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

Gráfico 4 - Mundo: número absoluto de trabalhadores empregados, 1992-2024



Fonte: World Employment and Social Outlook – Data Finder
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

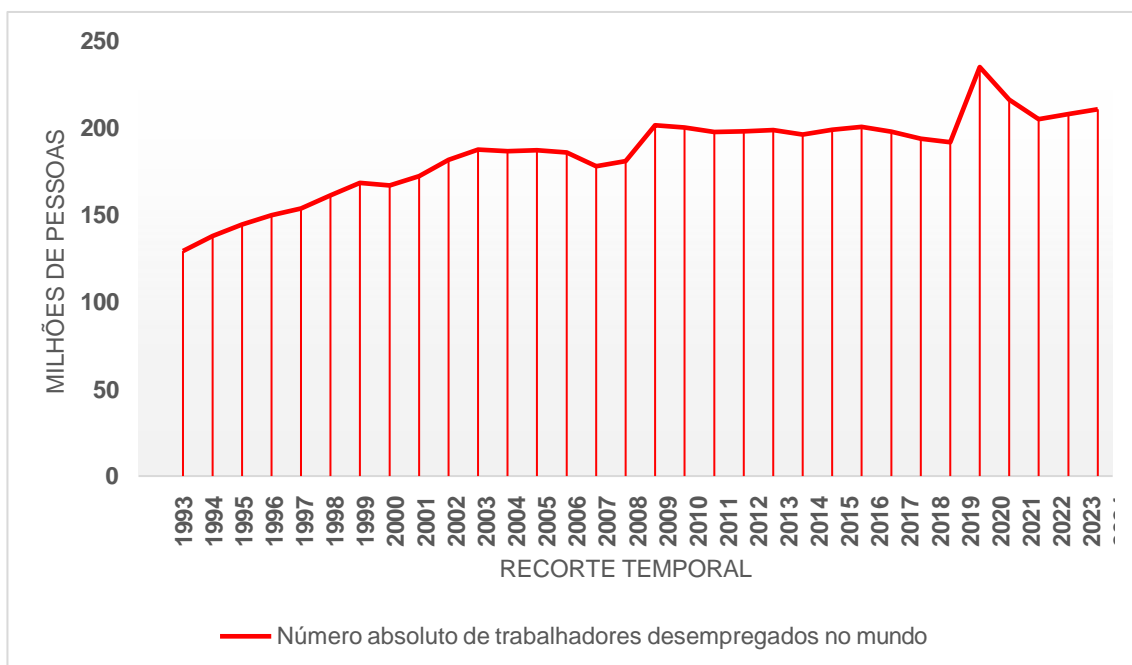
Gráfico 5 - Mundo: percentual de empregabilidade em relação à força de trabalho total



Fonte: World Employment and Social Outlook – Data Finder

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

Gráfico 6 - Mundo: número absoluto de trabalhadores desempregados, 1993-2024



Fonte: World Employment and Social Outlook – Data Finder

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

Depreende-se que, a tendência apontada pelos gráficos não é de diminuição do proletariado global. O número de trabalhadores segue uma curva ascendente desde o século XIX (um proletariado cada vez mais idoso nos países de capitalismo avançado e jovem nos países de capitalismo tardio). As estimativas apontam para 3.640,5 bilhões de trabalhadores, em 2024, com a maior parcela situada nas economias de capitalismo tardio. Desse modo, no avesso dos discursos de uma crise da sociedade do trabalho se encontra uma crise de emprego, conforme a própria tendência de diminuição da taxa de empregabilidade global. Emprego, nessa discussão, corresponde a trabalho com vínculo formal de contrato. A centralidade do trabalho é um fato inconteste da fase atual do sistema capitalista, quando se aprofundam as faces do desemprego crônico, marcadas pelos extratos de força de trabalho nas diferentes camadas da superpopulação relativa (latente, estagnada e flutuante). Na essência da estrutura do mundo do trabalho sob a crise estrutural, o aumento nas taxas de exploração da força de trabalho (e de mais-valor) como aspecto da contratendência à queda da taxa de lucro é produto da continuada precariedade e precarização do proletariado global:

O trabalho abstrato de cunho assalariado (forma específica assumida no capitalismo) não perde sua função na base da riqueza capitalista com a crise estrutural, mas sua exploração se assenta em modalidades inusitadas de extração da mais-valia e organização produtiva (OLIVEIRA, 2017, p. 150).

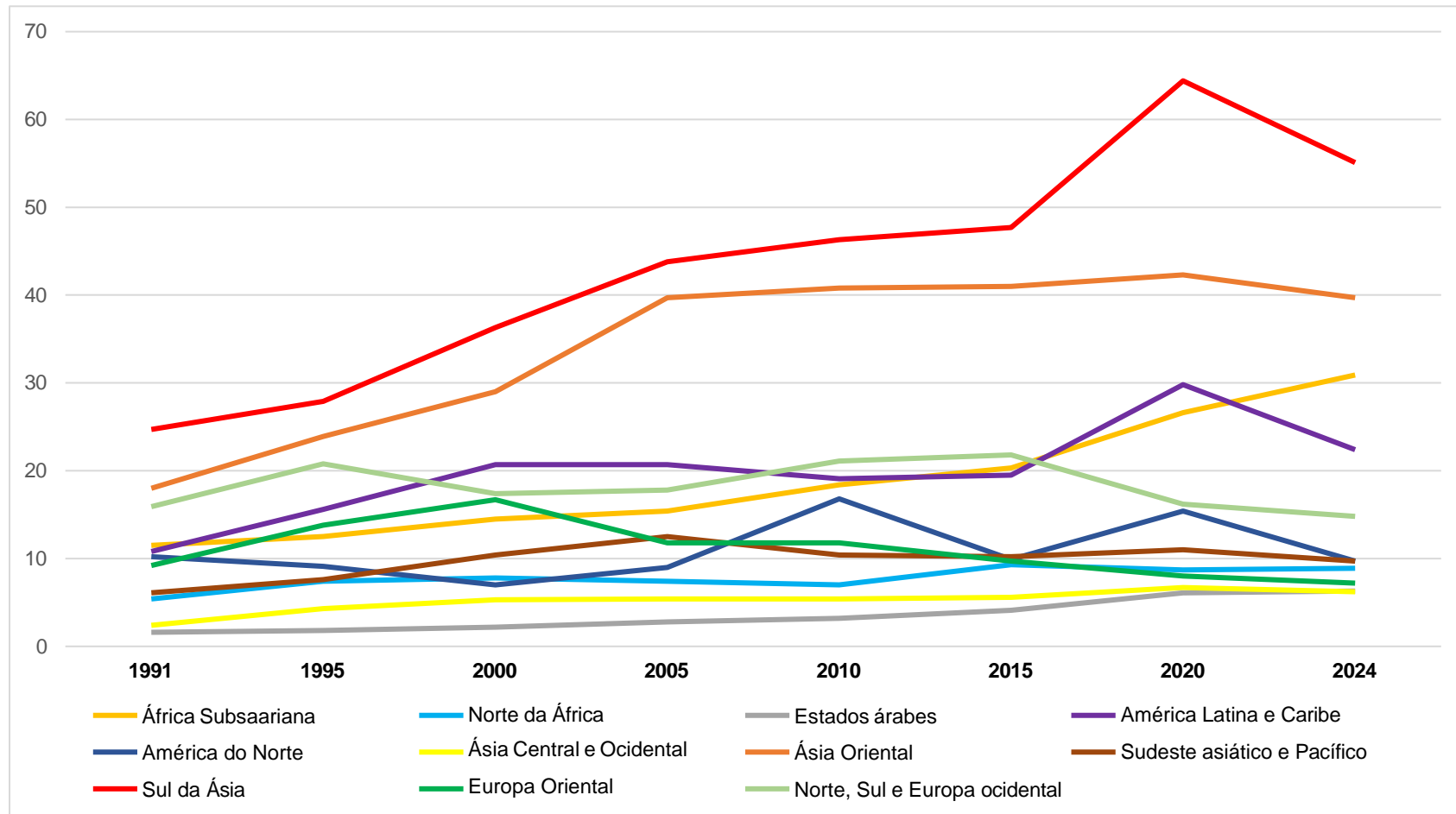
É desse modo que se fomenta a crescente produtividade do trabalho, à despeito de uma diminuição relativa do emprego no conjunto total da força de trabalho. O capital está diante de uma contínua batalha contra sua retração, e em nenhum momento histórico, sua composição orgânica esteve diante de uma massiva incorporação técnica ao processo produtivo como se evidencia na atualidade. Some-se essa compreensão aos avanços teóricos sobre precariedade e precarização do trabalho de Alves (2017) e chega-se a uma síntese: a negação do trabalho em curso não é a negação da exploração de trabalho.

Os dados de diminuição da empregabilidade mundial e de aumento do desemprego estão relacionados ao processo de precarização “(...) como forma de desenvolvimento civilizatório” (Idem, p. 112) e à generalização da precariedade como condição da sociedade humana sob o jugo do capital. Na reposição constante dos

mecanismos de precarização do trabalho sobre a precariedade, inseparável da força de trabalho em qualquer fase do sistema do capital, chega-se a um estado total de contingência do mundo do trabalho, no que o supracitado autor conceitua de precariedade latente.

A universalidade do processo não anula as particularidades do acirramento da divisão internacional do trabalho. Na reprodução desigual do capital entre a periferia e o centro gesta-se também a concentração desigual de riqueza e de miséria no espaço e no tempo das determinações da crise. Essa concentração de miséria evidencia a concentração desigual do desemprego crônico. Quando se consideram dados por região (Gráfico 07), a análise sobre o desemprego estrutural adquire os contornos necessários para uma perspectiva que considera o desenvolvimento desigual e combinado em sua inseparabilidade ao sistema de controle do capital:

Gráfico 7 - Regiões do mundo: número absoluto (em milhões) de trabalhadores desempregados, 1991-2024



Fonte: WESO Data Finder, 2023
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

De acordo com o gráfico, nos últimos trinta anos, o Sul da Ásia, a Ásia Oriental, a África Subsaariana e, em menor dimensão, a América Latina responderam pelos maiores números absolutos de trabalhadores desempregados. Somente o Sul da Ásia, onde se localizam alguns dos países mais populosos do mundo: Índia, Paquistão e Bangladesh, estima-se para 2024 um contingente de 55,1 milhões de desempregados; seguidos pelos 39,7 milhões da Ásia Oriental (China, Coreias, Mongólia); 30,9 milhões da África Subsaariana e 22,4 milhões da América Latina e Caribe. Os números vão de encontro às proposições de Mészáros (2011), quando discute o crescente desemprego em países como a China após a abertura aos preceitos do livre mercado em nome de um “milagre chinês” ou na Europa Oriental e ex-repúblicas soviéticas, após o desmoronamento do modelo pós-capitalista e a inserção das últimas porções do globo aos desígnios do capital. Trata-se de: (...) uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua” (Idem, p. 341).

Outros indicadores, como o de pobreza laboral, se somam ao panorama sobre o mundo do trabalho atual. Os dados sobre a população trabalhadora extremamente pobre (para a OIT, o conjunto de trabalhadores que vive com menos de USD 1,90, através do sistema de Paridade do Poder de Compra – PPP) apontam para uma diminuição em escala mundial, entre 1991 e 2021. Se no primeiro, a porcentagem era de 35%, em 2021, 6,4% da população trabalhadora estava em situação de extrema pobreza. Em números absolutos, em 1991, os trabalhadores extremamente pobres eram 781,6 milhões; enquanto os moderadamente pobres (trabalhadores que vivem com renda entre USD1,90 e USD 3,20) contabilizaram 433 milhões; somente em 2005, ocorre uma inversão, com os moderadamente pobres ultrapassando o continente de extremamente pobres: os primeiros eram 544,2 milhões; os últimos, 511,7 milhões. Chega-se em 2022, com 214,3 milhões de trabalhadores extremamente pobres e 310,6 milhões de trabalhadores moderadamente pobres.

Contudo, quando se diferenciam as condições de cada país e região, as transformações em suas estruturas de mercado de trabalho foram heterogêneas nesse recorte temporal de trinta anos. A África Subsaariana, por exemplo, variou de 55,5% para 35,5%; porcentagem que, à despeito da diminuição, mantém uma grande parcela de sua população trabalhadora em condições de miséria. Enquanto isso, os Estados árabes, que perpassam uma queda de 11,1% em 1991 para 0,8% em 2010,

assistiram desde 2011 e, principalmente, a partir de 2015, ao crescimento da miséria, chegando a 10,6% em 2021 (impulsionada pelas ações imperialistas da atuação militarista dos EUA, principalmente, com a Guerra da Síria).

Os dados por país dimensionam, de modo mais nítido, a constituição desigual dos espaços da miséria: na Somália, 75% de sua população trabalhadora estava em condição de miséria, em 1991; em 2022, a estimativa apontou para 58,2%. Na República Centro-Africana, o dado neste mesmo ano foi de 61,5%; na República Democrática do Congo, o número sobe para 66%. Na tabela abaixo (Tabela 04), os dados da *WESO Data Finder* sobre as populações trabalhadoras extremamente pobres e moderadamente pobres, em 2022, estão sistematizados por regiões do globo:

Tabela 4 - Regiões do mundo: dados absolutos sobre pobreza no trabalho, 2022

Região	Número absoluto de trabalhadores extremamente pobres (em milhões)	Número absoluto de trabalhadores moderadamente pobres (em milhões)
África Subsaariana	151,9	106,4
África do Norte	2,2	9,8
América Latina e Caribe	9,4	14,7
Estados árabes	6	4,4
Ásia Central e Oeste	1	3,7
Ásia do Leste	2,6	11,9
Sudeste Asiático e Pacífico	7,6	40,1
Ásia do Sul	33,6	179,4

Fonte: WESO Data Finder (2023)

A maior proporção de população trabalhadora empobrecida nas regiões da África Subsaariana, Ásia do Sul, Sudeste Asiático e Pacífico e América Latina e Caribe se relacionam aos números de desemprego e ao próprio mapa geopolítico da atual divisão internacional do trabalho. Estas regiões perpetuam estruturas econômicas dependentes, vulneráveis aos mecanismos de endividamento, instabilidades políticas e alta concentração de renda. Foram as regiões que perpassam violentos processos históricos de colonização e, que na atual conjuntura, atravessam a dominação imperialista de alguns países centrais privilegiados, como um dos mecanismos de contorno da equalização da taxa diferencial de exploração (MÉSZÁROS, 2011).

Em 2015, a força de trabalho indiana foi estimada em 476,7 milhões; número que subiu para 501 milhões em 2019. De acordo com a OIT, 13,7% dessa força de trabalho estava em situação de miséria em 2015, ou seja, aproximadamente 60,3 milhões de indianos; em 2019, a porcentagem caiu para 9%, mas que representou a manutenção de 42 milhões de trabalhadores na miséria. Em 2022, os trabalhadores indianos em situação de pobreza moderada foram 135,7 milhões (contingente maior do que a população total do Japão). A Nigéria, maior economia da África, segundo o Banco Mundial⁷⁶, em 2021 (US\$440,83 bilhões) perpassa uma tendência de aumento nos contingentes de pobreza moderada e extrema desde 2013/2014: de 15,8 milhões para 21,7 milhões (2022); e, de 17,9 milhões para 23,7 milhões.

De acordo com Campos Filho; Deus; Santos (2021), as raízes da atual posição do continente africano, e da maioria de seus países, no atual desenho geopolítico mundial estão impressas nos processos de colonização e descolonização (durante o século XXI) que reverberam na configuração da divisão internacional do trabalho atual. O processo de partilha da África e da Ásia durante a consolidação do capitalismo monopolista torna-se fundamental para o aumento da exploração dos recursos naturais e minerais e de força de trabalho barata (formação de um excedente produtivo responsável pelo desenvolvimento de um segundo processo de revolução industrial).

Após as grandes guerras mundiais e os impactos da crise de 1929, o aprofundamento das condições de pobreza e miséria acompanha os processos de descolonização, sob o julgo da disputa de hegemonia entre os EUA e a URSS ao longo do século XX, como parte da crescente propulsão militarista que conseguiu

⁷⁶ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?view=map>. Acesso em: 31 mai. 2023.

sustentar crescentes ganhos cumulativos ao capital. As bases de constituição de guerras civis, genocídios e organização de grupos paramilitares foram formadas diante da continuada subordinação dos países africanos e asiáticos aos desígnios do centro capitalista, através de políticas de endividamento impostas pelos organismos multilaterais do ascendente capital financeiro, economias fragilizadas voltadas exclusivamente para exploração e exportação de seus recursos minerais e vegetais e a diminuição dos níveis de qualidade de vida para suas classes trabalhadoras.

O domínio imperialista acompanha o capital em sua fase de crise estrutural, não mais como busca de espaços para a valorização do valor e a acumulação, mas como parte da lógica destrutiva de seu sociometabolismo. Desse modo, a manutenção de um continente inteiro ou de regiões sob o jugo da dependência integra os desígnios da mundialização do capital, em que se adentra a fase de maior produtividade do sistema capitalista, com a incorporação de trabalho morto, como negação ao trabalho vivo e a concentração maciça da riqueza socialmente produzida. Portanto, consolida-se uma divisão internacional do trabalho marcada pela espacialização da precariedade social nos países periféricos, muitos dos quais, atravessam crescimentos acelerados de suas populações trabalhadoras, sem perspectivas de empregabilidade e estabilidade social.

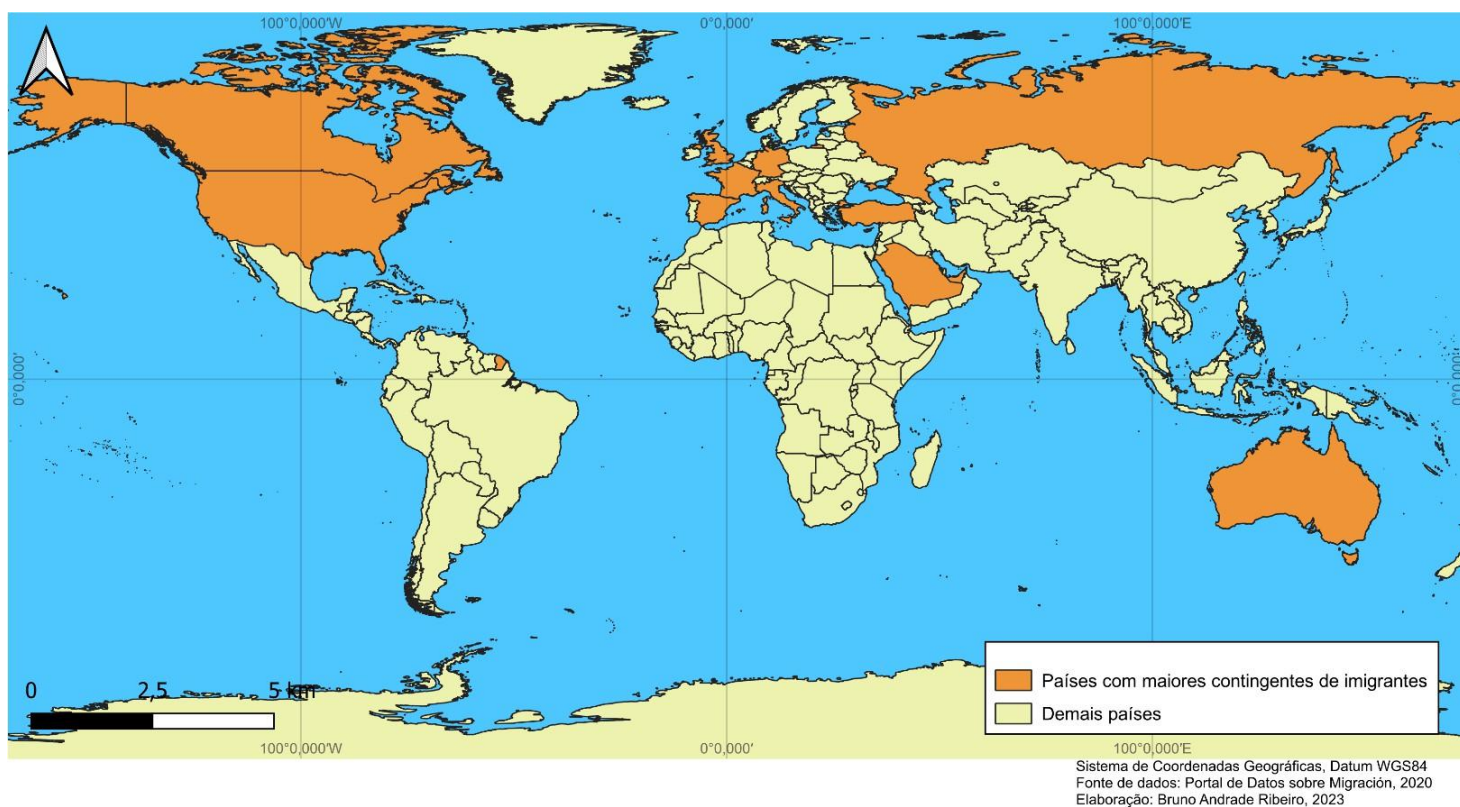
Os dados sobre as migrações internacionais, em consonância às análises de desemprego e pobreza no mundo do trabalho, oferecem uma definitiva fotografia da mobilização de trabalhadores entre fronteiras em seus direcionamentos, a partir de uma mobilidade de trabalho sob o arbítrio da crise estrutural.

Atualmente, a mobilização de imigrantes da África em direção à Europa integra três rotas principais: 1. A do Mediterrâneo Ocidental ou Espanhola, a partir de Marrocos para a costa espanhola; 2. A do Mediterrâneo Oriental ou Balcânico, a partir da Turquia para as ilhas da Grécia; e 3. A do Mediterrâneo Central, a partir da Líbia em direção às ilhas italianas.

Estas rotas se somam à mobilização na fronteira do México com os EUA; através do Índico e da fronteira terrestre entre o Sul da Ásia e o Oriente Médio; do Sul asiático para a Austrália; entre a África do Norte e a África Austral; e, através do Atlântico, dos países latino-americanos em direção à Europa.

O Portal de datos sobre migración⁷⁷, no ano de 2020, informa que os Estados Unidos posuíam a maior poboación de migrantes internacionais do mundo: 50,6 millóns; seguidos da Alemaña, con 15,8 millóns. Arábia Saudita, con 13,4 millóns, Rússia, con 11,6 millóns e Reino Unido, con 9,4 millóns, conforme pode ser observado no mapa abaixo (Figura 05):

Figura 4 - Mundo: países com maiores contingentes absolutos de imigrantes, 2020



Como forma de detalhar os números por país, sistematiza-se na tabela abaixo (Tabela 05), os 12 países que figuravam em 2020 com os maiores números absolutos de imigrantes; 8 dos quais figuram entre o que a aceção de Mészáros (2011) denomina de países capitalistas avançados privilegiados:

⁷⁷ A plataforma pode ser consultada nos seguintes idiomas: inglês, espanhol, francês e alemão. Nela, estão detalhados históricos de dados coletados nas bases de organismos multilaterais, sobre fluxos migratórios internacionais. O pesquisador pode selecionar os campos que deseja visualizar: indicadores, áreas e anos. Além dos dados absolutos, também podem ser encontrados dados relativos, gráficos e uma base cartográfica do mundo que projeta os dados por país, região ou continente.

Tabela 5 - Os 12 países com os maiores números absolutos de imigrantes, 2020

País	Número absoluto de imigrantes
EUA	50,6
Alemanha	15,8
Arábia Saudita	13,5
Rússia	11,6
Reino Unido	9,6
Emirados Árabes Unidos	8,7
França	8,5
Canadá	8
Austrália	7,7
Espanha	6,8
Itália	6,4
Turquia	6,1

Fonte: *Portal de Datos sobre Migración (2023)*

Para além de uma escolha individual sobre qual país emigrar, a análise exige que sejam considerados elementos de razão objetiva para situar esse grupo de países como aqueles que aglutinam as maiores proporções de imigrantes na atualidade. Ao mesmo tempo, não se deve excluir a realidade de precarização acelerada também nos países de capitalismo mais desenvolvido, afastando as possibilidades de compreender a realidade, única e exclusivamente, como um antagonismo entre Estados nacionais. Mézáros (2011) é categórico ao alertar que a ativação do desemprego crônico como limite absoluto do capital no atual curso de seu desenvolvimento não significa a redução das mazelas sociais aos bolsões de miséria do chamado Terceiro Mundo. Os exemplos apontados vão dos EUA, Reino Unido, Alemanha e Itália:

Assim, a atual ‘explosão populacional’ sob a forma do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais ‘atrasadas’ e ‘subdesenvolvidas’ do planeta (MÉSZÁROS, 2011, p. 341).

O mapa (Figura 06) e a tabela (Tabela 06) dispostos a seguir, são continuidade à identificação, dessa vez, dos países com os maiores contingentes de emigrantes (saída):

Figura 5 - Mundo: países com maiores contingentes absolutos de emigrantes, 2020

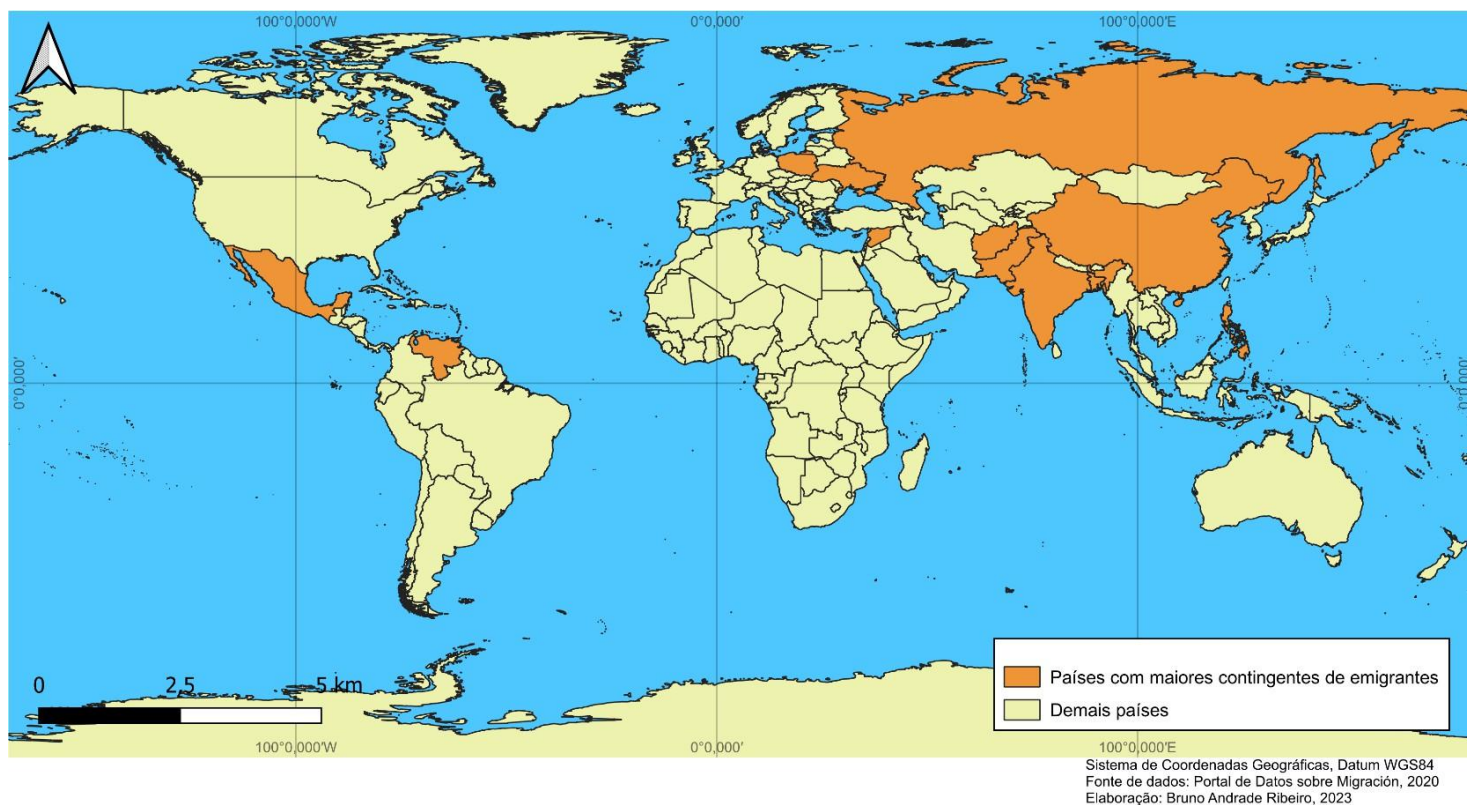


Tabela 6 - Os 12 países com os maiores números absolutos de emigrantes, 2020

País	Número absoluto de emigrantes
Índia	17,9
México	11,2
Rússia	10,8
China	10,5
Síria	8,5
Bangladesh	7,4
Paquistão	6,3
Ucrânia	6,1

Filipinas	6,1
Afeganistão	5,9
Venezuela	5,4
Polônia	4,8

Fonte: *Portal de Datos sobre Migración (2023)*

Destaca-se que, dessa vez, que todos os países sistematizados como aqueles que aglutinam os maiores números de emigrantes estão posicionados na periferia da divisão internacional do trabalho, seja aquela mais industrializada e com considerável peso geopolítico mundial (China, Rússia, México e Índia, por exemplo); ou um conjunto de países menos industrializados, inseridos no centro da produção de alguns dos últimos conflitos e disputas imperialistas envolvendo as potências militares mais poderosas (Síria, Ucrânia, Afeganistão e Venezuela, com grandes contingentes de refugiados). Ademais, estes países resguardam as maiores parcelas da superpopulação relativa atual, desprovida de um mínimo de condições básicas de sobrevivência. A socialização das perdas de um capital em crise torna-se mais cruel para os proletários heterogêneos e fragmentados dessa periferia, de modo que a mobilização (em suas distintas particularidades) para as restantes regiões privilegiadas do sistema capitalista torna-se a única possibilidade de reprodução material enquanto consumidores de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011).

Na análise sobre os dados de emigração, ou seja, países e/ou regiões com os maiores contingentes de saída de trabalhadores, compreendem-se alguns dos reordenamentos da geopolítica da diáspora no contexto de crise estrutural:

- Em 1990, a Rússia liderava com 12,7 milhões de emigrantes, seguida do Afeganistão (7,7 milhões), Índia (6,6 milhões), Ucrânia (5,5 milhões), Bangladesh (5,5 milhões), México (4,4 milhões) e China (4,2 milhões).

- Em 2000, a Rússia continuou a figurar na liderança mundial de emigração: 10,7 milhões). Dessa vez, seguida pelo México, que assistiu a um salto de mobilização de seus trabalhadores: 9,6 milhões. A lista se completa com a Índia (7,9 milhões), China (5,9 milhões), Bangladesh (5,4 milhões), Ucrânia (5,6 milhões) e Afeganistão (4,8 milhões).

- Em 2010, a Índia passou a liderar o *ranking*, com 13,2 milhões de emigrantes, seguida do México, com 12,4 milhões, Rússia (10,1 milhões), China (8,7 milhões), Bangladesh (6,3 milhões), Ucrânia (5,4 milhões) e Afeganistão (5,3 milhões).

- Por fim, chegam-se aos dados mais recentes, em 2020: Índia, com 17,9 milhões de emigrantes; México, com 11,2 milhões, Rússia (10,8 milhões), China (10,5 milhões), Síria (8,5 milhões), Bangladesh (7,4 milhões) e Paquistão (6,3 milhões)⁷⁸.

Em relação à distribuição geográfica entre os continentes, a Europa concentrava, em 2020, 86,7 milhões de imigrantes; seguida da Ásia, com 85,6 milhões; América do Norte, com 58,7 milhões; África, com 25,4 milhões; América Latina e Caribe, com 14,8 milhões e Oceania, com 9,4 milhões.

No item sobre as migrações laborais, o IOM (2021) informa que, em 2019, foram estimados 169 milhões de trabalhadores migrantes globalmente, o que representava aproximadamente 5% da força de trabalho mundial; dois terços, ou seja, 66,2% estavam ocupados em atividades industriais e 60,6% se distribuem em três regiões: Europa (24,2%), América do Norte (22,1%) e nos Estados árabes (14,3%). Sobre esta última região, mais de 41% do total da força de trabalho é formado por imigrantes, tornando-a a região com maior proporção de trabalhadores imigrantes. Este dado encontra parâmetro com a expansão urbana e industrial de alguns países do Oriente Médio, que são os principais destinos dessa mobilização: Emirados Árabes, Qatar e Kuwait, no Golfo Pérsico. Nas metrópoles, como Dubai, Abu Dhabi, Riad e Doha, as oportunidades de empregos para os imigrantes estão concentradas nos setores de construção civil, manufatura, indústria de petróleo e setor doméstico. Esses trabalhadores migram, principalmente, do Sudeste Asiático: Índia, Paquistão, Bangladesh, Malásia, Indonésia e Filipinas. De acordo com os dados do *The Socio-economic Impacts of GCC Migration*. Cambridge: Gulf Research Centre, presentes em artigo do *Migration Policy Institute* (MALIT JR.; YOUHA, 2013)., o número de imigrantes nos países que compõem o Conselho de Cooperação do Golfo (Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait) passou de 941.036, em 1975, para 17.557.409, em 2010.

⁷⁸ Filipinas e Ucrânia contabilizaram, cada uma, 6,1 milhões de emigrantes.

As ocupações desses trabalhadores variam em uma heterogeneidade de trabalhos precários e temporários, e que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Os homens são, em sua maioria, contratados para os setores de construção civil e fabril; as mulheres, por sua vez, são empregadas nos setores doméstico e de vendas. A mobilização de trabalhadores imigrantes do Sudeste Asiático em direção ao Golfo Pérsico situa-se como um dos principais quadros do que se denomina migração da crise.

As outras duas regiões com maiores percentuais de trabalhadores imigrantes são a Europa e a América Norte; cada uma com processos diferenciados que espelham as particularidades da mobilização no cenário de crise estrutural do capital. Na Europa, destaca-se a dispersão de imigrantes entre os países, principalmente, aqueles que possuem centralidade na divisão internacional do trabalho, diante da concentração de capitais: Alemanha (15,8 milhões), Reino Unido (9,4 milhões) e França (8,5 milhões); bem como, países com localização geográfica favoráveis à entrada de levadas imigratórias, com menor concentração de capitais, mas que figuram em posições de poderio econômico no cenário global: Espanha (6,8 milhões) e Itália (6,4 milhões). Esses cinco países concentram mais da metade dos imigrantes do continente (excetuando a Rússia), o que corresponde a 46,9 milhões. A análise sobre a origem desse conjunto amplo de trabalhadores que buscam a Europa ocidental como destino aponta para o desafio de um mapeamento completo sobre os atuais movimentos migratórios. No continente africano, por exemplo, a subnotificação dos dados, diante da imigração indocumentada, pode ser responsável pelo distanciamento entre os números e a realidade: os países africanos com mais emigrantes, em 2020, foram o Egito (3,6 milhões), Marrocos (3,3 milhões) e Argélia (2 milhões).

Além disso, os dados podem desvelar as distintas condições dos trabalhadores imigrantes nos países do centro capitalista; não somente, as altas taxas de clandestinidade, como também, barreiras para aprovação de vistos de permanência e de trabalho; além de mobilizações de retorno desses imigrantes para os países originários (com as rendas de ocupações temporárias, os imigrantes retornam, sob a expectativa de melhorias sociais das famílias).

A porcentagem de trabalhadores imigrantes na África austral é significativa; principalmente com a atratividade oferecida por metrópoles sul-africanas, como Johannesburgo. O exemplo das trabalhadoras do Zimbabué dimensiona as condições

de precariedade sobre essas parcelas laborais, envolvidas em trabalhos domésticos, hospitalares e sexuais, caracterizados por contratos temporários, insegurança trabalhista e degradação física e mental (CHOUDRY; HLATSHWAYO, 2016). Quando se recorre aos dados da IOM (2020) a mobilização do Zimbabué para a África do Sul desponta como uma das maiores do continente africano: em 2020, foram 690.243 mil (Apêndice A). Para fins de comparação, no mesmo ano, a mobilização de zimbabuanos em direção ao Reino Unido, sua antiga metrópole até 1965, somou 170.350 mil. Uma série de hipóteses podem ser apontadas: as delimitações cada vez mais rígidas deste último país, no contexto pós-Brexit, a proximidade fronteiriça e linguística com a África do Sul, a posição de destaque desta economia no quadro de países da África Austral (os cálculos do Banco Mundial apontam o país como a 2ª maior economia do continente africano, com um PIB de US\$419,2 bilhões, em comparação aos US\$28,37 bilhões do Zimbabué). Todavia, quando se analisam os dados de desemprego, a realidade sul-africana é caracterizada por uma das maiores taxas do mundo, com 7,2 milhões de sul-africanos desempregados em um total de força de trabalho estimada em 24,3 milhões de pessoas e que atravessou um concentrado processo de industrialização e a imposição de políticas neoliberais após o fim do regime do Apartheid, em 1994. A força de trabalho total do Zimbabué somou 6,4 milhões em 2022, com meio milhão em condição de desemprego. Quando se observam os dados por setor, a economia zimbabuana encontra-se no quadro da atual divisão internacional do trabalho dependente da agricultura, que concentra mais da metade da força de trabalho do país: 3,5 milhões.

As mobilizações atuais na África são processos de desterro inseridos enquanto uma segunda diáspora (a primeira, posta em marcha através do tráfico de escravos, com o transbordamento forçado de dez milhões de pessoas através do Atlântico), produzida a partir da emigração do século XX, provocada por guerras civis, fome, instabilidade política e fracasso econômico (COHEN, 2008):

Labour migration is not only a South-North phenomenon. Much labour migration – and a substantial amount of remittance flow – occurs across and among Southern countries. For example, the global literature has tended to ignore migration and the phenomenon of international migrant work in Africa - Southern Africa in particular is

*emerging as an epicentre of African migration*⁷⁹ (CHOUDRY; HLATSHWAYO, 2016, p. 06).

A manutenção de uma intensa mobilização de trabalhadores imigrantes, portanto, é produto das próprias dinâmicas assumidas pelo capital em sua fase mais madura e antagônica, em que as políticas impostas pelos principais organismos multilaterais aos países periféricos e semiperiféricos gestam mecanismos de contínua mobilidade do trabalho inseparável do aumento da taxa de exploração do trabalho. Desse modo, trata-se de um processo diretamente vinculado aos reordenamentos da crise estrutural.

Na realidade da África do Sul, o regime do Apartheid contribuiu para intervenções nos países fronteiriços, com a manutenção de condições de pobreza e miséria, e, por conseguinte, contribuindo para o aumento da mobilização de imigrantes em direção à África do Sul. Além dos imigrantes qualificados e dos refugiados advindos de países em situação de guerras e conflitos. O fim do regime e a administração Mandela a partir dos anos 1990 marcou, de um lado, a elaboração de um programa de desenvolvimento e reconstrução em distintas esferas nacionais, e por outro, a expansão de políticas neoliberais de atração de investimentos privados e a diminuição das ações estatais nas políticas de desenvolvimento social. As imposições de ajustes estruturais do Banco Mundial aos países africanos entre os anos 1980 e 1990 (através do chamado Relatório Berg) foram responsáveis pelo aumento do desemprego, declínio da expectativa de vida, aumento da pobreza e estagnação econômica de diversos países (OTÁVIO, 2021).

Somado a isso e diretamente influenciado pela diminuição do bem-estar no continente encontra-se outro fator de mobilização: as guerras civis e de independência (em Angola e Moçambique, por exemplo), com a disseminação de pobreza extrema e fome. Ademais, segundo Otavio (2021), a África do Sul pós-apartheid despontou como principal potência africana, principalmente com o desenvolvimento do setor produtivo manufatureiro e de uma renda per capita consideravelmente maior quando comparada a países vizinhos (em 1996, era 36 vezes maior do que a renda per capita de

⁷⁹ “A migração laboral não é apenas um fenômeno Sul-Norte. Grande parte da migração de mão-de-obra – e uma quantidade substancial de fluxo de remessas – ocorre entre os países do Sul e entre eles. Por exemplo, a literatura global tende a ignorar a migração e o fenômeno do trabalho migrante internacional na África – a África austral, em particular, está emergindo como um epicentro da migração africana”.

Moçambique). Além de imigrantes qualificados da Nigéria e de Gana, o maior montante adveio de fluxos temporários de trabalhadores dos países fronteiriços para a indústria mineradora, além das entradas sem regulamentação em direção ao emprego informal em expansão nas cidades sul-africanas.

Todavia, as condições de desmonte do mercado de trabalho formal no país e aumento do desemprego diante das imposições dos organismos multilaterais à nascente democracia procedimental da África do Sul corroboraram de um lado, para a ocupação de trabalhadores imigrantes sob condições salariais inferiores às aquelas aceitas pelos trabalhadores nativos e ao acirramento da concorrência por postos de trabalho, fomentado casos de ataques xenofóbicos contra grupos de imigrantes (culpabilizados pelas mazelas estruturais do país) (OTAVIO, 2021).

Ao longo da primeira década do século XXI, novas estratégias de integração e desenvolvimento do continente africano pautaram a constituição da União Africana, acompanhada pela diminuição das guerras civis e pelos reordenamentos mundiais das potências imperialistas diante das disputas comerciais e acesso às fontes naturais de mercadorias de alto valor e de combustíveis e matérias-primas primordiais aos setores produtivos. Ao mesmo tempo, dinamizam-se fluxos migratórios entre os países do continente, em destaque, para economias que concentram capitais, principalmente para a África do Sul (em 2000 foram 639 mil imigrantes, em 2005, 789 mil, principalmente moçambicanos e zimbabuanos):

Além do aumento de zimbabuanos e moçambicanos, outra característica que, direta ou indiretamente, envolvia tais países diz respeito à transformação destes em rotas migratórias, principalmente, de imigrantes advindos do Chifre da África. Reflexo dessa migração pode ser encontrado no caso da Somália, país que, em 2008, possuía em torno de 25.000 cidadãos vivendo em cidades sul-africanas (OTÁVIO, 2021, p. 13).

Com o fim do período de dinamização das economias de industrialização tardia e dependentes de exportação de matérias-primas como estratégia de valorização da balança comercial, a África do Sul assistiu a partir de 2010 à diminuição do crescimento econômico e ao aumento nas taxas de desemprego e informalidade. Todavia, os indicadores desfavoráveis não acompanharam a diminuição de processos migratórios; a situação de pobreza extrema e indicadores econômicos inferiores de países como Zimbábue, Lesotho e Moçambique corroboraram para a perpetuação

dos fluxos de trabalhadores. A mobilidade do capital em uma configuração marcada por sua desvalorização mundial e pelo protecionismo dos capitais concentrados nas regiões de dinamização produtiva impõem a restrição de um montante cada vez maior à condição de força de trabalho ativa e, por conseguinte, ao consumo de mercadorias. No continente africano, as regiões concentradoras de forças produtivas de capital (setores da mineração e manufatureiros na África do Sul, na Nigéria e no Egito, principalmente) tenderão a mobilizarem excedentes de mão-de-obra baratos, os quais, uma parte será apropriada para a extração de mais-valor em detrimento da maior parcela, que pautará tanto uma diminuição os custos de capital variável, com formas de exploração de trabalho ainda maiores, quanto às políticas de deportação de excedentes sem regularização e o fomento à concorrência com os trabalhadores nativos.

A Rússia situa-se na quarta posição mundial entre os países com maior concentração imigrante, com 11,6 milhões. Todavia, ao contrário dos países europeus ocidentais, a mobilização de trabalhadores em direção ao território russo se explica através dos processos de fragmentação das repúblicas soviéticas durante a década de 1990. Ademais, a maior parte dos trabalhadores que se deslocaram em direção à Rússia nas décadas seguintes foram das regiões do Cáucaso e da Ásia Central, com altos índices de pobreza, desemprego e baixos salários; bem como, proximidades étnico-linguísticas com a federação russa.

A Turquia também pode ser incluída no contexto atual de diásporas, diante da sua importância econômica na divisão internacional do trabalho, sendo um país que perpassou um rápido processo de industrialização recente (atualmente, entre as vinte maiores economias do mundo, e uma centralidade regional na fronteira entre a Europa e a Ásia). Os dados para 2020 apontam a presença de 6,2 milhões de migrantes internacionais no território turco; número que, quando comparado com o dado de 2010 (1,4 milhão), revelam uma exponencial mobilização, principalmente de sírios, com a intensificação do conflito bélico na última década, a partir dos reordenamentos provocados pela Primavera Árabe (os dados de emigração da Síria, entre 2010 e 2020, saltaram de 1,1 milhão para 8,5 milhões).

Em relação à América do Norte, ao invés de uma desconcentração entre os países, os trabalhadores imigrantes possuem como principal destino, os EUA, com 50,6 milhões, segundo os dados de 2020 (o Canadá concentra 8 milhões, com uma

recente política de incentivo à imigração laboral, diante da diminuição de sua população e os interesses em relação a força de trabalho barata). Sabe-se que, contínuas levadas migratórias foram intensificadas ao longo do século XX, quando o país se tornou o centro dinâmico do capital (COGGIOLA, 2009). Se no final do século XIX, os europeus formavam a maioria dos trabalhadores que buscavam os EUA como destino, o período pós-guerra assistiu à mobilização de asiáticos e latino-americanos. Atualmente, o acirramento da concorrência entre os trabalhadores se aprofunda a partir de controles e planos de contenção imigratória, que produzem as imagens definidoras da barbárie societal do capital (TONELO, 2021). Sob o espectro da crise estrutural, trabalhadores latino-americanos perpetuam a marcha em direção aos EUA. Em 2020, o México despontava na 2ª posição global entre os países com mais emigrantes, com 11,2 milhões de sua população em mobilização; e, mesmo países menores, somavam consideráveis contingentes em comparativo com sua população total (El Salvador, Guatemala, Haiti, República Dominicana). O Brasil, por sua vez, que perpassou uma década de crescimento econômico entre 2000 e 2010, diante de fatores como: valorização dos preços das commodities, aumento do consumo de sua classe trabalhadora a partir de medidas protecionistas contra os efeitos da crise financeira de 2008, adentra à década posterior com o acirramento da luta de classes, desaceleração da economia e uma contraofensiva contra o proletariado, responsável pela maior mobilização de brasileiros em direção a outros países. Entre 2012 e 2018, o número de brasileiros residindo em outros países foi de 1,9 milhão para 4,2 milhões (ITAMARATY, 2020).

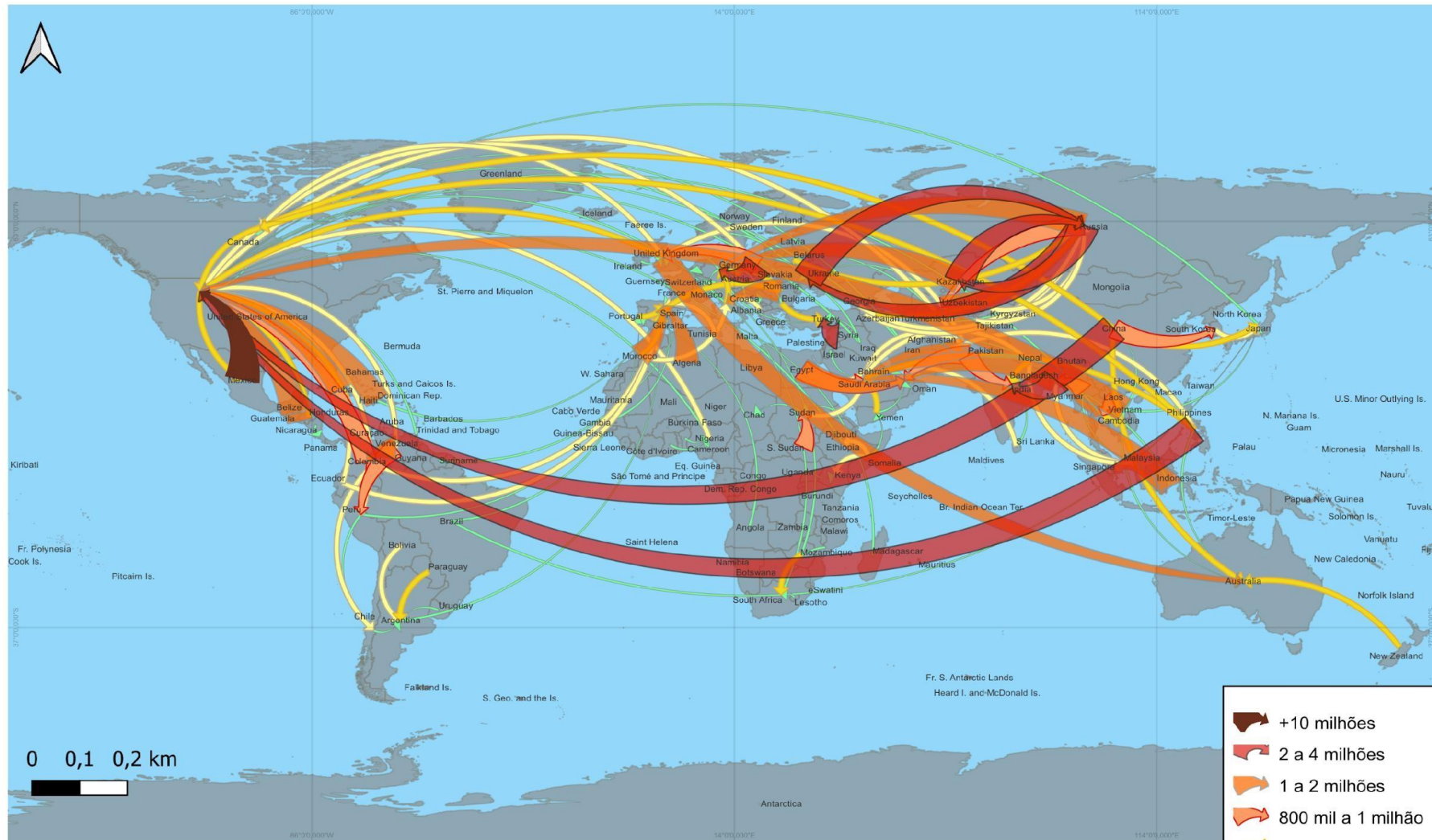
De acordo com Choudry; Hlatshwayo (2015) desde a crise de 2008, a migração de países como Grécia e Espanha para outros países se acelerou (dentro dos EUA aumentou 15%). Nos EUA, a população sul-americana cresceu 30 vezes desde 1960. O impacto do NAFTA na imigração como mecanismo de reestruturação industrial dos EUA; e o aumento de trabalhadores temporários no Canadá através dos programas de trabalhadores estrangeiros temporários que superaram o sistema de imigração tradicional. Esses programas são construídos em torno da flexibilização laboral e oferecem uma série de brechas para abusos contra os trabalhadores imigrantes. O exemplo do IFWP (Programa de Trabalhadores Estrangeiros Temporários) revela a dependência da economia capitalista canadense da exploração de imigrantes:

In large part, migrant labour is produced through factors that include structural adjustment imposed in the Global South by the World Bank/International Monetary Fund and other financial institutions, and often supported through projects and restructuring trade and investment liberalization and aid arrangements (CHOUDRY; HLATSHWAYO, 2015, p. 10).

Hobsbawm (2007) argumenta que EUA, Canadá e Austrália receberam aproximadamente 22 milhões de imigrantes provenientes de todos os continentes entre 1974 e 1998; número superior ao correspondente ao período da chamada “era da imigração”, anterior à Primeira Guerra Mundial e duas vezes maior do que a taxa de influxo anual deste contexto. Entre 1998 e 2001, os três países receberam um influxo de 3,6 milhões de pessoas. Enquanto isso, a Europa Ocidental (historicamente, uma região de emigração em massa, principalmente nas décadas anteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial) recebeu aproximadamente 11 milhões de imigrantes nesse mesmo período. Entre 1999 e 2001, cerca de 4,5 milhões de pessoas entraram nos quinze países da União Europeia. Na Espanha, o número de imigrantes legalizados mais do que triplicou, entre 1996 e 2003, de meio milhão para 1,6 milhão (provenientes, sobretudo, da África e da América do Sul). (HOBBSAWM, 2007).

O mapa abaixo (Figura 07) utiliza os dados mais recentes (IOM, 2020) sobre os principais fluxos imigratórios para sistematizar os países de emigração e imigração:

Figura 6 - Dados acumulados de imigração entre países, 2020



Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum WGS84
 Fonte de dados: IOM, 2020
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2023

Para a produção do mapa, os dados foram organizados em planilha Excel⁸⁰ com os países de origem e de destino das mobilizações de imigrantes. Do exame dos números, chegou-se ao total de 196 fluxos imigratórios, optando-se pela seguinte classificação: fluxos entre 100 e 400 mil imigrantes (demarcados em verde, e que incluem mobilizações de brasileiros em direção à Portugal e ao Japão, por exemplo); fluxos entre 400 e 600 mil imigrantes (em amarelo claro, com uma grande quantidade de fluxos de países asiáticos em direção aos EUA e ao Canadá, entre ex-repúblicas soviéticas em direção à Rússia e entre países latino-americanos em direção à Europa); fluxos entre 600 e 800 mil imigrantes (em amarelo escuro, documentam-se mobilizações de chineses para a Austrália, entre países da península arábica, de Moçambique para a África do Sul e do Paraguai para a Argentina); fluxos entre 800 mil e 1 milhão de imigrantes (em laranja claro, como nos exemplos dos fluxos de colombianos para os EUA, venezuelanos para o Peru, da China para a Coreia do Sul e do Sudão do Sul para o Sudão); fluxos entre 1 e 2 milhões (em laranja escuro, a citar as levadas imigratórias de países da América Central e Antilhas para os EUA, países do Norte da África para a Europa e do Sudeste Asiático para países da Península Arábica); fluxos entre 2 e 4 milhões (em vermelho, destacando-se as mobilizações de filipinos e chineses para os EUA, Polônia para a Alemanha, Síria para a Turquia, Bangladesh para a Índia; Rússia para Ucrânia e vice-versa); por fim, destacado em marrom, o fluxo de mexicanos para os EUA (10.853.105 milhões). Destaca-se que os dados são absolutos totais (até 2020).

Retorna-se à Heidemann (2003), em seus contrapontos para a crítica sobre a condição dos mobilizados (definidos pelo autor como migrantes, deslocados e refugiados): 1. Modernizar⁸¹ é mobilizar forçosamente; 2. A concorrência estimula e impele simultaneamente à mobilização total; 3. A modernização e a mobilização têm assimetrias e descompassos territoriais; 4. A crise do sistema mundial leva a metamorfoses do imperialismo: “A ‘sobreacumulação⁸²’ estrutural leva ao desemprego estrutural e à fuga do capital para o setor financeiro, rumo às bolhas dos mercados de especulação” (Ibidem,

⁸⁰ Os dados estão dispostos no item – Apêndices.

⁸¹ Modernização como incorporação técnica ao processo produtivo e diminuição relativa de trabalho vivo frente ao trabalho morto.

⁸² Essa palavra não existe na Língua Portuguesa; porém, o contexto de citação a exigiu.

p. 37). 5. Os migrantes são sujeitos ao apartheid imperial; e 6. A resistência e a emancipação devem ultrapassar os motes da antiglobalização para retomar a crítica social radical. Tais contrapontos são um ponto de partida para o fundamento da Seção III, pois fundamentam o acirramento da divisão internacional do trabalho no quadro de crise, que para Heidemann (2004) revela o distanciamento entre metrópoles (países centrais) e periferia em relação à decadência social como produto das relações imperialistas que fundamentam as políticas protecionistas do capital em seu centro dinâmico contra as perdas de acumulação em curso acelerado a cada nova intensificação das contradições do sistema (como em 2008, com a crise financeira desencadeada pela queda do mercado imobiliário nos EUA) e de aprofundamento de seus limites absolutos (a gestão de novas pandemias em correlação direta à devastação ecológica, por exemplo). O Estado tem atuado como o principal instrumento de socialização das perdas sistêmicas para o proletariado mundial, e as políticas de controle migratório se enquadram como importantes mecanismos de aprisionamento dos excedentes de supérfluos ainda mais supérfluos e manutenção de indocumentados amplamente disponíveis à crescente exploração do trabalho.

Enquanto nos países periféricos, as políticas neoliberais deslocam a maior parte da população em direção diminuição de condições materiais; a crise impõe rápidos processos de precarização e desmonte social nos países centrais, desindustrialização que impõe o desemprego crônico para amplas parcelas de suas classes trabalhadoras, diminuição crescente das taxas de lucro e apropriação de formas absolutas de exploração do trabalho, fornecidas por contingentes migratórios. Sob a alcunha de uma crise migratória, o Estado assume o histórico papel de controle da força de trabalho. A ausência de mecanismos reguladores de formalização e inserção da força de trabalho imigrante nos países centrais mais desenvolvidos é diretamente proporcional à necessidade de manter disponível uma superpopulação relativa aos desígnios do capital em crise.

SEÇÃO III – O CONTROLE INTERNACIONAL DO TRABALHO SOB A ÉGIDE DO ESTADO

*Down in the shadow of the penitentiary
Out by the gas fires of the refinery
I'm ten years burning down the road.
Now here to run, isn't got nowhere to go⁸³.*

Born in the U.S.A (Bruce Springsteen)

O ponto de partida da presente seção são as políticas de controle migratório, denominadas ora como políticas de imigração, ora como políticas anti-imigração. Portanto, dois sentidos contrários estão presentes em uma mesma determinação do Estado capitalista.

As imagens dos fluxos migratórios das últimas décadas compreendem homens, mulheres e crianças amontoados em centros de detenção, fronteiras, arames farpados, muros e barcos à deriva. O discurso preconizado pelo humanitarismo toma forma sob a defesa dos direitos civis e é constantemente revalidado a partir da intensificação dos processos de brutalização das condições humanas. A tese está posta na contramão dos discursos que, ao buscarem o humanitarismo como central na defesa dos imigrantes como sujeitos de direitos, acabam reafirmando a crise migratória como crise humanitária, em análises que patrocina a perda da criticidade radical. Esta sim, necessária para tempos e espaços de radicalização da barbárie.

Durante o processo de escrita, dados sobre famílias que tentam adentrar a fronteira dos EUA sem documentos bateram recorde. Segundo o jornal The Washington Post, em agosto de 2023 foram detidos aproximadamente 91.000 imigrantes na fronteira entre México e EUA. O número total de detenções foi de

⁸³ *Debaixo da sombra da prisão
Ou perto das chamas de gás da refinaria
Estou há dez anos sem rumo*

Nada para fazer, nenhum lugar para ir. A música de Springsteen traz a crítica aos EUA pós-guerra Vietnã, com uma sociedade marcada pelo aumento do desemprego e pela precarização do trabalho, personificada pelos ex-soldados que retornam ao país e não encontram perspectivas do “sonho americano”. É o retrato do império do capital em crise, sustentado pelo militarismo e perpetuador de um discurso de “América Grande”, resgatado décadas depois, com o avanço da extrema direita após a crise de 2008.

aproximadamente 177 mil prisões (no contexto de um governo democrata⁸⁴ pós-Trump). Entre março de 2020 e maio de 2023 foram 3 milhões de deportações.

O desemprego crônico combinado à intensificação da mobilidade do trabalho em uma escala maior – entre fronteiras de países e continentes – lança, na atualidade do sistema do capital o maior contingente de imigrantes em fluxos de mobilização. São as condições materiais que definem a mobilização (não é o movimento individual e espontâneo como pressuposto de um sujeito que migra), ou seja, a atual fase de rebaixamento global da taxa de lucro e de negação do trabalho (portanto, do próprio capital) fomenta a produção generalizada de uma superpopulação relativa heterogênea não-empregável.

A atuação do Estado sob o controle fronteiriço e de imigração não tem como objetivo o fim dos processos de mobilização de trabalhadores. As inter-relações variam de acordo com a mobilização: periferia-centro, periferia-periferia ou centro-periferia. Todavia, a importância de se manterem rígidos controles migratórios nas fronteiras de países centrais para o capital perpassa o entendimento sobre o rebaixamento do valor da força de trabalho nestes países (tendência à equiparação do valor global dessa mercadoria) e a crescimento das camadas da superpopulação relativa sob condições de irregularidade, que possibilitam taxas de exploração superiores para o capital em crise.

Divisão Internacional do Trabalho e distribuição global de capital e trabalho

Bukharin (1984), em sua obra “O Imperialismo e a Economia Mundial” compreende a divisão internacional do trabalho (DIT) como uma particularidade da divisão social do trabalho. Sua constituição é inseparável do sistema capitalista. Com o desenvolvimento da economia mundial, a distribuição desigual das forças produtivas define os contornos da DIT; todavia, partindo-se do entendimento de que as categorias analíticas não precedem a análise das

⁸⁴ Em governos anteriores a Donald Trump – 2016-2020, a imigração e as formas de controle fronteiriço já integravam o cerne das políticas e planos de governo. Todavia, o que se pretende entender é que, o fim do período de expansão capitalista e a luta pela hegemonia estadunidense aprofundam contradições marcadas pelo protecionismo, fomento às guerras comerciais (principalmente contra a maior potência concorrente, desde a URSS: a China), perpetuação do contrapeso militarista e intervencionista em regiões estratégicas da periferia.

relações sociais, as determinações empreendidas pela relação capital-trabalho: os períodos de expansão da acumulação, as reestruturações dos modelos produtivos, as crises e impactos sobre o mundo do trabalho, o acirramento da concorrência e o antagonismo entre Estados, reordenam a DIT, seus centros e periferias (a partir do século XX, com a mobilidade do capital em direção a alguns países latino-americanos e asiáticos, convencionou-se incluir o conceito de semiperiferia ou periferias industrializadas).

Elencam-se três divisões internacionais do trabalho (POCHMANN, 2007), sob as determinações do capital: uma primeira divisão, com a consolidação da grande indústria e a concentração das forças produtivas na Inglaterra, posteriormente exportadas como modelos produtivos para Alemanha, EUA, Japão, França, Bélgica e Rússia. A maior porção do globo, formada por países coloniais, passou a ser disputada enquanto mercados exportadores. Desse modo, refere-se a uma DIT quando os imperativos de expansão do capital ultrapassam seu território de gênese. As transformações do final do século XIX, com uma segunda revolução industrial – crescimento das indústrias químicas, urbanização, descoberta de novas fontes de energia e a própria expansão da eletricidade – empreendem uma nova fase, marcada pelo acirramento da concorrência capitalista, aumento do proletariado e domínio imperialista de vastas porções territoriais. As guerras mundiais, a primeira grande crise mundial, em 1929 e o surgimento de um sistema pós-capitalista regendo 1/3 da população mundial modificam as conformações do sistema capitalista, responsável por uma nova DIT.

Os marcos de Pochmann (2007) se aproximam da análise de Ellen Wood (2014) sobre o domínio dos EUA como império do capital, a partir do pós-guerra. Os reordenamentos da geopolítica em curso durante a Guerra Fria e as condições de desenvolvimento do capital (sob o sustentáculo das multinacionais estadunidenses) empreenderam a mobilidade de capital para países da periferia (posteriormente, denominados semiperiféricos) e a expansão da ideologia desenvolvimentista, através do fomento à rápida industrialização, de alguns países latino-americanos, africanos e asiáticos. Nesse ínterim, também se destaca o Plano Marshall como principal fomento capitalista para a recuperação de rivais econômicos e militares dos EUA (Alemanha e Japão, em destaque), diante do combate à influência soviética.

Concorda-se que, mesmo com os processos de expansão capitalista, desmoronamento de impérios coloniais, com as independências de países africanos e asiáticos e a consolidação dos EUA como centro hegemônico do capital, as transformações da segunda DIT acompanharam o período de acumulação entre 1945 e 1973. Uma parcela considerável da população trabalhadora ainda se encontrava dissociada dos marcos do sistema regido pelo capital – somente com o desmoronamento do bloco soviético e a total incorporação da Índia e da China ao mercado mundial, pode-se teorizar sobre um domínio do capital perante o proletariado global.

Essa hipótese reforça o condicionamento que o sistema possibilitou um ciclo expansivo, com a ampla disponibilidade de força de trabalho com custos cada vez mais baixos, em que a imigração para os poucos países de renda mais elevada era reforçada como mecanismo de aumento da extração de mais-valor absoluto contra a tendência à queda da taxa de lucro visível desde os anos 1960. Os modos de vida estadunidense e europeu fomentaram o discurso de bem-estar (sem lastro com a condição real da ampla maioria de suas classes trabalhadoras) mobilizador de dinâmicas de distribuição do trabalho, enquanto já se assistia à mobilidade de capital em direção à periferia global (natureza e trabalho em abundância).

A impossibilidade de uma expansão sem precedentes, combinada ao surgimento de limites para o próprio capital (a partir de condicionantes que funcionaram como mecanismos de aumento da acumulação em outras fases do sistema, como a exploração da natureza, a força de trabalho feminina, por exemplo) anunciaram novos reordenamentos territoriais a partir início da década de 1970.

Os mecanismos imperialistas de manutenção da hegemonia dos EUA precisaram ser direcionados do escoamento de forças produtivas (mobilidade do capital) – Plano Marshall e projetos desenvolvimentistas – para as estratégias de endividamento via organismos multilaterais em prol da imposição de modelos de produção flexibilizados e de receituários em forma de políticas neoliberais:

Assim, os países periféricos e semiperiféricos, no intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais, aceitam, em grande parte das vezes, o programa de agências multilaterais como FMI e BIRD, o que termina por

provocar o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (...) e a desregulamentação dos mercados de trabalho (POCHMANN, 2007, p. 31).

Desse modo, o argumento que deve ser evidenciado nessa discussão é o de que não há como entender a atual configuração da DIT sem as categorias de desemprego estrutural, precarização e precariedade. O capital adentra à fase terminal, de crise contínua e não-eliminável e todas as determinações dela reverberam na geopolítica mundial, no mundo do trabalho e nas relações entre centro e periferia. A devastação ecológica e as discussões multilaterais a partir da década de 1970, que alcançam a atualidade mais recente sob os discursos de transição energética, por exemplo, envolvem o antagonismo entre centro e periferia.

Um centro historicamente marcado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que na atual DIT, busca uma produção verde e tecnológica, mas mobiliza setores importantes e poluidores de sua produção para os países periféricos. Uma periferia que almeja altos índices de desenvolvimento econômico, com força de trabalho e recursos energéticos abundantes, mas que se encontra pressionada pelo centro para adaptar-se à transição energética, sem ter alcançado os mesmos processos de incorporação técnica e distribuição mínima da riqueza socialmente produzida, com bilhões de informais, subnutridos e mobilizados (guerras, fome, desemprego e, mais recentemente, impactos do aquecimento global).

A realidade de destruição social das condições de trabalho na periferia global expõe os principais pontos de uma sociedade marcada por diásporas: 1. A crise do capital mobiliza trabalhadores supérfluos entre regiões, mas principalmente, entre fronteiras de países e entre continentes; 2. As ações imperialistas empreendidas impactam as perspectivas de reprodução social do proletariado mundializado; 3. O aprofundamento dos limites absolutos do capital tensiona o antagonismo capital-trabalho, cujo cenário pós-guerra ao terrorismo e pós-crise de 2008 apontam para dinâmicas territoriais em novos parâmetros de precariedade.

Ruy Braga (2023) traça uma série de contribuições na obra “A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial” que corroboram para a tese. A crise de lucratividade nas décadas de 1960 e 1970 no centro

dinâmico do capitalismo, segundo o autor, já anunciava o acirramento do antagonismo entre capital e trabalho. As greves de trabalhadores do setor industrial se inserem como sintomática dos limites do período de acumulação fordista e dos sinais de uma nova reestruturação em vista das contradições do capital. Chega-se, pois, ao esgotamento do dinamismo econômico que impulsionou os EUA à principal potência capitalista no pós-guerra, com o fim do dinamismo industrial da economia de guerra e da reconstrução europeia e japonesa (fim da Guerra do Vietnã, com a campanha desastrosa dos EUA e o aumento da competitividade capitalista, com o crescimento alemão e japonês).

Nesse ponto, já na década de 1960, mas principalmente na década seguinte, a mobilidade do capital em direção à semiperiferia capitalista se intensifica, buscando melhores condições de aumento da lucratividade. Essa é a contratendência encontrada pelo capital com a destituição do modelo fordista como principal motor da acumulação e da proteção ao trabalho conquistada pelas classes trabalhadoras no centro (mesmo uma parcela pequena).

A globalização revela-se não um processo de constituição de uma aldeia global e de tendência ao fim das fronteiras, do Estado e do trabalho, mas um processo inserido na própria internacionalização do capital. Sua máxima mundialização coincide tanto com o desmoronamento das sociedades pós-capitalistas e da inserção de bilhões de seres humanos no sistema capitalista (China e Índia plenamente integradas à produção capitalista⁸⁵), quanto pela crise estrutural do próprio capital. Crise esta que aproxima como tendência as condições de reprodução social do proletariado no centro e na periferia⁸⁶.

A desindustrialização nos EUA, por exemplo, foi responsável pelo rápido crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, com a formação do

⁸⁵ Sem esquecer da destruição patrocinada pelos EUA contra projetos alternativos, como o de Allende no Chile, que mesmo embrionário e nos limites do Estado capitalista preconizava princípios reais de socialização da produção ou mesmo de Jango, no Brasil, através das reformas de base. A posição semiperiférica no mercado deveria ser mantida em nome dos interesses do capital: ditaduras que forneceram trabalho e recursos naturais, financiadas sob capital estadunidense (supostos milagres econômicos em sociedades altamente concentradoras de renda) e, rapidamente, promotoras de crises de endividamento e perdulárias de precariedade social.

⁸⁶ Citação direta: “Ademais, que dizer da afluência fordista quando, ao contrário da percepção da burocracia sindical, durante as três décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, independentemente da cor de sua pele, uma em cada quatro famílias estadunidenses experimentou uma condição tão severa de pobreza que a qualificava para a proteção social?” (BRAGA, 2023, p. 46).

“cinturão da ferrugem”, entre os Montes Apalaches e os Grandes Lagos, cuja cidade de Detroit é o caso mais simbólico (antes centro industrial de grandes montadoras automobilísticas, torna-se uma das metrópoles em declínio com maiores taxas de pobreza e violência). A diminuição do crescimento industrial no centro do capitalismo global acompanha um processo de diminuição dos custos com capital variável e, conseqüentemente, das condições de vida dos trabalhadores acompanha uma outra tendência do capital em crise: sua financeirização em larga escala, com a acumulação de capital fictício e à propensão à formação de crises financeiras, como aquela que determina os rumos do sistema capitalista a partir de 2008.

As novas configurações do capitalismo global são disseminadas no conjunto do sistema de produção, com o acirramento da competição capitalista em direção ao aumento da produtividade. Incorpora-se capital fixo e a inovação técnica dita os parâmetros de um modelo flexibilizado. Se a reconstrução alemã e japonesa ameaçava a hegemonia econômica estadunidense, com a expansão da crise em direção à acumulação mundial, estas economias também perpassam, posteriormente, crises de estagnação produtiva e aumento da precarização do trabalho. A DIT que se desenha na crise estrutural marca não mais uma disponibilização de espaços coloniais a serem incorporados ao mercado mundial. Não existe mais região ou lugar no planeta que não esteja inserido na lógica da produção capitalista⁸⁷ (afora pequenas porções e países que vivenciam modelos específicos, como o cubano e o norte-coreano).

Nesse sentido, a distribuição global de capital e trabalho é determinada pelas dinâmicas territoriais gestadas pelo capital em crise. Sua essência baseada em exploração de trabalho vivo não desaparece, mas encontra-se continuamente em enfrentamento à sua contradição imanente: a negação à sua substância primordial. As formas de exploração de mais-valor absoluto emergem como uma das contratendências, principalmente através de camadas da classe trabalhadora mundial que definem o que Braga (2023) denomina capitalismo racial. Ou seja, para o capital existem possibilidades de extração de mais-valor

⁸⁷ Em contraponto direto à perspectiva do ajuste espacial contida em David Harvey como tendência ad infinitum do capitalismo como modo de produção que desloca suas contradições no espaço.

nos países periféricos em níveis de jornadas laborais semelhantes ou maiores do que àquelas vistas na gênese do capitalismo industrial, documentadas por Engels (2010). A disponibilidade da força de trabalho imigrante aos desígnios do sistema não necessita mais de uma ampla ação de arregimentação, como o Programa Bracero, em sua dimensão e cenário histórico pós-guerra nos EUA. As condições pelas quais o proletariado global e suas camadas mais exploradas se encontram atualmente produzem o quadro de mobilização generalizada entre fronteiras. Consequentemente, o capital em crise depende da perpétua “crise migratória” (sem qualquer compadecimento com notícias sobre mortes em mares, oceanos e desertos).

A narrativa neoliberal constitui hipóteses que corroboram para a isenção do sistema em relação à barbárie produzida pelos processos imigratórios: os trabalhadores passam a ser associados, diante do forte protecionismo tomado como uma das formas políticas assumidas pelo Estado na crise, como propulsores da pobreza, violência e tomada de postos de trabalho. Controla-se e militariza-se (o excedente produtivo militar dos EUA necessita ser utilizado em larga escala) as fronteiras de países centrais, com economias em decadência e efeitos deletérios contra suas classes trabalhadoras, mas perpetua-se a imigração indocumentada, sem a consideração de um plano de formalização e/ou concessão de direitos sociais, sob a justificativa das consequências para o Estado. Ao contrário, fomenta-se o acirramento da concorrência por postos de trabalho cada vez mais precarizados, em prol do aumento da produtividade e do contorno à crise de lucratividade.

Para que se entendam os processos de controle de força de trabalho imigrante, intensificados com a crise estrutural, é compreensível se ater aos pressupostos de Ellen Wood (2014) sobre o império do capital. A autora inglesa argumenta que as condições de domínio que conformam o império do capital e, portanto, a hegemonia dos Estados Unidos não se formaram antes da Segunda Guerra Mundial. Os propósitos de expansão colonial da primeira fase imperialista, em fins do século XIX ao início do século XX, engajaram as principais potências em torno da divisão do planeta, cujos precedentes foram as guerras mundiais. Os EUA, por sua vez, já preconizavam a partir da Doutrina Monroe sua inserção no sistema imperial, através da submissão dos países do continente americano. Contudo, a nova forma de império somente pode ser

entendida sob os reordenamentos que transformaram a Alemanha e o Japão nas principais potências capitalistas concorrentes dos EUA. Nesse ponto de inflexão histórico, a partir do pós-guerra, que se consolida na década de 1970 (com a mundialização do capital), todo o sistema capitalista passou a ser dependente dos imperativos do mercado (e, não mais de imperativos extraeconômicos, de disputa colonial/territorial)⁸⁸. Nessa discussão, o mecanismo da dívida⁸⁹ passa a ser o principal instrumento de dominação pelo imperialismo em sua fase atual (WOOD, 2014). A mais destrutiva, conforme a adjetivação de Mézáros (2011).

Ao longo da segunda metade do século XX, com a expansão da economia estadunidense, o capital foi reordenado em direção aos países periféricos do sistema; condição que é revertida com o fim do ciclo expansivo do capital e o declínio da taxa de lucro nos EUA (mascarado pela expansão do capital financeiro e da expansão material diante das novas tecnologias e a própria manutenção do discurso do modo de vida ‘americano’). As hipóteses para os reordenamentos na DIT e a própria distribuição e redistribuição de capital e trabalho se apresentam: a subordinação dos países periféricos, em condições distintas de inserção no mercado capitalista – países com reservas de combustíveis e recursos essenciais ao funcionamento do sociometabolismo do capital, por exemplo, tornam-se territórios de disputa dos EUA, centro principal do império do capital e das novas formas de domínio do imperialismo (nesse exemplo, encontra-se o Oriente Médio, que após o fim da Guerra Fria, se constituiu no principal espaço de atuação do capitalismo militarizado); América Latina, a África e a Ásia. No cerne das configurações da geopolítica do pós-guerra está a produção em massa de diásporas de trabalhadores e suas gerações. Desse modo, são os imperativos do mercado e dos mecanismos do

⁸⁸ Sem buscar expansão territorial direta (enquanto anexação colonial), os Estados Unidos se tornaram a força militar mais poderosa do mundo, com uma economia altamente militarizada (WOOD, 2014). E mesmo com o fim da Guerra Fria, as bases de uma economia militar que toma para si a hegemonia do capital global reordena cenários de guerra sem fim (Irã, Iraque, Afeganistão, avanço da influência da OTAN, tensionamentos em relação à Coreia do Norte) e acirramentos contra possíveis rivais econômicos e militares (China e Rússia, por exemplo).

⁸⁹ O mecanismo da dívida como instrumento de endividamento das economias periféricas se integra às diretrizes do Consenso de Washington ao condicionarem a inserção desses países ao sistema financeiro internacional por meio da manutenção de regras de amortização de dívidas contraídas após os períodos de liquidez internacional. O mecanismo da dívida minou avanços sociais, com imposições de cortes sociais e o impedimento de uma série de reformas e projetos substanciais de transformação social nesses países, incluindo Brasil, México, África do Sul, Chile e Argentina, por exemplo.

imperialismo, dominados, principalmente, pelos EUA que gestam as razões justificadoras de mobilizações entre fronteiras. Contraditoriamente, os reordenamentos do capitalismo encaminharam este país para tornar-se o principal destino da população imigrante mundial, cujas condições de declínio de sua hegemonia e de disputa com outras potências, acirram políticas protecionistas de controle do capital e do trabalho.

Para Wood (2014, p. 102): “O problema agora era descobrir como deslocar a crise no espaço e no tempo”. A crise estrutural como primeiro momento em que o capital se depara com limites absolutos, cessa todos os mecanismos anteriores válidos pelo sistema como forma de renovação do processo acumulativo (MÉSZÁROS, 2011). Os sinais estavam já dados na década de 1960, no centro do sistema, com o acirramento do confronto do trabalho contra o capital, fortalecimento do movimento feminista (cujas demandas já se constituíam no período de guerras, entreguerras e pós-guerra, com a inserção laboral), esgotamento do modelo militarista estadunidense na Guerra do Vietnã e queda geral nas taxas de lucro. Fontes (2010) inclui a luta do movimento negro e a questão ecológica nesse bojo, que desvelam os limites da democracia liberal, principalmente àquelas que preconizam o status de democracias ocidentais. Limites estes que, na verdade, são os limites do capital. Estas lutas não tiveram o impulso para um movimento internacionalista, sendo ora apropriadas pela lógica da mercadoria em sua vendabilidade universal, ora tomadas como insurgências locais sem poder de disseminação. O ponto de inflexão situado no final dos anos 1960 (com a oportunidade de congregação das lutas no centro e na periferia, a exemplo dos processos de descolonização na África e na Ásia, enquanto lutas legítimas de um proletariado cada vez mais mundializado) é atravessado pela fragmentação do movimento revolucionário e o posterior retrocesso do trabalho frente ao capital. A crise insere a classe trabalhadora em uma era de indeterminação ainda mais fragmentadoras, impondo o receituário neoliberal de individualização como novo modo de vida. Nesse contexto, é válido ressaltar que: “Dois movimentos simultâneos decorriam da internacionalização do capital: a imigração de trabalhadores em direção aos países centrais e, ao contrário, a migração de capitais em direção aos demais países” (FONTES, 2010, p. 180). Percebe-se aqui o entendimento sobre como o trabalho imigrante é elevado à condição de mecanismo de rebaixamento dos

custos de produção com capital variável. Os recortes de raça e gênero no trabalho são apropriados pelo capital e inseridos em múltiplas direções: na concorrência com trabalhadores nativos mais bem pagos, posteriormente precarizados pelos processos de diminuição de benesses sociais, ou na necessidade de força de trabalho cada vez mais barata na ocupação de postos de trabalho inferiores e com nenhum tipo de direito (sujeitos às pressões e ameaças, que no caso dos imigrantes, são facilmente utilizados diante da situação de falta de documentação) (FONTES, 2010).

A internacionalização do capital como reordenamento da Divisão Internacional do Trabalho, não marcou apenas o desmoronamento das economias pós-capitalistas planejadas (URSS e o Leste Europeu). As imposições do FMI e do Banco Mundial, regidos pelo Consenso de Washington e pelas diretrizes do império do capital em crise fragilizaram economias em desenvolvimento e dependentes – controles sobre o comércio, as regras de exportação e importação, privatização de serviços públicos, aumento das taxas de juros, manipulação dos mecanismos de manter a dívida infinita. São essas relações estabelecidas pelo capital e que determinam a geopolítica mundial que moldam as diásporas e os movimentos demográficos de deslocamento em massa de trabalhadores entre fronteiras.

Nega-se, portanto, a compreensão de que o capital possibilita uma economia global integrada, tendencial à igualdade de condições materiais e desenvolvimento nacional. Na negação estão presentes os argumentos do sentido da nova fase alcançada pelo capitalismo: o capital adquire todos os mecanismos (sob mediação do Estado) de acesso às fronteiras para a disponibilidade (emprego, desemprego e controle) constante de trabalho. Revela-se uma de suas contradições insolúveis: entre a liberalização e integração dos mercados e o controle da força de trabalho, diante das possibilidades de integração do proletariado global. Nesse ponto, o capital prescinde do desenvolvimento desigual e combinado:

A fragmentação do mundo em economias separadas, cada uma com seu próprio regime social e de condições de trabalho, presididas por Estados territoriais mais ou menos soberanos, é não menos essencial para a 'globalização' que a livre movimentação do capital. Uma função que não é a menos importante do Estado-nação na globalização é impor o princípio

da nacionalidade, que torna possível, no interesse do capital, administrar os movimentos do trabalho por meio de controles rígidos de fronteira e de rigorosas políticas de imigração (WOOD, 2014, p. 105).

Na geopolítica da diáspora da atual DIT pode-se apontar processos definidores e centrais no entendimento das políticas de controle migratório: 1. A manutenção dos EUA como potência militar e as estratégias de intervenção imperialista e o protecionismo advindo da intensificação da crise estrutural, com o acirramento da guerra comercial com a China. 2. A crise de legitimidade da União Europeia pós-2008, cujos sinais eram apontados por Mandel (1990) como tendência da crise de 1973/1974, diante da rápida deterioração econômica das principais potências e da relação desigual entre estas e os demais membros, situados em condições de semiperiferia e periferia do capital; 3. Intensificação da concentração de renda e aumento da pobreza na América Latina, África e Ásia, diante dos mecanismos de endividamento e imposição de políticas econômicas de geração de saldos comerciais positivos através de exportações, aumento de taxas de juros e isenções de impostos para multinacionais.

Seja nos EUA, em luta para permanecer como centro mais importante e determinante do capital⁹⁰, ou na União Europeia em bancarrota, antigo projeto de bloco econômico mais bem-sucedido e celebrado como retrato de uma nova era global, sem deixar de lado o esgotamento do crescimento japonês, o desemprego e a devastação de direitos e empregos estáveis ditam os contornos da crise. A queda das taxas de lucro e a diminuição da acumulação não podem ser confundidas, neste estágio, como perda dos elementos decisórios de gestão do capital (e da crise). Portanto, são estes países, juntamente com o Japão (estagnado) através dos organismos multilaterais e dos agrupamentos que integram (G-7, OTAN, OCDE) que mantêm as estratégias de “socialização das

⁹⁰ Em nenhum momento do império do capital, desde a Guerra Fria, a hegemonia estadunidense esteve tão ameaçada por um rival econômico como nas últimas duas décadas (2000-2020). Ao mesmo tempo em que os tensionamentos são intensificados, o capital em crise enfrenta a contradição em manter a rivalidade entre Estados-nação e continuar seu sociometabolismo expansionista. Somente na crise, possibilita-se uma nação como a China, considerada inimiga do Ocidente e perpetuadora de um regime contra liberdades individuais, enquanto um dos países que mantém alguma legitimidade ao sistema capitalista atual.

perdas” para os demais países⁹¹ e, decisivamente, para o proletariado global. Dentre seus papéis decisórios prefiguram o ponto nodal da presente seção: o controle da circulação internacional de trabalhadores. Controle que, diga-se de passagem, não induz à diminuição ou mesmo fim dos processos de imigração. O capital não almeja, enquanto sistema de controle, em nenhuma de suas fases, o estancamento da mobilidade do trabalho. Sua fase de crise, nos últimos cinquenta anos, foi responsável por uma nova dimensão atribuída aos fluxos de trabalhadores. O acirramento de controles migratórios e a manutenção da condição de “crise imigratória” ditam a mobilidade do trabalho na atual fase, sem proposições concretas de socialização da produção, historicamente negados pela pilhagem colonial europeia e pelo novo imperialismo liderado pelos EUA. O controle fronteiro e as fotografias de um mundo do trabalho de precariedade extrema, recortado por parcelas imigrantes e refugiados em situações degradantes permitem o ocultamento da situação do proletariado no centro do capitalismo global (Quadro 03):

Quadro 3 - Dados sobre pobreza do proletariado em países centrais

País	Informações estatísticas
<i>EUA</i> ⁹²	54 milhões de pessoas em situação de fome, em 2021 (segundo o <i>Feeding America</i>); 12,4% da população em situação de pobreza, em 2022; 25,9 milhões sem acesso à seguro saúde, em 2022.
<i>Reino Unido</i> ⁹³	12 milhões em situação de pobreza, em 2019 (segundo a ONU).
<i>Japão</i> ⁹⁴	Taxa de informalidade estimada em 37%, em 2018; aumento no número de cyber-refugiados – trabalhadores sem habitação, que dormem e/ou vivem em cibercafés.

⁹¹ A afirmação exige o cuidado de não interpretarmos a geopolítica do capital como uma divisão maniqueísta que rivaliza o centro como impositor e a periferia como receptora. Para que o capital se mantenha, mesmo em sua fase terminal, como única relação aceita e dominante, é primordial que a classe dominante dos países periféricos acate as diretrizes que preconizam o cerco contra os trabalhadores, em nome da “estabilidade econômica” e das “regras fiscais”.

⁹² Disponível em: <https://www.rfi.fr/es/programas/grandes-reportajes-de-rfi/20230404-la-pobreza-empuja-a-cada-vez-m%C3%A1s-estadounidenses-a-vivir-en-la-calle>. Acesso em: 22 set. 2023.

⁹³ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/05/britanicos-sao-cada-vez-mais-pobres-diz-relator-da-onu-cjvz9vreh05r801llwt6rixv6.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

⁹⁴ Disponível em: <https://www.mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/pt-br/content/quem-s%C3%A3o-os-cyber-refugiados-do-jap%C3%A3o>. Acesso em: 22 set. 2023.

<i>Canadá</i> ⁹⁵	22% da população adulta e solteira abaixo da linha de pobreza, em 2023 (segundo os Centros Alimentares Comunitários do Canadá).
<i>Itália</i> ⁹⁶	5,5 milhões em pobreza absoluta, em 2022 (segundo a Cáritas).

Elaboração: Bruno A. Ribeiro, 2023

Os dados e a análise encontram afinidade com a tese de Mészáros (2011), em que a interpretação da crise estrutural revela a tendência à equiparação das taxas diferenciais de exploração de força de trabalho. O desemprego crônico enquanto limite deixa de ser um dado associado ao “Sul”, aos países periféricos ou semiperiféricos, e é tomado enquanto contradição explosiva, socializada entre os proletários de Norte, Sul, Leste e Oeste. A concorrência entre trabalhadores torna-se o mote da forma política em que o Estado se apresenta em uma de suas características centrais: o protecionismo de capitais contra sua destruição e a ameaça ao sistema. Não se permite ao proletariado uma compreensão sobre suas similitudes, na escala mundial, pois toda a sociabilidade é regida por uma única alternativa possível, a do sistema de mercadorias, a de vender sua força de trabalho para consumir e, portanto, viver:

A concorrência internacional entre os trabalhadores se acirrou, perpetuando no século XXI os campos de refugiados, o acúmulo de imigrantes nas fronteiras, a morte banalizada (e supervisionada a distância) de trabalhadores em frágeis embarcações procurando escapar de múltiplas misérias, multiplicando-se os muros e o assassinato corriqueiro de imigrantes, como nos Estados Unidos (FONTES, 2010, p. 182)

Portanto, os argumentos revelam que o capital produz um máximo excedente de trabalhadores, produzindo em seu curso, inúmeros processos que intensificam a imigração mundial. Quando esse excedente se torna oneroso ou mesmo desnecessário para os interesses capitalistas em profunda fase de declínio, são postos em ação mecanismos ainda mais perdulários de controle da

⁹⁵ Disponível em: <https://jornalnorthnews.com/noticia/4697/1-em-cada-5-adultos-solteiros-no-canada-vive-na-pobreza-muitos-dos- quais-com-inseguranca-alimentar-aponta-relatorio>. Acesso em: 22 set. 2023.

⁹⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-10/italia-tem-cerca-de-55-milhoes-de-pessoas-em-pobreza-absoluta>. Acesso: 22 set. 2023.

imigração, a partir do Estado. Pode-se lamentar a morte e o aprisionamento em fronteiras, mas não se deve questionar o que produz essa realidade.

O complexo industrial militar estadunidense, “a guerra ao terror” para o controle da barbárie e do fundo público global

As razões que justificam o conceito de guerra ao terror e àqueles que estão intrínsecos à crise econômica de 2008 possuem um mesmo recorte espacial. Seus acontecimentos encaminham a análise, novamente, para o país de maior atração das mobilizações de trabalhadores imigrantes: os EUA. Centro incontestável do capital global, concentrado em suas megalópoles de influência cultural, em sua indústria militar superior à de qualquer outro país e em sua hegemonia sobre os organismos multilaterais e principais decisões geopolíticas, sob o comando da OTAN e do G-7.

O ataque de 11 de setembro de 2001 (primeira vez na história em que os EUA foram alvos em seu principal território continental) demarcou inúmeros reordenamentos geopolíticos, que tanto ocultaram o processo de intensificação das contradições do capital e da decadência das taxas de lucro, quanto se somaram como mecanismo de reaquecimento da indústria militarista, amplamente utilizada durante a Guerra Fria (fomento aos gastos militares superiores às demais potências somadas). O mais evidente desses reordenamentos foi a chamada doutrina de guerra ao terrorismo ou guerra ao terror, que escamoteia os planos militaristas de uma superpotência em luta pela manutenção de sua hegemonia: manter um contexto perpétuo de guerra infinita (no tempo e no espaço). Não somente com as intervenções em países considerados potencialmente ameaçadores contra a democracia liberal (Irã, Afeganistão, Paquistão, Irã, Síria), como também, com o constante acirramento contra potências ascendentes e blocos que possam desafiar a hegemonia estadunidense (China, Rússia, União Europeia, por exemplo). A tendência geral ao protecionismo das principais economias capitalistas, nesse ponto, marca uma das configurações do capital em crise, diante da intensificação da concorrência intercapitalista e da propensão à destruição desta (concentração e centralização de capitais).

As condições apresentadas pelo modelo de acumulação na transição dos séculos XX ao XXI evidenciavam o acirramento de contradições sistêmicas, ao contrário de um contexto de “fim da história”, “fim do trabalho” ou de estabilização do capitalismo, frente à derrocada do modelo soviético. Conforme Wood (2014), a consolidação do império do capital no pós-guerra, centrado na hegemonia dos EUA como determinante para o domínio de imperativos econômicos sobre a maior parte do mundo, adquire novos condicionantes a partir do fim do conflito histórico com a URSS. Os reordenamentos espaciais da crise do capital adquirem novos contornos e configurações geopolíticas com o desaparecimento da outra grande superpotência. Contraditoriamente, o fim da União Soviética repercutiu mais impasses, do que logros, para a manutenção da hegemonia estadunidense no sistema do capital (WOOD, 2014).

A manutenção da indústria bélica, sob orçamentos militares que ameaçam o sistema fiscal do país e impõem a hegemonia estadunidense perante as demais potências, permite que o capital em crise disponha um constante propulsor de “guerras preventivas” e de um Estado que controle reordenamentos e decisões multilaterais em prol da valorização de valor. Portanto, maior exploração de trabalho a partir da subordinação de países perante o domínio do império do capital no conjunto da DIT:

Pela primeira vez na história do Estado-nação moderno, as maiores potências do mundo não estão engajadas numa rivalidade geopolítica e militar direta. Essa rivalidade foi efetivamente deslocada pela competição à maneira capitalista. Ainda assim, à medida que a competição econômica foi superando o conflito militar nas relações entre os principais governos, mais os Estados Unidos lutaram para se tornar o poder militar mais esmagadoramente dominante que o mundo já viu (WOOD, 2014, p. 109).

A guerra ao terror como última grande estratégia (possivelmente, até o momento em que a tese é escrita) de destruição maciça de excedentes militares da superpotência estadunidense se situa no quadro de crise estrutural como imposição da hegemonia do imperialismo estadunidense, sob o apoio das demais potências da OTAN. Ao mesmo tempo em que se prolonga ao longo da década de 2000 e primeira metade da década de 2010 – sob a configuração de um “instrumento preventivo” de salvaguarda do mundo ocidental capitalista –

como medida de aprimoramento do controle de excedentes populacionais nas fronteiras dos países centrais e nas regiões bombardeadas.

As contradições do capital após o fim do sistema soviético se intensificam em um processo histórico que eleva as taxas mundiais de exploração de trabalho. Nesse entreposto, ao mesmo tempo em que o sistema sociometabólico luta para permanecer acumulativo e expansivo (não mais, como expansão territorial), os reordenamentos da DIT impulsionados pelo militarismo estadunidense e por reestruturações produtivas dos organismos multilaterais impõem desafios incontornáveis para o capital. O limite absoluto apontado por Mészáros (2011) expõe na realidade – o antagonismo constante entre internacionalização do capital e o controle protecionista dos Estados-nação, que acirram competições e ameaças contra a humanidade.

Há de se perpetuar a exploração sem precedentes de trabalho vivo, com um proletariado nunca na história tão mundializado, ao mesmo tempo que, demasiado numeroso frente às condições de produção, circulação e consumo. Mas há também que se controlar a barbárie produzida pela expansão da crise.

Ao se referir a um controle da barbárie, atente-se que não se trata do caráter “humanitário” de um sistema sociometabólico essencialmente perdulário da própria barbárie, mas, contraditoriamente, enquanto produz fileiras de desempregados, subempregados e mobilizados entre fronteiras, o capital em crise se vale dos mecanismos protecionistas contra possíveis embates por parte do trabalho. São nos países com maiores concentrações de forças produtivas desenvolvidas que a utilização do controle fronteiriço contra esses excedentes humanos se faz maior, em níveis de uso da força militar e de recursos, sob a alcunha das políticas de interesse nacional contra estrangeiros. Os “oásis” do capital (KURZ, 2005) intensificam o controle da barbárie, enquanto o capital perpetua sua internacionalização e, portanto, a própria barbárie. O controle não pressupõe, na atual fase de crise, o fim da entrada de trabalhadores precarizados e afugentados de conflitos, guerras, miséria e austeridade financeira. Os dados presentes na Seção II traduzem uma realidade de aumento das mobilizações de trabalhadores entre fronteiras. Parte desse contingente

encontra-se subordinado a formas “contemporâneas⁹⁷” de extração de mais-valor absoluto, diante da desproteção social e trabalhista imposta pelas políticas de controle, e a perpétua condição de clandestinidade que justificam a existência de tráficos e formas laborais escravocratas na atualidade.

Nessa discussão, são as contribuições de Gilson Dantas (2015) que alicerçam o fundamento da “guerra ao terror” para além de uma narrativa impressa como estratégia militar contra o “avanço das forças opostas à democracia ocidental⁹⁸”, mas como uma das formas assumidas pelo capital em crise, a partir de seu centro hegemônico. Em sua análise, o militarismo norte-americano e o “terrorismo infinito” estão imbricados à crise. O próprio conceito de economia da destruição proposto no início do século XXI é elaborado à luz do entendimento dos EUA como potência imperialista diretamente fomentada por intervenções militares. A luta pela perpetuação da hegemonia global por parte dos EUA fomenta antagonismos potencialmente destrutivos para a humanidade, mas também, importantes ativadores da indústria militarista e da própria economia estadunidense, cada vez mais exposta às contradições explosivas da crise estrutural.

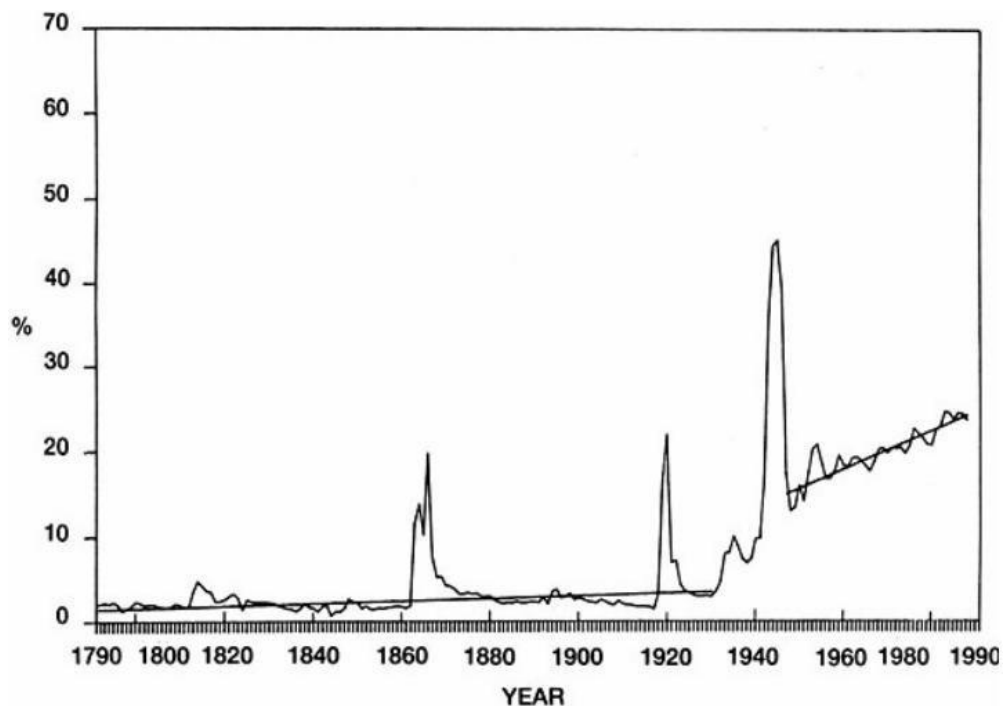
O sociometabolismo do capital impõe ao Estado assumir, através dos montantes de reservas resultantes da exploração de força de trabalho, as perdas da acumulação. São os EUA, o país com maior dívida pública do globo, coincidentemente com os maiores gastos militares (Gráfico 08) – maior exército, maior orçamento e armas mais modernas de destruição em massa. Seu potencial militar não está restrito a seu território, mas também presente na Europa (principalmente, Alemanha, com 20 instalações militares, estrategicamente a maior economia europeia e um entreposto entre países do Leste Europeu, com forte influência russa e os países ocidentais europeus membros da OTAN e OCDE), Japão e Coreia do Sul e no Oriente Médio.

⁹⁷ A utilização da palavra justifica-se pelo caráter “avançado” como se é adjetivada na pesquisa social. As formas contemporâneas de extração de mais-valor absoluto não se dissociam do mais-valor relativo e estão diretamente coordenadas ao atual estágio de avanço técnico-científico alcançado pelo capital.

⁹⁸ Em uma análise que se pretende “ir além do capital” não há espaço para considerações sobre narrativas constituídas no âmago das personificações do capital. Além disso, generalizações como a de que a guerra é um instrumento de destruição de excedentes produtivos devem ser pontuados com rigor teórico e devida fundamentação, pois as relações que estão nas razões da doutrina de guerra ao terror, no início do século XXI são distintas das condições em que se apresentava o capital durante as duas grandes guerras do século XX.

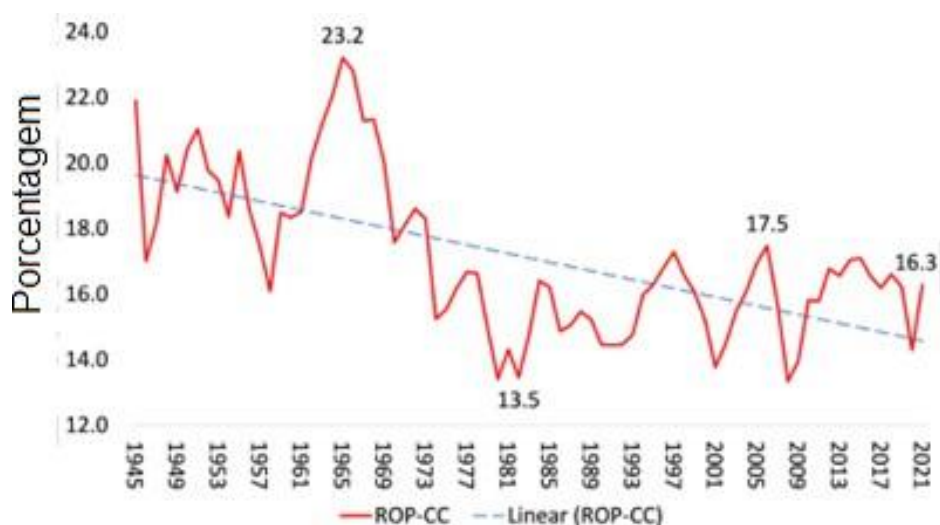
A alavanca da produção militar e da economia da destruição são parte dos ordenamentos espaciais da reestruturação produtiva dos anos 1970 e 1980. Nos países centrais, mais principalmente nos EUA, a produção capitalista desloca-se em uma mobilidade de capital que alcança novas regiões com vantagens comparativas, de disponibilidade de trabalho barato, flexibilizações ambientais e laborais e taxas de lucro maiores. Ao mesmo tempo, os centros dinâmicos da produção industrial são desarticulados pela perda do poder de barganha do proletariado fordista sindicalizado e a incorporação massiva de capital fixo (técnica), responsável pelo aumento das taxas de desemprego e de pobreza. Na década de 1980, mais principalmente, nos anos 1990, as contratendências do capital em crise espelham uma realidade de simulacro no centro capitalista, marcada por inovações no conjunto produtivo e formação de bolhas financeiras diante da acelerada incorporação de capital a juros fruto da financeirização da economia (Gráfico 09). Se na literatura econômica, esse período é considerado como “boom” econômico dos EUA, o capital somava mostras de explosivas contradições que só poderiam ser estendidas em um curto período.

Gráfico 8 - EUA – Gastos militares: 1790 a 1990



Fonte: Dantas (2005)

Gráfico 9 - EUA - Lucros do setor corporativo (1945-2021)



Fonte: Michael Roberts (2022)

No comparativo dos dois gráficos, o primeiro extraído de Dantas (2005) e o segundo do texto de Michael Roberts (2022), observa-se que a queda linear da taxa de lucro acompanha uma tendência também linear de crescimento contínuo nos gastos militares do centro dinâmico capitalista. Em dados mais específicos, a queda na taxa de lucro dos EUA entre 1945 e 2021 foi de 27%, em confirmação direta da teoria marxiana desenvolvida no Livro III sobre as leis tendenciais. Deve-se considerar que, as variações nas taxas de lucro também incluem a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valor. A tendência de aumento da composição orgânica do capital em relação à taxa de mais-valor tende a produzir taxas de lucro cada vez menores. Como contratendência, o capital tende a aumentar a taxa de mais-valor (novas morfologias de exploração do trabalho), todavia, na crise, o crescimento da composição orgânica segue um ritmo maior em relação à taxa de mais-valor.

Desde o fim da década de 1960, o capital não alcançou taxas de lucro elevadas e as tentativas de reestruturação aprofundaram a queda. A taxa de mais-valor global cresceu, com uma produção de riqueza cada vez maior, frutos de combinações de mais-valor relativo e mais-valor absoluto, retrações salariais, devastação de direitos de proteção laboral e aumento no número de desempregados e subempregados. Concomitante ao aumento nas taxas de mais-valor, aumentam-se os números absolutos de trabalhadores imigrantes.

São este conjunto de trabalhadores que estão sujeitos às maiores taxas de exploração em relação ao conjunto do proletariado global. O controle das fronteiras da América anglo-saxônica e do Mediterrâneo com acesso ao continente europeu é uma das formas assumidas pelo protecionismo de capitais em seus centros dinâmicos, em profundo declínio nas taxas de lucro/acumulação.

Os mecanismos de produção e gestão de reordenamentos espaciais através da guerra infinita não foram nem são suficientes para reativar uma nova fase ascendente do capital. Os conflitos constituídos no Oriente Médio – Iraque, Afeganistão e, posteriormente, Síria, transferiram excedentes de produção militar, reafirmaram o controle estadunidense sobre recursos energéticos, porém, são correspondem em escala temporal e espacial, a indústria bélica do período das grandes guerras e das décadas e antagonismo entre EUA e URSS:

Em outras palavras, a crise do capitalismo é grave: obedece a determinações profundas, históricas. Mas toda a política de guerra infinita do imperialismo norte-americano está longe de representar uma capacidade hegemônica que os Estados Unidos em outro momento detiveram, assim como a força econômica chinesa tampouco está livre para expressar-se dentro de uma perspectiva de imperialismo de primeira ordem (DANTAS, 2015, p. 42).

A hipertrofia do setor bélico acompanha o aprofundamento das contradições do capital (servindo como contratendência da crise de acumulação), ao mesmo tempo em que está inserido em um contexto de ausência de uma resposta efetiva advinda do proletariado global (para Dantas (2005), uma dificuldade de construção de uma política revolucionária de massas).

O destaque que esse militarismo tem para a análise sobre o controle da circulação internacional de força de trabalho (principalmente, na atuação do Estado e todo o aparato militar nas fronteiras dos países centrais e nos planos de expulsão, vigilância e protecionismo de economias em profunda crise, como no exemplo dos EUA desde a década de 1970) não deixar de evidenciar uma outra contratendência da crise do capital, centrada no capital especulativo (posteriormente, teorizado a partir da crise de 2008 e dos posteriores reordenamentos provocados). Percebe-se que o peso militarista e o capital

especulativo não são responsáveis pela expansão produtiva que produz capital (mais-valor); todavia, as configurações em que se encontram e são desenvolvidos de acordo com as próprias leis tendenciais do capital (que pressupõem contratendências) estão integradas ao sociometabolismo desse mesmo capital, que não encontra mais condições expansivas, no tempo e no espaço, como aquelas que se apresentavam na década de 1930/1940. Tanto o militarismo, quanto o capital financeiro são produtos de profundas contradições sistêmicas, ameaçadoras da própria existência do sistema do capital, mas que se tornam morfológicos à constituição deste, principalmente, a sua fase de maior maturidade, em que todas as regiões do planeta e toda a população encontram-se subordinada às determinações do capital. Eles ultrapassam em meados dos anos 1970, a própria expansão de produção real de capital, seja com a profunda dependência da potência hegemônica do armamentismo, quanto dos direcionamentos tomados pelo capital diante da crise de acumulação – direcionamento dos excedentes para o setor financeiro, que projeta para o futuro a existência de bolhas especulativas, cada vez mais destrutivas e cujos efeitos são socializados contra o proletariado assalariado e as poupanças que servem como seguro-desemprego e aposentadoria, apropriadas pelo Estado para salvar bancos e monopólios/oligopólios.

A política de guerra ao terror da primeira década de 2000 não conseguiu manter-se como ação contínua do imperialismo estadunidense, com pouco apoio da classe trabalhadora nos próprios EUA e pela comunidade internacional. Os gastos militares contrastavam com a situação econômica do país e o acirramento da competição comercial frente ao crescimento chinês ilustrava o centro do capitalismo global em profunda decadência – desemprego, pobreza, ausência de um sistema público de saúde e crescimento no uso de opioides (BRAGA, 2023). Contudo, o principal ponto de destaque dessa forma política assumida pelo centro capitalista é a intensificação do controle internacional da força de trabalho. Os sinais do esgotamento do padrão de acumulação fordista do pós-guerra se tornaram a certeza de que o sistema do capital não retornaria a sua fase de ascendência e progresso de uma terceira revolução nas forças produtivas (fruto do aumento da exploração de mais-valor, principalmente com a pressão contra o proletariado operário dos países capitalistas mais desenvolvidos, contra a “ameaça comunista”). A partir do 11 de setembro, a

compreensão de um distúrbio na terra das possibilidades, após um período de “estabilidade” produz uma nova fase de reativação e reforço do militarismo excedente e um total estado de alerta fundamentado pela insegurança e pela contínua agudização de uma parcela do globo “inimiga” contra outra parcela, posta em um campo de defesa das estruturas do capitalismo neoliberal.

Desde os marcos da crise de 1970 e os mecanismos de diminuição dos custos com capital variável assumida como tendência do capital, o controle imigratório adquiriu um novo contorno no centro capitalista. Nos EUA, o Programa Bracero é encerrado conjuntamente ao fim do período de expansão agrícola, na década de 1960. Nos países europeus, o contingente de imigrantes de suas ex-colônias ultrapassa a demanda dos capitalistas por força de trabalho barato, enquanto a diminuição nas taxas gerais de acumulação forçava a destituição do *Welfare State*⁹⁹ para a pequena parcela de trabalhadores mais bem remunerados.

Tanto o crescente militarismo (que encontrou na política de guerra ao terror um breve escoadouro de excedentes produtivos, incapazes de renovar o padrão de acumulação), quanto os efeitos da financeirização do capitalismo (com a crise de 2008 sendo um marco dos efeitos recessivos para o proletariado global) estão presentes na lógica de desenvolvimento do capital em sua fase de maior mundialização. Não é ao acaso que ambos possuem como epicentro geográfico, o centro hegemônico do capital pós-Guerra, os EUA, em luta por sua hegemonia, frente às explosivas contradições que se agudizam em seu território. Ambos os processos são produtos dos reordenamentos da crise estrutural do capital, cujos mecanismos de prolongamento dos efeitos recessivos da acumulação não conseguem mais prolongar em escalas temporal e espacial suas consequências para o trabalho.

A tendência ao controle da barbárie reproduz a barbárie do controle, pois a extensão dos limites absolutos não pode eliminar os excedentes populacionais, pelo menos nos mesmos níveis das guerras mundiais e conflitos regionais:

⁹⁹ O *American Dream* e o *Welfare State europeu* tornam-se discursos, facilmente cooptados por aspirantes aos governos dos respectivos países, que se apresentam como representantes do retorno e recuperação da Era de Ouro do capitalismo. Estes mesmos representantes defendem políticas de restrição aos imigrantes, inseridos como grupo culpado pela “crise econômica” vivenciada pelos países de maior desenvolvimento das forças produtivas.

La estrategia en la frontera con México fue concentrar agentes y recursos en zonas muy pobladas, con lo que obligó a los migrantes indocumentados a transitar por ambientes extremos y barreras naturales que, según previó el gobierno, aumentarían las probabilidades de accidentes y muerte (CHACÓN; DAVIS, 2008, p. 491).

A patrulha fronteiriça calcula a morte de aproximadamente 7 mil imigrantes, entre 1998 e 2016 (todavía, grupos defensores dos direitos dos trabalhadores imigrantes apontam cifras maiores, principalmente, diante das condições adversas de clima e fauna que podem deteriorar os corpos de forma rápida). Constrói-se a fotografia da fronteira de maior mobilização do capitalismo mundializado como uma região de instabilidade perpetrada por “terroristas, traficantes, clandestinos” que ameaçam a “estabilidade” da “maior democracia capitalista do mundo”.

O paradoxo entre a intensificação do controle imigratório e a eclosão da mais profunda e destrutiva crise financeira da atual fase do capitalismo expõe a barbárie do controle. O capital depositado sobre uma parcela de trabalhadores desterritorializados de países historicamente transpassados pelas estratégias imperialistas dos EUA, a razão da “crise”, e quando o avesso dela destitui esse argumento, os mecanismos protecionistas dos lucros capitalistas são impostos contra o proletariado, sem margens para contestação. As consequências do que se convencionou denominar crise de 2008 (a literatura varia em denominá-la crise de 2007 ou crise de 2008/2009) foram resultantes das próprias tendências já contidas na relação capital, agudizadas desde a década de 1970 no centro capitalista. Em seu sociometabolismo e na incontrollabilidade, tão amplamente teorizadas por Mészáros (2011) e fundamentadas em dissertações e teses que buscam a análise do capital no século XXI, o espaço está metamorfoseado como estrutura de circulação incontestada para que seja validado unicamente como domínio de uma única relação possível, aquela que inaugura e perpetua o capital. A crise em seu mais alto grau de constituição, como negação do próprio capital, desmorona qualquer princípio e resquício de civilização. Permite o controle do trabalho entre fronteiras, a morte e superexploração de imigrantes, como desumanização do humano, ao mesmo tempo em que permite a devastação causada pela concentração e centralização de capitais, de concorrência capitalista e do descontrole do capital a juros que impõe a

especulação como única saída para a manutenção do sistema financeiro, humanizados através da salvaguarda do Estado (seguros e poupanças dos trabalhadores utilizadas para suprir as perdas dos capitalistas).

Há uma tendência a se afirmar que a causa principal da crise de 2008 foi a bolha imobiliária, causada pelos chamados empréstimos *subprime* (ou seja, empréstimos para parcelas da população sem condições de quitar a dívida) (TONELO, 2021). Dentro dessa condição existem determinações cruciais: 1. Os subprimes não eram exceção no contexto da classe trabalhadora da economia mais importante do capitalismo mundializado; 2. A diminuição das condições materiais de vida da classe trabalhadora no centro acompanha a tendência ao aumento da taxa de exploração; 3. “O sonho americano” tinha como uma das bases, a compra da casa própria, reavivado após o ataque do 11 de setembro, como política econômica de aquecimento da indústria (principalmente, de construção civil); 4. A concessão de empréstimos em escala crescente como mecanismo de endividamento em massa dos trabalhadores é indissociável da forma como o capital age em sua fase recessiva (cria-se a ilusão de possibilidades oferecidas para a realização material – com dinheiro à juros capitalizado da produção, ou seja, da exploração da classe trabalhadora; mas simplesmente trata-se do capital em busca de escapes temporários contra as baixas acumulativas, formando contradições ainda mais perigosas). 5. O que se abate sobre o capital em escala global é consequência dos direcionamentos tomados por sua mobilidade (territorial, produtiva, temporal): a mundialização que interliga bancos de investimentos e bolsas de valores faz o sistema financeiro contrair, que, por sua vez, paralisa a produção capitalista.

Dois elementos também devem ser evidenciados ao situar essa última grande recessão: ao contrário da década de 1970, o sistema do capital já se encontrava em um quadro de inovação tecnológica avançada e de desemprego estrutural em todos os continentes. A retração produtiva aprofundou essas condições, conforme os reordenamentos territoriais após 2008¹⁰⁰.

A grande recessão financeira de 2008 não foi somente um movimento de estagnação econômica e destruição de imobiliárias e bancos nos EUA: “A grande

¹⁰⁰ Portanto, não há como considerar o contexto pré-2008 como um mundo estável capitalista, conforme os apologistas do capital apregoavam desde os anos 1980, com a destruição das bases do modelo soviético.

recessão não apenas arruinou a renda das famílias trabalhadoras. Acima de tudo, ela estrangulou suas expectativas quanto ao futuro de seu modo de vida, multiplicando comunidades de angústia por todo o país¹⁰¹ (BRAGA, 2023, p. 121). O governo Obama não conseguiu produzir uma resposta que favorecesse a classe trabalhadora do centro do capital; ao contrário, ao final do seu mandato, o aumento do desemprego¹⁰² e da precarização (principalmente entre trabalhadores negros e imigrantes) produziu perda de apoio ao seu partido, cujas consequências mais determinantes ocorrem nas eleições de 2016: primeiro, o apoio da maior parcela dos trabalhadores do Cinturão da Ferrugem a Bernie Sanders e suas propostas de socialismo democrático, taxaço de impostos aos ricos e milionários e recuperação de direitos sociais. Posteriormente, a instrumentalização dos sentidos da crise e da ideia nostálgica de sonho americano na figura de Donald Trump, que passa a reproduzir a retórica anti-imigrante e associá-la à deterioração dos direitos trabalhistas e sociais.

O Relatório da IOM (International Organization for Migration), publicado em 2009, intitulado *The Impact of Financial Crises on International Migration Lessons Learned* argumenta que a então crise de 2008 impactou os padrões e processos de migrações ao redor do mundo. Como toda crise, esta foi responsável por reestruturações que impactaram o processo produtivo global (à despeito do adjetivo “financeiro”, perante suas particularidades, em uma face de intensa financeirização da economia capitalista – o capital a juros). Com a retração produtiva, o trabalho em sua centralidade obteve as principais perdas (entenda-se perdas como intensificação da ofensiva do capital contra direitos trabalhistas e a favor do aumento das jornadas laborais e da taxa de exploração da força de trabalho). O relatório¹⁰³ aponta que os trabalhadores imigrantes foram uma das parcelas mais afetadas, com demissões em massa documentadas de indianos em Dubai, mexicanos nos EUA, filipinos em Taiwan

¹⁰¹ O filme “Nomadland” (2020) retrata uma das faces da crise de 2008: o aumento dos nômades sem-teto nos EUA.

¹⁰² Segundo Braga (2023), entre 2008 e 2014, a perda líquida foi de 5 milhões de empregos na indústria.

¹⁰³ Como qualquer outro relatório/fonte produzido por instituições de defesa da “ordem” sistêmica atual, a crise é compreendida como externalidade ao sistema; como estado de coisas passageiro, resolvível com a “aplicação” de medidas. Isso se explica pela frase, presente no texto original em inglês: *Financial crises can represent new opportunities*. Ao subverter o texto, concorda-se que as crises representam a oportunidade de constituir um novo sistema alternativo.

e China. Ademais, o retorno de imigrantes para seus países originários também aumentou, a exemplo dos poloneses no Reino Unido e Irlanda. A crise também expôs o aumento das taxas de imigração irregular (trabalhadores indocumentados, sujeitos a maior degradação da força de trabalho) e o crescimento de episódios de violência contra imigrantes, sob o acirramento da competição por postos de trabalho (IOM, 2009). Percebe-se que as consequências da crise para o trabalho constituíram as bases fundantes para a intensificação dos fluxos migratórios e da configuração de “crises migratórias”:

En un inicio, las propuestas de migración provienen de un imperativo económico: es decir, la relación entre los trabajadores existentes y el crecimiento esperado del empleo determina si habrá una política de muros o una de puertas abiertas (CHACÓN; DAVIS, 2008, p. 282).

No acirramento da contradição entre capital e trabalho exposta como fratura irreversível nas relações materiais que se constituem no espaço (e o próprio espaço) na crise, a tendência que se acentua é a de controle e militarização das fronteiras como uma das formas assumidas pelo Estado contra possíveis horizontes de rebelião e de organizações entre os trabalhadores de distintos países. A internacionalização da luta proletária minaria a força do capital e abriria uma provável condição de constituir as bases para uma alternativa de gestão produtiva, portanto, um espaço produzido a partir da tomada das forças produtivas pelos trabalhadores.

Contudo, as décadas de crise estrutural revelam o avesso dessa alternativa, pois a força assumida pela destrutividade do capital conseguiu tornar o controle migratório, não somente, um alibi a favor da hegemonia do capital-imperialismo imposto pela decadente economia estadunidense e das economias ocidentais europeias, como também um mecanismo de suas classes capitalistas que acirra a concorrência no âmago do proletariado (proletariado dos países centrais x proletariado dos países periféricos e semiperiféricos e no interior dessas camadas da classe trabalhadora, outras formas de crescimento das taxas de exploração e de diminuição das condições de reprodução material. Controlar imigrantes tornou-se um dos princípios do Estado sob o domínio da fase recessiva do capital, sob as mais distintas políticas que apregoam a proteção de empregos, salários, condições de vida para uma suposta classe

média, segurança e bem-estar. Cabe ao geógrafo o questionamento que o persegue em seu exame analítico: que espaço? Um conjunto de objetos, estruturas, redes, formas e relações sociais meramente como simulacros que, supostamente, circulam, fixam-se, permanecem em identidades e (des) territorializam?

Presume-se a própria resposta a partir desse questionamento. Os argumentos pormenorizados de Chacón; Davis e Cardona (2020) sobre a intensificação do controle migratório na fronteira entre México e Estados Unidos fundamentam o entendimento da dialética assumida como ponto de partida e de chegada nesta pesquisa. Controlar não para proteger empregos, mas para manter taxas de exploração do trabalho vivo suficientemente baixas para a proteção do capital.

As comparações dos efeitos recessivos da crise de 2008 com a crise de 1929 apontam para a dimensão mais ampla e destrutiva da primeira para o capitalismo mundializado, imerso em taxas decrescentes da acumulação desde o final da década de 1960 e início de 1970. As determinações de ambas são compreendidas a partir dos distintos contextos de desenvolvimento do capital: o aprofundamento das contradições do processo acumulativo sob as bases do liberalismo econômico em fins do século XIX e início do XX agudizam as disputas imperialistas, que inevitavelmente desembocaria em conflitos entre as principais potências capitalistas. O capitalismo no final da década de 1920 encontrava-se em um estágio de desenvolvimento produtivo que permitiria algumas décadas de crescimento da acumulação. Esse processo é possibilitado com a destruição material da Segunda Guerra, combinada à mobilidade de capital para regiões de desenvolvimento industrial tardio; bem como, a existência de espaços disponíveis à expansão territorial das determinações do capital - a URSS, a China, a Índia e países da África e do Sudeste Asiático.

Os elementos que determinam a crise de 2008 são distintos, o que torna comparações entre os dois contextos (1929 e 2008), exercícios que necessitam de cautela teórica. Tonelo (2021) a denomina como grande última recessão, cujas bases se explicam a partir da falência dos mecanismos da reestruturação do capital nos anos 1970, que impõem um receituário neoliberal para a economia capitalista. O recorte temporal desse autor congrega os 10 anos entre 2008 e 2018 que evidenciam a configuração das respostas empreendidas pelo Estado

e pelas personificações do capital para o que se disseminava como crise financeira, a partir da eclosão de uma “bolha imobiliária” no centro do capitalismo mundializado. Todos os elementos e características sistêmicas apontavam para a queda nas taxas de lucro e para o declínio da acumulação (o contexto de Guerra Fria, somado à bancarrota do bloco soviético contribui para uma série de interpretações equivocadas, com a emergência de narrativas do fim do trabalho, fim da história e fim das metateorias); contudo, os mecanismos de domínio do império do capital foram mantidos, de modo a ameaçar a própria espécie humana e contribuir para prognósticos desalentadores para este século. A crise em 2008 é resultado das determinações do capital já em fase terminal (a tomada do Estado em relação às perdas de acumulação e a socialização da maior parcela para o proletariado provam isso). O contrapeso exercido pelo crescimento de países como China e Índia (mas principalmente deste primeiro) pode ser situado como importante para que fosse evitada uma bancarrota completa do sistema capitalista. A ausência de uma alternativa advinda da classe trabalhadora em escala internacional também se constitui em fator essencial na análise sobre as últimas décadas. A ofensiva do capital em crise (ressalte-se que a crise estrutural como fase terminal não é, necessariamente, um espaço favorável ao proletariado) contra o trabalho destitui e inviabiliza instrumentos de organização dos trabalhadores e estreita as condições de realização material, essenciais à produção do espaço para os trabalhadores.

A reestruturação produtiva após 2008 serviu como extensão das contradições do capital no tempo e no espaço, de início, com a recuperação dos principais bancos e empresas atingidas (o Estado assume as perdas, com injeções maciças de dinheiro público, fruto da exploração da classe trabalhadora); posteriormente, com planos de austeridade para a compensação dessas medidas, que reservam medidas de diminuição dos investimentos sociais de longo prazo, cujos impactos são a redução ainda maior das condições de realização material dos trabalhadores. O mercado mundial de commodities, que sustentou crescimentos de países semiperiféricos e periféricos assistiu à queda dos preços dessas mercadorias e uma retração comercial que findou o ciclo de expansão, enquanto o capital seguiu a tendência histórica de incorporação dos excedentes produtivos em capital fixo, responsáveis pelas bases de inovação tecnológica da década posterior (2011-2020).

A crise forçou o capital ao protecionismo dos mercados, mas não evidenciou a proteção de postos de trabalho. A União Europeia, por exemplo, foi uma das regiões mais impactadas pelos processos de “socialização das perdas efetivas da crise”, cujas determinações desiguais do bloco foram impostas para os proletários dos países com menor representatividade, à despeito de toda a classe trabalhadora do bloco ser atingida pelas medidas de austeridade:

Diferentemente do que se escreveu e se propagou sobre a União Europeia ser uma entidade que anularia as contradições entre Estados, sua verdadeira face se revelou durante a crise. Os elos débeis – Grécia, Portugal, Espanha e Itália sentiram mais intensamente seus efeitos (TONELO, 2021, p. 32).

A realidade expôs o que Mézáros (2007), no *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*, discute como “o fracasso do capital em criar sua formação estatal global” (Ibidem, p. 60). Trata-se de um dos limites absolutos do capital (entre a expansão do sistema do capital e a tendência ao protecionismo das distintas formações estatais atuais), levados à cabo nesta Seção quando se analisa o processo de militarização das fronteiras e crescente antagonismos entre massas de trabalhadores, diante dos fluxos imigratórios. A crise estrutural expõe o fracasso histórico de expansão irrefreável do capital e permite evidenciar elementos que encaminham a fase atual do sistema para novos e potenciais conflitos comerciais e militares (MÉSZÁROS, 2007). Portanto, a estratégia assumida pelos EUA através da “guerra ao terror”, disponibilizando seu potencial bélico, foi para reafirmar seu poderio hegemônico decisório para o sistema do capital (mais do que salvaguardar o mundo da suposta ameaça resultante das constantes intervenções imperialistas durante o capitalismo monopolista nos países do Oriente Médio). Sobremaneira, um marco histórico (conforme a capa do *Para além do Capital* e a análise de Sócrates Menezes (2023), em seu breve, mas assertivo “Os monstros que devemos enfrentar”) que espelha as ruínas do sistema do capital, diante de suas contradições explosivas que avolumaram posteriormente com a eclosão de uma nova fase recessiva, a partir de 2008. A guerra ao terror surge, desde o princípio, como fracasso em suas diretrizes de renovar o processo acumulativo; facilmente contrariada pelo proletariado dos EUA, sofrendo as agruras do desemprego, da precarização, da ausência de sistema de saúde digno, da violência urbana e do crescente uso de

entorpecentes (a heroína, desde os anos 1990 e as novas drogas sintéticas, a partir de 2000/2010). Menos de uma década depois, a crise expôs as fissuras do conflito capital x trabalho no suposto centro hegemônico do capitalismo, com a devastação das rendas médias e do sonho da casa própria.

Ao mesmo tempo em que o capital sempre tendeu à mundialização (almejando a formação de um Estado global), a existência de formações estatais tornou-se importante na competição intercapitalista e no controle do trabalho. Mundialização do capital é pressuposto para a mundialização do trabalho, da complexificação dos deslocamentos de força de trabalho entre fronteiras, por conseguinte. Uma formação estatal global, sem controle de fronteiras e sem o aparato militar disponível, principalmente pelas potências capitalistas, poderia contribuir para um maior internacionalismo proletário, diante da consciência da exploração a favor da acumulação.

A aprofundamento das contradições do capital a partir de 2008 impuseram reestruturações que culminaram em uma reversão dos fluxos de capitais, impulsionadas por mudanças geopolíticas e acirramentos entre as potências econômicas e militares mundiais, principalmente a partir da segunda metade da década de 2010, no quadro em que intensificam processos migratórios. A crise mobilizou o capital para mecanismos imperialistas de contrapeso, formas de exploração de força de trabalho à níveis mais altos do que nas décadas anteriores, incorporação de capital fixo ao processo produtivo, aumento da guerra comercial entre EUA e China, reavivamento de disputas territoriais e de influência regional e militarização em larga escala das fronteiras do centro capitalista contra a “crise migratória”.

Portanto, o aumento nos dados absolutos e relativos sobre a imigração não é um processo cindido no espaço e no tempo, metamorfoseado em singularidade que fundamenta o conceito de crise migratória fixado ao pós-2008. A própria crise é determinada pelas tendências e contratendências definidas pelo capital em luta constante pelo aumento das taxas de acumulação.

É reveladora a constante transferência de capital fixo para o setor bélico disponibilizado para o aumento da vigilância e controle de fronteiras em que não há conflito ou guerra em andamento, como na fronteira entre dois países que integram um mesmo bloco econômico e organismos multilaterais em comum (como México e EUA). Não se deve deixar de lado o papel do encarceramento

de trabalhadores imigrantes latinos como fomento às políticas de contenção e criminalização, fundamentais para formas de extração do mais-valor absoluto (estruturas de arregimentação de força de trabalho na fronteira com regimes laborais intensos e mal pagos):

En total, contando todos los tipos de redadas en el año fiscal 2008, el ICE afirma haber deportado a 349.041 migrantes indocumentados. Es un aumento de casi 20% sobre los 288.663 deportados en 2007 y 100% más que las 174 mil deportaciones de 2004. También se calcula que, para 2008, unas 280 mil personas estaban presas en 15 centros de detención federales por infracciones migratorias y en más de 400 instalaciones bajo contrato en los niveles estatal y local en todo el país (CHACÓN; DAVIS; CARDONA, 2020, 361).

O controle da circulação internacional da força de trabalho é diretamente proporcional ao processo de aumento da superpopulação relativa no estágio de crise real. Ao mesmo tempo em que confirma a tendência destrutiva de transferência de excedentes de capital para o militarismo tendencialmente em expansão desde o século XX, também mantém amplas parcelas dessa mesma superpopulação em constante mobilização, sob as maiores taxas de exploração da força de trabalho e sujeitas à descartabilidade. A fotografia da “crise imigratória” é o retrato da barbárie que se expande em escala global¹⁰⁴.

Por outro lado, o recente processo de intensificação das lutas sindicais e grevistas entre trabalhadores industriais, principalmente das montadoras do meio oeste estadunidense (símbolo da construção do ideário de American Way of Life, na Era de Ouro do capitalismo monopolista – “desencantados pela globalização”) aponta para uma outra face da crise estrutural. As insurgências proletárias no centro capitalista (como também, na periferia) podem servir de contraponto ao sistema do capital. Todavia, a capacidade de organização e constituição de uma alternativa de modo de produção vai ser definida pela integração dessas insurgências. Processo este que inclui a contraposição ao controle imigratório e ao crescente militarismo das fronteiras.

¹⁰⁴ Principalmente na década de 2010, com formas políticas protecionistas que retomam ideários de controle e segurança nacional como fatores de proteção/preservação de qualidade de vida, bem-estar e empregos formais (O Brexit de Boris Johnson e o muro na fronteira do México impulsionado por Donald Trump).

O controle da circulação internacional de força de trabalho

Uma notícia publicada pela Folha de São Paulo¹⁰⁵, em setembro de 2023, alude para uma “nova tensão migratória” que antecipa as disputas políticas no parlamento europeu. O cerne dessa discussão, que norteia a seção e, mais especificamente, o presente item, é que a perpetuação da crise imigratória como fato narrativo e facilmente responsabilizado contra os próprios sujeitos que a vivenciam, torna-se primordial para a manutenção e ascensão de propostas de precarização do conjunto do proletariado e militarização de fronteiras, sob a alcunha da “proteção dos empregos dos trabalhadores nacionais”. Na Seção II se questionou o conceito de crise imigratória como inversão de uma realidade (crise estrutural do capital) que provoca mobilizações em massa de trabalhadores (portanto, de imigrantes). Sua validade teórica frente à defesa do humanitarismo (direitos individuais aos imigrantes e refugiados) não é suficiente para se entender o atual estágio crise e suas consequências para o proletariado e para a mobilidade do trabalho. Nesse sentido, o objetivo é desvelar o controle imigratório como configuração espacial do ascendente militarismo fomentador de economias capitalistas em profunda crise (diga-se, que nunca alcançarão as taxas de acumulação do período pós-guerra, à despeito das narrativas apropriadas por determinadas formas políticas, de “fazer grande de novo”: EUA, Reino Unido, Itália, por exemplo). Pietro Basso (2018), na obra *Tempos Modernos, Jornadas Antigas*, traça argumentos fundantes para se entender o processo de precarização da força de trabalho nos países centrais do capitalismo mundializado (inclusive com muitas hipóteses reafirmadas pela realidade, após a crise de 2008). Esse panorama oferece os argumentos para a análise sobre as razões do controle imigratório e do papel do Estado na militarização das fronteiras, em destaque, por serem os países da Europa Ocidental ao lado dos EUA, os destinos de consideráveis contingentes de trabalhadores de países periféricos. De acordo com Wenden (2016): “A fronteira determina a natureza dos fluxos, regulares e irregulares, qualificados e não qualificados, internos e externos, e as políticas de emigração e imigração”. Quanto maior a concentração

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/09/nova-tensao-migratoria-antecipa-campanha-de-eleicao-europeia.shtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

de capitais que um país possui e exerce um peso decisório nas determinações do capital global, maior a tendência ao controle e à militarização de suas fronteiras, frente aos acirramentos da concorrência intercapitalista e à pressão sobre o trabalho. Mantém-se um constante estado de aprisionamento de uma parcela dos excedentes de desterrados de países diretamente subordinados aos mecanismos imperialistas da crise do capital, ao mesmo tempo em que parte desse excedente é fundamental para o rebaixamento dos custos com capital variável e a tendência histórica do capital em equiparar as taxas médias de exploração da força de trabalho¹⁰⁶. O papel do controle das fronteiras em nome da ordem capitalista contra os trabalhadores imigrantes direciona-se nos seguintes pontos: 1. O controle impulsiona um estado constante de mobilização nas fronteiras, ao contrário do fim da imigração; 2. Mantém-se a inversão da realidade em defesa da crise imigratória como defesa dos nacionais contra os estrangeiros, elevando a competição por postos de trabalho precários; 3. O protecionismo de capitais contra à queda da acumulação demanda que uma parcela dessa população imigrante seja incorporada ao processo produtivo (com maiores jornadas e menores salários), que o rebaixamento do valor da força de trabalho em escala ampla seja tendencial, que o desemprego e a precarização sejam entendidos como “efeitos” de determinadas “causas”: imigração e benesses sociais do Estado, por exemplo. De certo, a intensificação dos processos imigratórios no Mar Mediterrâneo e na fronteira entre México e EUA dimensionam a geografia da barbárie constituída pela atual fase do capital. São múltiplas inter-relações que devem ser levadas em consideração, de modo que aprofundar cada um dos fluxos entre países e continentes pode ser um exercício teórico de inúmeras teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Quando se considera os fluxos imigratórios através do Mar Mediterrâneo em direção à Espanha, apontam para sujeitos advindos de inúmeros países, desterrados por processos que variam entre guerras, fome, risco iminente de

¹⁰⁶ Militarização das fronteiras de países que concentram forças produtivas desenvolvidas e que perpassam acelerados processos de decadência nas taxas de acumulação, cujos reordenamentos impõem uma pressão sobre os trabalhadores nacionais e mantém, sob a égide do controle fronteiriço, amplas parcelas de excedentes sem direitos (indocumentados), para taxas de exploração maiores e para o rebaixamento dos custos com capital variável (tendência da crise do capital).

morte e desemprego. Nessa discussão, incorpora-se um quarto ponto para entender a atuação do Estado sobre a imigração: a multiplicação dessa massa sobrando de trabalhadores imigrantes deve ser administrada sob o risco de insurgências que sirvam como barreiras ao sistema produtor de mercadorias. A crise do capital requer mecanismos de militarização e controle cada vez mais modernos, que sejam suficientes para servir de simulacro das contradições que mergulham o proletariado em uma era de barbárie.

A multiplicação dos albergues e lugares de passagem e estadia para imigrantes (Figura 08) que objetivam alcançar os EUA e o Canadá, não somente na capital mexicana, como em outras cidades do México são materializações da imposições alcançadas pelo crescente militarismo excedente. Diariamente, caravanas que alcançam a fronteira sul, chegam a estes lugares, após relatos de violência policial, de extorsões, sequestros de grupos narcos, fome e enfermidades. A questão passa a ganhar contornos e narrativas de um problema de segurança nacional, enquanto os EUA endurecem medidas de controle migratório e impõe mecanismos de coerção e subordinação ao México, principal parceiro comercial:



Figura 7 - Atividades com imigrantes, Paróquia de La Soledad, CDMX, 2024
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2024
Foto: RIBEIRO, B. A.

A sobrevivência dessas caravanas passa a ser mediada unicamente pela retórica humanista, e pelas ajudas concretas dos grupos de atuação mundial pela vida migrante. Atividades e dinâmicas de inserção social com grupos de adultos e de crianças, fornecimento de alimentação e medicação, orientações jurídicas e apoio psicológico. A rotatividade dos grupos, diante de caravanas que se multiplicam no território mexicano, aprofundam a dimensão da questão. Os EUA continuam a pressionar as autoridades mexicanas para controlarem os fluxos¹⁰⁷, enquanto militarizam a fronteira norte e pressionam pela militarização da fronteira sul. Os gastos com defesa no México bateram recorde de 11,82 milhões de dólares de 2023, comparadas aos 5,06 milhões em 2017 (Statista Research Department, 2024).

A categoria Estado adquire centralidade na análise sobre o controle imigratório na crise estrutural. Principalmente, como fundamento para a forma política que se apresenta para as novas configurações e dinâmicas territoriais do mundo pós-1970 e, mais recentemente, após 2008. Os marcos temporais acompanham as fases de intensificação do conflito capital x trabalho. Portanto, são as implicações dessa contradição irreversível para o proletariado global que são consideradas na análise sobre os processos imigratórios a partir da crise estrutural e do que Braga (2023) denomina crise da globalização neoliberal (a partir da crise financeira de 2008).

Fontes (2010, p. 41), em sua análise sobre as expropriações primárias e secundárias, argumenta que: “O conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência”. Nessa compreensão está contida a necessidade de disseminar o trabalho assalariado como condição definidora das relações humanas sob o capital. Todavia, não de forma plenamente livre, sob as determinações dos seres portadores da força de trabalho ou qualquer organização que estes venham a constituir. É preciso a constituição de um poder que controle e legitime essa relação como única possível, que seja capaz de arregimentar e definir os fluxos de força de trabalho a depender dos interesses

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/eua-pressionam-mexico-para-frear-fluxo-de-imigrantes-na-fronteira.shtml#:~:text=Pressionada%20pelo%20n%C3%BAmero%20recorde%20de,a%C3%A7%C3%B5es%20para%20coibir%20o%20fluxo>. Acesso em: 10 out. 2024.

do capital. Portanto, é o Estado que se faz fundamental para o controle dos processos de migração de força de trabalho, nas mais distintas escalas (MASCARO, 2013).

Todavia, se na gênese do capitalismo, o controle se dava a partir de determinações mais simples (manutenção de trabalhadores livres e um exército industrial de reserva sempre disponível), atualmente, Fontes (2010) aponta que a intensificação das expropriações disponibiliza uma quantidade ainda maior da população trabalhadora mundial ao capital. Os mecanismos de controle, portanto, devem seguir essa complexidade de processos, incluindo o controle da superpopulação relativa e do desemprego crônico potencialmente instável para o sistema produtor de mercadorias. São as chamadas expropriações secundárias, que definem a forma capital-imperialismo enquanto tese de Fontes (2010) que estão no bojo dos processos mais recentes de mobilidade do trabalho:

Desiguais segundo os países e regiões nos quais nasceram, forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos, constituem extensa massa de força de trabalho desigualmente liberada para o capital internacional, diferenciadamente formada, mas igualmente disponível (e necessitada) para as variadas formas de exploração de mais-valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores (FONTES, 2010, p. 45).

Isso não significa uma anulação das expropriações primárias, definidores do modo de produção. Sua existência perfaz todas as fases, incluindo a de maior maturidade. O exemplo da diáspora chinesa entre a segunda metade do século XX e o novo século é revelador do movimento massivo de mobilização de trabalhadores do espaço agrário, desapropriados de suas posses, em direção às crescentes metrópoles chinesas. Soma-se a este processo genético ao sistema do capital, novas formas de expropriação que lançam parcelas do proletariado global na precariedade social em condições críticas de negação à vendabilidade de sua força de trabalho. A intensificação destas expropriações justifica os processos já percorridos na Seção II, entre o final do século XIX até

a II Guerra Mundial, de aumento das migrações de trabalhadores¹⁰⁸ do continente europeu em direção aos espaços coloniais ou demais países, como fuga da pobreza (FONTES, 2010).

O Estado como controle de força de trabalho integra o sistema do capital, desde as legislações contra a “vagabundagem” (MARX, 2017), conforme em sua gênese, até o atual contexto de militarização da fronteira e protecionismo contra a espacialização da crise de acumulação (MÉSZÁROS, 2011). O capital-imperialismo como particularidade do capital na crise estrutural impulsiona a utilização massiva de militarismo (excedente das fases anteriores com aumento da incorporação de novas tecnologias armamentistas e orçamentos governamentais) como mecanismo de controle e acesso tanto aos recursos naturais essenciais à acumulação, quanto à força de trabalho barato:

Em princípio contidas no âmbito nacional, circunscritas pelas legislações de cada país, essas populações disponíveis procuraram escapar, através de imigração, desenraizadas à força ou desenraizando-se em busca de melhores condições de existência e formação à base de novos ‘imigrantes econômicos’, reencontrando segregações similares acrescidas das dificuldades de acesso à língua, aos costumes e, pela distância, aos contatos de proximidade nos países de origem (FONTES, 2010, p. 52).

A forma do sistema internacional de Estados determina a reprodução social dos trabalhadores imigrantes, suas dinâmicas espaciais e a permanência da miserabilidade nas condições materiais de vida (OSÓRIO; BERNER, 2020). A crise estrutural é o estágio de maior antagonismo entre capitais e de apresentação de novos revestimentos à forma imperialista das principais potências mundiais. É também a fase de acumulação das contradições do processo recessivo e de tendências à concorrência comercial, militarista e contracionista sobre a classe trabalhadora. O capital mundializado impôs reordenamentos espaciais que ultrapassam os limites do “fim do bloco socialista”

¹⁰⁸ Mais do que em qualquer outra fonte pesquisada neste trabalho, encontra-se em Fontes (2009) a tese central de que o aumento das migrações, com pessoas vivendo fora de seu país originário, é resultante das expropriações do capital. A mesma autora reafirma a importância de se compreender os deslocamentos populacionais para além da demografia como estatística. Enquanto modo de produção, o capitalismo é um modo de existência da humanidade, portanto, de constituição de uma sociabilidade, que define todo e qualquer movimento demográfico.

representado pela dissolução das fronteiras da URSS. Para além de mudanças cartográficas e de surgimento dos conceitos de globalização e de aldeia global, atenta-se para os reordenamentos do capital em sua distribuição mundial, do próprio mercado e, conseqüentemente, do trabalho. A diminuição do peso geopolítico das potências europeias, individualmente consideradas, por exemplo, frente ao poderio estadunidense, ao crescimento de países semiperiféricos e aos novos condicionantes do sistema econômico mundial, são elementos centrais para o desenvolvimento de um mercado comum europeu, de uma União Europeia, cujas implicações para o trabalho existem desde seu princípio. Ao mesmo tempo, no curso do antagonismo capitalista, a realidade impõe o desmoronamento do “ideal” do mais bem integrado bloco econômico, com a falência do Euro frente ao poder do Dólar como instrumento coercitivo do mercado global, da mais acelerada transição demográfica da história (trata-se do continente mais envelhecido do globo, com 1/5 da população com mais de 65 anos em 2020, segundo o Eurostat) e da pressão sobre a força de trabalho jovem, sujeita às maiores taxas de desemprego do continente.

O protecionismo como uma das contratendências do capital não se diferencia, no sentido de aprofundar as contradições sistêmicas, de alguns dos outros mecanismos apropriados pelo sistema produtivo contra à queda geral na taxa de acumulação. Trata-se do que Mészáros (2011) desenvolveu como o limite absoluto entre a internacionalização do capital e a concorrência entre Estados. A internacionalização do capital em sua fase mais madura é o alcance da mais expansiva crise, ao mesmo tempo em que os acirramentos entre os Estados-nações se intensificam a partir dos mecanismos de salvaguarda de seus próprios capitais – o Estado assume as perdas, com o socorro às perdas produtivas das principais multinacionais e bancos e pressiona sobre o proletariado a socialização dessas perdas. O exemplo da Grécia após a crise de 2008 evidencia essa tendência e expõe esse limite absoluto e o aumento das dominações dos países periféricos pelos países imperialistas dominantes (TONELO, 2021). Quando as perdas da crise foram exportadas dos EUA para a União Europeia e todo o planeta, o protecionismo das principais potências responsabilizou países com menor peso decisório. É esse mesmo protecionismo fomentado sob o limite absoluto do capital, nas determinações da crise estrutural, que modifica o panorama do controle das fronteiras das potências imperialistas

e aguça exigências das burguesias (disseminadas para as classes trabalhadoras) para o crescente militarismo, com projetos aprovados de financiamento de cercas, muros, vigilância, armamento e força de trabalho policial:

(...) o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais é inseparável das profundas contradições entre (1) monopólio e competição, (2) a crescente socialização da produção e a discriminadora apropriação de seus produtos, e (3) a divisão internacional cada vez maior do trabalho e o impulso das maiores potências nacionais pela dominância hegemônica do sistema global (MÉSZÁROS, 2011, p. 239).

Em Fontes (2010), as novas dimensões adquiridas pelas imigrações em associação direta à exploração do trabalho são explicadas a partir das expropriações primárias e secundárias que a forma capital-imperialismo comporta. Sem anular essa hipótese, mas como incorporação para uma fundamentação a partir da crise estrutural, encontra-se em Mézáros (2011), às categorias que aproximam a análise da tese da diáspora elevada à morfologia do capital. Nas “profundas contradições” apontadas pelo autor no trecho citado de modo direto acima, encontram reordenamentos que reconfiguram a circulação global de força de trabalho, cerne de toda e qualquer migração (nacional ou internacional) sob o sistema capitalista. Nas seções anteriores, esses argumentos são reafirmados sob a evidência do crescimento das mobilizações internacionais de trabalhadores na fase de crise estrutural do capital. Contudo, são os aprisionamentos de fronteiras e de excedentes dessas mobilizações, sob a alcunha da “crise migratória” que expõe com maior ênfase às consequências dessas contradições e, principalmente, do antagonismo estrutural entre a internacionalização sem precedentes do capital e o protecionismo de países imperialistas diante das perdas cumulativas.

Veja-se o panorama após o período de maior impacto da Pandemia de Covid-19, em um recorte temporal compreendido entre março de 2020 e maio de 2023, com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de fim da emergência global, as expectativas de retomada da economia capitalista mundial foram frustradas pelas próprias contradições aprofundadas por mecanismos do

capital-imperialismo: guerras com pano de fundo de disputas territoriais que impactam nos preços de combustíveis/recursos fósseis primordiais para a produção industrial, acirramentos comerciais e incertezas econômicas nos dois principais polos da produção capitalista e da geopolítica mundial (EUA e China). De fato, o capital se apropria de simulacros para justificar reestruturação e expansão de contradições – guerras, “ameaças externas”, a exemplo do modelo soviético durante a Guerra Fria, o “Terceiro Mundo” e o discurso de integrar através do desenvolvimentismo. No contexto pandêmico, se produziram narrativas no campo dos representantes do mercado como um ponto de inflexão¹⁰⁹ no neoliberalismo, enquanto espaço das possibilidades para um aprimoramento (ainda mais escalar) do capital fixo, sob o domínio das multinacionais da tecnologia (*A indústria 4.0, a internet 5G*, por exemplo). A tendência à internacionalização manteve-se intacta nesse recorte temporal (“ponto inflexível”), sob as mesmas determinações que acompanham a análise *meszariana* sobre a crise estrutural: monopólio e competição, crescente socialização e apropriação privada, divisão internacional do trabalho e hegemonia do sistema global pelas principais potências imperialistas. A OXFAM¹¹⁰ (2020) documenta que trinta e duas multinacionais aumentaram os lucros em 109 bilhões de dólares, no período pandêmico: a maior produtora de cimento na Nigéria (*Dangote Cement*), com o recebimento de 136% de lucros entre os acionistas e a demissão em massa de 3.000 trabalhadores; as multinacionais do ramo tecnológico, de exploração de recursos energéticos e do ramo químico completam a lista (*Amazon, Apple, Facebook, Microsoft, Google, BASF, Esso, Shell, BP, Chevron e Tital*, por exemplo). Esses dados expõem menos um funcionamento integrado e estável do sistema e mais sua impossibilidade de constituir uma internacionalização do capital sem contradições:

A inexorável tendência para a socialização cada vez maior da produção, inseparável da divisão e da combinação internacionais do trabalho, igualmente crescentes sob o domínio

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.mckinsey.com/capabilities/operations/our-insights/covid-19-an-inflection-point-for-industry-40/pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2024.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602883-pandemia-32-grandes-multinacionais-aumentaram-os-lucros-em-us-109-bilhoes-distribuido-aos-acionistas-nao-aos-trabalhadores>. Acesso em: 10 out. 2024.

de gigantescas empresas transnacionais, são partes integrantes das tentativas de superar essas restrições estruturais e ao mesmo tempo deslocar as contradições do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 241).

Ao invés de um novo ciclo expansivo – um *boom* causado pela suposta paralisia do sistema durante o período pandêmico – o pós-Covid 19 expõe fissuras da impossibilidade de expansão das contradições do sistema (2023 é o ano mais quente em 125 mil anos, de acordo com as informações do Serviço de Mudanças Climáticas *Copernicus* da União Europeia). Não há lugar para o deslocamento espacial, o “ajuste” necessário para a acumulação, e o espaço passa a ser gestado sob a destrutividade em escala ampliada. Nesse plano, o Estado assume uma contínua centralidade tanto nas tendências, quanto nas contratendências do capital em crise. As perdas cumulativas, em destaque, das potências imperialistas (conglomerados multinacionais, bancos, investimentos imobiliários etc.) são assumidas pelo orçamento público. Os representantes políticos do país imperialista dominante aprovam orçamentos militares superiores a qualquer outra despesa pública (em 2023, o Presidente Joe Biden propôs o total de 842 bilhões de dólares para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos). Some-se a este valor, o crescimento dos orçamentos militares da China (224 bilhões de dólares, em 2023) e da Rússia (111 bilhões de dólares, em 2023) e os antagonismos produzidos entre as potências e entre os EUA e países com intervenções militares já finalizadas ou em curso.

Ao conjunto do proletariado desses países se impõem diminuições de investimentos sociais e salariais, mesmo em um contexto de queda relativa do trabalho formalizado (principalmente, os chamados empregos industriais protegidos, que rememoram o período de ascensão do capital após a Segunda Guerra). As oscilações das taxas de desemprego dos países centrais e as intervenções contra o trabalho podem provocar transformações nas formas políticas do conjunto das democracias liberais, inclusive com a ascensão de grupos de extrema-direita, com narrativas constantes de “recuperação de um tempo passado” de “pleno emprego”, “crescimento” e “tranquilidade”, através da negação de algumas das mesmas instituições do capitalismo liberal. Para o capital, as instabilidades políticas e mudanças governamentais (de distintas perspectivas de pensamento econômico) são aceitáveis, desde que seu sistema

seja mantido e que não se constituam mecanismos para um novo sistema sociometabólico. Quanto mais próximo de seu ponto inflexível final, em que todos os limites absolutos são ativados e nenhum simulacro seja capaz de desvencilhar o capital e a barbárie, essas instabilidades políticas (tratadas como questões meramente eleitorais e de divisão nacional) se adensarão, de modo que a passagem de um governo Obama para um governo Trump, que rendeu desde análises sobre o fim da democracia liberal¹¹¹ até obras do cinema de terror com metáforas e analogias nos países centrais¹¹², serão memórias de um período inicial de menor tensão e antagonismo diante das perspectivas do capital em crise.

O estilismo da construção teórica de Mézáros (2011) retorna nesse ponto, pois o caráter genuíno da sua análise sobre os antagonismos entre os capitais (na ativação do limite absoluto entre Estados nacionais e internacionalização de capitais) não se resume a uma concorrência entre burgueses. Quando se opõem, os capitais também levam os grupos de trabalho ao espaço das contradições: “(...) no plano político totalizador, o Estado do sistema do capital é articulado como uma série de Estados nacionais opostos entre si (e, naturalmente, à força de trabalho nacional sob seu controle “constitucional”) como “Estados soberanos” particulares” (Ibidem, p. 244). Na crise, esse papel se agudiza em uma escala de maior oposição, seja entre capitais, entre os próprios trabalhadores, mas principalmente entre capital e trabalho. Não existe uma “estabilização” da relação capital-trabalho pelo Estado. Os mecanismos de reforço aos antagonismos são parte irrestringível da reprodução do capital. A crise é assumida pelo Estado quando este medeia a internacionalização do capital, mas não permite a produção das condições materiais para um internacionalismo do proletariado global. Portanto, é na crise que o Estado deve exercer, em maior escala espacial e temporal, o controle

¹¹¹ Sendo a obra mais conhecida, o livro “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, publicado de 2018, que mesmo se colocando como referencial de um contexto dentro da crise do capital, não apresenta avanços para a defesa de uma democracia substantiva e, portanto, de um novo modo sociometabólico – recaindo na já pautada defesa da democracia liberal e de suas instituições.

¹¹² Podem ser citados filmes como “Uma Noite de Crime: o ano da eleição”, de 2016; a série “American Horror Story: Cult”, lançada em 2017; o filme “Corra!”, de 2017; e sobre o controle de trabalhadores imigrantes e os mecanismos do Estado de produção de antagonismos entre os próprios trabalhadores (nativos contra estrangeiros): “Deserto”, de 2016 e “O que ficou para trás”, de 2020.

sobre o trabalho. Como tendência, este controle tende a ser maior nas sociedades de capitalismo mais desenvolvido, cujas bases cumulativas se esgotaram em meados dos anos de 1960 e assistem a um rápido processo de diminuição dos indicadores materiais de suas classes trabalhadoras.

Os impeditivos para um internacionalismo do trabalho e, conseqüentemente, para a defesa dos trabalhadores imigrantes pelos trabalhadores nativos inclui o que Mészáros (2011) argumenta ser a produção de um “pandemônio étnico”. O capital global se vale, a partir de suas personificações e dos defensores do capitalismo liberal, do ataque a populações trabalhadoras de países periféricos, como possíveis produtoras de problemas para o “funcionamento normal do capital”. Efetivamente após a Segunda Guerra Mundial, o capital fomenta a ação do Estado como definidor de estratégias contra qualquer autodeterminação que se imponha contra o capital, contrapondo-se a qualquer autodeterminação do proletariado (atenta-se ao advérbio de efetivamente, pois a luta pela autodeterminação irlandesa contra o capital inglês no século XIX é um exemplo de como a tendência à internacionalização do capital, ao imperialismo e aos antagonismos entre as classes - dentro e fora de um país - já existiam desde o princípio do sistema capitalista). O controle do trabalho exercido pelo Estado necessita da narrativa contrária à autodeterminação de um grupo ou de um conjunto de trabalhadores em um país, pois uma das bases que fundamenta a ação estatal é a existência de uma extensão territorial e de um “povo”, cujo ponto nodal se encontra na “nacionalidade” compartilhada (MASCARO, 2013).

Retorna-se a uma das contradições provocadas pelo antagonismo entre Estado e capital transnacional: a divisão internacional cada vez maior do trabalho e o impulso das maiores potências nacionais pela dominância hegemônica do sistema global (MÉSZÁROS, 2011). Os processos de libertação contra o domínio colonial ao longo do século XX (que coincide com a perda da hegemonia inglesa do domínio do capital e a consolidação do império do capital nos EUA) substituíram a administração direta colonial por “versões neocoloniais” e “neocapitalistas”. Mesmo com guerras anticolonialistas, o controle do capital cada vez mais internacionalizado e os liames do imperialismo consolidado pelos EUA e pautado na intervenção militar, na subordinação econômica e nas estratégias do multilateralismo, mantiveram vastas porções do globo e suas

populações em situação de superexploração. Não é inverídica a constatação de que a produção de diásporas durante as lutas de libertação nacional e nas décadas que a sucedem são produto dos reordenamentos espaciais causados pelas novas determinações do capital. Soma-se a este processo, as incorporações massivas das porções territoriais e populacionais pós-capitalistas (aproximadamente 1/3 do planeta, quando se consideram as repúblicas soviéticas e a China). Quando se inclui o imperialismo estadunidense sobre a América Latina ao longo da segunda metade do século XX, com forte intervenção dos seus organismos de “desenvolvimento capitalista” e afastamento da “ameaça comunista”, chega-se às regiões globais de maior mobilização de trabalhadores entre fronteiras, quando se considera o recorte temporal de 1973-2023: Índia, China, Rússia e América Latina. O capital já havia mobilizado grandes parcelas de trabalhadores da Europa, na transição do século XIX para o XX e, no curso da sua completa internacionalização, incorpora o que ainda existia de mercado para seu domínio, exatamente em sua fase recessiva, de crise estrutural profunda. Se antes foram as regiões de maior desenvolvimento do capitalismo que comportam a emigração (e a produção de diásporas), na crise, desloca-se a escala da mobilização e da mobilidade do trabalho para as regiões que incorporaram modelos rápidos de industrialização, já subordinados ao capital. A gênese das imigrações da crise está na estrutura produtiva desses países, determinadas pelas necessidades do capital na transição do século XX para o XXI.

Nesse ponto, os processos migratórios do final do século XIX, em que os trabalhadores imigrantes são absorvidos pelos nascentes mercados e estruturas produtivas de países em processo de consolidação não resultam em uma resistência sobre as fronteiras exercida por algum militarismo do Estado capitalista. Não são excedentes de uma superpopulação relativa em expansão, mas sim, parcelas de um exército industrial de reserva e de um proletariado em crescimento de acordo com o próprio movimento de internacionalização do capital. Processo este que se faz completo no fim do século XX. Essa resistência e esse controle do Estado se intensificam em consonância com o fim do período histórico de ascensão do capital e pelos antagonismos produzidos na divisão internacional do trabalho. Entende-se que, ao mesmo tempo em que se eleva a diáspora à condição morfológica ao capital, se amplia a pressão e o controle

sobre os trabalhadores imigrantes, principalmente quando o objetivo é o estabelecimento desses sujeitos em países de capitalismo avançado. Estes (EUA, Europa Ocidental e Japão, por exemplo) não são os mesmos espaços de expansão do mercado capitalista, em processo de integração e de transformação das forças produtivas da transição do “século das luzes” para “a era dos extremos”. Ao contrário, encontram-se nos mais rápidos processos de declínio hegemônico, com a queda nas taxas de acumulação em ritmo acelerado e com suas próprias classes trabalhadores em rápida diminuição nas condições materiais de reprodução social¹¹³.

Esse caráter antagônico produzido pelo capital contra o trabalho adquire um aspecto “explosivo” nas décadas que se sucedem ao choque do petróleo de 1973. A transição entre um proletariado formado por uma força de trabalho ativa e um exército industrial de reserva para uma superpopulação relativa não-absorvível se completa. Superpopulação esta, formada por bilhões de trabalhadores tanto nos países imperialistas dominantes, mas principalmente nos países periféricos e semiperiféricos integrados ao sistema do capital e diretamente impactados pelas novas estratégias do imperialismo estadunidense, sob o poderio militarista. São a partir dessas determinações que se estabelecem as bases do controle da circulação internacional da força de trabalho.

A relação entre Estado e nação traçada por Mascaro (2013) oferece o arcabouço necessário para a compreensão do controle e militarismo das fronteiras de alguns desses países de capitalismo avançado. Somente o Estado sob a forma capitalista possui a força mecânica de controle da circulação internacional da força de trabalho entre as fronteiras, principalmente (essencialmente) das massas da superpopulação relativa da periferia do capital para os países concentradores de forças produtivas desenvolvidas – EUA e União Europeia, que perpassam um contexto de declínio hegemônico. Para Mascaro (2013), a imbricada relação Estado-capital se vale da

¹¹³ Nesse ponto, ressalta-se o cuidado em não reduzir a discussão na máxima de que: os explorados do “Sul”, vítimas seculares da colonização pelos exploradores do “Norte”, agora se voltam para os países historicamente dominantes, em busca de melhores condições de vida. Se as diásporas da fase tardia do capital fossem reduzidas a esse movimento, não se demandaria uma tese sobre as determinações da crise sobre a mobilidade do trabalho, cabendo somente um exame de causa e efeito ou de “denúncia” contra as marcas da colonização que se mantém atualmente. Na análise sobre a relação entre Estado e controle da circulação internacional de força de trabalho há de se considerar o conceito de imperialismo, considerado nesta tese a partir das análises de Bukharin, Ellen Wood e Virgínia Fontes.

institucionalização do sujeito de direito como forma histórica de sociabilidade capitalista como simulacro da divisão de classes – burguesia e proletariado, como antagonismo central no sistema do capital. Através do sujeito de direito, burgueses e trabalhadores tornam-se cidadãos nacionais, em um limite espacial, definido pela fronteira, pela língua, símbolos patrióticos (bandeira, história oficial, hino etc.). O autor alerta para o fato de que não se trata de uma sobreposição da nação diante do Estado. A constituição de nacionalismos, de domínio territorial, já existia antes da plena consolidação do sistema do capital. A distinção se dá na condição de que o capital não prescinde de fronteiras ou burguesias nacionais para estabelecer seu controle sociometabólico como único e dominante; mas, contraditoriamente, seu processo de internacionalização se dá num quadro geopolítico de multiplicidade de Estados. Enseja-se, portanto: “(...) um espaço de concorrência e competição” (MASCARO, 2013, p. 79).

O controle da circulação internacional de força de trabalho passa a ser determinado pelas tendências e contratendências do capital e pela capacidade do Estado em sua plena forma capitalista, já consolidada, em impor uma série de instrumentos políticos que acompanhem os estágios do capital – ora mobilizando, ora controlando os excedentes de força de trabalho:

Mantendo, excluindo ou alterando repressões, o Estado se impõe como a forma necessária de unidade entre opostos, repressores e reprimidos, tal qual o faz, por sua vez, na circulação mercantil, como forma política e jurídica necessária da transação entre os sujeitos de direito (MASCARO, 2013, p. 80).

A fase de declínio histórico do capital aprofunda a divisão de classes e expõe as fissuras do processo de exploração da força de trabalho e da concentração e centralização do capital. O espaço se reordena de acordo com a mobilidade do capital em crise (seu processo de desvalorização) que determina a desvalorização do trabalho. Para Heidemann (2007), não há como abordar as migrações contemporâneas sem compreender o que denomina ser uma “crise da sociedade do trabalho”, cujos desdobramentos são processos de mobilização e violência. Os maiores avanços em sua análise se encontram, exatamente, quando se atém às limitações contra mobilizações de imigrantes entre fronteiras.

Na crise (e nas configurações espaciais da geopolítica da diáspora), duas grandes regiões de controle da circulação internacional do trabalho se destacam: a fronteira sul dos EUA (Figura 09) e o Mar Mediterrâneo (Figura 10):



Figura 8 - Mar Mediterrâneo, Europa, Google Earth



Figura 9 - Fronteira entre México e EUA, Google Earth

Ao destacar essas duas regiões, não se pretende afirmar a inexistência de outras fronteiras que exercem centralidade no atual cenário de crise. Ao contrário, as dinâmicas associadas a mobilizações de trabalhadores nas mais

distintas condições de existência (desempregados, refugiados de conflitos e guerras, subempregados, famintos etc.) são múltiplas. Além da fronteira entre EUA e México e o Mar Mediterrâneo (entre África e Europa), pode-se enumerar outras regiões de mobilização, marcadas por processos de militarização e controle, expositivos da contradição entre protecionismo de capitais e espacialização da crise: fronteira entre Iêmen e Arábia Saudita; entre Colômbia e Panamá; entre Mianmar e Bangladesh; entre Irã e Turquia; entre Líbia e Sudão; entre a República Dominicana e os EUA; o Canal da Mancha, entre Reino Unido e França; entre os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla; e a fronteira da África do Sul (país que assiste nas últimas décadas ao fortalecimento de movimentos de trabalhadores sul-africanos contra imigrantes).

Alguns dados dimensionam a centralidade das duas fronteiras de maior controle imigratório: entre 2010 e 2014, cerca de 1 milhão de trabalhadores salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos foram retidos na fronteira dos EUA e México, e mais de 800 mil foram deportados. Em 2021, aproximadamente 2,26 milhões imigraram para a União Europeia; de acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), desde 2014, documenta-se a morte de aproximadamente 20 mil no Mediterrâneo central¹¹⁴. Os países ocidentais com maior nível de desenvolvimento das forças produtivas e com posições de hegemonia do capital global aprofundam seus mecanismos de militarização diante da contínua mobilização em massa de superpopulações relativas (não mais essenciais ao processo produtivo). Não são formas políticas progressistas ou não que assumem esse papel de intensificação do controle da circulação internacional da força de trabalho. Nos EUA, durante o governo Obama, passando pelo governo Trump até chegar ao governo Biden, a discussão e consecução de medidas de contenção dos fluxos imigratórios sempre perpassam a esfera da militarização, da edificação de centros de detenção e a deportação dos trabalhadores sem registro de formalização da imigração.

¹¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/11/mais-de-2-mil-imigrantes-desapareceram-no-mar-mediterraneo-em-2023-tentando-chegar-a-europa.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2014.

São nestes países (EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão¹¹⁵, principalmente) que a crise é exposta com nitidez; enquanto os países europeus centrais não possuem mais impérios coloniais, o modelo toyotista japonês apresenta um processo de esgotamento desde a década de 1990. Os EUA continuam na posição de império do capital, já largamente teorizado em Wood (2014), não através de um “ajuste espacial”, semelhante ao processo de consolidação de suas próprias fronteiras no século XIX, mas sob o domínio de seu inigualável poderio bélico, interventor e financeiro (o dólar e as imposições dos organismos multilaterais). Os EUA se consolidam como o território mais protegido/protecionista de seus capitais, em que os mecanismos de subordinação dos demais países e controle sobre sua hegemonia influenciam direta ou indiretamente as mobilizações de trabalhadores em todo o mundo (os próprios Estados Unidos como o país com maior número de imigrantes).

O declínio da acumulação de capital e as consequências na DIT, no acirramento global entre potências oferece ao Estado maior capacidade de controle dos fluxos de excedentes. O Estado possui o papel histórico de controle do trabalho, a partir dos mecanismos de administração de circulação das massas trabalhadoras. Em suma, o capital variável é alocado/realocado de acordo com o movimento de ascensão/retração do capital. A análise sobre as políticas imigratórias antevê a relação entre Estado e controle:

O Estado, tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação para o capital global, tanto como para as empresas locais; e, em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar o mundo (WOOD, 2014, p. 106)

As políticas imigratórias no contexto de crise – disseminadas nos países de capitalismo avançado contra a entrada massiva de imigrantes dos países periféricos – são uma das formas de controle da mobilização. Nos capítulos finais sobre imperialismo excedente e a guerra sem fim, os argumentos de Wood (2014) encontram ressonância ao limite absoluto definido pelo antagonismo

¹¹⁵ Historicamente, o Japão passou por um processo de emigração em massa de trabalhadores e consolidou um aparato de controle da circulação de imigrantes desde o século XX.

entre capital transnacional e Estados nacionais, de Mészáros (2011) – a mobilização de trabalhadores resultante das intervenções e guerras imperialistas e as políticas de protecionismo das fronteiras dos países centrais em luta pela hegemonia do sistema global: produção de supérfluos e de excedentes, entrincheirados nas principais fronteiras dos países centrais. O militarismo da economia do império do capital impõe intervenções em regiões estratégicas para a guerra comercial e a exploração de recursos essenciais à produção capitalista, gestam-se as guerras “de ordenamento territorial” (HEIDEMANN, 2007), que desterram populações inteiras. Heidemann (2007) teoriza que a concorrência estimula e impele simultaneamente a mobilização de trabalhadores e que a modernização e a mobilização têm assimetrias e descompassos territoriais, sem deixar de concluir que a crise produz metamorfoses do imperialismo:

O ‘novo imperialismo’ age como um imperialismo de segurança e de demarcação protecionista do centro capitalista contra as relações de crise provocadas pelo próprio capital, sem poder resolver a contradição. Porém, está em busca de segurança para garantir as transações capitalistas nas áreas de valorização precária na periferia. Os interesses não são de âmbito nacional, mas de valorização transnacional. O interesse coletivo de proteger, por meio de novas legislações, os centros contra refugiados globais e os movimentos migratórios das zonas de colapso da periferia está além das políticas territoriais e nacionais (HEIDEMANN, 2007, p. 37).

Nessa discussão, retorna-se aos dois processos demarcados no item anterior – os reordenamentos espaciais da “guerra ao terror”, após 2001, e da crise financeira de 2008. O protecionismo dos capitais concentrados no centro capitalista se intensificou, diante das contradições cada vez mais visíveis no processo produtivo (esgotamento dos mecanismos de expansão territorial, antagonismo entre capital x trabalho, disseminação do capital a juros). Através da “guerra ao terrorismo” e o uso massivo do potencial bélico excedente dos EUA – em luta pela manutenção de seu poderio enquanto centro dinâmico do capital – garante-se a destruição de uma parte desse excedente produtivo, mas não o suficiente para uma renovação do processo acumulativo. Do ponto de vista do controle internacional dos excedentes de trabalhadores, impactados pela diminuição de suas condições materiais, a guerra ao terror fortaleceu os antagonismos entre trabalhadores do centro e os trabalhadores imigrantes e

fundamentou as bases para novos mecanismos de controle fronteiriço, que ao invés de diminuir os fluxos de mobilidade do trabalho imigrante, intensificam mobilizações e aprofundam a relação entre precariedade e imigração.

Nos EUA, o número de imigrantes no final da década de 1980 – 12 milhões, aproximadamente, já despertava discussões sobre a necessidade de um controle desses fluxos, cuja consequência foi uma maior rigidez pelo Departamento de Estado nos processos de emissão de vistos ao longo da década de 1990. Ou seja, não é a forma de intervenção militarista assumida pelo Estado, sob o controle hegemônico dos EUA que determina as políticas de controle dos excedentes de trabalho entre fronteiras, mas sim, os novos contornos do capital que impuseram uma nova reestruturação produtiva para a destruição massiva de capitais e de descartabilidade de força de trabalho:

Capitalist restructuring is the major driving force behind patterns of migration, as well as a key influence on immigration and labour policy. When businesses need a specific form of labour, they demand access to it through laws and arrangements organised by the capitalist state¹¹⁶ (CHOUDRY; HLATSHWAYO, 2016, p. 03).

Para Kurz (2006), a fase de decadência histórica da “sociedade do trabalho” impõe a manutenção e segurança dos ‘oásis’ das forças produtivas contra as massas supérfluas da periferia (Quadro 02). As legislações de controle imigratórios nas principais regiões de desenvolvimento de capitais – EUA e Canadá, União Europeia e Japão – aprofundam o caráter repressivo contra as massas de trabalhadores.

Quadro 2 - EUA: Principais legislações de controle imigratório

Legislação	Ano	País	Número de imigrantes
Lei de Reforma e Controle de Imigração	1986	EUA	Aprox. 5 milhões de imigrantes ilegais

¹¹⁶ “A reestruturação capitalista é a principal força motriz por detrás dos padrões de migração, bem como uma influência fundamental na política de imigração e de trabalho. Quando as empresas precisam de uma forma específica de trabalho, elas exigem acesso a ela através de leis e arranjos organizados pelo Estado capitalista”.

Lei Reforma de Imigração Ilegal e a Lei de Responsabilidade Migratória (IIRIRA)	1996	EUA	Aprox. 5 milhões de imigrantes ilegais
Fim do Programa <i>Secure Communities</i>	2014	EUA	Aprox. 11,2 milhões de imigrantes ilegais
Título 42	2020	EUA	Aprox. 11 milhões de imigrantes ilegais

Elaboração: Ribeiro (2024)

As legislações assumidas como políticas migratórias nos países centrais do sistema do capital estão associadas à forma como o Estado assume, historicamente, o controle do trabalho, desde a fase de constituição e consolidação das bases do capital (as leis sanguinárias de obrigação ao trabalho contra a “vagabundagem”, elencadas em Marx (2017)) até a crise estrutural, com uma ampla disponibilidade de força de trabalho barata – o controle passa a ser direcionado contra a inserção desses excedentes supérfluos na produção direta.

Quando se analisa a medida de Donald Trump, em abril de 2020, para barrar o processo migratório em prol da proteção de empregos – discurso essencial na manutenção de seu eleitorado de classe média baixa, pode-se desvelar as contradições entre o objetivo declarado pelo então governante e as condições apresentadas pelo processo de acumulação de capital nos EUA. Os dados de desemprego giravam em torno de 26 milhões de trabalhadores. O protecionismo assumido pelo capital tensiona o processo de internacionalização, que foi responsável pela mobilidade de capital e de trabalho em direção às regiões de integração ao sistema do capital, principalmente a partir da reestruturação entre as décadas de 1960 e 1970. Os vastos centros industriais estadunidenses tornaram-se em algumas décadas, lugares de precarização, sucateamento e memórias de um passado nostálgico (BRAGA, 2023). A medida contra a entrada de imigrantes nos EUA não força uma diminuição nos dados de desemprego, mas transfere para o controle da circulação de força de trabalho imigrante o álibi do capital em crise, pois:

1. O capital já dispõe de excedente de força de trabalho nativa – todavia, com um histórico de luta por melhorias salariais e direitos trabalhistas, que demandaria aumento de custos com capital variável;
2. Em 2020, a estimativa de imigrantes em situação indocumentada (sem regularidade) girava em torno de 11 milhões, que, mesmo com projetos de deportação (Trump) e de legalização (Biden), estão sujeitos às maiores taxas de exploração da força de trabalho e de precarização e precariedade social.

Portanto, as estratégias de controle imigratório estão além de meras medidas de proibição da entrada nos países centrais capitalistas. O controle da circulação de força de trabalho assume na crise, o papel de manutenção do desenvolvimento desigual e combinado do capital e aumento das taxas médias de exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que impõe barreiras contra articulações de classe entre nativos e imigrantes para uma efetiva luta internacionalista por condições substantivas de vida. Através do controle – sob a alcunha do fim da imigração ilegal – mantém-se a condição ilegal de milhões de trabalhadores sujeitos às maiores jornadas de trabalho e à mobilidade do trabalho, conforme Gaudemar (1977) apontava na década de 1970, uma tendência maior à mobilidade de tempo laboral, de intensificação da jornada, de diminuição salarial, corte de direitos e tendência às formas mais desumanizadas de exploração laboral. Os dados apontam para 25 milhões de trabalhadores imigrantes nos EUA¹¹⁷, inseridos nas áreas de construção, manutenção, restaurantes, serviços pessoais, serviços administrativos, vendas e agricultura. No campo, estima-se que 70% dos trabalhadores são imigrantes e metade desse percentual, são indocumentados¹¹⁸.

Quando o recorte espacial se volta para os países determinantes da União Europeia, os reordenamentos do controle internacional da força de trabalho encontram similitudes e singularidades em relação aos EUA, e com menor peso, o Canadá (a concentração de capitais e o poderio militar canadense, somado a

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.cbsnews.com/pictures/u-s-jobs-most-held-by-immigrants/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

¹¹⁸ Dados de 2017 da CBS.

um conjunto de forças produtivas menor em relação aos EUA e, mesmo, países europeus ocidentais).

A constituição da União Europeia como bloco econômico que exerceria um poder moderador na geopolítica do século XX coincide com as determinações da crise estrutural do capital. As perspectivas de Mandel (1990) em sua análise sobre a crise e o capitalismo tardio já apontavam para acirramentos entre os membros do bloco, diante do peso econômico, político e financeiro decisório de países como Alemanha, França e Reino Unido; mas principalmente deste primeiro, que após a reunificação na transição das décadas de 1980 e 1990 consolidam-se como maior potência do bloco. Em tese de doutorado, Marcelo de Oliveira Vidal (2013) procede a um exame analítico sobre os principais acordos de regulação da circulação de trabalhadores na União Europeia que apresentam um panorama sobre como o bloco se fundamentou diante do controle da circulação internacional do trabalho. O Acordo de Schengen, de 1990, transferiu o controle das fronteiras internas para as fronteiras externas para a criação de uma zona de livre circulação dentro da comunidade de países-membros, que, com aprofundamento da crise no bloco, foi reforçado por mecanismos de militarização nas décadas posteriores – o EUROSUR como um sistema de vigilância constante das fronteiras terrestres e marítimas e o FRONTEX, com o uso da Agência Europeia para o controle efetivo das fronteiras externas. O Tratado de Maastricht, de 1993, prevê que as decisões sobre políticas de imigração são de responsabilidade de cada país-membro, podendo haver decisão comunitária (ponto central para a análise sobre os fluxos migratórios e os antagonismos que desembocaram na saída do Reino Unido do bloco, através Brexit). Em 1999, os líderes políticos da UE se reuniram no Conselho Europeu de Tampere para elaborar uma política comum de imigração – inclusive, tendo como um dos objetivos a redução da imigração irregular. Em 2008 foi aprovado o Pacto Europeu sobre Migração e Asilo, com estratégias para a imigração legal, repatriamento de imigrantes ilegais, controle de fronteiras, principalmente no Sul europeu e na Europa Oriental (principais regiões de mobilização de imigrantes dos demais continentes, em destaque, africanos e asiáticos). Todos estes mecanismos de controle foram elaborados no curso da perda do poder moderador da União Europeia, cujo cenário geopolítico já demarcava a ascensão de novos antagonismos entre potências, em destaque,

entre EUA e China no plano comercial e entre EUA e Rússia no plano militar. Ao mesmo tempo, as mobilizações de excedentes populacionais, advindos de países alvos de intervenções imperialistas se avolumaram em direção aos países centrais europeus, principalmente para aqueles que poderiam oferecer perspectivas de ocupação laboral legal ou ilegal melhores em comparação às situações nos países originários. No período de ascensão histórica do capital, entre o pós-guerra e a década de 1970, a Europa Ocidental constituiu um mercado laboral composto por um proletariado nativo diretamente empregado na produção industrial, com a concessão de benesses sociais para uma parcela desse continente; e, concomitantemente, incentivou a contratação de trabalhadores imigrantes (principalmente da costa norte da África e de países do Sudeste Asiático, como Índia e Paquistão) nos empregos de menor custo para o capital, em caráter temporário, na maior parte dos casos. Dessa forma, o capital dispôs de um exército de reserva e possibilita taxas de acumulação que permitiram a concessão de benesses sociais (mesmo que para uma pequena parcela do proletariado nativo). A crise estrutural destituiu esse modelo, quando os limites do capital são evidenciados na Europa, através do esgotamento da expansão industrial (do período de reconstrução pós-guerra) e das reivindicações do mundo do trabalho contra o capital no fim da década de 1960. O continente já atravessava uma transição demográfica, com o crescimento da parcela dos *baby-boomers* (os nascidos após a Segunda Guerra que chegam à década de 1970 com perspectivas de inserção laboral estável, direitos e consumo) e o aumento da entrada de imigrantes, motivados pelos programas de arregimentação de força de trabalho nas décadas anteriores e que coincidiram com os processos de independência política de ex-colônias europeias, acompanhados por guerras civis, crescimento da fome e da miséria.

Tanto nos EUA, quanto nos países europeus, o crescimento do fluxo de trabalhadores imigrantes a partir das décadas de 1970 e 1980 coincide com reordenamentos diretamente propulsionadores de intervenções e projetos imperialistas na África, América Latina e Ásia. A barbárie do controle está contida no controle da barbárie, pois se os novos contornos assumidos pelo capital em crise produzem novos mecanismos de imperialismo (*vide* os próprios mecanismos de domínio de recursos energéticos, subordinação econômica e financeira sob os organismos multilaterais de gestão do capital, guerras e

conflitos drenadores de parte do excedente bélico de países centrais), como apontado por Wood (2014) na tese do império do capital, a produção de diásporas de populações inteiras nesses continentes exige que o Estado contenham tais fluxos contínuos. A interpretação do controle não está atada ao impeditivo de adentrar a fronteira de determinado país, pois a partir do materialismo histórico e dialético, o exercício analítico da produção do espaço determinado pelo capital e pela exploração de trabalho desvela o controle como condição do sociometabolismo do próprio capital. O controle perpassa legislações (sob o Direito constituído para proteção da propriedade privada) que dificultem avanços de uma igualdade substantiva para os trabalhadores, mas também, o acirramento da concorrência por postos de trabalho, a manutenção da precariedade social, que no caso da imigração, se associa diretamente à manutenção da clandestinidade/ilegalidade, e, portanto, da representação de uma “crise imigratória”.

O controle da barbárie não está restrito às formações nacionais centrais do chamado capitalismo avançado. Os reordenamentos do capital produzem novas rotas da mobilidade do trabalho imigrante, em países da semiperiferia capitalista, como o Oriente Médio (países-membros da OPEP); África do Sul, Coreia do Sul e no contexto latino-americano, Brasil, México, Chile e Colômbia. Na seguinte Seção, o concreto é analisado a partir das entrevistas e trabalhos de campo nos lugares de concentração e de reprodução social dos imigrantes, no Brasil e no México; as análises estatísticas e as categorias e conceitos do materialismo histórico e dialético fundamenta e discutem/confrontam os resultados.

SEÇÃO IV – MOBILIDADE DO TRABALHO NA SEMIPERIFERIA DO CAPITALISMO

Se subía en Canal y observaba cómo en cada parada el tren se llenaba y se vaciaba de una siempre cambiante mezcla de personas y etnias diferentes, cómo los pasajeros se reorganizaban cada diez manzanas más o menos en constelaciones provocadoras e inverosímiles de polacos, chinos, coreanos, senegaleses, dominicanos, indios, paquistaníes; paquistaníes, irlandeses, salvadoreños, mexicanos; mexicanos, esrilanqueses, nigerianos y tibetanos, a quienes lo único que los unía era la llegada a Estados Unidos no hacía demasiado tiempo y la idéntica expresión de agotamiento, esa mezcla de determinación y resignación que sólo el inmigrante posee (Tan Poca Vida, Hanya Yanagihara)

Os reordenamentos espaciais produzidos pela intensificação das contradições da crise capitalista possuem modos de reprodução diferenciados, quando se observam e analisam as realidades regionais e locais. Nessa seção, as realidades da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), no Brasil, e da Cidade do México (CDMX), no México, se entrecruzam em uma análise que se vale da metodologia comparativa para fundamentar hipóteses desenvolvidas nas seções anteriores e que se encontram como ponto nodal da tese. Objetiva-se relacionar as entrevistas e as observações, centradas na identificação dos sujeitos e dos seus percursos, e através delas realizar o exercício dialético do confronto do concreto ao abstrato (as categorias de análise) e com isso, proceder ao retorno ao concreto, já esmiuçado em suas determinações mais complexas. A tese inicia a partir do questionamento sobre crise migratória, conceito que precede a análise real das determinações que explicam as mobilizações entre fronteiras. O capital se apropria da “crise migratória” como forma de apresentar a mobilidade do trabalho destituída da forma mercadoria e do aspecto forçoso das migrações subordinadas ao seu sociometabolismo. Nessa seção, partimos da orientação de Virginia Fontes:

A segmentação – isto é, o tratamento de cada tipo ou grupo de imigrantes em separado, por país, por região etc. – pode ser importante para o estudo das condições efetivas, sempre peculiares, nas quais se realiza cada processo. O mergulho na

especificidade de cada caso – em geral, extremamente doloroso – e a percepção de sua complexidade não devem obscurecer o fato de que inúmeras especificidades similares vêm ocorrendo em todo o mundo e precisamos alcançar ambas as dimensões – a compreensão de cada singularidade e a sua conexão com a totalidade do processo (FONTES, 2010, p. 52).

Pensar as dinâmicas da migração internacional em dois países marcados por inúmeros processos de mobilização de trabalhadores imigrantes implica, de um lado, arcar com a desafiante empreitada de congregar uma análise escalar ampla, a luz do materialismo histórico e dialético, sem reduzir o exercício analítico a um historicismo¹¹⁹ da imigração nos dois países. Quando se situa o México no contexto da migração internacional, em um primeiro momento, aponta-se para os fluxos migratórios em direção aos Estados Unidos, país fronteiriço, que forneceu até o início dos anos 2000, a principal força de trabalho migrante para o centro dinâmico do capital global, bem como, a geopolítica e as imposições do crescente militarismo de sua economia e às fronteiras. De certo, a emigração mexicana em direção aos EUA se caracteriza por um dos maiores processos diaspóricos da era capitalista, fornecendo para a potência imperialista, um contingente de milhões de trabalhadores cuja força laboral se tornou central para a acumulação capitalista. De acordo com Lattes; Santibáñez; Castillo (1998), a maioria das análises enfatizam o peso da direcionalidade dos fluxos procedentes de países com menor peso econômico e geopolítico em relação a outros de maior grau de desenvolvimento. Todavia, ao investigar um caso em específico ou um conjunto de processos diaspóricos se consideram uma série de determinações que buscam delimitar e direcionar a teoria (conceitos, categorias e hipóteses).

Quando se analisa o caso dos trabalhadores (principalmente, mulheres) da indústria da limpeza em Silicon Valley, na Califórnia, desde os anos 1970, com a reestruturação econômica capitalista, entende-se, por exemplo, que a disponibilidade de trabalhadoras mexicanas integrou um reordenamento, caracterizado pela substituição da força de trabalho sindicalizada. A ocupação

¹¹⁹ Existe um vácuo entre uma análise que se pretende histórica e outra historicista, sob a consideração de que a história (e, portanto, sua categoria central, o tempo) são determinados pelo desenvolvimento desigual e combinado das forças de cada modo de produção. Desse modo, o historicismo se diferencia da análise histórica das condições materiais de uma sociedade.

esteve centrada nos setores de eletrônica, restaurante, construção, jardinagem, limpeza e manutenção de edifícios. Todavia, essa constatação não significa o domínio pleno do capital sobre o trabalho, em uma fase de reestruturação, marcada por respostas advindas do proletariado, como no exemplo do movimento *Justicia para los Janitors*, encabeçado pelos trabalhadores da limpeza nos EUA (a imensa maioria, latino-americanos).

As contradições do crescente militarismo que precede a luta pela hegemonia do capital estadunidense no atual cenário global, bem como, os impactos contra o seu proletariado nativo também se colocam como outra determinação importante para se entender fluxos de retorno (o crescente número de deportações desde a crise de 2008) e, mais especificamente, processos de estabelecimento de imigrantes no México, tornando-se residentes. Nessa discussão, a funcionalidade do discurso de segurança nacional, discutido em Lattes; Santibáñez; Castillo (1998), perpetua-se com ainda mais matizes de controle da força de trabalho e distanciamento de uma política de defesa do trabalho imigrante, que passaria pela discussão de uma renda universal, de socialização da riqueza historicamente produzida e de procedimentos indenizatórios.

As análises representadas em gráficos produzidos por Pietro Basso (2018), confirmam a importância da força motriz representada pelas lutas operárias do início do século XX para a redução das jornadas laborais nos países com forças produtivas mais desenvolvidas. Nos EUA, as lutas proletárias entre 1908 e 1919 foram decisivas para a extensão da jornada de oito horas para os trabalhadores urbanos – principalmente dos ramos industriais (em específico, metalúrgicas, automobilísticas, que representavam o fordismo em expansão e a base da acumulação capitalista até meados da década de 1970). Nos anos 1930 a combinação de lutas trabalhistas, efeitos da crise e a intervenção do Estado na extensão de garantias sociais também impulsionou a redução da jornada laboral, todavia, não como garantia de pleno emprego, conforme os apologistas do capital propagandeiam em relação ao capitalismo prevalecente nos países europeus ocidentais, nos EUA e no Japão do período 1945-1973. Tratou-se de uma nova reestruturação capitalista para a manutenção dos níveis de acumulação e, portanto, extração de mais-valor, que se sustentou de exploração

da força de trabalho amplamente disponibilizada, tanto no centro (nos EUA, a população afrodescendente, feminina e imigrante, por exemplo¹²⁰).

O caráter “humano” do capital durante o ciclo de expansão pós-guerra teve como contraface a exploração de força laboral imigrante, negra e feminina como base para o rebaixamento dos custos com capital variável. Para esses grupos, principalmente quando se volta a análise para as periferias em processo de industrialização, fruto da mobilidade do capital cada vez mais internacionalizado, não se alcançaram as conquistas laborais do centro capitalista, de redução da jornada, de extensão dos direitos a férias, descanso, abonos etc. Não se deve dissociar o período de expansão do império do capital centrado nos EUA e a reconstrução das democracias ocidentais europeias e do Japão da manutenção do racismo institucionalizado nos EUA, do fortalecimento do Programa Bracero, de arregimentação de força de trabalho imigrante (principalmente, mexicanos) até 1964 e das mobilizações de força de trabalho de ex-colônias europeias, inseridas ao mercado capitalista internacional enquanto economias essencialmente agroexportadoras. No caso japonês, desenvolve-se uma forma de capitalismo já tendencialmente marcado por intensa incorporação de capital fixo (técnica), todavia, cujos setores industriais marcados por formas absolutas de exploração do trabalho estiveram diretamente associados à ocupação de coreanos, chineses e, mesmo, imigrantes descendentes de japoneses, a exemplo da comunidade japonesa no Brasil.

O conceito de *periféricos na periferia*, advindo de Villen (2018), aparece nessa seção como ponto de encontro entre as especificidades dos dois contextos analisados, no Brasil e no México: as entrevistas revelam a superexploração a qual estão inseridos homens e mulheres de países periféricos que reproduzem o pauperismo, a desrealização material e social e a degradação humana. O exercício do retorno às categorias e conceitos de mobilidade do trabalho, mobilização, desmedida do capital e controle da circulação internacional do trabalho se fez essencial na interface entre concreto e abstrato.

¹²⁰ Processos de racialização e feminização da força de trabalho acompanham a reprodução ampliada do capital. Quando se discute, portanto, uma expansão geográfica, a escala de análise não se baseia no espaço como área; mas no espaço como produção materializada a partir do trabalho (dispêndio de energia) e do sujeito que trabalha.

Migração e semiperiferia

O primeiro ponto a se explicar, antes de analisar os dados e partir para a análise qualitativa das entrevistas, é compreender a relação entre migração e semiperiferia global, como proposição sobre a atual posição de Brasil e México na circulação internacional de força de trabalho. A fundamentação do conceito de semiperiferia segue os pressupostos marxianos de Bukharin (1917), em sua interpretação sobre a formação do mercado mundial e da Divisão Internacional do Trabalho. Essencialmente, não se “prevê” neste autor, a formação de economias industrializadas posicionadas na periferia do sistema capitalista, e voltadas a uma dependência e subordinação ao centro capitalista. Todavia, está contida em sua conceitualização, a concentração das forças produtivas e a concentração desigual dos seus excedentes, de acordo com os movimentos de retração/expansão, de acumulação/crise e de tendências/contratendências.

Os processos de consolidação da acumulação capitalista no Brasil e México guardam particularidades e semelhanças. As duas economias latino-americanas possuem uma história econômica marcada pela expansão do imperialismo estadunidense durante o pós-guerra, com a entrada de empresas multinacionais em ramos que iniciavam um processo de mecanização, fortemente vinculados ao Estado (como, por exemplo, a indústria automotiva ou a indústria de bens-duráveis). A inserção dessas economias ao processo em curso de acumulação se caracteriza por uma subordinação aos interesses do capital tendencialmente mundializado, mantendo características estruturais de economias agroexportadoras ou produtoras de bens de não-duráveis ou intermediários, ao passo em que a introdução de empresas multinacionais em ramos que já assistiam a um desenvolvimento de suas forças produtivas (técnicas modernas, produção em larga escala, ocupação de força de trabalho nativa, formando um proletariado urbano considerável), fortalecem uma dependência de seus mercados internos, sem empresas nacionais que pudessem estabelecer uma concorrência que favorecessem o desenvolvimento industrial a longo prazo e a manutenção de empregos estáveis para suas classes trabalhadoras. A espoliação posta em curso com o desenvolvimento de um fordismo periférico e desigual, marcado pela superexploração e, ao mesmo tempo, pela manutenção de amplas camadas de um subproletariado rural e em

condições de pauperismo e distantes da concessão de direitos, produziu de distintas formas, reordenamentos internos na mobilidade territorial de suas classes trabalhadoras. No Brasil, a mobilização de aproximadamente (segundo estimativas do IBGE), 4 a 5 milhões de nordestinos entre 1950 e 1980 foi combinada às altas taxas de exploração e de segregação (com reprodução histórica do racismo e xenofobia). A formação do fordismo periférico brasileiro não encontraria as bases de acumulação sem esse fornecimento dentro do seu próprio território, de força de trabalho pauperizada, que coincide com o aumento da produtividade do trabalho (OLIVEIRA, 2003; BRAGA, 2017). No México, o Programa Bracero forneceu, em estimativas semelhantes, 4 a 5 milhões de trabalhadores aos EUA, entre 1942 e 1964. No contexto interno, o fordismo periférico concentrado na capital, também produziu mobilizações de mexicanos em direção à região metropolitana da CDMX, que passou de 1,7 milhão de habitantes em 1940 para aproximadamente 14 milhões na década de 1980.

Se a circulação de mercadorias exprime uma ‘transformação material’ no organismo social e econômico do mundo, a circulação internacional de populações manifesta, inversamente, acima de tudo, um deslocamento do fator principal da vida econômica: a força de trabalho. Assim como, nos limites de uma economia nacional, a repartição da força de trabalho entre os diversos setores da produção é regida pela taxa de salário, que tende a um nível idêntico, da mesma maneira nos quadros da economia mundial, o nivelamento das diferentes taxas de salário realiza-se por intermédio das migrações (BUKHARIN, 1917, n.p).

Para além de uma equiparação das taxas salariais, sob o regime do capital, as migrações são inseparáveis dos correspondentes processos de ascensão/recessão da acumulação. Quando Bukharin (1917) aponta para esse nivelamento, não se deve confundi-lo com uma socialização da riqueza material produzida, mas como aproximação teórica do contexto produtivo das grandes diásporas da fase monopolista do capital, responsáveis por transferir excedentes de força de trabalho expropriados pelas indústrias e pela modernização do campo, ou mesmo das condições de pauperismo em que estavam sujeitos camponeses em regiões da Europa, inserindo-os à acumulação de capital em novas regiões concentradoras de forças produtivas.

Entender a posição da semiperiferia capitalista no atual contexto de circulação internacional de força de trabalho (conceituada como migração internacional a partir dos organismos multilaterais do capital global) perpassa um complexo de determinações que incluem a forma assumida pelo capital em seu processo de valorização no conjunto de países posicionados em uma divisão internacional do trabalho considerada intermediária¹²¹.

Gamboa; López; Huerta (2019) apresenta uma aproximação do conceito de precariado com a estrutura laboral dos países da periferia e semiperiferia capitalista, como proposição de uma discussão mais além das conceitualizações advindas do processo de precarização no centro capitalista, em destaque, com o advento da crise de acumulação na década de 1970. Em síntese, os autores fundamentam que o espaço do trabalho nos países periféricos e semiperiféricos foi ainda mais desestruturado com a consolidação do modelo neoliberal em economias que já atravessavam processos de informalização, precariedade social e precarização do trabalho assalariado. Em realidade, são países que assistiram a processos violentos de expropriações primárias, em diferentes graus, entre a década de 1950 e o final dos anos 70, a partir de um conjunto de fatores internos e externos à fase de acumulação de capital no pós-Guerra. A metropolização acompanha esses processos, com o crescimento desordenado de centros urbanos e a mobilização de mão-de-obra barata. Lipietz (1989) fornece argumentos, em seu conceito de fordismo periférico, para entender a relação migração-semiperiferia no curso dos processos de concentração industrial em países como Coreia do Sul, Brasil, México, Espanha e Polônia a partir da década de 1950. Não se trata de um processo uniforme e com uma única determinação: “Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de

¹²¹ A classificação de países de acordo com o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas exige uma série de cuidados científicos, incluindo conceitos que possam fundamentar o que é um país de centro, semiperiferia e periferia. Para posicionar Brasil e México em uma semiperiferia capitalista demarcamos os atuais estágios de inserção no capitalismo financeiro, em estruturas de mercado de trabalho caracterizadas pela reprodução de um precariado conformado aos processos de acumulação de capital que se define, principalmente, desde a década de 1990, marco de consolidação do modelo neoliberal nos dois países. Do ponto de vista de inserção no circuito global de imigração, México se encontra em uma posição central, que inclui ser fronteiro com o centro do capitalismo contemporâneo, os EUA, ao mesmo tempo em que se posiciona em um entreposto entre os países centro-americanos e sul-americanos, com ampla disponibilidade de força de trabalho imigrante cujos objetivos incluem a travessia em direção aos EUA, e, em menor escala, Canadá.

mercados em termos dos bens de consumo duráveis” (LIPIETZ, 1989, p. 317). Nos exemplos de Brasil e México, o autor aponta os processos internos de políticas de substituição de importações como mecanismo de estímulo à acumulação industrial por meio de indústrias de base e de bens de produção duráveis e semiduráveis. Sob a ótica externa, e da conjuntura do capital pós-guerra, o financiamento a partir da transferência de créditos e de tecnologia do fordismo central foi um dos sustentáculos da produção do espaço na semiperiferia capitalista.

Nos dois países, os processos de revolução industrial foram espacialmente desiguais e concentrados, concomitantes a uma subordinação das suas populações camponesas aos respectivos modelos de modernização agrícola. Percebe-se que as mobilizações de mexicanos do campo e de outras regiões do país e de nordestinos no Brasil para a região dinâmica de atividade industrial (FURTADO, 2009), são formas espaciais geridas pelas formas temporais da mobilidade do trabalho. É Gaudemar (1977) quem oferece essa análise, em sua discussão sobre mobilidade do trabalho e produção de mais-valia. Nos dois modos (mais-valia absoluta e mais-valia relativa) se conduz à utilização da condição “móvel” da mercadoria força de trabalho, na extensão do tempo de jornada, ou na extensão do ritmo de produção integrado à incorporação técnica. De fato, os processos da semiperiferia foram distintos daqueles constituídos na gênese da grande indústria, pois a incorporação técnica e de extração de mais-valia relativa se deu sem as mesmas bases produtivas e sem a formação de uma classe operária mais ou menos estruturada. A concentração da produção foi massiva e acelerada, formou um proletariado precarizado e sem acesso aos mesmos direitos do proletariado central, e a metropolização concomitante produziu o rápido crescimento da informalização.

Nesse ponto, a relação entre migração e precarização se soma para desvelar as interfaces da precariedade. É Perocco (2017), quem traça essa interrelação, a partir do caso italiano, país que se localiza em um entreposto central para a discussão sobre o papel da imigração no quadro de crise sistêmica. Ao contrário das já existentes análises sobre crise migratória que povoam os estudos sobre o tema, o autor aponta os efeitos do processo de precarização sobre a classe trabalhadora italiana, país que se posiciona na periferia do capitalismo da Europa Ocidental, mesmo com posição geopolítica

importante entre organismos multilaterais. De um lado, a precarização forçada a partir das políticas de reestruturação neoliberal em todo o continente impuseram a diminuição das condições de reprodução material do proletariado italiano, de outro, o fornecimento de um exército industrial de reserva, até a década de 1960, sustentável pelas condições existentes de acumulação de capital, se reverte em excedente de supérfluos em constante processo de intensificação da precariedade de suas vidas. Nas décadas de crise, os distintos processos de aumento da burocracia de permanência dos sujeitos imigrantes acompanham a constante queda da taxa de acumulação e o aumento da taxa de exploração laboral dessa força de trabalho. Portanto, existe uma indissociabilidade entre precarização dos direitos de estabelecimento e residência em determinado país, principalmente naqueles historicamente posicionados no centro mais desenvolvido das forças produtivas, e a reprodução da precariedade social, marcada pela barbárie das condições de vida dos imigrantes:

Ha crecido la participación al mercado del trabajo oficial, se ha verificado una mayor diversificación de los sectores de empleo, pero también se ha exacerbado la segmentación racial del mercado del trabajo acompañada por situaciones de segregación laboral y racialización de los procesos productivos (PEROCCO, 2017, p. 87).

Essa segmentação de raça evidencia uma realidade marcada pela imbricada relação entre classe, raça e gênero em todo o processo de consolidação do capitalismo, e cujas particularidades em cada fase e reestruturação de modelos produtivos acompanham processos de ascensão e recessão do capital e reordenamentos na geografia da divisão internacional do trabalho. Se na imigração irlandesa para a Inglaterra durante a fase industrial, a degradação narrada por Engels (2010) condizia à formação da classe trabalhadora inglesa e da própria necessidade de um exército de reserva constante somado às distintas facetas da superpopulação relativa, à relação trabalho e raça evocada pela imigração na fase de crise do capital adquire contornos de uma outra materialização da barbárie. Formas temporais de mobilidade se tornam tendencialmente intensificadas e que devem anular o tempo de vida do conjunto dos trabalhadores diretos. É aqui onde está contida a desmedida da crise, presente em todo o processo de produção capitalista, em

todas as suas fases, mas que se acentua pela própria contradição máxima do capital (negação do trabalho).

De exceção no conjunto da classe trabalhadora passaram a integrar a maior extensão do proletariado. Sob os contornos da DIT atual, africanos, latino-americanos e asiáticos, negados ao mundo da mercadoria e, portanto, ao mundo do trabalho fordista preponderante no século XX, estão arraigados à constante apropriação de suas condições de não-brancos europeus e estadunidenses para serem, desde a infância até a velhice, superexplorados em seus países originários ou sob a condição imigrante, nos países centrais. Quando não, violentados e degradados em seus corpos pela descartabilidade que a desmedida adquire em sua contínua multiplicação de excedentes.

O desenvolvimento desigual e combinado que define a DIT impõe uma produção do espaço geneticamente marcada pela concentração de forças produtivas diante da generalização da escassez em regiões densamente povoadas do globo. Todo o processo de acumulação se estabelece, sincronicamente e diacronicamente, a partir da tendência do capital em expandir-se no espaço e no tempo, o que tem como consequência principal, o aumento do proletariado global. É a base da lei geral da acumulação capitalista esmiuçada em Marx (2017) e que não está dissociada de um outro processo, o de formação de um exército industrial de reserva e de uma superpopulação relativa, que não pode ser compreendido como fase histórica, mas como processo, cujas reverberações estão na atualidade a partir da condição dos trabalhadores imigrantes.

Os imigrantes que se estabelecem em capitais do Nordeste (Figura 13) e, mesmo, cidades do interior brasileiro e aqueles que buscam albergues na capital mexicana (Figura 14), em direção aos EUA ou Canadá são duas expressões das formas espaciais da mobilidade do trabalho das quais discute Gaudemar (1977). É na desmedida, ou seja, no conteúdo da crise, exposta no espaço na maximização das mobilizações dos excedentes da superpopulação relativa, que se multiplicam formas de “mobilidades impostas” e de “mobilização quotidianamente máxima de trabalhadores” (GAUDEMAR, 1977).



Figura 10 - Atividade com imigrantes, Paróquia de São Pedro Pescador, Aracaju/SE
Fonte: Pesquisa de campo, dezembro/2024
Foto: Ribeiro (2024)



Figura 11 - Atividade com mulheres imigrantes, Las Peñas, CDMX/MX
Fonte: pesquisa de campo, julho/2024
Foto: Ribeiro (2024)

As formas em que a superpopulação relativa se apresenta no conjunto do proletariado (flutuante, latente, estagnada e em estado de pauperismo) podem

variar de acordo com os processos de reestruturação produtiva e os próprios reordenamentos alcançados pelo capital ao longo do seu ciclo. Em uma análise dialética sobre a imigração e sua interface à crise do capital, não se propõe uma classificação dos trabalhadores imigrantes em alguma dessas formas da superpopulação relativa. Os exemplos encontrados nas entrevistas apontam exatamente para uma variedade de condições que englobam as quatro formas de superpopulação. Imigrantes que foram trabalhadores rurais em seus países originários e que, por questões que englobam guerras civis, perseguições políticas ou epidemias de fome e miséria, como nos emblemáticos casos de angolanos e haitianos, por exemplo, são expropriados da terra e da produção agrícola em direção ao pauperismo nas metrópoles latino-americanas. Nessa mesma discussão, os imigrantes que são empregados em setores industriais urbanos e agrários e que são constantemente substituídos por um mecanismo de rotatividade que torna a força de trabalho ainda mais supérflua integram os flutuantes da acumulação capitalista. A maior parte já se encontrava em situação de pauperismo e informalidade nos países originários e reproduzem as mesmas dimensões nos países de destino.

Na crise estrutural, os processos de reordenamentos espaciais produzidos pelo capital no centro capitalista devem ser levados em consideração para a análise sobre as transformações do sistema produtivo na semiperiferia e periferia. A combinação de austeridade e de enfraquecimento do poder sindical coletivo do proletariado central marcam o que Braga (2023) denomina ser uma crise do fordismo, que adquire novos contornos e proporções após a crise financeira de 2008. Na análise sobre a angústia do precariado, o autor traduz como a diminuição das condições materiais de reprodução do proletariado estadunidense tradicional, principalmente daqueles que integram o chamado Cinturão da Ferrugem o aproxima das condições de precariedade social das camadas historicamente superexploradas (imigrantes, negros, mulheres); bem como, das condições de superexploração do proletariado periférico e semiperiférico

Na equiparação das condições materiais das distintas camadas proletárias se impõe como devir do capital (em sua fase de maior antagonismo, ou em crise da hegemonia neoliberal, que também se expressa como crise do poderio militar estadunidense e crise social) epidemias de opioides, multiplicação

da população em situação de mendicância, degradação da condição migratória. Essa nova dinâmica não impõe uma diminuição dos fluxos migratórios em direção aos países centrais, pois a relação crise-mobilidade não é marcada de modo simples por uma retração produtiva que produz a retração populacional, conforme as teorias da economia política. A diminuição das condições de reprodução social no centro e na periferia não equipara os níveis de riqueza material socialmente produzida em cada realidade nacional. Portanto, as direções dos fluxos imigratórios seguem uma série de determinações, as quais estão no cerne das novas posições adquiridas por países como Brasil e México na circulação internacional de força de trabalho.

Mobilidade do trabalho e acumulação de capital no Brasil

Para Carcanholo e Amaral (2008), a superexploração da força de trabalho (intensificação de jornadas laborais, diminuição dos salários, ausência de direitos trabalhistas) demarca a condição de dependência de um país no conjunto da DIT.

Em análise sobre as últimas décadas do capitalismo brasileiro, Ruy Braga (2018) denota uma capacidade ímpar de compreensão sobre a relação entre aumento das condições de reprodução material dos distintos quadros do proletariado brasileiro e rumos políticos tomados, que influenciam nas próprias decisões geopolíticas e na posição brasileira no circuito internacional das migrações.

A delimitação analítica sobre processos migratórios, de entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil, não extingue a perspectiva de que mobilidade do trabalho define outras formas espaciais, de acordo com Gaudemar (1977): mobilizações entre regiões em mesmo país, conforme aquela que produziu o que se pode conceituar *diáspora nordestina* entre 1940 e 1980; mobilizações campo-cidade, além das mobilizações difusas que caracterizam os fluxos internos brasileiros, de retorno dos nordestinos e das gerações dos migrantes do século XX, por exemplo; as migrações nas dinâmicas das próprias regiões, de regiões metropolitanas para cidades médias, do campo para cidades interioranas com menos de 50.000 habitantes. Esses processos são

concomitantes e são quadros analíticos a serem delimitados e esmiuçados como produção do espaço em sua imbricação à crise. Esta última é reafirmada como categoria central para os estudos geográficos. São as mobilizações entre fronteiras que mais se aproximam da desmedida que produz a “utilização desmesurada da elasticidade da força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977).

As determinações do sistema capital sobre a posição dependente do império colonial brasileiro e as mudanças políticas para o regime republicano coincidem com o fim do regime escravista e a constituição das políticas de incentivo ao imigrante europeu. Conforme já esmiuçado em Hobsbawm (1995) e Coggiola (2015) os processos ocorridos na Europa Ocidental tiveram como consequência a configuração de uma diáspora de trabalhadores do campo e da cidade em direção ao continente americano. O Brasil se posicionou nesse contexto, como um dos receptores das parcelas de força de trabalho excedente, absorvidos pela economia agroexportadora do café, nas regiões de dinamismo produtivo e que, nas décadas posteriores, concentraram os meios produtivos do nascente capitalismo industrial brasileiro. Os dados abaixo apontam para a tendência de crescimento no número absoluto de imigrantes no Brasil, entre 1884 e 1930 (Tabela 07):

Tabela 7 - Imigração para o Brasil, por nacionalidade, 1884-1959

Nacionalidade	Década							
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1945-1949	1950-1954	1955-1959
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	5.188	12.204	4.633
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	4.092	53.357	38.819
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	15.312	59.785	31.263
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191	12	5.447	28.819
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	26.268	123.082	96.811
Sírios e libaneses	96	7.124	45.803	20.400	20.400	N/A	N/A	N/A
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	29.552	84.851	47.599
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	713.132	80.424	338.726	247.944

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, série histórica

Se estima que entre 1884 e 1933, o Brasil recebeu 4.843.176 milhões de imigrantes, destacando-se o fluxo de italianos, que entre 1884 e 1903 foi de 1.048.317 milhões. O fluxo de portugueses, a despeito do fim da monarquia, perpetuou-se como um dos principais grupos constituintes do padrão migratório no Brasil. Destaca-se também a imigração japonesa, presente desde a primeira década do século XX, com um auge entre 1924 e 1933: 110.191 mil japoneses que adentraram ao país.

Nesse contexto, sabe-se que o uso da propaganda imigratória nos países europeus e no Japão (Figura 15) constituíram mecanismo de atratividade dessa força laboral específica, e que fundamenta o conceito de imigração polarizada, desenvolvido por Villen (2018) em sua análise sobre o padrão atual e a posição do Estado brasileiro diante dos distintos grupos de estrangeiros no país. No início da formação capitalista na periferia do sistema, portanto, já estavam presentes as bases da necessidade preconizada pelas aristocracias cafeeiras, de um ideal de força de trabalho, combinado constantemente à construção do ideário de um país civilizado baseado no esforço do seu povo.

Figura 12 - Recortes de propagandas de incentivo à imigração para o Brasil, no início do século XX



Fonte: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5359>

Até a década de 1930, as determinações do capital concorrencial mantiveram regiões coloniais e/ou recém-integradas ao mercado em posições de uma periferia dependente da importação de mercadorias e sem a possibilidade de um desenvolvimento técnico que possibilitasse a ocupação de uma crescente população, totalmente dissociada do acesso aos direitos sociais e à realização material. Os históricos processos de expropriação das populações majoritariamente agrárias ocorriam a partir do estabelecimento de uma indústria nacional, no âmbito do rápido processo de formação das bases produtivas capitalistas da década de 1940; portanto, a imigração de italianos, portugueses, alemães e japoneses não está ligada diretamente à acumulação capitalista e à valorização de valor nas determinações da DIT em sua fase monopolista. O Brasil e parte da periferia latino-americana receberam excedentes do exército de reserva em suas formas latentes e estagnadas, além de camadas flutuantes e do pauperismo. Não se confunde com um processo de formação concomitante das bases industriais do que se conformou com a substituição de importações e da transferência de capitais produtivos para essas regiões da periferia, após a crise de 1929. Essa força de trabalho já expropriada pelo capital e pela produção

de regiões desiguais em seus países originários foi incorporada ao modelo agrário de produção imposto a um país pouco urbanizado e ainda sem o desenvolvimento de indústrias de base. Portanto, não se equipara aos processos de subsunção real do centro capitalista.

A década de 1930 representou um novo contexto para a relação Estado e mobilidade do trabalho. O fim do período conhecido como política do café com leite (o domínio das aristocracias de São Paulo e Minas Gerais no âmbito político e econômico) foi seguido pela alçada de Getúlio Vargas ao poder. Ao lado das transformações de ordem política, o período foi caracterizado por mudanças econômicas importantes para entender a nova posição brasileira na DIT. Para isso, é importante considerar a escala mundial, diante dos efeitos da crise econômica mundial de 1929 e das direções do sistema capitalista ante o fortalecimento do bloco soviético (HOBBSAWM, 1995). Nas décadas anteriores, o campo brasileiro deu mostras de conflitos e revoltas potencialmente subversivos à ordem que estabelecia, por isso, “(...) a primeira legislação geral do trabalho que, não por acaso, segregava cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos” (FONTES, 2010, p. 316).

A partir dessas décadas de acumulação de capital no Brasil, o sujeito imigrante adquire distintas compreensões pelo Estado. Sua força de trabalho não foi imprescindível para a acumulação na periferia que se industrializava e produzia mais-valor através da superexploração permitida pela disponibilidade interna de migrantes nordestinos. O imigrante, ou pelo menos, suas nacionalidades mais aceitáveis ao ideário político de cada período, se integrou à formatação produtiva brasileira (japoneses, descendentes de italianos e portugueses), concentrada nas indústrias e na economia informal (coreanos, bolivianos, paraguaios).

Programas como o Bracero ou os que incentivaram ocupações de imigrantes nos países da Europa Ocidental do Norte não foram replicados nas realidades produtivas de países como Brasil e México. Os dois países não atravessaram os processos de intervenção do Estado à serviço de um fordismo que garantisse ocupações formais e formação de um proletariado urbano estruturado; muito menos, pressões e concessões por garantias de um possível Estado de bem-estar social. Não havia pressões na acumulação por custos do

capital variável, pois a disponibilidade foi garantida por força de trabalho pauperizada e mobilizada desde os rincões das regiões historicamente agrárias.

De acordo com Braga (2017), a estruturação do modelo de acumulação brasileiro segue distintos contextos: populista (1943-1964), autoritário (1964-1986) e as expressões de uma superação do taylorismo primitivo nos anos 1940, o auge do fordismo periférico, durante o chamado “milagre” (1968-1974), a crise do modelo (1978-1989) e um novo regime, baseado no pós-fordismo (1994 até a atualidade). Nesse ponto, remetemos a uma análise crítica de Chico de Oliveira (2003), que desmistifica a industrialização brasileira, mostrando que ela aparece integrada à mundialização conformando a subordinação de determinadas regiões do globo, com amplas disponibilidades de força de trabalho e de distintas camadas do exército industrial de reserva, além de recursos naturais.

A posição semiperiférica brasileira foi constituída a partir de uma mobilidade de capital cada vez mais concentrada na Região Sudeste e de uma mobilidade do trabalho determinada pela concentração de riqueza dentro do país, que já disponibiliza força laboral barata e que não estava incluída à nascente legislação trabalhista. Não se formalizou ou houve algum sinal de uma configuração de um bem-estar social como os assistidos no novo centro dinâmico do capital, os EUA (que já via sua economia ser definida pelo militarismo bélico), e nos seus concorrentes diretos, Europa Ocidental e Japão, reconstruídos através de massiva transferência de produção excedente estadunidense. Os processos e as formas assumidas pela mobilidade do trabalho no Brasil foram majoritariamente definidas por estas transformações internas da estrutura produtiva.

Os programas de incentivo aos imigrantes nestes países (Bracero, programas temporários na França e Alemanha, a pouca burocracia que somente seria fortalecida a partir da crise dos anos 1970 na Inglaterra e Itália, aos imigrantes de suas ex-colônias) são produtos da própria tendência do capital ao rebaixamento dos custos efetivos com capital variável, ao mesmo tempo em que, a produtividade do trabalho adquirida nos anos gloriosos possibilitam ganhos reais de salário e de reprodução material para camadas médias nestes países. A superexploração dos trabalhadores imigrantes na forma da mais-valia absoluta foi fundamental no contrapeso contra as pressões por mais conquistas substantivas para o proletariado, redução de salários, corte de direitos e fim do

ciclo expansivo, quando o excedente produtivo estava constantemente incorporado ao capital fixo e, portanto, às bases de um novo modelo produtivo.

O modelo de acumulação do Brasil foi definido pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, conforme Oliveira (2003), diretamente determinante para o preço da força de trabalho urbano, em um ritmo de crescimento da produtividade que se acelerou nas décadas de 40, 50 e 60, onde se encontram as raízes da concentração estrutural de renda brasileira. O fomento e ampliação do exército de reserva na periferia advieram da própria força de trabalho nacional.

Esse ponto é fundamental quando se entende a posição do trabalho imigrante na atual conjuntura pós-crise de 2008 na semiperiferia já completamente mundializada. A forma como as atividades industriais se expandiram no Brasil não acompanhou a base de sustentação urbana de oferta de serviços e de uma estruturação mínima que acompanhasse as demandas de consumo e da própria produção. Atividades estas, que absorvem tanto os milhões de nacionais que integram a informalidade, quanto os imigrantes que, pelas facilidades de ingresso e vantagens comparativas do sistema de câmbio (o real mais valorizado em comparação com suas moedas nacionais) encontram uma solução para sua reprodução material.

O fordismo periférico que se consolida a partir da subordinação da produção capitalista nacional ao capital internacional (predominantemente estadunidense) dependeu diretamente de um processo interno em massa de mobilização da ampla força de trabalho barata disponibilizada pelas regiões mais empobrecidas e menos desenvolvidas tecnicamente do Brasil. Não se trata de um migrante internacional, conforme as fases de ascensão do capital nos EUA, Europa Ocidental ou Japão; ou, mais recentemente, nos países exportadores de petróleo, do Oriente Médio; que se valeram amplamente dessa disponibilidade de força de trabalho imigrante para contrarrestar as pressões salariais e de padrões de vida de camadas dos seus proletários nacionais. A fase de atração histórica da imigração idealizada pelas políticas de finais do Império e início da República já havia se encerrado e perdido os fundamentos da ocupação de uma força de trabalho na crescente economia agroexportadora de café. Parte desses fluxos continuaram a adentrar ao país nas décadas anteriores à crise de 1929, e seus descendentes, pouco a pouco, foram absorvidos à produção agrária no

interior brasileiro, mas a maior parcela se integrou (já como trabalhadores nacionais) à base técnica industrial que se fortaleceu a partir da década de 1930, e que impulsionou o modelo fordista sustentado pela manutenção de uma precariedade social estrutural. Essa conjuntura nacional somada à frágil posição geopolítica do Brasil, desempenharam considerável impacto para a não-inserção do Brasil como rota migratória no século XX¹²².

Durante a industrialização nacional, entre 1930 e finais da década de 1970, se documentou imigrações de paraguaios, coreanos e bolivianos, que foram absorvidos pela lógica de superexploração em massa, pela qual já estavam inseridos milhões de brasileiros migrantes. Contudo, essa população imigrante nunca se configurou em dependência do capital para a valorização do valor, pois o exército industrial de reserva brasileiro foi formado por uma população nacional que crescia em ritmo acelerado, na fase demográfica brasileira de maior crescimento absoluto (população total) e relativo (taxa de fecundidade, crescimento vegetativo).

Mesmo na fase recessiva do capital, a partir dos anos 1970, os amplos contingentes de imigrantes já estabelecidos somado com fatores externos, que incluem desestabilizações político-econômicas em países da África, Ásia e América Latina (sob influência do crescente militarismo do centro), continuaram a contrarrestar o rebaixamento dos salários e o aumento das taxas de exploração e extração de mais-valor nos países centrais. O período posterior à crise de 2008, será responsável por novos reordenamentos na circulação internacional da superpopulação relativa; inclusive, com alguma funcionalidade às explosivas contradições e expressão da barbárie social. As levas de imigrantes passam a ser apropriadas tanto pelo discurso oficial, quanto pelas políticas de protecionismo do capital como produtoras, em si, da crise; transferindo-se uma das consequências do capital em crise para o plano individual do sujeito que se desloca e se arrisca (BAUMAN, 2017).

O protecionismo, que se contrapõe à ideia de liberdade total do mercado, expõe a explosiva contradição entre Estados nacionais e mercado enquanto limite absoluto ativado no âmago da crise estrutural. Quanto mais profundo o

¹²² Mesmo diante de países fronteiriços, como Argentina, Uruguai e Chile, que antes das ditaduras que interromperam importantes processos de socialização democrática nesses países, conseguiam ser importantes destinos migratórios na América Latina.

limite, mais encurralada se encontra a classe trabalhadora e suas possibilidades de projeto material alternativo, de um espaço constituído por suas possibilidades e realizações. Em seu lugar, o espaço que se reproduz é produto da recessão do capital, do aumento nas taxas de exploração, devastação ecológica, militarismo irracional, expropriação e espoliação. Também é ele o espaço da superfluidade da força de trabalho, que nega a nacionalidade e a fixidez, entendida como livre expressão da estabilidade.

A incorporação completa da economia brasileira ao domínio do capital monetário a partir dos anos 1990, iniciado em princípios da década de 1980, com o esgotamento do modelo de acumulação fordista periférico e da própria desestruturação das bases produtivas do período ditatorial, conforme Fontes (2009) acompanha uma série de modificações profundas no conjunto da vida social. Convém salientar que, do ponto de vista geopolítico, essa incorporação trouxe novos contornos para a inserção brasileira no destino imigratório, e para o aumento dos fluxos de força de trabalho estrangeira, incorporada às novas diretrizes da acumulação de capital no Brasil. Nesse ponto, a tese de que a crise estrutural redefine o papel das migrações se revela no antagonismo adquirido pelo capital; de fato, não há como esmiuçar cada determinação sobre a mobilidade do trabalho imigrante, aos quais cabe citar: o histórico rebaixamento das taxas salariais médias diante da gestão da concorrência entre trabalhadores; o incentivo ao crescente militarismo parasitário potencialmente destrutivo, com a apropriação do conceito de crise migratória como perigo humanitário; a continuidade de ciclos cada vez mais curtos de acumulação, em determinadas regiões do planeta, sob regimes laborais prolongados, desprotegidos e degradantes para a condição humana; a desocupação de regiões devastadas ecologicamente pelos efeitos da produção capitalista destrutiva.

Mais uma vez, ressaltam-se os cuidados sobre afirmações, a partir do discurso oficial nos anos 1990, e com mais presença nas políticas e debates de política externa brasileira, de que o Brasil se torna um país de imigração, como um novo destino para os novos fluxos emergentes. Villen (2018) alerta para as armadilhas dessa hipótese, a luz dos processos externos e internos de reordenamentos territoriais na fase de acumulação que se renova em meados dos anos 2000 até 2014. De um lado, o protecionismo de capitais com a desvalorização massiva provocada pela crise de 2008 nos países centrais,

inaugura uma série de transformações que vão reverberar nos acirramentos militaristas nas fronteiras desses países. Nesse ponto, a instrumentalização do conceito de crise imigratória (de que são sujeitos que carregam o perigo da crise social, do terrorismo e do fim da “prosperidade”) passa a ocultar os efeitos deletérios da própria reestruturação capitalista contra a classe trabalhadora. De outro, as ações¹²³, as quais Fontes (2010), convencionou denominar capital-imperialismo brasileiro ou uma tentativa de intervenção “humanitária” também contribuíram para inserir o Brasil no circuito de mobilizações internacionais. Sabe-se que essa transferência de capitais se realizou através da mobilidade de investimentos militares (Haiti)¹²⁴ e de acordos comerciais (no caso, de Colômbia, Venezuela e de países africanos) de expansão da acumulação de capital de setores em expansão nesse período (construção civil, refinaria, agroindustrial).

Entre 2003 e 2014 se consolidou um modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico e financeiro (BRAGA, 2012), que representou uma mudança no regime de acumulação e no modo de regulação no país. Mais uma vez, ressaltam-se as conjunturas favoráveis da liquidez internacional e da total inserção chinesa e indiana ao mercado, que no primeiro caso, se torna o principal contrapeso contra o militarismo estadunidense. Na conjuntura interna se leva adiante um modelo produtivo, sem romper com a estrutura concentrada e a exploração do proletariado do campo e da cidade (OLIVEIRA, 2003).

A inserção brasileira nos novos direcionamentos da fase mais destrutiva do capital se deu a partir do relançamento dos ramos produtivos já consolidados na fase de subordinação do mercado brasileiro à DIT durante o pós-guerra. As bases da chamada fronteira agrícola, elemento fundamental para a formação do capitalismo brasileiro, foram definidas a partir da expropriação dos excedentes produtivos e da expansão da agricultura comercial de exportação. Esse processo adquire centralidade para as definições da posição brasileira no novo cenário geopolítico imposto na fase de crise estrutural, com as diretrizes do Consenso de Washington para a manutenção da subordinação econômica dos países periféricos e semiperiféricos.

¹²³ Expansão de empresas multinacionais brasileiras da construção civil, do ramo petroleiro e do agronegócio para países da América Latina e da África.

¹²⁴ Intervenções militares realizadas a partir da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Missão Multinacional de Apoio à Segurança do Haiti (MSS), entre 2004 e 2017.

O exame analítico produzido por Alex Dias de Jesus (2020), sobre as redes de haitianos no Mato Grosso do Sul, permite uma fundamentação sobre o papel da imigração nos direcionamentos adquiridos pela acumulação de capital no Brasil nas últimas duas décadas. A partir de 2010, com a desestabilização social impulsionada pelo terremoto no Haiti, o Brasil passa a intervir no país como o principal ajudante humanitário (oferecimento de alimentos, itens básicos de higiene; além de frotas militares); as rotas constituídas nesse contexto estiveram vinculadas a essa centralidade geopolítica adquirida pela semiperiferia brasileira no contexto latino-americano (inclusive, com a apropriação da ideia de ajuda humanitária nos discursos oficiais do Estado). Villen (2018) observa que que as limitações desse discurso humanitário ocultaram as contradições envoltas na própria estrutura social brasileira, que configura a característica polarizada nos processos migratórios do período. A nova fase de acumulação, portanto, esteve sustentada em ramos produtivos diretamente vinculados a uma condição subalterna do Brasil como novo polo capital-imperialista. A construção civil e a agroindústria determinaram novas configurações da base produtiva brasileira, com transformações no mundo do trabalho altamente precarizado, mas que marcaram o período de 2000 e 2014 como setores estratégicos de desenvolvimento do capital e aumento das ocupações formais até dois salários-mínimos, conforme Braga (2017).

As rotas passaram a buscar a fronteira amazônica e, posteriormente, as possibilidades de acesso pelas fronteiras da Bolívia e do Paraguai, em direção ao centro-oeste brasileiro, onde se concentra o ramo agroindustrial. Para Jesus (2018), a recente fase da migração haitiana em direção a países da América do Sul, em destaque Brasil e Chile, adquire contornos a partir dos processos de reordenamento capitalista tanto internamente, quanto externamente. As restrições impostas pelo protecionismo no centro capitalista, pós-2008, compuseram um acirramento das políticas migratórias, com o aumento da precarização dos proletariados nacionais e a intensificação da precariedade social entre camadas já marcadas pelo pauperismo, a exemplo dos próprios imigrantes já estabelecidos ou em processo de migração, questão também demarcada em Villen (2018).

A expansão dos mecanismos capital-imperialistas da semiperiferia brasileira unifica tanto os processos de desenvolvimento de forças produtivas

nos ramos já apontados (metalurgia, construção civil e agroindústria), quanto às ações de expansão da presença militar e comercial nas regiões determinantes para a mobilização de trabalhadores imigrantes para o Brasil (países africanos, caribenhos e, mais recentemente, andinos, em continuidade aos históricos processos de migração boliviana e paraguaia).

No Nordeste, a transferência de renda via programas sociais favoreceu o surgimento de uma massa de trabalhadores que, pela mudança nas condições de reprodução social, pressionam por transformações na própria base produtiva regional. O que Chico de Oliveira (2003) descreve como crescimento do setor terciário, por exemplo, na então região dinâmica do capital no Brasil, pode ser identificado a partir da nova inserção regional adquirida pelo Nordeste entre os anos 2000 e que se segue como um ciclo expansivo de crescimento, via mobilidade do capital para cidades médias e regiões metropolitanas nordestinas. A demanda por serviços, tanto de consumo, de circulação e de produção, passa a equipar um conjunto de cidades interioranas e das capitais nordestinas de estabelecimentos comerciais e do próprio comércio de rua, que já possuía raízes históricas nas feiras e trocas que acompanham a formação desses lugares. Nessas cidades, o desemprego estrutural está indissociado ao modelo produtivo, e se materializa no espaço através da além de aprofundar a segregação socioespacial, e da reprodução de subempregos dos supérfluos. O recente processo de mobilização dos já mobilizados imigrantes em direção ao Nordeste parece se conformar à essa expansão das ocupações informais intrínsecas aos processos de metropolização e de crescimento das cidades médias.

Além disso, a fronteira amazônica se posiciona a partir da segunda metade da década de 2010 como uma das regiões estratégicas para a regulação e controle dos novos fluxos migratórios internacionais, em vista dos processos de diáspora colombiana e venezuelana. Sobre esse processo, a partir da análise sobre a migração haitiana, Jesus (2020, p. 20) aponta que:

No Brasil, ao longo dos anos, além do crescimento do número de entradas, o padrão migratório se alterou e apontou novas tendências no conjunto dos haitianos. Por exemplo, a política de concessão de vistos humanitários a partir de 2012 influenciou na maior documentação e na diminuição das entradas pelas fronteiras terrestres e a feminização e o surgimento de uma segunda geração de migrantes passaram a ser notadas. Além

disso, a migração haitiana tem sido caracterizada por uma frequente mobilidade interna, sendo visível em muitos estados e municípios brasileiros.

As novas regulações na fronteira da semiperiferia brasileira se fortalecem a partir das determinações da crise. De um país que ainda mantinha o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, como principal regimento para a imigração no país, o Brasil vivenciou em um curto período, entre 2009 e 2011, o crescimento dos fluxos dos chamados migrantes altamente qualificados, trabalhadores do setor financeiro e tecnológico, afetados pela crise de 2008 no centro; mas também, dos migrantes advindos de contextos de instabilidades sociais, a exemplo dos haitianos, presentes na investigação de Jesus (2020).

Nesse ponto, vale relacionar a nova fase de regulação do capital na semiperiferia e suas influências na atuação do Estado diante da circulação internacional de força de trabalho. O primeiro ponto é a anulação ou mera representação da categoria trabalho retida aos limites da legislação. No Estatuto do Estrangeiro, o Estado em sua forma ditatorial conceitua o imigrante como potencial subversivo, como uma reconstituição das subjetividades coletivas (MASCARO, 2013).

O período recente de acumulação e de aprofundamento da crise estrutural no Brasil impôs mudanças à legislação imigrante, cujo marco se situa em 2017, com a promulgação da Lei nº 13.445. Existem avanços na letra da lei, que passam a considerar o imigrante como um *sujeito de direitos*, equiparado aos mesmos direitos dos *cidadãos brasileiros*. Prevê, por exemplo, a garantia à *inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas*; além de uma série de direitos considerados de bem-estar social (acesso ao SUS, educação).

O fortalecimento das discussões sobre a nova legislação coincide com o esgotamento dos mecanismos políticos de coerção social e conciliação de classes sem transformações na estrutura e domínio capitalistas. No âmbito interno, o modelo produtivo que garantiu um excepcional crescimento econômico e uma mínima distribuição de riqueza produzida, revelou-se insustentável. O proletariado brasileiro e suas camadas excedentes camponesas e urbanas/suburbanas diminuíram suas possibilidades de realização material (aumento da informalidade, desemprego, fome e insegurança alimentar).

A legislação também parece seguir o contexto de intensificação dos fluxos de venezuelanos diante da crise social que se aprofunda a partir de 2015, e instrumentaliza o conceito de humanitarismo que justifica a posição geopolítica brasileira de *país receptor e integrador*. Todavia, tem-se em consideração que essa população imigrante não exerce pressão ou concorrência aos nacionais, e isso não se confunde com integração substantiva. Portanto, a legislação não visa estender condições de reprodução social verdadeiramente materiais para os imigrantes, porque essa mesma condição não é estendida para a classe trabalhadora interna: “O concreto não corresponde ao jurídico e, além disso, a burocracia, na sua organicidade, se ao mesmo tempo está imbricada nas relações sociais gerais, apresenta-se tanto em conflito com a própria sociedade quanto em conflito interno” (MASCARO, 2013, p. 81).

As condições de vida dos imigrantes de nacionalidades não-privilegiadas, maior parcela no país, são caracterizadas pelo pauperismo e informalidade. Também não se exige, nessa generalização, da importância de uma análise pontuada acerca dos ramos produtivos agroindustriais (frigoríficos¹²⁵, por exemplo), na região centro-sul do Brasil, marcados pela exploração de trabalhadores imigrantes. Nesse ramo, existem elementos concretos de uma acumulação que se sustenta na exploração de força de trabalho imigrante, apesar de não ser determinante ou primordial, diante de uma força nacional amplamente disponível ao precário mundo do trabalho.

Mais recentemente, em 2024, o país estendeu a obrigatoriedade de visto para entrada no país de um conjunto de 60 países, sob a justificativa de diminuir possíveis rotas de tráfico humano, todos países da periferia ou semiperiferia capitalistas. Em que pese a problemática do tráfico humano, se reproduz uma política tendencialmente valorativa às chamadas nacionalidades privilegiadas e de rechaço e perpetuação de condições materiais degradantes para a maior parcela dos imigrantes que estão no país. Se nas políticas migratórias durante o reordenamento geopolítico no Brasil entre a crise de 2008 e o fim do período de expansão econômica, os discursos oficiais mantiveram a postura de disseminação do país como novo destino imigratório, na atualidade, esse

¹²⁵ No livro “Onde pastam os minotauros”, Joca Terron narra a história de imigrantes mulçumanos trabalhadores de um abatedouro no centro-oeste brasileiro, marcados por contextos de extrema degradação social e moral.

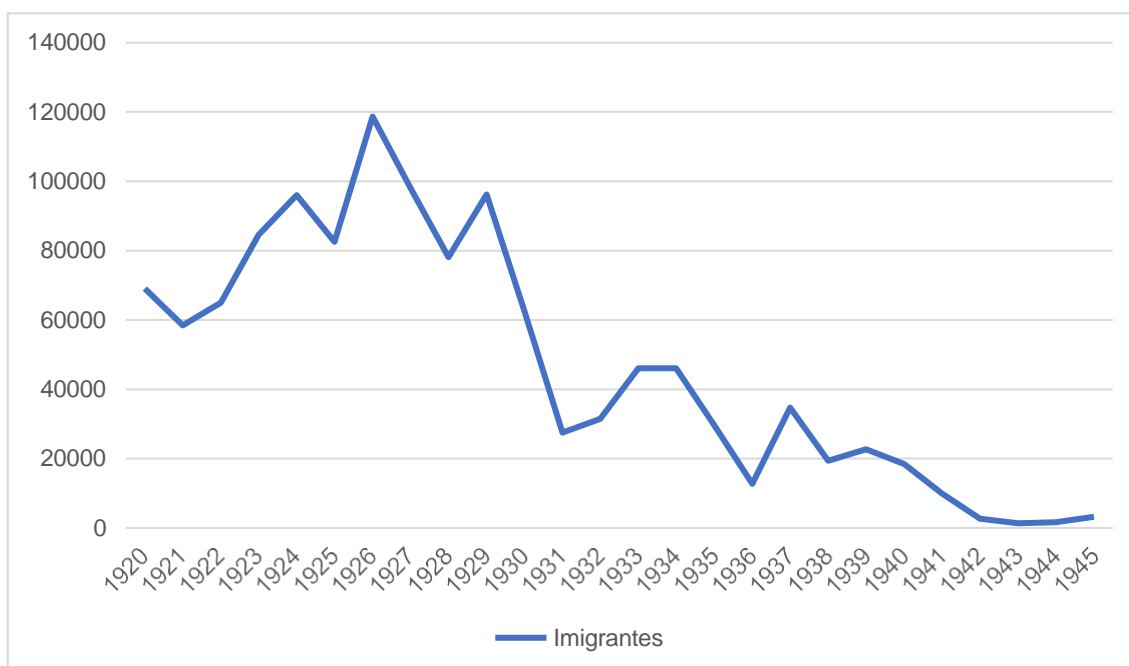
discurso mantém o elemento humanitário como objetivo principal, mas com novos elementos concretos de um protecionismo fronteiriço e de manutenção do contexto interno de informalidade e precariedade das nacionalidades menos privilegiadas da população imigrante no Brasil.

Brasil como novo destino migratório?

O projeto de modernização do país e a definição das bases de sua acumulação capitalista foram acompanhados por um aparato de definição e controle da força de trabalho, que se manifestou na legislação nacional como o trabalhador urbano nacional. Observe-se que, em detrimento dos imigrantes, principalmente daqueles considerados indesejáveis pelo regime do Estado Novo (que começou em 1937 e terminou em 1945), o construto ideológico definido pelos proprietários dos meios de produção concentrou-se no nacional.

É paradigmático que, no mesmo contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro, com o surgimento de legislações trabalhistas que protegem os trabalhadores urbanos, enquanto o mundo estava envolvido na guerra mais destrutiva da história – com a produção de diásporas em várias regiões – a política de regulação imigratória foi caracterizada por uma série de restrições. O Decreto n. 3.010, de 1938, é considerado um marco nessa mudança – de um país de atração para um país de restrição, desde o seu primeiro artigo, ao dispor sobre a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação (...) tendo em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e interesses econômicos e culturais (BRASIL, 1938). As preocupações sobre a “qualidade” do estrangeiro estavam presentes na política federal e nos discursos de intelectuais da época mencionada. Desde 1930, foi proibida a emissão de vistos para judeus, negros e japoneses, sob o argumento de desfiguração e desnaturação da população brasileira (MIGRAÇÕES, 2020). Como se vê no gráfico abaixo (Gráfico 10), os dados absolutos a partir de 1930 são caracterizados por uma constante diminuição:

Gráfico 10 - Registro de entrada de imigrantes no Brasil, 1920-1945



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estadísticas de poblamiento. p.225.

O período posterior a 1945 foi caracterizado por mudanças na geopolítica brasileira, diante dos projetos que lhe eram impostos. Por um lado, havia o imperialismo norte-americano no contexto da expansão capitalista e da competição com a influência soviética. Por outro, destacava-se a defesa da autonomia econômica nacional, principalmente em relação à exploração de recursos – como petróleo e ferro, por exemplo. Para Schwarz e Starling (2018, p. 403):

A proposta de criação de empresas estatais em áreas consideradas estratégicas significava, no entanto, entrar em rota de colisão com interesses fortemente consolidados, que favoreciam a participação de grupos estrangeiros: a Standard Oil, no caso do petróleo; a Light and Power Co. e a American & Foreign Power Co., na geração de energia elétrica. Com seus erros e acertos, o governo Vargas colocou, pela primeira vez, de forma clara, o confronto entre diferentes projetos de modernização do país (...).

O elemento seletivo do tipo de imigrante desejado pelas políticas de regulação continuou a fazer parte da lógica de modernização dependente brasileira, direcionando-se aos centros urbanos para a exploração da força de

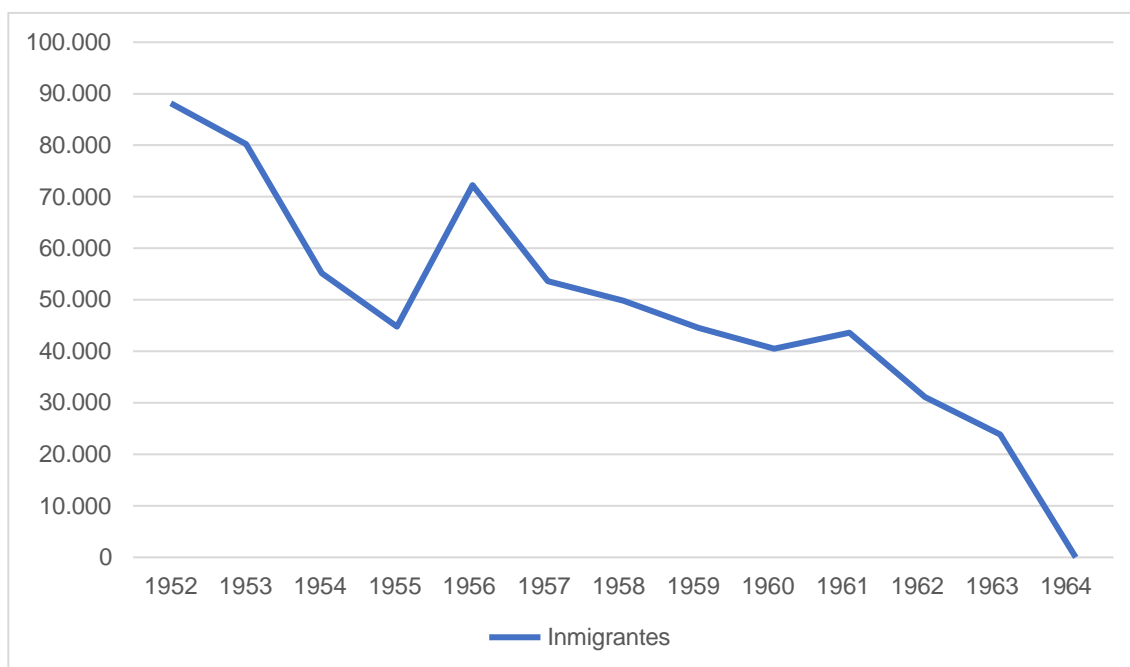
trabalho. Ainda assim, os maiores fluxos de trabalhadores para as indústrias foram compostos por populações das regiões menos desenvolvidas do Brasil, o que, segundo Villen (2018), revelou a convivência complexa entre fluxos internacionais (inclusive de indocumentados de países fronteiriços, como Bolívia e Paraguai) e nacionais, em busca de empregos e melhores condições materiais.

O baixo custo da força de trabalho do Nordeste brasileiro combinou-se com uma alta e contínua exploração do trabalho, marcada pelo racismo imposto contra esses trabalhadores. Contudo, a falta de participação política, reconhecimento de direitos e pressões por melhores salários deu-lhes vantagens em relação aos trabalhadores imigrantes, principalmente aqueles vinculados a sindicatos e lutas trabalhistas na década de 1960.

Como consequência, a industrialização acelerada do país ocorreu de forma dependente dos mecanismos de atuação do capital internacional, enquanto contava com ampla disponibilidade de força de trabalho excedente e barata. Sobre o tipo ideal de estrangeiro, a preferência pelos europeus foi mantida, de acordo com o Decreto 7.967 de 1945, com o objetivo de preservar a composição étnica e defender os trabalhadores nacionais.

Os dados sobre imigração entre 1945 e 1964 apontam para o aumento dos fluxos em comparação ao período do Estado Novo (1937-1945). Embora tenha sido alcançado o número máximo de 88.150 em 1952, a quantidade não se sustentou nos anos posteriores, conforme mostrado no gráfico (Gráfico 11):

Gráfico 11 - Registro de entrada de imigrantes no Brasil, 1945-1964



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estadísticas de poblamiento. p.225.

De acordo com Villen (2018), a imigração para o Brasil foi determinada pela condição de que esse trabalhador estrangeiro não ameaçasse os trabalhadores nacionais. Aqueles inseridos em ocupações formais eram colocados em uma posição de portadores de qualificações diferenciais, que não eram encontradas na força de trabalho nacional. Por outro lado, os menos qualificados utilizavam mecanismos informais para entrar no país, como, por exemplo, os bolivianos inseridos no circuito laboral na indústria têxtil em São Paulo (sob altas taxas de exploração, com inúmeros casos de trabalho análogo à escravidão que persistem até os dias atuais, conforme estudos sobre a questão boliviana no Brasil e a atuação do Ministério Público).

Dois pontos da escala internacional do sistema capitalista devem ser destacados:

A expansão do capital externo do centro capitalista, principalmente dos Estados Unidos, para a periferia capitalista, por meio da industrialização por substituição de importações, com empresas multinacionais (como as do setor automotivo) buscando novos mercados de produção e consumo, como parte da tendência de competição capitalista;

Uma tendência à mobilidade do trabalho imigrante de países latino-americanos, africanos e asiáticos para o centro capitalista mais desenvolvido (Estados Unidos e Europa Ocidental).

O Brasil foi inserido nesses dois processos, com a entrada massiva de capital internacional no final da década de 1950 e nos anos 1960, o que favoreceu a atração de trabalhadores imigrantes qualificados, ou seja, que não ameaçavam os nacionais, sob a política de desenvolvimento nacional. Entretanto, a preferência por rotas em direção ao centro capitalista esteve associada, de um lado, à redução dos fluxos para o Brasil e, de outro, à emigração de brasileiros, principalmente da classe média.

O golpe militar de 1964 intensificou a inserção do país na lógica do capital internacional, enquanto manteve uma política de segurança nacional restritiva quanto à inserção laboral de imigrantes e à concessão de vistos (exceto em setores estratégicos para a soberania econômica do país, segundo o Decreto 941/1969). A repressão contra qualquer movimento subversivo, luta social ou direito trabalhista, juntamente com uma economia centralizada nos interesses multinacionais, resultou em um crescimento econômico entre 1969 e 1974 sob alta exploração laboral, com ampla utilização de força de trabalho de baixa qualificação, incluindo migrantes.

A ditadura brasileira, ao longo de seus 21 anos de controle político (1964-1985), contraditoriamente fechou as fronteiras do país enquanto elaborava a primeira legislação especificamente imigratória: o Estatuto do Estrangeiro, de 1980.

No meio da década de 1970 e início dos anos 1980, os circuitos migratórios mudaram em decorrência da diminuição do crescimento econômico brasileiro, com a inflação e o aumento da desigualdade econômica reproduzindo a concentração de riqueza. São poucos os estudos sobre a chamada diáspora brasileira, cujo marco temporal mais aceito e discutido é a década de 1980.

O fim do ciclo de crescimento e da mobilidade de capital internacional, diante da crise capitalista de 1973 que se expandiu pelo mundo ao longo das décadas seguintes, colocou o Brasil em um período de estagnação da expansão industrial e de inserção nos processos de domínio de organismos multilaterais. Para atender aos requisitos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) no pagamento da dívida externa, a reestruturação intensificou a

posição agroexportadora do país para gerar superávits, enquanto perdeu-se capacidade produtiva industrial, acompanhada de intensa precarização laboral.

Nesse contexto de convulsão social, o retorno da democracia em 1985 e as proposições da Constituição de 1988 foram marcados pelas contradições da inserção do país nas mudanças neoliberais da década de 1990. Estima-se que, entre 1980 e 1990, 1,8 milhão de brasileiros emigraram, com a maioria não retornando ao Brasil.

Sobre os fluxos imigratórios, Villen (2018) explica que, desde a década de 1970, a realidade aponta para o crescimento de circuitos informais de bolivianos e coreanos para a região metropolitana de São Paulo, dada sua importância econômica nos circuitos internacionais:

Nos anos 1970, a imigração coreana era a mais representativa do padrão de inserção precária nessa indústria em São Paulo. Segundo pesquisas realizadas sobre o tema, houve uma mobilidade da maior parte desse grupo nacional para posições de empregadores, possibilitada principalmente pelo emprego da mão de obra boliviana. Nos anos 1980, a imigração boliviana passou a ocupar esse lugar precário de inserção nesse setor, ao lado de outras nacionalidades latino-americanas, como a paraguaia e a peruana (VILLEN, 2018, p. 122).

O recorte discriminatório já existente em relação aos trabalhadores do Nordeste brasileiro foi ampliado para os imigrantes indocumentados bolivianos e coreanos. A condição informal da maioria das ocupações laborais no Brasil revelou um mercado de trabalho historicamente caracterizado pela precariedade social. Enquanto os países centrais presenciaram o estabelecimento de direitos sociais a partir das lutas dos trabalhadores, a periferia do sistema foi marcada por uma industrialização acelerada das forças produtivas, sem a concessão de proteção social ao seu proletariado.

A entrada do Brasil na nova divisão internacional do trabalho a partir dos anos 1990 consolidou a incorporação de sua economia dependente, já totalmente integrada à produção capitalista, aos desígnios da reestruturação produtiva. É importante destacar que o processo de desconcentração industrial já estava em curso desde os anos 1970/1980, enquanto os planos de desenvolvimento nacional impunham o discurso de integração nacional, explorando os potenciais naturais e populacionais de cada região do país.

Os efeitos da desconcentração e da combinação da incorporação técnica às indústrias de São Paulo com a precarização das condições de trabalho contribuíram para mudanças migratórias internas. Registra-se o crescimento das chamadas migrações de retorno para regiões historicamente expulsoras de população, principalmente o Nordeste e o Norte do Brasil, acompanhando a mobilidade de setores produtivos para essas regiões e a transformação da realidade urbana e suburbana de cidades médias e pequenas (também promovida por programas de transferência de auxílio).

Na escala nacional, os ciclos de pressão social dos movimentos no campo e na cidade, que marcaram os anos 1980 no Brasil, foram seguidos pelo domínio neoliberal nos anos 1990. Perry Anderson (2020) discute esse processo como uma intensificação da desestruturação já em curso, em países que emergiam de ditaduras responsáveis pela repressão de movimentos políticos e sociais. A estabilização da economia com a implementação do Plano Real (1994) representou uma mudança importante nesse processo de inserção, após anos de inflação elevada e tentativas fracassadas de mudanças monetárias.

As discussões sobre mudanças ambientais e a posição central do Brasil em conferências internacionais, juntamente com a construção de um bloco econômico na América do Sul – o Mercosul –, restabeleceram a posição geopolítica brasileira. Segundo Braga (2012), a década de 1990 foi caracterizada por um ciclo aprofundado de privatizações de empresas nacionais estratégicas, que, aliado à mundialização da acumulação capitalista brasileira, resultou no desemprego de milhões de trabalhadores, integrados à nova reestruturação. Os dados apontam um aumento da taxa de desemprego de 3% em 1989 para 9,6% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1999.

A partir do conceito de capital-imperialismo analisado por Fontes (2009), apresenta-se o mais recente cenário da posição brasileira na DIT (Divisão Internacional do Trabalho), incluindo suas relações com a atração de diferentes fluxos migratórios, o que configurou um padrão de imigração polarizada (VILLEN, 2018). O neoliberalismo aprofundou a concentração e monopolização do capital no Brasil, especialmente nos setores mais dinâmicos – agronegócio, telecomunicações, mineração, construção civil, por exemplo. A posição de exportador de commodities se manteve no século XXI, e, ao contrário de países como a Coreia do Sul, por exemplo, setores de inovação tecnológica e alto valor

agregado não foram incentivados e desenvolvidos como pilares para o mercado externo. O parque tecnológico brasileiro foi desenvolvido em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a atuação de multinacionais dos países centrais, principalmente, e a mobilização de investimentos públicos em pesquisa para a produção de patentes.

O período entre 2000 e 2010 foi caracterizado pela transnacionalização de empresas brasileiras vinculadas à exportação de bens primários e exploração de recursos naturais (ferro, petróleo e gás, terras para soja e milho transgênico, aço, carne bovina e processados), como parte da reestruturação do capital nacional e das mudanças internacionais. Sob a expansão do mercado consumidor da China, a economia exportadora brasileira foi marcada por um processo de considerável crescimento, mesmo diante dos efeitos da crise de 2007-2008. No mercado interno, as medidas de transferência de renda (Bolsa Família) à população mais pobre do Brasil favoreceram a expansão do consumo e a dinamização da produção (de indústrias de bens não duráveis, por exemplo), no Nordeste brasileiro, historicamente exportador de trabalhadores nas décadas anteriores. Villen (2018) considera esse contexto decisivo para uma nova mudança nos processos migratórios e imigratórios no Brasil, pois as mudanças internas e internacionais colocaram o país como um polo de atração, junto aos países periféricos em expansão econômica.

Basso (2018) constrói uma análise dos países centrais sobre o papel das políticas de controle nas fronteiras, para que a questão migratória seja entendida centralmente como um tema vinculado à segurança. No entanto, a crescente militarização nesses países estabelece mudanças comparativas entre a transição do século XIX para o XX e a do XX para o XXI. Na primeira, o capitalismo se encontrava na expansão do imperialismo e, na segunda, na revolução dos meios de produção, responsáveis pela mobilidade de trabalhadores de países já plenamente industrializados ou periferias no centro, para novos espaços de expansão, principalmente no continente americano. A dinâmica da segunda transição é de um sistema já plenamente constituído, em que as contradições do modelo de acumulação são responsáveis pela diminuição das taxas de lucro, precarização do trabalho assalariado (direitos resultantes de lutas em séculos anteriores) e aumento do desemprego. Os fluxos não estão mais concentrados em uma rota específica, mas em diferentes fluxos

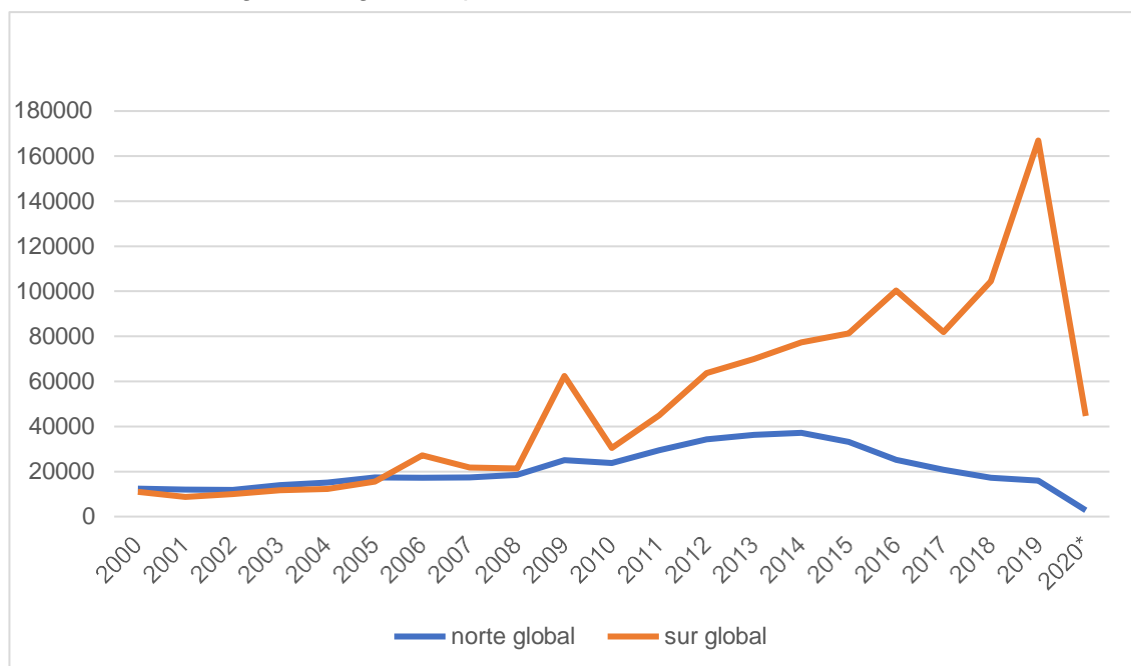
que se intermediam, entre os centros capitalistas – países da Europa do Sul para países mais desenvolvidos da Europa –, entre países da periferia para o centro e entre as periferias da DIT.

No caso do Brasil, desde a crise de 2008 e o crescimento econômico em 2010 (7,5%), houve um aumento dos fluxos migratórios vindos de países do Sul Global. Esse processo está inserido em um contexto de atuação no Mercosul e nos acordos de mobilidade entre os países membros, além da imagem de uma potência econômica em ascensão, ao lado de China, Índia, África do Sul e Rússia (BRICS), e da atuação do governo federal na crise humanitária no Haiti. Além disso, em 2009, a política de imigração estendeu a emissão de anistia para aqueles em situação irregular. Esses acontecimentos se somaram na constituição da ideia de um "sonho brasileiro" em meados de 2011, enquanto a maioria dos países do centro capitalista, principalmente os EUA e a Europa Ocidental, estavam em recuperação econômica e reforçavam os cercos nas suas fronteiras.

O contexto atual é caracterizado pela inserção do Brasil na era das migrações globais (BAENINGER, 2021), em um contexto de processos de mobilidade do capital e da força de trabalho, crises econômicas e políticas em diferentes regiões do mundo, acordos bilaterais geopolíticos e processos resultantes da periferia do capitalismo global.

Os dados do Sistema Migratório Nacional, entre 2000 e 2020, apontam, por um lado, para o aumento dos fluxos imigratórios para o Brasil – os dados são dos imigrantes registrados, ou seja, não há um panorama dos informais ou sem documentos –, por outro, uma intensificação dos fluxos do Sul (América Latina, África e Ásia, com exceção do Japão), principalmente a partir da segunda metade da década de 2000. De acordo com o gráfico (Gráfico 12):

Gráfico 12 - Registro imigratório para o Brasil, 2000-2020



Fonte: SISMIGRA, a partir dos dados levantados por Baeninger (2021).

As duas capas do jornal *The Economist* sobre o capitalismo brasileiro (2009 e 2013) servem como um interessante paradoxo dos prognósticos econômicos e geopolíticos dos apologistas do capital em relação ao Brasil. Em um primeiro momento, destaca-se a expansão econômica brasileira, com o aumento das expectativas da população, aumento da população assalariada e diminuição do desemprego (com a manutenção de uma ampla informalidade); em um segundo contexto, com a diminuição do ritmo de crescimento e o esgotamento da acumulação, o mercado externo diminui as expectativas em relação ao capitalismo brasileiro, com a recuperação das taxas de acumulação nos países centrais e a diminuição da demanda de consumo da China.

Em 2009, ano da primeira capa, as discussões sobre novos tratados e decretos de regulação migratória tornaram-se um ponto importante na atuação externa do Brasil. Nesse ano, foi promulgado o Acordo de Residência para os países do Mercosul, Bolívia e Chile, com o objetivo de combater o tráfico de pessoas para a exploração trabalhista. Os estrangeiros passaram a ter igualdade de direitos civis, direito à reunião familiar, igualdade de tratamento em relação aos nacionais, acordos de previdência, direito de transferir recursos e os filhos nascidos no Brasil passaram a ter direito à nacionalidade e todos os direitos

associados à Constituição de 1988. Em 2011, o acordo foi ampliado, com a adesão do Equador e Peru. A concessão de anistia aos imigrantes irregulares permitiu a regularização de 45.008 pessoas, ainda em 2009. A condição polarizada da imigração foi marcada nesse contexto pelo aumento dos vistos de trabalho concedidos a trabalhadores do Norte Global, mobilizados por empresas multinacionais e com alta especialização, diante dos efeitos da crise financeira. Ainda assim, destaca-se o aumento considerável de imigrantes originários de países do Sul Global, principalmente sob as solicitações de refúgio, cuja relação indissociável com a busca de trabalho e melhores condições materiais é destacada por Villen (2018).

Nesse sentido, o Estatuto do Refugiado, de 1997, e a nova lei de migração, de 2017, além do Acordo de Residência do Mercosul, de 2009, possibilitam a permanência documentada de imigrantes, transformando o Brasil, muitas vezes, no país possível e não no desejado nos projetos migratórios (VILLEN, 2018, p. 11).

O aumento dos fluxos de refugiados haitianos e africanos a partir de 2010 representa a outra fase desse contexto de mudanças na população migrante para o Brasil, embora as distinções de idioma e a ausência de uma legislação geral de socialização de direitos e valorização da força de trabalho imigrante tenham se mostrado barreiras para o estabelecimento permanente.

Em 2013, o Brasil falhou em atender às expectativas dos economistas do mercado mundial, com a diminuição do crescimento econômico e o fim do ciclo de expansão das exportações. Os trabalhos de Antunes (2020) e Braga (2012) apontam para a condição estrutural de um mercado de trabalho brasileiro que se expandiu entre 2000 e 2014, mas sem romper com a informalidade e a precariedade social que caracterizaram as ocupações laborais.

A histórica política de seleção de um tipo ideal de imigrante continuou a fazer parte das políticas do Estado brasileiro em relação aos trabalhadores imigrantes, estendendo essa mentalidade à sociedade brasileira. Nos ciclos de crescimento e expansão geopolítica, o Brasil foi apresentado como um país acolhedor, sem discriminação, como ocorreu na década de 2000 até aproximadamente 2014, enquanto a crise política se combinava com a expansão da crise econômica, cujos resultados mais visíveis foram o aumento do

desemprego, o fim das expectativas de um país do futuro e a mudança nas forças políticas dominantes (a direita chegou ao poder em 2016 e abriu espaço para a eleição da extrema-direita em 2018).

No entanto, os fluxos de trabalhadores estrangeiros diminuíram entre 2016 e 2017, enquanto os fluxos de refugiados venezuelanos se expandiram a partir de 2017 até 2020, com o decreto de medidas de fechamento das fronteiras (em destaque, a fronteira norte, onde chegaram a maioria dos imigrantes venezuelanos).

Nesse contexto, a Lei do Migrante (13.445/2017) é um marco histórico nas políticas de regulação dos processos migratórios no Brasil, pois estabelece uma ruptura com a categoria de estrangeiro sob os marcos do Estatuto do Estrangeiro, de 1980, no contexto da ditadura militar (1964-1985). Baeninger (2021) faz um panorama da imigração no Brasil no século XXI:

- A inserção brasileira no contexto das migrações internacionais a partir da América Latina e Caribe, África e Ásia;
- A presença do Estado em distintas modalidades migratórias, seja pela mobilidade do capital, seja de caráter humanitário;
- A polarização das ocupações, com processos bimodais – concentração de trabalhadores com salários baixos e pouca formação profissional ao lado da circulação de profissionais de alta escolaridade e melhores salários;
- Distinções de nacionalidades na inserção laboral;
- Informalidade;
- Fortalecimento de um novo segmento de trabalho para imigrantes internacionais: os frigoríficos;
- A possibilidade de documentação migratória que garante os direitos da Constituição Cidadã de 1988, inclusive a mobilidade da população no país.

Baeninger (2020) desenvolve uma série de contribuições sobre o panorama migratório e a inserção da Lei do Migrante como marco histórico no Brasil. De fato, as discussões sobre a necessidade de uma lei que ampliasse os direitos da Constituição de 1988 surgiram no horizonte da política externa brasileira desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, no âmbito da atuação do Mercosul (criação de uma zona de livre circulação, por exemplo) e

da nova cena geopolítica do país, seguindo as orientações dos principais organismos multilaterais. Antes da atuação do Estado na acolhida dos imigrantes, as principais instituições eram grupos da sociedade civil, como a Igreja Católica, organizações não governamentais e redes estabelecidas entre os próprios imigrantes (principalmente aqueles em situação de indocumentação).

Um dos pontos principais e ainda pouco desenvolvido nas instâncias locais é que a Lei do Migrante estabelece a relação entre Estado, organismos internacionais e instituições nacionais a partir da atuação dos municípios. Historicamente, São Paulo é a cidade e município no Brasil com maior avanço no aparato de acolhida e inserção dos imigrantes, mesmo com a intensa imigração de haitianos entre 2012/2013.

A partir de abril de 2018, começou a política de interiorização da imigração venezuelana, enquanto o aumento dos fluxos foi caracterizado como um problema social, principalmente na fronteira norte amazônica. Para que o imigrante fosse autorizado a migrar no território brasileiro, deveria se apresentar apto, a partir de critérios de seleção, o que revelou a visão do Estado sobre os venezuelanos, em específico, e sobre os imigrantes do sul global, em geral (em um contexto de aumento da força da extrema direita nacionalista). Além da interiorização formal sob o Programa Federal, desde 2015, Baeninger (2020) destaca um processo de interiorização informal, sem qualquer articulação com os poderes locais. A condição de inserção desses sujeitos na sociedade brasileira é caracterizada pela informalidade laboral e marginalização social, somando-se à maioria da população trabalhadora brasileira no final dos anos 2010. A esperança de crescimento econômico, posição geopolítica e aumento do salário médio na década anterior se distancia da nova realidade de intensificação das políticas neoliberais, diminuição do PIB e do salário obreiro e multiplicação dos empregos precarizados. Embora as proposições da Lei do Migrante tenham sido apresentadas como modernas e democráticas, a realidade aponta para o argumento de que: “O Brasil se tornou o país possível e não o país desejado; possível, em especial, devido à imigração documentada a partir da nova Lei de Migração” (BAENINGER, 2020, p. 359).

A geografia dos fluxos migratórios atuais no Brasil inclui os tradicionais espaços de migração internacional no sul e sudeste brasileiros, além de novos

fluxos direcionados para outras regiões. Além das capitais e regiões metropolitanas, como São Paulo, Manaus, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Velho, Boa Vista, Campinas e Salvador, somam-se as regiões de fronteira, as regiões no litoral e interior do território nacional, e localidades do agronegócio, onde se concentram os frigoríficos. Conforme Villen (2018), trata-se de uma pulverização dos fluxos migratórios para outras regiões, além dos espaços de concentração industrial. A partir da segunda metade da década de 2010, surgiram novas rotas de imigração, a partir da fronteira amazônica, com taxas de informalidade elevadas (indocumentação). Além disso, a dinâmica de reprodução no agronegócio brasileiro, como fenômeno da produção capitalista global, favoreceu a inserção laboral de imigrantes refugiados sírios e venezuelanos.

A preponderância da informalidade na inserção laboral imigrante no norte, nordeste e centro-oeste, e da formalidade no sudeste e sul – frigoríficos e zonas industriais e comerciais. Embora o nível de formalização seja alto, principalmente nos frigoríficos, as condições laborais são caracterizadas pela alta rotatividade de força de trabalho e pela precariedade.

O ano de 2020 está impresso no imaginário global como um marco divisório nos processos econômicos, políticos e sociais do sistema capitalista, com o início da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, o aprofundamento da política de fechamento de fronteiras e a diminuição dos fluxos de pessoas e mercadorias teve impacto nos processos migratórios globais. No Brasil, desde 2017, quando a nova lei imigratória foi aprovada, as solicitações de refúgio de venezuelanos e sírios tiveram um aumento exponencial, servindo como instrumento político da coalizão de extrema-direita que obteve a vitória nas eleições presidenciais de 2018. Além disso, a pandemia revelou a seletividade das migrações, com a estratificação social do acesso à mobilidade espacial (por exemplo, foram publicadas 21 portarias federais para impedir a entrada de pessoas nas fronteiras internacionais, entre março e novembro de 2020).

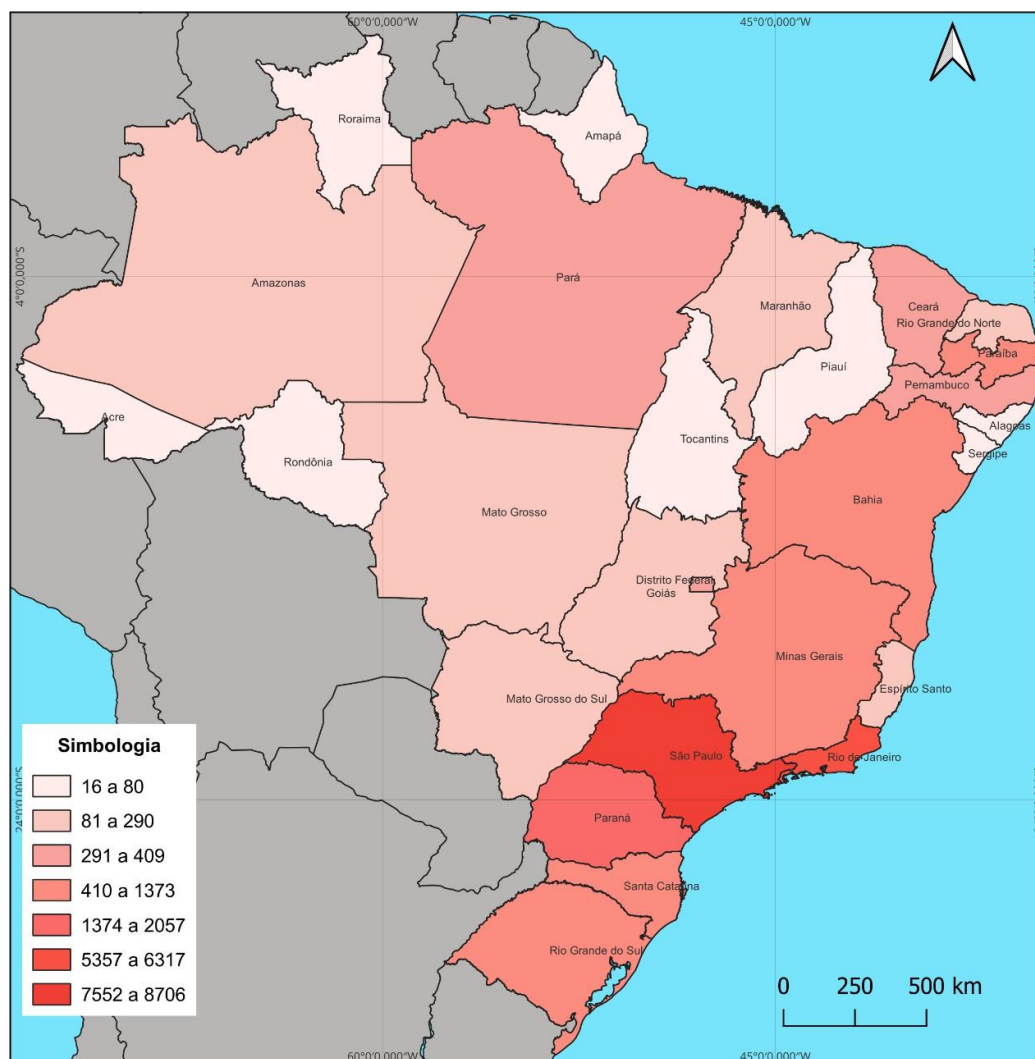
A diminuição dos impactos da pandemia a partir de meados de 2023 trouxe um processo de recuperação econômica e novos direcionamentos na política externa do Brasil, com uma diminuição de sua posição geopolítica na América do Sul e no sul global.

A geografia dos fluxos imigrantes no território brasileiro

A partir da análise de dados e produção de mapas, foi possível traçar um panorama sobre a mobilidade dos fluxos imigrantes entre as regiões e locais no Brasil, entre 2000 e 2023, período de disponibilidade dos dados da Polícia Federal, coletados no SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório), que inclui as solicitações de imigração, tanto temporárias quanto permanentes. Para a produção dos mapas, foram escolhidos quatro marcos temporais: 2000, 2010, 2014 e 2019.

Entre 2000 e 2019, ano anterior ao início da pandemia de Covid-19, a tendência de crescimento dos dados absolutos de imigrantes no Brasil acompanhou um processo de interiorização dos fluxos, embora tenha se mantido a posição central de São Paulo na atração e concentração (também é em São Paulo onde se concentram as forças produtivas do país). Destaca-se a importância da fronteira norte amazônica para os fluxos mais recentes, de venezuelanos e colombianos, principalmente, de modo que Amazonas e Roraima, que apareciam em 2000 e 2010 com poucos registros, passaram a ser, em 2014 e 2019, os principais receptores de imigrantes, ao lado das regiões sudeste e sul (Figura 16).

Figura 13 – Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2000

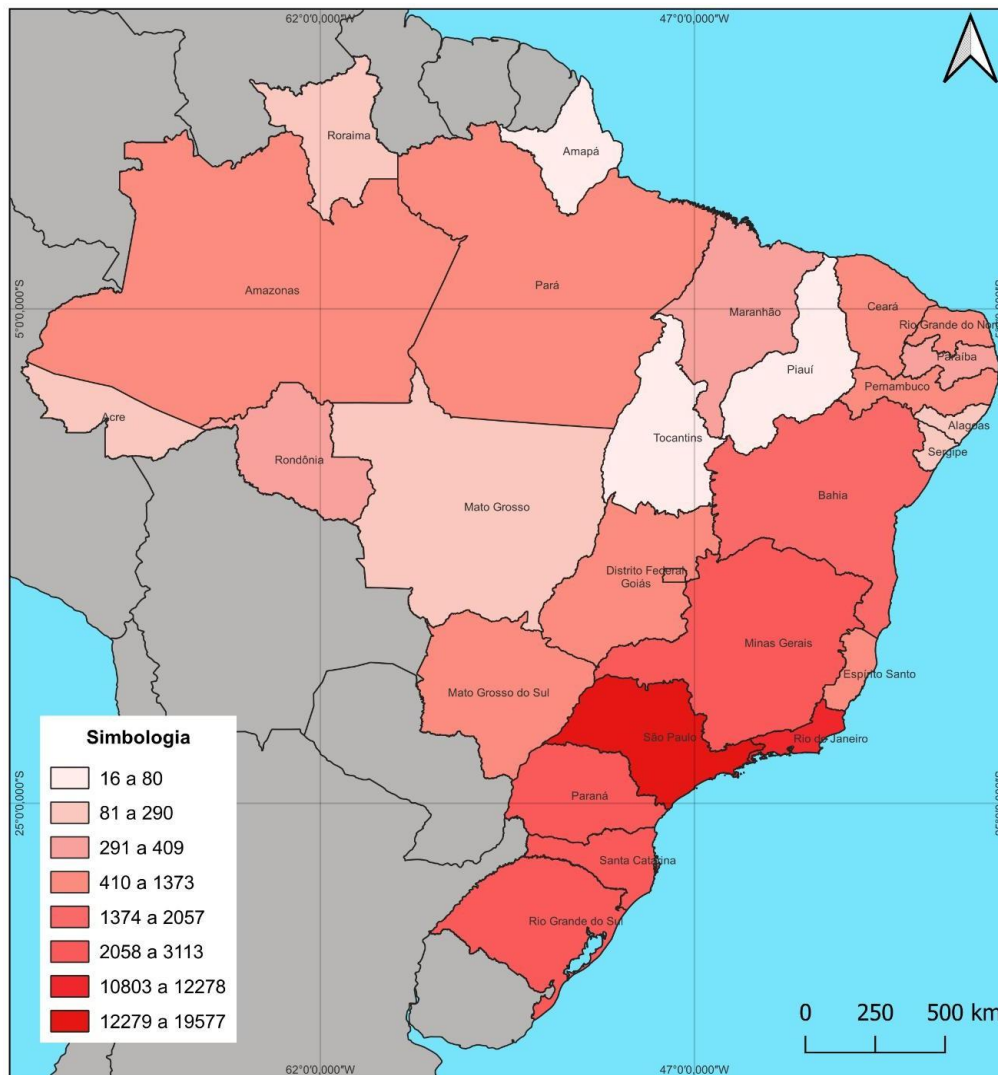


Dados: SISMIGRA, 2000

Começamos com o primeiro mapa, de 2000, onde não se observam números absolutos expressivos de registros de estrangeiros, mas, ainda assim, podemos entender o contexto de inserção do país em uma nova dinâmica regional e internacional. A partir deste ano, o Brasil conseguiu acordos econômicos importantes que posteriormente seriam responsáveis pelas mudanças nos decretos e regulamentações de mobilidade internacional, dentro do âmbito do Mercosul e de ajudas humanitárias (como a Declaração de Santiago, de 2004, e o Acordo de Residência para Nacionais do Mercosul, de 2009). Embora o Brasil ainda não tivesse mudado significativamente sua rota para as migrações internacionais, as regiões historicamente de concentração (São Paulo e Rio de Janeiro) se destacaram no mapa. Essa realidade não mudou

até o presente, no entanto, a diferença relativa em relação a outras localidades diminuiu, em um processo de interiorização e distribuição diante da concentração na região mais industrializada (Figura 17).

Figura 14 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2010



Dados: SISMIGRA, 2010

Por meio da política migratória, realizada a partir do Acordo de Residência, são os reconhecidos direitos como o direito ao trabalho e ao exercício de atividades remuneradas, os direitos civis iguais aos dos nacionais afirmando tratamento igualitário entre os mesmos, direito e reunião familiar, o que estender os direitos previstos ao solicitante da residência aos seus familiares, direitos previdenciários, direitos de transferir recursos, dentre eles a transferência de remessas, direitos dos filhos dos imigrantes residentes, inclusive acesso básico à educação (MONFREDO, s.n, p. 4-5).

As mudanças expressas no mapa de 2010 apontam para uma condição espacial distinta do início do século XXI. O Brasil se inseriu em uma nova cena mundial, marcada pelo otimismo global e nacional em relação ao crescimento econômico e à sua importância geopolítica. Não é por acaso que, desde 2009, o país tenha mudado sua posição global nas rotas de imigrantes, com a promulgação do Decreto de Residência do Mercosul, de 2009; o Estado também anistiou os estrangeiros em situação irregular por meio da Lei 11.961. A chamada imigração polarizada, conceituada por Villen (2018), alcançou sua máxima expressão neste período, enquanto fluxos de países afetados pela crise de 2008 expulsaram setores de força de trabalho mais qualificada, empregados em áreas de alto nível do sistema produtivo, principalmente nos setores tecnológico e financeiro.

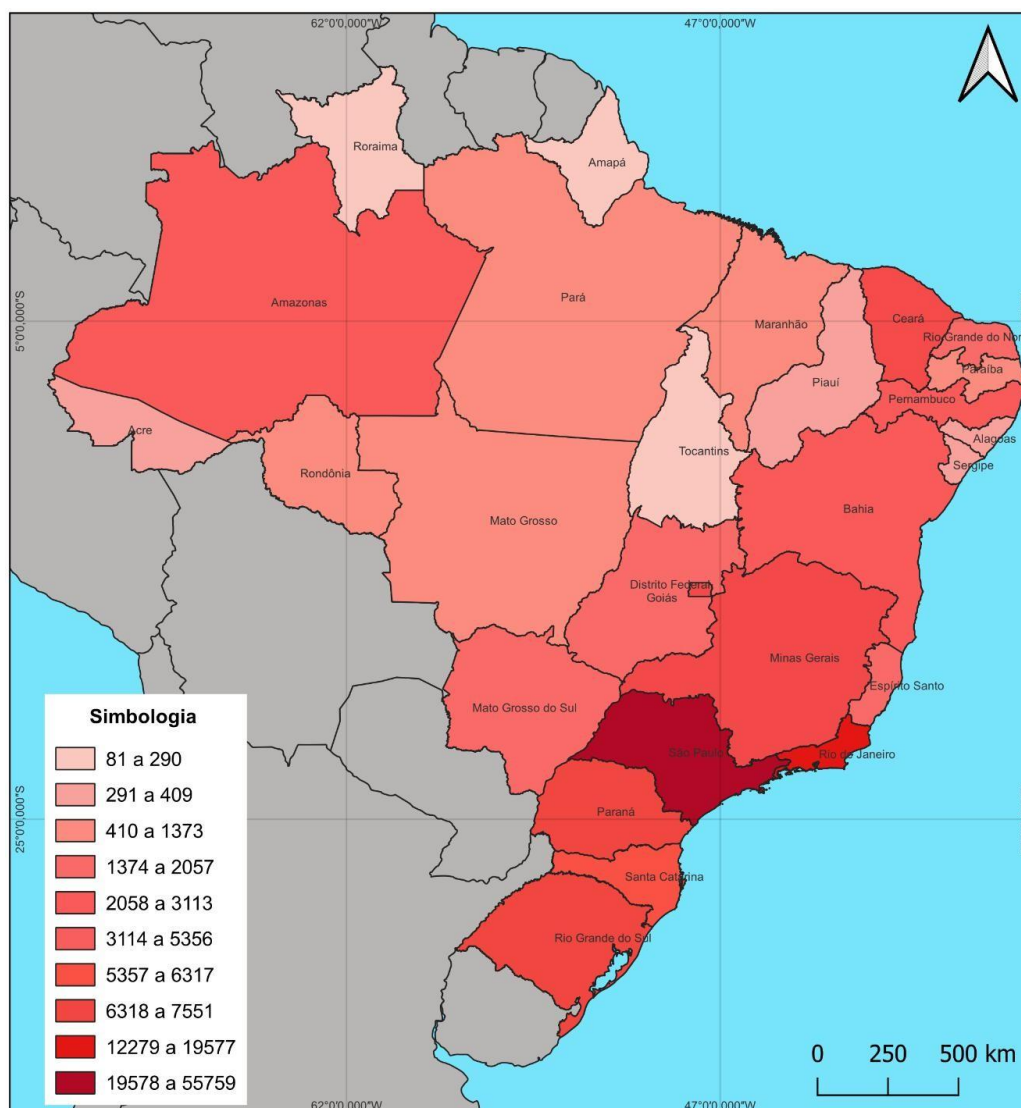
Por outro lado, documenta-se a chegada de um número maior de estrangeiros provenientes da América do Sul e da América Central (principalmente do Haiti), atraídos pelo Brasil. Esses trabalhadores foram empregados principalmente nos setores de expansão da cadeia produtiva do agronegócio, concentrando-se nos frigoríficos do sul e oeste do Brasil; no caso específico de bolivianos e paraguaios, especialmente na indústria têxtil. Além disso, haitianos e estrangeiros de países africanos ocuparam, em geral, trabalhos informais nos centros urbanos, muitas vezes sem acesso à segurança social, integrando-se nas camadas de trabalhadores brasileiros que já faziam parte do vasto setor informal.

Em 2014, os efeitos da crise mundial já indicavam o esgotamento do modelo de crescimento sustentado baseado na exportação de bens primários

(soja e milho, principalmente), com a diminuição do crescimento chinês e os processos internos de esgotamento da política de consenso de classes, juntamente com as pressões da classe trabalhadora nacional por melhores condições de vida (BRAGA, 2012; ANTUNES, 2020). No entanto, o número absoluto de migrantes internacionais continuou crescendo, enquanto o processo de interiorização para outras regiões impunha uma nova configuração.

O nordeste, por exemplo, experimentou um aumento de fluxos migratórios que não se via há décadas, especialmente em estados mais populosos como Bahia, Pernambuco e Ceará, e nas regiões metropolitanas das capitais administrativas. O comércio informal estava em expansão, relacionado principalmente às atividades turísticas (oito das nove capitais do nordeste estão localizadas no litoral atlântico), além da comercialização de produtos de baixo valor agregado. No caso de Sergipe, a unidade federativa menor e menos populosa do nordeste, os dados passaram de 37 para 334 registros entre 2000 e 2014, sem contar os possíveis indocumentados (Figura 18).

Figura 15 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2014



Dados: SISMIGRA, 2014

Entre 2014 e 2019, as mudanças estruturais provocadas pela crise econômica resultaram no avanço de políticas de austeridade e no aumento das taxas de desemprego e informalidade. No entanto, a entrada de estrangeiros atingiu um pico, de acordo com o SISMIGRA, com 182.981 registros. Como comparação, em 2000 foram registrados 23.427, em 2010, 54.237 e em 2014, 114.527.

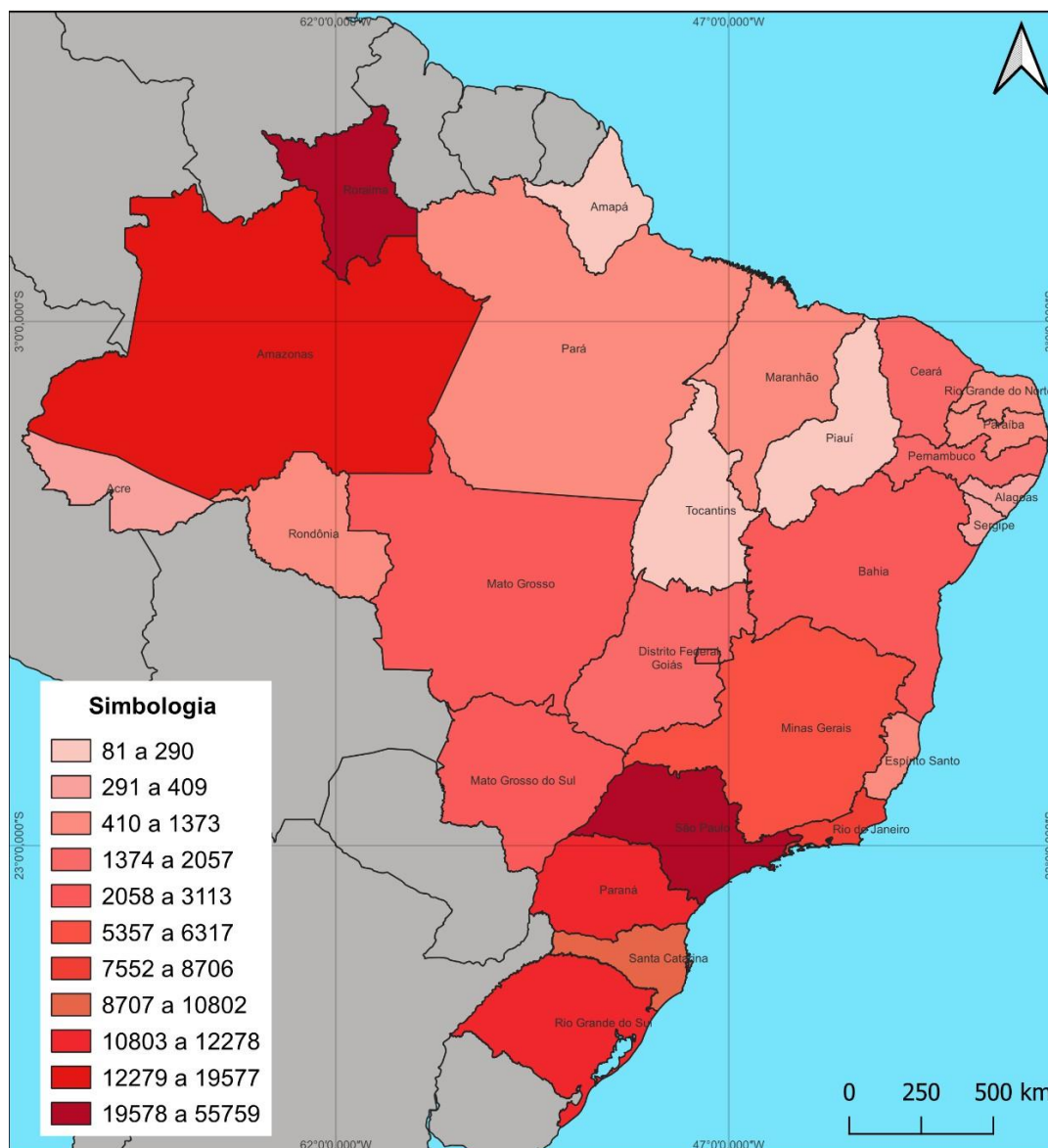
O número de 2019 é explicado pelo impulso dado à entrada de venezuelanos, principalmente por meio da fronteira norte (Figura 19). Os dados apontam para 89.828 registros cuja nacionalidade declarada foi venezuelana. No entanto, o crescimento já havia sido observado desde 2017, ano da promulgação

da Lei de Migração, e desde 2018, com o Programa de Interiorização para a população venezuelana residente em Roraima, no extremo norte brasileiro. Desde então, uma série de estudos tem sido desenvolvida sobre os processos de integração dos venezuelanos à sociedade brasileira, com destaque para a análise qualitativa e crítica de Villen (2018).

Villen (2018) aponta uma centralidade no discurso de extensão dos direitos humanos, acompanhado pela instrumentalização política, a partir de uma direita e extrema-direita que acabou utilizando a conjuntura venezuelana como mecanismo de representação de seus ideais. Embora a realidade indique a falta de integração entre os poderes locais e federais com o objetivo de integrar a população estrangeira nas ocupações laborais, na proteção de direitos sociais e no acesso universal à educação, saúde, esporte e segurança.

Os dados isolados das particularidades de cada caso, grupo ou família limitam a análise à generalização e construção de hipóteses sobre a posição do Brasil no panorama internacional da diáspora. No entanto, os argumentos de Villen (2018) sobre as principais características da nova condição imigratória no Brasil no século XXI apontam, de um lado, o privilégio concedido aos trabalhadores qualificados, inseridos no mercado formal, longe da precarização e precariedade social; e, de outro, a presença dos “periféricos na periferia”, marcada pela condição estrutural de indocumentação e pela ausência nos dados oficiais. Ao discutir a inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro, Villen (2018) escreve sobre a constante situação de estigmatização: de crime, violência e crise social: “De toda forma, viver sem documento é ter medo de ser preso, deportado, denunciado, de pagar multas, de ter que abandonar tudo, sobremodo, de perder o trabalho” (VILLEN, 2018, p. 299).

Figura 16 - Distribuição dos fluxos de trabalhadores imigrantes no Brasil, 2019



Datos: SISMIGRA, 2019

De fato, o exercício da pesquisa sobre imigração no Brasil exige cuidados analíticos, inclusive diante dos discursos contemporâneos que proclamam uma mudança na condição de país migratório para um país imigratório. Desde 2010, intensificou-se a ideia de um país receptivo e formado pela mistura de raças, destacando-se a missão humanitária brasileira no Haiti, cuja realidade é contrastada no contexto de intensificação da crise, aumento do desemprego e ascensão da extrema direita nas forças políticas. Isso revela o caráter racista e desigual na concessão de vistos, a necessidade de anistias para os

indocumentados, sem uma articulação com os diversos poderes locais para a melhoria social e laboral.

SEÇÃO V – A DESMEDIDA (RE)VELADA NA PESQUISA DE CAMPO

*Apenas nos pusimos en dos pies
Comenzamos a migrar por la sabana
Siguiendo la manada de bisontes
Más allá del horizonte
A nuevas tierras, lejanas
Los niños a la espalda y expectantes
Los ojos en alerta, todo oídos
Olfateando aquel desconcertante paisaje nuevo,
desconocido
(Movimiento, Jorge Drexler)*

A crise é o avesso do capital e é a materialização da sua tendência à desmedida (GRESPLAN, 1994). A imigração para os países da semiperiferia capitalista parece de um lado apontar para ocupações que exigem qualificação e que estão vinculados às formas derivativas do capital, que não produzem mais-valor, mas que incorporam relações de domínio do capital. De outro, para as ocupações da superpopulação relativa, caracterizadas pela instabilidade e insegurança em todos os seus âmbitos. As ocupações que associam a imigração às formas constitutivas do capital, que envolvem produção direta, portanto, exploração de mais-valor, são aquelas exemplificadas pelos trabalhos da agroindústria brasileira, da indústria têxtil e da construção civil. A substância da crise está presente nos três campos. Ela se expressa e se apresenta de modo mais evidente na superpopulação relativa, que forma a maior parte da população trabalhadora imigrante nos países analisados (Brasil e México). Nos campos realizados na Cidade do México e em Aracaju, duas realidades particulares, a desmedida está nos relatos fornecidos pelos entrevistados, em forma de busca por um emprego estável. É a realização material o pressuposto de uma travessia que envolve uma série de singularidades (os dois conceitos, particular e singular serão constantemente interligados à análise da totalidade).

Nas realidades brasileira e sergipana notou-se a importância do Programa Acolhida citado nas entrevistas. O Programa situa-se no quadro recente de mudança da legislação oficial de regulação imigratória como resposta aos fluxos de venezuelanos na fronteira amazônica. Seus objetivos foram elaborados em 2018 em Medida Provisória n. 820/2018 convertida em Lei n. 13.684/2018 e são descritos no discurso oficial como garantia de atendimento aos refugiados e

migrantes venezuelanos e a realocação voluntária dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil; a ação envolveu a militarização da região fronteira e se justificou pela constituição e reprodução da precariedade exposta no espaço através do aumento da população supérflua em acampamentos.

A primeira entrevista que elencamos foi realizada com o Sr. Ramón, venezuelano que migrou através do Programa Acolhida. Ele nos informa que a única coisa que precisa *es um empleo*, e que seu objetivo é se estabelecer em Aracaju junto com sua família. Sua entrevista foi realizada de forma concomitante a da sua parceira, a senhora Meireli, também venezuelana, ambos de idades não identificadas (entrevistas realizadas em dezembro de 2024):

*¿Desde hace cuánto tiempo que están acá? (investigador)
Nosotros estamos aquí en la calle próximamente 5 años (...).*

Ambos migraram a partir de Roraima, no extremo norte do Brasil e quando perguntados sobre as motivações sobre migrar até Aracaju, informam que por conta das condições de vida em Roraima, em Boa Vista, que eram difíceis.

*Mejor nos tocó este interior (Aracaju).
Ahí (em Boa Vista) estábamos apurando (...) vivimos un tiempo en una plaza llamada la Cuba, entonces tuvimos bueno ocho meses viviendo en ella.*

Os entrevistados ressaltam o apoio fornecido pela Caritas em Aracaju, ao situar-se como principal fornecedor dos serviços de atendimento à saúde e alimentação aos moradores de rua e aos imigrantes. Contudo, o senhor Ramon resalta ao longo do seu relato, a necessidade de emprego, pois há dois anos, segue desempregado. O trabalho é central na realização material do ser humano e para os imigrantes, os desafios encontrados na nova realidade deparada permeiam uma série de questões descritas durante a atividade coletiva a qual o pesquisador foi convidado a participar, em novembro de 2024: falta de documentação oficial brasileira, a ausência de uma escolaridade suficiente ou mesmo casos de diplomados do Ensino Superior nos países originários, que encontram dificuldade para buscarem ocupações na área de formação,

impossibilidade e burocracias para o acesso a políticas de distribuição de renda, acesso à saúde e direito à moradia.

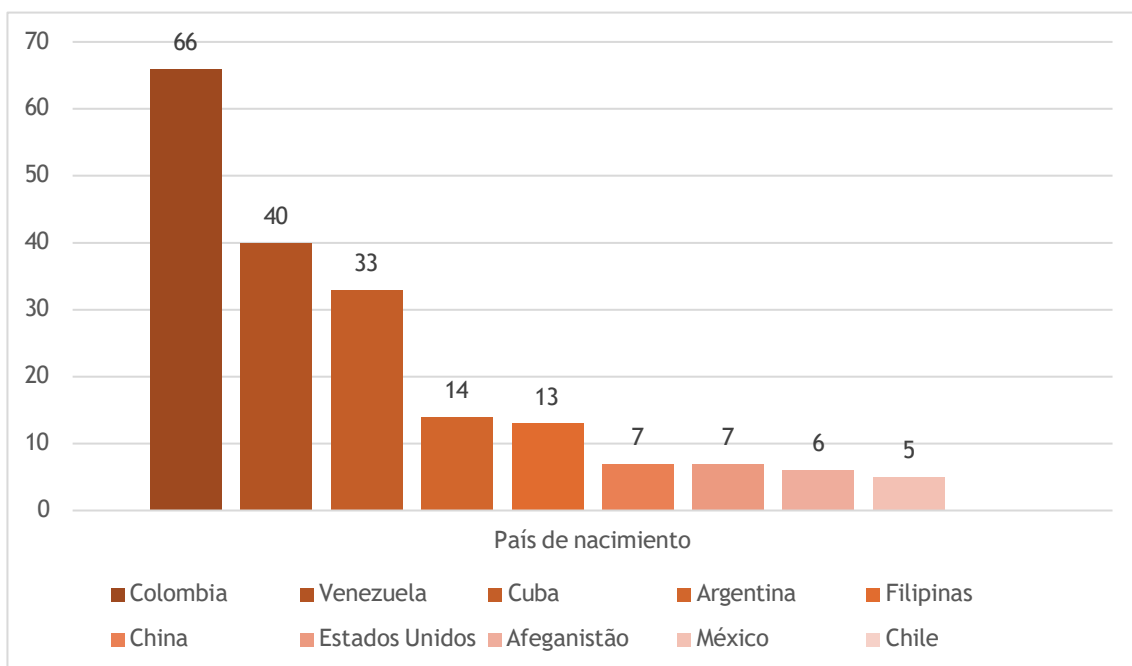
*Antes yo vivia del reciclaje (os dois viviam dessa ocupação).
Ahora siento es muy, muy, muy difícil lograr un trabajo.*

Quando perguntados sobre a atual condição, informam que recebem contribuição da arquidiocese de Aracaju e ao longo da entrevista também apontam para a existência de uma filha que migrou para o Brasil quando os dois já estavam estabelecidos. Eles receberam no período a contribuição do Bolsa Família, mas desde fevereiro de 2024 encontra-se bloqueado. O Programa Bolsa Família é destinado aos imigrantes como garantia prevista no ponto VIII do Art. 4º da Lei de Imigração de 2017 – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. O caráter recente do processo migratório para cidades como Aracaju se combina à falta de um direcionamento local (de políticas públicas locais, organizações que possam reunir esses sujeitos e repassar as informações necessárias para o acesso aos serviços), e se contrasta com outras localidades, como São Paulo, que semelhante à realidade da Cidade do México, presencia grupos de coletivos que realizam mutirões de cadastro dos imigrantes ao sistema do CadÚNICO.

De acordo com os dados mais recentes sobre imigração em Sergipe, as nacionalidades latino-americanas despontam como as principais documentadas no estado. Colombianos¹²⁶ despontam na primeira posição, seguidos dos venezuelanos e dos cubanos (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Principais nacionalidades em Sergipe, Brasil, 2022

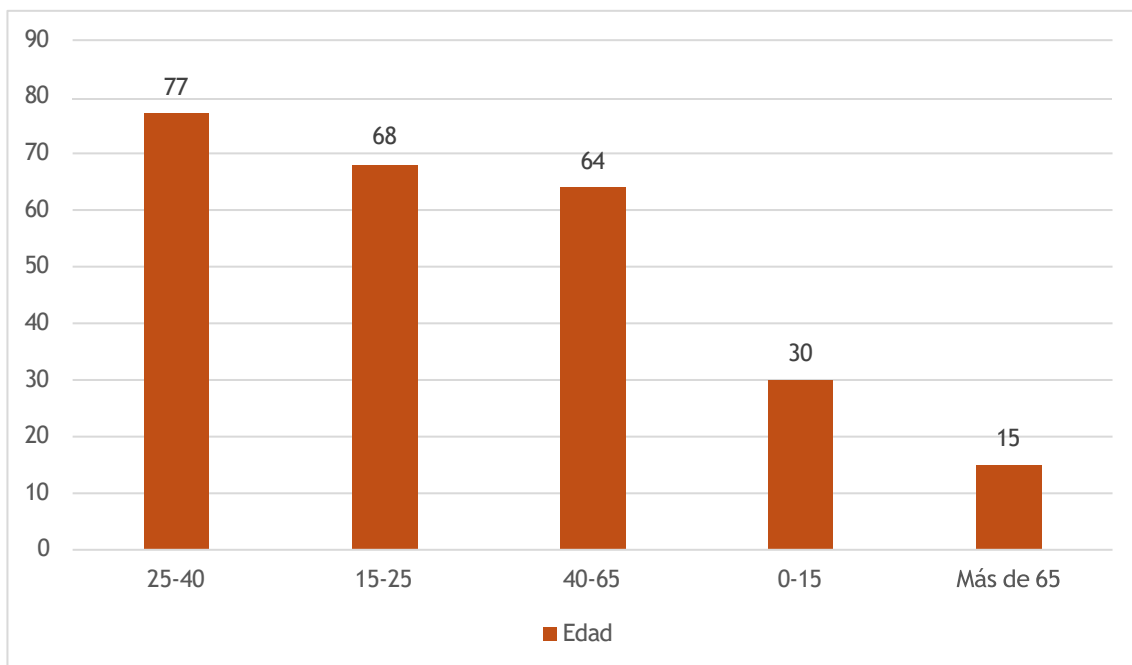
¹²⁶ Os planos de entrevistar imigrantes colombianos foram minados pela força do tempo de finalização da tese, mas se põem como objetivo e desdobramento desta tese e dos planos de continuidade na investigação sobre mobilidade do trabalho e mobilizações entre fronteiras.



Dados: SISMIGRA, 2022

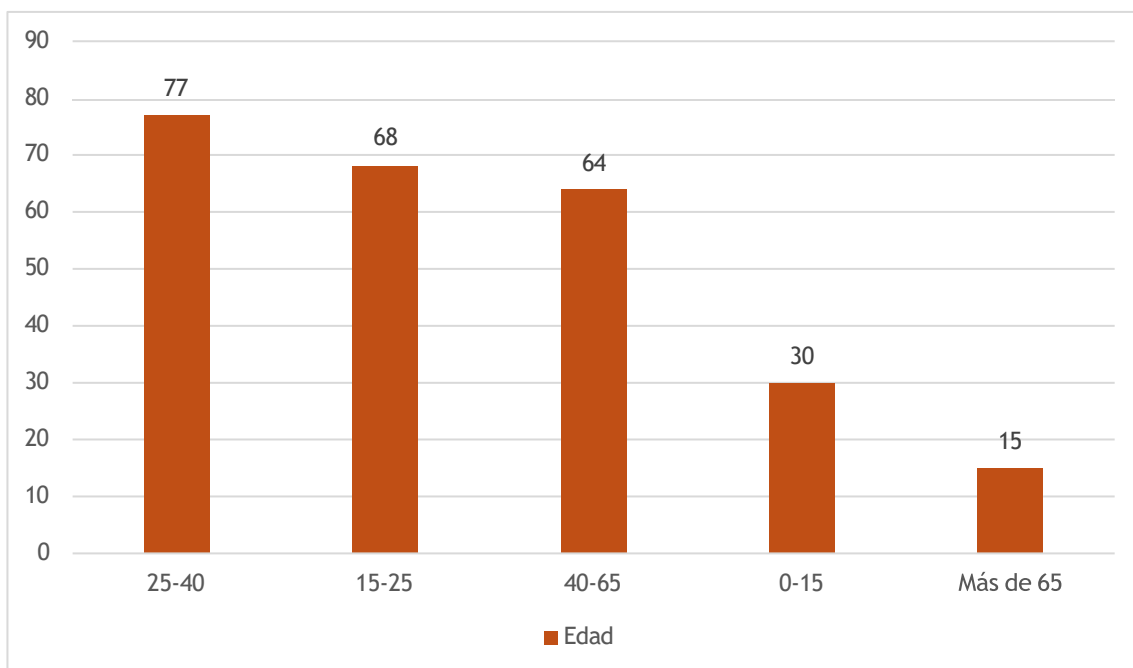
Congregados aos dados por nacionalidade, incluíram-se os dados por gênero, idade, continente e estado civil (Gráficos 14, 15, 16 e 17):

Gráfico 14 - Distribuição de imigrantes por gênero, Sergipe, Brasil, 2022



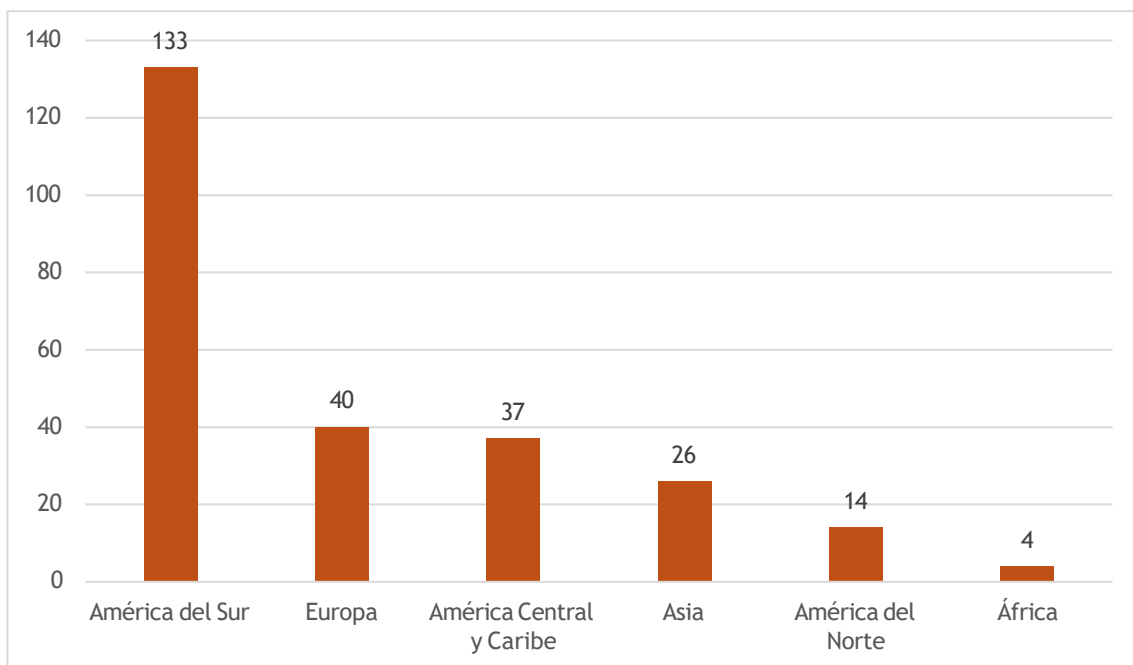
Dados: SISMIGRA, 2022

Gráfico 15 - Distribuição de imigrantes por idade, Sergipe, Brasil, 2022



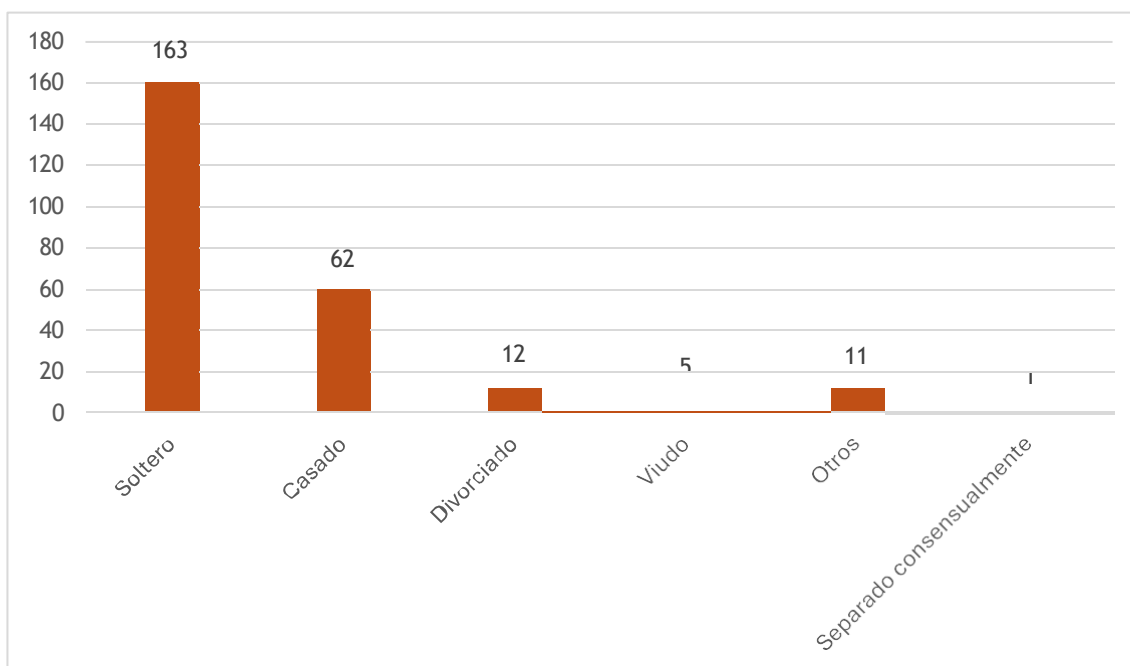
Dados: SISMIGRA, 2022

Gráfico 16 - Distribuição de imigrantes por continente, Sergipe, Brasil, 2022



Dados: SISMIGRA, 2022

Gráfico 17 - Distribuição de imigrante por estado civil, Sergipe, Brasil, 2022



Dados: SISMIGRA, 2022

Destaca-se que, apesar de serem dados estaduais, a concentração dos imigrantes em Sergipe está em Aracaju: dos 182 registros em 2024, 75 estavam na capital.

Para os dados sobre situação do registro imigratório, em 2024, a maior parcela, 128 imigrantes, estava em condição temporária, os provisórios eram 31 e os residentes eram 23. Nesse ponto, as diferenciações se justificam pela maior facilidade na obtenção do visto temporário Mercosul, renovado de acordo com os objetivos de manutenção ou não do status imigratório. A permissão provisória de fronteira é um documento específico de autorização para os imigrantes de países fronteiriços ao Brasil e o visto de residente se diferencia pelas razões do processo imigratório (estudo, refugiado, trabalho, reunião familiar). Todos os imigrantes, independentemente do tipo de registro estão inseridos em algum tipo de ocupação, conforme tabela abaixo (Tabela 08):

Tabela 8 - Sergipe: ocupações laborais dos imigrantes, 2024

Profissão	Número de Imigrantes
Estudante	33
Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor/domicílio, jornaleiro, ou assemelhado	28
Outra ocupação não classificada	17

Arquiteto, engenheiro, agrimensor, ou assemelhado	9
Aposentado, pensionista, ou assemelhado	8
Prendas domésticas (lidas do lar)	6
Artista, ator, músico, ou assemelhado	6
Padeiro, cervejeiro, açougueiro, trabalhador em laticínios, ou outro trabalhador, na produção de alimentos ou bebidas	6
Vendedor viajante, propagandista, representante comercial, comissionista, ou assemelhado	6
Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesseiro, vidraceiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	6
Economista, atuário, contador, técnico em contabilidade, auditor, estatístico, administrador, ou assemelhado	4
Sem ocupação	4
Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom, ou assemelhado	4
Profissional liberal, técnico, ou assemelhado, não classificado sob outra denominação	4
Atleta, esportista, ou assemelhado	4
Oficial, piloto, maquinista, marinheiro, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial	3
Menor (criança, não estudante)	3
Médico, cirurgião, dentista, ou assemelhado	3
Barbeiro, cabeleireiro, esteticista, especialista de instituto de beleza, ou assemelhado	3
Porteiro, zelador, ascensorista, faxineiro, empregado de limpeza, empregado doméstico, ou assemelhado	2
Sacerdote, ou membro assemelhado de ordens, ou seitas religiosas	2
Fotógrafo, cinegrafista, ou assemelhado	2
Motorista, condutor, ou outro trabalhador, de transporte rodoviário	2
Escritor, jornalista, tradutor, ou assemelhado	2
Professor, ou assemelhado	2
Psicólogo, analista, sociólogo, assistente social, ou assemelhado	1
Pescador, lenhador, ou assemelhado	1
Carteiro, mensageiro, ou assemelhado	1
Trabalhador agrícola, jardineiro, ou assemelhado, agricultor, lavrador	1

Pintor, empapelador, ou assemelhado, da construção civil de conservação	1
Diretor, gerente ou proprietário, não classificado sob outra denominação	1
Diretor, gerente ou proprietário, de hospital, de empresas de hotelaria, fornecimento de refeições, turismo, ou assemelhado	1
Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro, ou assemelhado	1
Enfermeiro, parteira, massagista, nutricionista, ou técnico paramédico	1
Programador, analista, ou outro técnico, no processamento eletrônico de dados	1
Proprietário motorista, de veículo de transporte de passageiros	1
Patrulheiro, vigia, guarda, bombeiro, ou assemelhado	1
Dependente de titular.	1

Fonte: SISMIGRA, 2024
Elaboração: Ribeiro (2024)

As ocupações descrevem uma variedade de tipos laborais assumidos pelo trabalho imigrante em Sergipe. Mas o que se destaca em um segundo exame analítico é intrínseca relação entre imigração e informalidade quando se alude aos sujeitos pesquisados. Ela está contida nas classificações identificadas de vendedores ou empregados de casa comercial, vendedores ambulantes, em domicílio, mas também, perpassa as ocupações não classificadas (são denominações heterogêneas, trabalhadores que realizam os chamados “bicos” por tempo indeterminado, ou combinam uma série de ocupações). Mesmo na classificação de estudantes, que desponta como a maior em números absolutos (33), quando se entrevistaram alguns deles, se comprovou uma combinação de ocupações também informais.

Sobre esse ponto, dois entrevistados que vieram para o Brasil em busca da formação em pós-graduação, relatam os desafios materiais enfrentados na nova realidade de reprodução social. São dois homens colombianos, os senhores Juan e Alejandro, estudantes de doutorado no Brasil.

O senhor Juan, 39 anos, chegou ao Brasil em 2016 para estudar mestrado em matemática na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais:

*(...) hasta que logré una beca de maestría, vivía con el suelo de la calle, como malabares. Yo estudiaba y trabajaba como profesor de circo aquí en la ciudad.
¿Lo que ganaba era suficiente para vivir?
No, claro que no. Yo ganaba 700 reales al mes.*

Ele compartilha em relato livre, a saída da Colômbia como um processo inicial de migração interna, primeiramente para Cali:

*Entonces voy para Cali y en Cali pues me toca vivir solo.
¿Vivir de qué? (investigador).
De malabares, del circo.*

Para conseguir sua formação no Ensino Superior na Colômbia, o entrevistado necessitou de dois trabalhos (malabares e em uma papelaria) e, posteriormente, em um projeto de música:

Y ese proyecto pues yo mismo me coloque mi salario (...) fue una cuestión de autogestión, el tiempo todo haciendo proyectos y sacando dinero de una oficina, de outra, de apoyo de aquí y de allá.

Tanto no país originário, quanto no Brasil, o entrevistado enfrentou os desafios postos pela ausência de um trabalho duradouro e estável. Quando perguntando sobre as condições de vida na Colômbia, o entrevistado destacou a ausência de uma inserção laboral profissional para as camadas que almejam uma formação universitária. A privatização do ensino superior universitário se congrega a uma escalada das condições de violência do país, do estigma associado às atividades ilícitas que transversa essa ausência de uma miríade de perspectivas de avanço material vinculadas à educação e formação profissional.

A imigração para o Brasil surgiu a partir do grupo de estudantes colombianos que já estavam no país e que passaram a divulgar informações sobre o processo de candidatura para a pós-graduação. Após a realização do mestrado, o entrevistado entrou em contato com a seleção de doutorado para a Universidade Federal de Sergipe (UFS), na qual foi aprovado. Contudo, quando perguntado sobre suas condições de vida, argumentou que no mês da entrevista (setembro de 2024):

Tuve que trabajar en una pizzería cerca de la universidad, acordamos el pago del salario mínimo, pero él (el propietario) no me pago sino 1200 reales.

A informalidade é a principal realidade dos imigrantes em Sergipe, com uma força de trabalho em idade ativa caracterizada por empregos intermitentes, com ausência de proteção trabalhista e dificuldades no acesso às políticas sociais. Por certo, a condição de estudante de pós-graduação no Brasil surge como uma das possibilidades de realização material dos imigrantes com formação superior, atraídos pelas vantagens das bolsas de estudos. Todavia, isso está distante de uma realidade tranquila.

Já o senhor Alejandro, 29 anos, graduado em Sociologia por uma universidade pública colombiana, compartilha suas dificuldades em relação a conseguir uma moradia em Aracaju. Ele relata as motivações do processo migratório, compartilhando questões atreladas a sua vida na Colômbia:

Entonces, por ejemplo, en el año 2020, pues no trabajé por la pandemia y ya en el año 2021 me resultó un trabajo como consultor por 3 meses para construir bases de datos de inventarios. Yo salgo a esa zona rural, me quedo allá un año trabajando en eso y digamos lo que la dinámica de allá es una dinámica de interior (...) poco comercio, economías más de agricultura, de económicas ilícitas como drogas, marihuana (...). El nivel de inversión en educación es muy bajo, cuando usted digamos sale al mercado laboral, usted concibe que esa es la forma de ir educándose y es pagar cursos, especializaciones para estudiar en el exterior como un migrante estudiante.

Em relato livre, Alejandro informa que em 2023, mudou de trabalho para o setor financeiro, em Bogotá, e que nesse período surge a possibilidade de escrever um projeto de candidatura para o mestrado para a continuidade da formação acadêmica. No relato se identificam elementos que aproximam a análise do mundo do trabalho a partir do conceito de precariado, presente em Braga (2012; 2017; 2023). No primeiro dos livros da sua trilogia, A política do precariado, o sociólogo brasileiro, existem elementos que fundamentam uma das características das mobilizações internacionais em direção ao Brasil (e que também estão presentes no México). A Colômbia também produz uma força de trabalho jovem e com aspirações de alta qualificação (mestrado e doutorado) e

que encontra em países como Brasil, Espanha, México, Chile e Argentina, espaços de inserção educacional e laboral.

Na busca da qualificação, o Sr Alejandro, em 2023, conseguiu a aprovação no mestrado, com bolsa, também para a Universidade Federal de Sergipe:

Y es la incertidumbre de si lo que voy a hacer aquí, digamos, vale la pena, no como que, a pesar de que tú tienes la tranquilidad de que no vas a pasar hambre, que tienes una beca, terminas sintiendo esa cuestión de ser migrante, de que no estás en tu casa, no estás con tu familia, hay tanta incertidumbre porque tú sabes que hay un principio y sabes que hay un final.

Em momentos de emergências econômicas, como ele próprio conceituou, necessitou trabalhar em outros ramos:

Por ejemplo, ya fui ayudante de cocina de pizzeria, ya fui delivery.

Sobre as expectativas de realização material, O Sr. Alejandro aponta:

Había una esperanza por lo que escucho, percibo que unas motivaciones es cambiar su condición social como un tráfuga, como una persona que quiere cambiar la condición material, ya que mis papás eran asalariados.

Nesse sentido, existe um processo em curso que favorece a inserção de migrantes que almejam a inserção em instituições de ensino superior brasileiras. Desde 2003, as conquistas no âmbito educacional, de aumento no número de vagas universitárias, de cursos e de interiorização de campis, inseriu e insere a camadas pobres e periféricas da população brasileira. Mais recentemente, o aumento dos fluxos migratórios e as próprias condições de incentivo à internacionalização do ensino superior, incluindo mestrado e doutorado, congregaram também parcelas de estudantes de países da América Latina e encontraram no Brasil, um meio de acesso a bolsas de estudo e pesquisa, de educação superior gratuita e, ao mesmo tempo, meios de acesso ao mercado laboral.

Entre os trabalhos de campo realizados, foi possível acompanhar atividades propostas pelo Ministério Público do Trabalho em Sergipe, sobre a

situação dos moradores de rua e dos imigrantes na capital sergipana. A atividade realizada no mês novembro de 2024 contou com instituições que já fornecem contribuições ao público de imigrantes no estado (Cáritas e Instituto Ágatha)¹²⁷. O objetivo foi entrevistar os dois grupos e identificar suas capacidades de inserção laboral, dificuldades de acesso às políticas públicas (BPC, Bolsa Família, aluguel social, capacitação, escola, CRAS) e as condições de vulnerabilidade social desses públicos.

Um dos encaminhamentos propostos após a explanação dos resultados (Figura 20), foi a construção de um projeto e a identificação de empresas (por parte do MTE e das instituições colaboradoras) que possam contribuir para a inserção laboral dos grupos analisados. Foi possível observar que todos os doze imigrantes documentados durante a atividade citada relataram uma série de dificuldades que incluíram uma ausência de uma ocupação fixa e estável, suficiente para despesas com moradia, que também foi destacado como um dos principais desafios, diante da impossibilidade de acessar ao sistema de crédito imobiliário e dos preços elevados de aluguéis, que os forçam a buscarem nas periferias, um local de morada.

Os relatos dos senhores Maury, Laura, Ramon e Meireli destacam elementos da reprodução da precariedade combinada à informalidade. São imigrantes com formações profissionais nos seus países originários, no caso de Maury e Laura, com formação audiovisual, Ramon relata que estava estudando engenharia mecânica na Venezuela. Enquanto Laura e Maury trabalhavam em um estúdio de tatuagens localizado no centro de Aracaju, constituído por conta própria, Ramon e Meireli buscavam renda através da reciclagem. Todos destacaram as dificuldades enfrentadas pela situação constante de desemprego, mesmo com formações profissionais e descrevendo suas respectivas ocupações. O desemprego crônico não se define pela ausência de ocupação, mas pela busca incessante de ocupações esporádicas ou mesmo ocupações destacadas como as principais fontes de renda, mas que perpassam longos períodos sem retorno econômico para estes sujeitos.

¹²⁷ Cáritas é uma confederação internacional de organizações humanitárias vinculadas à Igreja Católica e atua em mais de 200 países. O Instituto Social Ágatha foi fundado em 2015 em Aracaju, Sergipe, com foco na luta contra as situações de violência e vulnerabilidade das mulheres, com cursos de formação, capacitação e orientação, parcerias com outras organizações e instituições. Página disponível em: <https://www.ongagatha.org.br/quemsomos>.



Figura 17 – Local da apresentação dos resultados da atividade entre MPT, moradores de rua e imigrantes, no I.S.A, Aracaju/SE, 2024
Pesquisa de campo, dezembro de 2024
Foto: Ribeiro, B. A.

A apresentação dos resultados da atividade com os imigrantes e os moradores de rua foi encabeçada pelo Instituto Social Ágatha, onde participaram representantes da sociedade civil, incluindo a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir dessa investigação e do retorno científico para a sociedade. Os resultados objetivaram a formatação de políticas públicas por parte dos agentes envolvidos (Prefeitura, Ministério Público do Trabalho, Cáritas).

A produção contínua de população excedente em estado de mobilização é indissociável da relação social inaugurada pelo capital. E que sua máxima expressão se alcança na fase de máximo desenvolvimento das forças produtivas. A crise migratória não é resultante de episódios esporádicos de conflitos políticos nacionais, sua natureza é a intensificação das contradições latentes do capital, que na história recente encontra nos abalos financeiros de 2008, um espaço de representação/apresentação.

A crise não é proporcional à diminuição dos fluxos migratórios nos territórios nacionais e entre fronteiras. Ao contrário, as mobilizações são impulsionadas pelas próprias contradições latentes do capital, e estas últimas (entre fronteiras) são elevadas a uma dimensão inseparável do sistema. O

capital adquire sua máxima internacionalização, ao mesmo tempo em que a concorrência e o militarismo constante e irrefreável, fundamenta o protecionismo dos excedentes produtivos e das fronteiras nacionais. Em ambos os movimentos, está a desvalorização dos excedentes de força de trabalho, portanto, a tendência à degradação dos trabalhadores imigrantes, principalmente de suas parcelas racializadas. Mais uma vez, existem os cuidados a serem levantados na análise, pois a desvalorização não está proporcional ao fim da exploração. As realidades nacionais e os recortes produtivos e regionais esmiúçam particularidades que são a base de uma investigação científica minimamente delimitada. Conforme Harvey (2011), o capital continua a ir ao trabalho e o trabalho continua a ir ao capital, contudo, esse movimento aparentemente harmônico e bilateral guarda outros direcionamentos pelo espaço determinado pela crise. O trabalho vai ao capital, mas suas parcelas pauperizadas são negadas à produção direta, o capital o nega e o força a uma mobilização constante, entre ramos produtivos, entre regiões, campo e cidade, e entre fronteiras.

A desmedida do capital produz mobilizações para novas regiões, que não integram os circuitos de atração internacional de força de trabalho, países que já possuíam ampla disponibilidade de força de trabalho barata, que sustentaram seus respectivos processos de acumulação. Percebe-se que, Europa Ocidental, Japão e EUA demandaram, em distintas formas de reprodução, dos contingentes desterrados, expropriados da terra e do trabalho em seus países originários, em seus ciclos expansivos e, que, diante da perpetuação de domínio geopolítico, influência global, concentração de forças produtivas e das próprias vantagens dessas regiões, continuaram a atrair amplas parcelas de imigrantes. Contudo, essa continuidade das mobilizações em uma fase de acirramento da competição capitalista e dos próprios mecanismos de controle fronteiro coincide com a reprodução de formas de precariedade social pelos trabalhadores imigrantes, não mais absorvidos à produção direta como nas décadas anteriores.

A informalidade é a forma de inserção laboral nos circuitos do mercado de trabalho em Aracaju pelos imigrantes, mesmo aqueles com maior escolaridade, hipótese que reafirma o argumento de Villen (2018) de que esta variável define o tipo de ocupação dos imigrantes. A informalidade é uma das expressões

materiais da desmedida no mundo do trabalho determinado pela crise. Ela também se conforma à mobilidade do trabalho elevada a máxima apropriação do tempo de vida do sujeito que trabalha, o tempo se combina ao espaço nessa morfologia inseparável do mundo do trabalho na crise estrutural. E ao se combinar com as contradições que constituem a geopolítica da diáspora, o resultado é a ausência de outra ocupação para os migrantes entre fronteiras que não sejam os empregos esporádicos e/ou o pauperismo. Na realidade do México, o senhor Luís, 34 anos, colombiano, migrante entrevistado na paróquia de la Soledad, CDMX, compartilha que a motivação para migrar foi violência em seu país originário:

Pues el objetivo es pasar a Estados Unidos, pero por lo pronto mientras no nos salen las citas nos toca sostenernos acá.

O senhor Juan, 34 anos, colombiano entrevistado no albergue Casa Tochan, relata os desafios da travessia através da América Central, pela floresta (bosque de Darien) e pela fronteira sul do México:

Mi salud pues como le digo física y es porque aguanta, si me entiendes, he aguantado todo el ritmo, todo lo que me han puesto la frase te dio porque todo cómo hicimos la prueba de Dios o no seguir adelante, pero la salud así mental fue lo que yo tengo un tratamiento, yo manejo un tratamiento psiquiátrico y entonces hay momentos que no lo tenía, pero bueno, gracias a Dios me encontré con médicos que sin frontera y me han ayudado todo el tratamiento, pero si como le digo nos han quitado muchas cosas, como ejemplo la migración me quitó el tratamiento, me quitó el dinero, me quitó mi pasaporte, no metí muchas cosas con migración porque no puedo hablar más de los carteles, porque para que si no los carteles maltratan (...) lo obligan a uno que tiene que dar más de lo que lo que piden, es eso y eso es lo que queda (...)

Nas entrevistas realizadas no México, os relatos sobre a travessia se assemelham ao descrito pelo senhor Juan. Muitos chegam degradados fisicamente e mentalmente, sem recursos suficientes, o que inviabiliza uma reprodução material básica. Nessa discussão, são os albergues que encabeçam o papel de acolhimento dos imigrantes, com distintas atividades e serviços ao longo das semanas, e que corroboram para a reinserção no trabalho. A Casa Tochan (Figura 21), por exemplo, direciona-se para a recepção de homens migrantes. Nos dias da entrevista estavam em atividade de socialização no

albergue para a comunidade externa, com apresentações culturais, artísticas e culinárias, serviços de saúde e orientação sexual. Os entrevistados relataram a importância do lugar no oferecimento de moradia e alimentação. Essas condições lhes permitem trabalhar (são lavadores de carro, trabalham em restaurantes, cafeterias, barbearias, padarias) e economizam parte do que ganham para ajudar familiares e para continuar o trajeto futuro da migração. Assim descreve o senhor Christian, 27 anos, colombiano:

¿Trabajas en algo?

Pues con lo que me salga, la calle, restaurantes, en la construcción, cuidado de carros, lavaderos, lo que me salga.

No momento na entrevista, ele informa que está em busca de trabalho:

Acá en México es mejor que Colombia (...) lo que pasa es que como son migrantes hay mucho racismo.

Sua fala se conecta à análise de Tonelo (2021) sobre a crise de 2008 quando este argumenta que:

Se o efeito imediato da crise foi uma onda de demissões, atrelada a uma retirada de direitos trabalhistas, o capital se utilizou conscientemente também da xenofobia e das novas condições de crise econômica como fatores para rebaixar o valor da força de trabalho e aumentar as taxas de lucro (ibidem, p. 118).

A superexploração expressa a partir de jornadas de tempo de trabalho maiores, de salários menores comparados aos dos trabalhadores nacionais (também precarizados), a impossibilidade de pressões por melhores condições de trabalho diante das documentadas ameaças de demissão e denúncia pela condição informal/sem documentação desses trabalhadores.



Figura 18 - Atividade com migrantes no albergue Casa Tochan, CDMX/MX, 2024
Pesquisa de campo, julho de 2024
Foto: Ribeiro, B. A.

Pietro Basso (2015) traz a hipótese de que todas as migrações no atual estágio do capitalismo são forçadas, e que não há como separar a intensificação de ações imperialistas por meio do militarismo excedente e a própria devastação ecológica, de regiões inteiras desertificadas através da produção desigual do espaço. O mesmo autor destaca determinações (denominadas por ele como causas estruturais de longo prazo) inseparáveis do crescimento da imigração: a divisão colonial e neocolonial entre países ricos e pobres, a violenta pressão das multinacionais do agronegócio nos países latino-americanos, asiáticos e africanos, com a expulsão dos trabalhadores rurais (as expropriações primárias), o endividamento desses países, a gestão de guerras e o desastre ecológico.

Não se anulam as singularidades dos processos de mobilização, tampouco almeja-se generalizar suas causas (conflitos, guerras, crises financeiras, processos naturais, autoritarismo e perseguições políticas, fome e miséria).

As entrevistas com os senhores Maury, 39 anos e Laura, 24 anos, cubanos que estão há 5 meses em Aracaju, revelam elementos para se pensar a mobilidade do trabalho sob a crise em geral em todas as escalas espaciais.

Ambos possuem formação profissional e artística e vivem no centro da capital sergipana, em um local alugado junto ao estúdio onde Maury trabalha como tatuador.

Na entrevista, identificou-se uma informação importante para pensar a posição de Aracaju no circuito de mobilizações internacionais, pois segundo Maury existe uma espécie de divulgação entre grupos de redes sociais sobre a cidade (adjetivos que apontam a tranquilidade comparada aos demais centros urbanos brasileiros):

Hay la circulación de vídeos de influencers hablando que aquí (Aracaju) es muy tranquilo, que aquí no hay violencia, que los precios son bajos.

Ele compartilha um pouco sobre sua vida em Cuba, destacando suas relações profissionais:

Yo en Cuba trabajaba en un grupo de investigación que era multidisciplinario, liderado por un artista plástico. Eran muchos: arquitecto, humanista, psicólogos, historiadores del arte y lo que hacemos es planeamiento de cómo hacer intervenciones públicas.

¿Y por qué elegir a Brasil? (investigador)

Bueno, el año pasado nos invitaron a hacer una conferencia sobre otro trabajo aquí en Brasil, en un festival que se llama (te voy a enviar), ah sí, se llama insurgencias Río, pues en Río de Janeiro y estuvimos ahí por 20 días. Seguí trabajando en los proyectos, en las cosas, mantuve contacto con un profesor de arquitectura de la UFS, de aquí y él me invitó a visitarlo. Como yo quería hacer un documental sobre la fe humana, y en el Nordeste brasileño hay muchos elementos, me gustó la idea y por eso me he establecido. El objetivo era 3 meses, pero dije, voy a pasar un tiempo aquí y cada día fue cambiando mi idea y terminé siendo un refugiado.

¿Por qué refugiado? (investigador).

Yo empecé como turista y terminé como refugiado. Solicité el estatus a partir de un proceso digital y nos fuimos a la policía en el aeropuerto y todo fue rápido.

¿Cuáles son las principales dificultades en Aracaju/Brasil?

Empezar una vida nueva, conocer personas nuevas, costumbres nuevas (...). Cuando vives todo eso empieza a haber un sentimiento de que te sientes inútil.

O questionamento sobre a condição de refúgio dos entrevistados se associa à delimitação da investigação, que poderia ater-se somente aos documentados nas estatísticas como migrantes por motivos de trabalho, o que

reduziria ainda mais a amostragem. O objetivo da tese não é debruçar-se sobre o refúgio, que exige um referencial distinto do que está fundamentado na análise, contudo, ao entender que a solicitação de refúgio também é uma estratégia dos entrevistados para obterem acesso aos serviços de garantia social básica e que também se inserem em ocupações laborais, isso não compromete o exame analítico. A burocracia associada à obtenção do visto para trabalho exige que o solicitante já tenha previamente a autorização de um empregador e que comprove rendimentos mensais que não condizem com a maior parte daqueles que buscam o Brasil como destino migratório.

Quando perguntados sobre as oportunidades de trabalho, os entrevistados informam sobre as dificuldades de um trabalho estável:

Es lo peor es vivir todos los meses con la incertidumbre de llegar a fin de mes. Hasta el momento quién me ha ayudado mucho más es la pastoral (Cáritas), con baño, traen comida por lo menos es un gasto menos.

No momento da entrevista, Maury nos contou que havia duas semanas sem clientes, necessitando divulgar promoções de R\$50,00 por tatuagem para ganhar dinheiro (Figura 22). Laura é a responsável pela divulgação nas redes sociais. As expectativas de ambos foram depositadas no projeto de inserção laboral encabeçado pelo Ministério Público do Trabalho de Sergipe.



Figura 19 - Local de trabalho do imigrante Maury, Aracaju/SE, 2024
Pesquisa de campo, 2024
Foto: Ribeiro, B. A

Não há domínio do espaço pelos seus sujeitos produtores e as entrevistas confirmam essa hipótese. As singularidades de cada escolha dos destinos objetivados pelos imigrantes congregam-se no argumento já apontado na Seção II, sobre a repartição capitalista das forças humanas ser definida, de modo geral, pelas vantagens da especialização produtiva em cada país e região. Por isso, a importância do conceito de divisão internacional do trabalho em nossa análise, e suas definições pautadas na análise sobre a formação do mercado mundial, em Bukharin (1984). De fato, no caso mexicano, os entrevistados apontam para o desejo da mobilização em direção aos centros econômicos e financeiros do capitalismo mundializado. Foram Kurz (2005) e Heidemann (2003), os principais analistas desse processo de particularidade da mobilidade do trabalho na fase sistêmica atual (lida por ambos enquanto crise da sociedade do trabalho). Ela se define através da formação e consolidação desses centros no quadro mundial no Pós-Guerra, ao mesmo tempo em que se complexifica de acordo com o militarismo exercido pelos EUA e pela derrocada pelo bloco europeu como alternativa hegemônica. Sobre Aracaju, dois discursos parecem emergir

centralizados na segurança e na ideia de ser um lugar ainda pouco burocratizado – rapidez sobre processos burocráticos de regularização do status migratório, por exemplo, onde em outras localidades se apontam problemas de tempo e burocracia. As desigualdades e as próprias dificuldades do processo migratório, inserção laboral, aluguel de moradia, acesso às políticas públicas são enfatizados na mesma medida em que se apontam os contrastes com as realidades enfrentadas nos países originários.

Sob o risco da repetição, se alude à transformação de exército industrial de reserva em exército contínuo sobranante. O que está comprovado nas entrevistas em Aracaju e na Cidade do México é a materialização dessa transição, que é a face do mundo do trabalho na crise estrutural.

Não há como pensar na produção do espaço sem trabalho, como também não há como pensar no trabalho imigrante sem as metamorfoses da mobilidade do trabalho de acordo com as transformações sistêmicas. Poderia se discorrer sobre as distintas nacionalidades entrevistadas (cubanos, colombianos, venezuelanos, peruanos, mesmo brasileiros no México) e apontar as variações e descrições culturais e identitárias que foram levantadas em suas respostas, contudo, o objetivo da tese é alcançado ao se comprovar que estas descrições estão entremeadas ao à realização material (a busca de um trabalho, de uma moradia digna, de uma renda estável, conforme a fala do senhor Ramon entrevistado na Paróquia São Pedro Pescador, em Aracaju, entrevista realizada em novembro de 2024).

Me hablan de que acá es mejor, mejor socialmente, considerablemente comparada a Venezuela, pero antes de la crisis, en Venezuela era una vida diferente, nosotros allá teníamos casa, yo estaba estudiando ingeniería mecánica, teníamos una vida hecha. Pero acá, bueno, se dice que no hay discriminación, que no hay racismo, pero la realidad es otra. Nosotros vivimos en una casa, en una invasión, conseguimos vivir allí, pero eso no es nada legal. Es otra cosa, no sabíamos cuando llegamos ahí y compramos. No sabíamos que era una invasión y después que ya estábamos, es que supimos. ¿Me entiendes? O sea, es que fuimos estafados prácticamente. Gastamos todos nuestros ahorros. Pero el asunto es trabajo, ¿verdad? Porque la comida no es tan cara, la ropa no es cara, la educación es buena.

Aproximadamente 7,89 milhões de pessoas emigraram da Venezuela durante a última década, considerado o maior êxodo da história da região. Onde 85% se direcionaram para países da América Latina, de acordo com os dados da Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V).

Os dados apontam Colômbia (2.808.968), Peru (1.662.889) e Brasil (626.885) como os principais receptores dos fluxos de venezuelanos. Países que concomitante a Chile e Estados Unidos constituíram aparatos jurídicos de legalização dos imigrantes venezuelanos nos últimos anos; no caso brasileiro, através do Programa Acolhida que se somou às diretrizes da Lei imigratória de 2017.

A demanda por uma ocupação digna, que seja ao mesmo tempo responsável pela sobrevivência dos entrevistados e seja suficiente para contribuir com a reprodução social dos seus familiares também está bem demarcada nas entrevistas. Se estabelecem parâmetros com os entrevistados nos lugares de acolhimento da CDMX (Figura 23). Eles ressaltam o objetivo da realização material, diante dos riscos assumidos na migração. O senhor Rafael, brasileiro, 40 anos, no momento da entrevista estava alocado no albergue Constitución 1917, na Colônia Iztapalapa, CDMX. Sua meta é passar a fronteira dos EUA e se estabelecer neste país. Antes de chegar à capital mexicana, Rafael tentou migrar e em uma das tentativas foi deportado para o Brasil, regressando novamente:

E se organizou para voltar novamente?

Para voltar, porque meu plano é definitivamente migrar. Não tenho planos. É meio trágico, assim, as minhas palavras, mas eu não tenho planos no Brasil. Apesar de eu nunca ter pisado nos Estados Unidos.

E por que você não tem planos no Brasil? Como era sua vida lá? Eu me dei por frustrado lá, entendeu? Eu estava quase com depressão lá.

O que aconteceu lá?

Eu fui motorista há 13 anos, né? Então a questão é profissional, eu me sinto frustrado. Eu fico doente, sabe? (...) Eu era motorista de caminhão e proprietário. Comprei um caminhão, um exemplo assim, vou comprar um caminhão de 150 mil para pagar em quatro anos. E eu falei, além do investimento, eu tenho minha mão de obra integral, então eu vou trabalhar, eu vou ganhar dinheiro. Mas aí eu me vi assim patinando, sabe?

Semanas após o meu retorno ao Brasil, (agosto de 2024) fui informado pelo coordenador do albergue que o senhor Rafael estava em Tijuana, cidade ao norte do México, fronteira com os EUA.



Figura 20 - Pai e filho migrantes chegam à paróquia de La Soledad, CDMX/MX, 2024
Pesquisa de campo, julho de 2024
Foto: Ribeiro, B. A.

Na Cidade do México foram visitados três albergues e uma paróquia. A estrutura dos albergues se caracteriza por uma organização distinta, a depender dos objetivos, do histórico de cada um deles, das mudanças ocorridas nas últimas décadas (por exemplo, albergues que surgiram como lugares de recepção de pessoas sem acesso à moradia e que, por conta da quantidade de imigrantes que também são moradores de rua, se tornaram lugares de acolhimento). Nas entrevistas semiestruturadas, muitas respostas estão direcionadas para a situação inicial de moradores de rua que afetam a maioria dos que chegam à cidade, depois de cruzarem as florestas tropicais da América do Sul e Central:

Los primeros días desde que llegué a México dormí muchos días en la calle cuando iba de paso. Otros días si pudimos hospedarnos ya estando acá en ciudad de México pagamos

hospedaje porque la gente no se podía quedar afuera en la calle, acá es prohibido, entonces si arrendamos en otros lugares estuve por el norte, luego llegué al Zócalo (Entrevista con Luís, venezolano, 21 años, junio de 2024).

A paróquia de la Soledad possui uma organização particular no conjunto dos lugares de acolhimento da capital mexicana. Neste lugar se concentraram as entrevistas com os chamados “migrantes de passagem” (migrantes de paso), por estar situado em uma região central da CDMX, nas imediações do centro histórico.

Aqui cabe uma análise a partir da identificação e da localização da paróquia, a partir de sua proximidade com o Centro que contrasta com a segregação socioespacial da metrópole. A praça onde está localizada a paróquia transformou-se em um intervalo de tempo de cinco anos, com a chegada de migrantes de distintas nacionalidades, com o objetivo principal de passarem a fronteira do México com os EUA (Figura 24). Quando se chega a ela, se identificam as centenas de acampamentos improvisados onde vivem famílias inteiras de migrantes, conjugados a animais de rua, lixo, ausência de saneamento básico e o próprio comércio urbano informal das ruas.

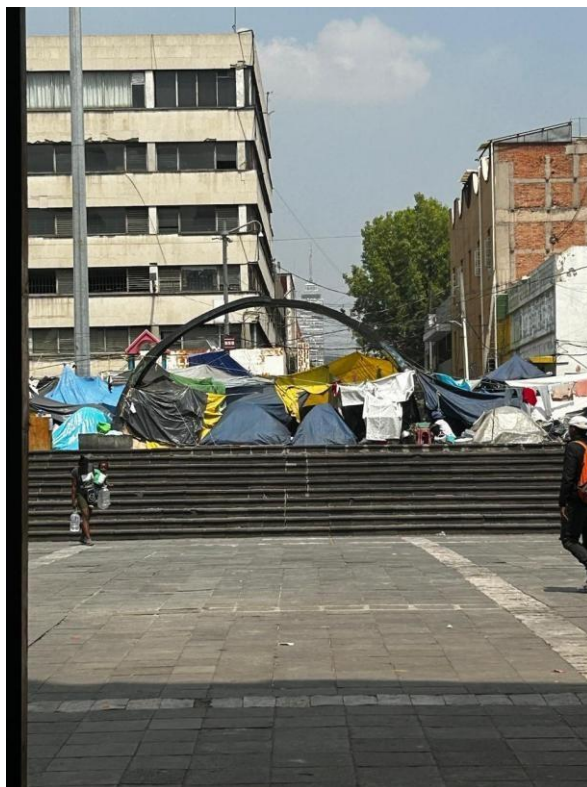


Figura 21 - Visão externa da praça ao redor da paróquia de La Soledad: em primeiro plano estão os acampamentos de migrantes, CDMX/MX, 2024
Pesquisa de campo, maio de 2024
Foto: Ribeiro. B. A.

A praça e a própria capital mexicana se inserem nesse intervalo de tempo, aproximadamente a partir da segunda metade da década de 2010, como lugares centrais para a mobilização internacional.

Na capital mexicana, da mesma forma que se expressam nos relatos dos migrantes em Aracaju, se apontam elementos que justificam a sua inserção como espaços de reprodução da desmedida. No caso brasileiro, trata-se de uma tendência subsidiada pelo Estado por meio da interiorização dos migrantes concentrados na fronteira amazônica, a concentração de serviços de ajuda ao migrante, do ponto de vista humanitário e burocrático.

A crise de 2008, está inserida no aprofundamento do limite absoluto da expansão do capital. Martine (2005) foi um dos geógrafos que mais se aproximaram do que resultaria a generalização do capital a juros e a tendência ao protecionismo. A crise de 2008 é o ponto de inflexão entre essas duas características da produção do espaço mundial após 1973. Os reordenamentos espaciais como migrações internacionais em direção ao México e ao Brasil, países da semiperiferia capitalista materializam esse movimento denunciando

um processo em que a liberdade de se mover é negada, ao tempo em que multiplicam mobilizações da superpopulação relativa e a criação de uma vulnerabilidade crônica para os sujeitos que migram:

Nome	Nacionalidade	Sexo	Idade	Estado civil	Têm filhos?	Emprego	Renda mensal	Ano de chegada ao destino migratório
Adriano	Venezuela	Masculino	Sem dado	Casado	Sim	Vendedor em tenda de roupas	Sem renda	2024
Aneta	Angola	Feminino	35	Casada	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Ariadna	Venezuela	Feminino	17	Solteira	Não	Sem emprego	Sem renda	2024
Ariana	Equador	Feminino	26	Solteira	Sim	Cantora	Entre 200 e 1000 pesos	2024
Cristian	Colômbia	Masculino	27	União livre	Sim	Serviços variados	Sem renda	2023
Darwin	Equador	Masculino	26	Solteiro	Não	Voluntário em paróquia	Sem informação	2024
Edison	Equador	Masculino	26	Solteiro	Não	Sem informação	Sem informação	2024
Eduardo	Venezuela	Masculino	28	Casado	Sim	Descargando mercadorias	12.000 pesos	2024
Emily	Equador	Feminino	27	União livre	Sim	Voluntária em paróquia	Sem renda	2024
Estefany	El Salvador	Feminino	31	União livre	Sim	Vendedora em tenda de roupas	9.000 pesos	2024
Francisco	Nicaragua	Masculino	36	Casado	Sem informação	Sem emprego	Sem renda	2024
Griselda	El Salvador	Feminino	27	Solteira	Sim	Voluntária em paróquia	Sem renda	2024
Homer	Equador	Masculino	38	União livre	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Irene	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Jesus Alfredo	Venezuela	Masculino	55	Solteiro	Não	Obreiro	Sem informação	2024
Jhon Julio	Colômbia	Masculino	38	União livre	Sim	Sem emprego	Sem informação	2024
Jonathan	Colômbia	Masculino	34	União livre	Sim	Sem informação	Sem informação	2024
Josué	El Salvador	Masculino	25	Solteiro	Não	Voluntário em paróquia		2024

Sem identificação	Colômbia	Masculino	Sem informação	Sem informação	Não	Barbeiro	Sem estimativa	2024
Sem identificação	Venezuela	Masculino	23	Solteiro	Não	Sem informação	Sem informação	2024
Sem identificação	Venezuela	Masculino	28	Casado	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Juan Carlos	Colômbia	Masculino	34	Casado	Não	Sem informação	Sem informação	2024
Luís	Colômbia	Masculino	34	União livre	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Luís	Venezuela	Masculino	21	União livre	Não	Deportista	Sem renda	2024
Maribel	Peru	Feminino	40	União livre	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Omar	Venezuela	Masculino	49	Solteiro	Sim	Vendedor em tenda de roupas	Sem informação	2024
Pedro	Angola	Masculino	45	Casado	Sim	Sem emprego	Sem informação	2024
Priscilla	Equador	Feminino	Sem informação	União livre	Sim	Sem emprego	Sem renda	2024
Rivas	Venezuela	Masculino	23	Solteiro	Não	Auxiliar de mecânico/carpintaria/construção civil	Sem informação	2024
Sem identificação	Equador	Masculino	Sem informação	Sem informação	Não	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Sem identificação	Honduras	Masculino	68	Solteiro	Não	Sem emprego	Sem renda	2021
Yeni	El Salvador	Feminino	42	Casada	Sim	Sem informação	Sem informação	2024
Rafael	Brasil	Masculino	40	Solteiro	Não	Sem emprego	Sem renda	2024
Cássio	Brasil	Masculino	42	Solteiro	Não	Artista de rua/cantor em restaurantes	2 mil pesos	2023
Maury	Cuba	Masculino	39	Casado	Não	Professor de arte/fotógrafo	Sem estimativa	2024

Laura	Cuba	Feminino	24	Casada	Não	Artista	Sem estimativa	2024
Ramón	Venezuela	Masculino	Sem informação	União live	Sim	Catadores para reciclagem	Sem estimativa	2019
Meireli	Venezuela	Feminino	Sem informação	União livre	Sim	Catadores para reciclagem	Sem estimativa	2019
Mário	Itália	Masculino		Casado	Sim	Militar aposentado	Sem informação	2008
Alejandro	Colômbia	Masculino	28	Solteiro	Não	Estudante de mestrado	2.200	2023
Juan	Colômbia	Masculino	39	Solteiro	Não	Estudante de doutorado	3.100 reais	2020
Mariela	Peru	Feminino	32	Casada	Sim	Agência de viagens (online)	Aprox. 3.000 reais	2019

Tabela 9 - Relação das entrevistas realizadas na CDMX e em Sergipe (Aracaju e Lagarto), 2024
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2024

Os entrevistados em sua maioria são sujeitos inseridos em condições de precariedade social, tanto nos países originários, quanto nos destinos imigratórios (Brasil ou México). Destaca-se ainda a concentração de entrevistados advindos de países periféricos ou semiperiféricos (América Latina e África), de países cujos relatos incluem a fuga da violência militar e paramilitar (Colômbia, Equador, Venezuela e Peru), a pobreza e a falta de empregos estáveis (Venezuela, Colômbia, Angola), além de esperanças de uma transformação material nos novos países eleitos.

São crises de distintas naturezas que não se dissociam da universalidade da crise estrutural do capital e que se conectam com o desenvolvimento desigual e combinado do capital (como essa relação se materializa espacialmente, portanto, geograficamente).

Os excedentes supérfluos como condição permanente na semiperiferia do capitalismo

Brasil e México se inserem como países de capitalismo tardio com peso geopolítico. É a concreção do que os teóricos da migração internacional apontam como um novo direcionamento dos fluxos, não mais concentrados na direção periferia-centro; todavia, se na perspectiva de Bukharin (1917), o mercado se caracteriza por distintas divisões, na geografia dos espaços da miséria, centro e periferia se definem pela produção escalar do capital e da sua crise.

A universalidade da crise não anula as particularidades da DIT. Existe tanto um caráter de permanência, quanto de passagem nas amostras consideradas durante a pesquisa de campo. Aracaju e Cidade do México surgem, ora como lugares de acolhimento e possibilidade definitiva de reprodução material, ora como lugares temporários, diante das dificuldades de inserção laboral. Ambos não se situam como destinos históricos da migração internacional, e nesse ponto encontra-se a principal relação entre ambos os lugares.

Chico de Oliveira (2018) traça uma discussão interessante sobre a posição do Brasil no contexto latino-americano, e como a reestruturação produtiva na periferia do capital trouxe margens de um projeto de integração dos países latino-americanos, diante das quedas generalizadas de crescimento econômico e da diminuição do padrão de reprodução material de suas classes trabalhadoras. Todavia, todos os projetos anteriores de integração foram desestruturados no âmbito da hegemonia do império estadunidense no direcionamento das políticas de austeridade fiscal, de desestruturação política e social nos países do continente, de acordo com os interesses postos pelo Consenso de Washington, que mina as pretensões do Mercosul ou de qualquer mudança na posição capital-imperialista semiperiférica do Brasil (FONTES, 2009). Em trecho que merece destaque, os direcionamentos geopolíticos de Brasil e México são expostos de modo cirúrgico:

O México já havia abandonado qualquer projeto latino-americano e optou pelo Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta), elevando-se, assim, à condição de um dos maiores exportadores para os Estados Unidos, mas com resultados internos pífios na melhoria dos salários, na criação de empregos formais e na melhor distribuição da renda [...]. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai optaram pela criação do Mercosul, baixando um pouco as ambições que tinham com a Alalc¹²⁸ (OLIVEIRA, 2018, p. 38).

O protecionismo adquire camadas de políticas de acirramento à concorrência entre trabalhadores e o controle imigratório e a crescente escalada do militarismo produzido nos EUA. A semiperiferia mexicana está subordinada aos acordos econômicos do centro, que reproduziram nas décadas de neoliberalismo, a fragilidade política e decisória do México e uma produção cada vez mais desnacionalizada e marcada pelo domínio multinacional. A partir do Tratado do Atlântico Norte se mantêm determinações sobre importação/exportação de mercadorias, e, primordialmente, sobre a disponibilidade da superpopulação relativa que atravessa a fronteira mexicana para, no uso da definição de Robert Kurz, buscarem os ainda existentes *oásis*

¹²⁸ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

de reprodução material. Não são mais os contingentes de mexicanos que, através do Programa Bracero, e as décadas de devastação neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, integravam os maiores números no conjunto total da população imigrante nos EUA. São, principalmente, centro-americanos e sul-americanos que atravessam o território mexicano, como entreposto, mas também, solicitantes de asilo ou residência temporária, como estratégia de busca de renda e de uma mínima reprodução material; ou, como se documenta a partir da maioria dos entrevistados, solicitantes de *citas* para autorização da migração aos EUA e/ou Canadá.

Durante estada na CDMX, documentou-se uma significativa movimentação dos imigrantes em torno do sistema de cita, denominado *CBP One*, no qual se descarrega um aplicativo em qualquer telefone Android/iOS e se realiza todo o processo de modo digital. Esse sistema foi lançado em outubro de 2020 pelo Escritório de Aduanas e Proteção Fronteiriça dos EUA, e está inserido como mecanismo de controle da fronteira norte mexicana, e disseminado como uma forma de *facilitar* a obtenção ao serviço de citas e autorizações de entrada no país. Contraditoriamente, a pressão sobre o INM (Instituto Nacional de Migração) e a própria atuação do serviço de controle fronteiriço mexicano aponta para uma extensão do militarismo excedente na semiperiferia mexicana. A truculência e as abordagens de expulsão e *limpeza* empreendidas pelas autoridades policiais, tanto dos governos locais, quanto do INM se expressam nas notícias, nas denúncias dos albergues e lugares de acolhimento e nas respostas dos migrantes. Em junho de 2024, enquanto estive na capital mexicana, presenciei ação integrada de agentes do INM e da Guarda Nacional contra os acampamentos de famílias migrantes na praça Giordano Bruno, em uma região de classe média alta. A justificativa foi a de que estariam de modo ilegal e de que as denúncias dos moradores do bairro ao redor apontavam para a sujeira e a insegurança produzidas com os acampamentos.

Todavia, não se trata de um caso restrito ao conflito entre a classe média mexicana e a presença dos acampamentos de imigrantes centro-americanos e sul-americanos, degradados pela total incapacidade do Estado em oferecer serviços básicos. Em setembro de 2024, uma ação de invasão de casas de

solicitantes de asilo, na região de Iztapalapa, bairro com considerável população imigrante na CDMX, foi denunciada pela Casa Tochan (Anexo 01), sob a falsa alegação de que a solicitação de CBP One deveria ser realizada fora do país, informação que não procede de acordo com os objetivos do próprio sistema.

A semiperiferia mexicana se posiciona atualmente (após 2018) como espaço de controle do imperialismo estadunidense e, ao mesmo tempo, de reordenamentos internos produzidos pelas recentes determinações do capital levadas à cabo por novos governos, caracterizados por uma série de medidas de incentivo econômico, disseminadas como Quarta Transformação do México (após a Independência, a Reforma e a Revolução).

As medidas de incentivo a um novo ciclo industrial e, portanto, de acumulação de capital no México desde 2018, acompanham uma série de políticas de distribuição de renda do governo de Obrador, para a população mais pobre, além de uma política de valorização salarial: entre 2018 e 2022, a taxa de pobreza variou de 41,9% para 36,3% (Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social). A política de valorização salarial posicionou o México entre os países da OCDE com maior crescimento do salário-mínimo em termos reais entre 2018 e 2024 (Tabela 10):

Tabela 10 - México: dados sobre salário-mínimo, 2018-2014

Ano	Salário/dia (pesos mexicanos)
2018	88,36
2019	102,68
2020	123,22
2021	141,70
2022	172,87
2023	207,44
2024	248,93

Fonte: CONASAMI, México, 2024

Os grandes projetos de desenvolvimento (Trem Maya, por exemplo) buscam diminuir as taxas de desemprego e nos discursos oficiais do governo federal, existe um forte elemento de evocação à soberania nacional, que reverbera na valorização do trabalhador mexicano como principal força de trabalho responsável pelo desenvolvimento do país. Existem apontamentos

discursivos de contraposição à política migratória estadunidense, contudo, o plano do discurso é invalidado pela reprodução concreta de um tipo de controle que alcança o plano burocrático, inclusive com o aumento de regras e dificuldades para a conquista do visto mexicano para nacionalidades latino-americanas (em 2023, expandido para brasileiros) e incentivos às nacionalidades privilegiadas, como os grupos de trabalhadores do ramo tecnológico que, após a Pandemia de Covid-19 assistiram seus níveis de vida diminuírem com o aumento dos custos de moradia nas metrópoles dos EUA e Europa Ocidental. Os dados abaixo foram sistematizados a partir do Censo de Población y Vivienda de 2020 (Tabela 11 e 12):

Tabela 11 - Dados absolutos de migrantes internacionais, México, 2020

País	Número de imigrantes
EUA	751363
Guatemala	59886
Venezuela	56198
Colômbia	34754
Honduras	33675
Cuba	25998
Espanha	21995

Fonte: Censo de Población y Vivienda, 2020

Tabela 12 - Motivações para a decisão de migrar para o México, 2020

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válida	Porcentaje acumulativa
Válido	Buscar trabajo	44314	3,8	14,8	14,8
	Cambio u oferta de trabajo	34405	2,9	11,5	26,3
	Reunirse con la familia	111513	9,5	37,2	63,5
	Se casó o unió	23205	2,0	7,7	71,3
	Estudiar	19414	1,7	6,5	77,7
	Por inseguridad delictiva o violencia	22540	1,9	7,5	85,3
	Por desastres naturales	891	,1	,3	85,6

	Lo deportaron (regresaron)	1352	,1	,5	86,0
	Otra causa	37758	3,2	12,6	98,6
	No especificado	4144	,4	1,4	100,0
	Total	299536	25,6	100,0	
Omiso	Sistema	868842	74,4		
Total		1168378	100,0		

Fonte: Censo de Población y Vivienda, 2020

Os dados confirmam a tendência da migração internacional polarizada: uma grande quantidade de migrantes dos EUA, possivelmente descendentes de migrantes anteriores e que retornam ao México por uma série de razões, dentre as quais se destacam: visitar a família, trabalho ou turismo (hipótese auferida na comparação com as motivações elencadas na segunda tabela). Por outro lado, os contingentes expressivos de centro-americanos e sul-americanos, que buscam a travessia em direção aos EUA ou se estabelecem no México (transitoriamente ou definitivamente). De fato, existem distintas condições a serem esmiuçadas: estudantes universitários que conseguem bolsas de estudos (graduação e pós-graduação), pesquisadores estabelecidos em suas respectivas áreas. Nesse ponto, é possível estender o conceito de Patrícia Villen (2018), considerado na realidade brasileira, para o caso mexicano, com o cuidado de entender as particularidades de cada caso nacional: o México integra as rotas de mobilização internacional em direção ao império estadunidense desde o pós-guerra; a ele também se direcionam os excedentes do militarismo já dissertado em Mézáros (2011) como tendencial à fase recessiva do capital. Mais recentemente, o país parece formar as bases de um protecionismo que não rompe sua condição subordinada e periférica, mas que consegue oferecer algum ciclo de expansão produtiva e de extensão de garantias salariais e sociais. Semelhante ao Brasil em processo visualizado mais fortemente após a crise de 2008, são mobilizados exemplos da força de trabalho mais qualificada e, em muitos casos, mais bem remunerada que se integram ao modelo produtivo desigual mexicano (os chamados trabalhadores improdutivos, que não integram diretamente a produção capitalista, portanto, não produzem mais-valor). Nesse

ponto, situam-se os profissionais liberais dos setores público e privado, como professores, investigadores de distintas áreas, e os yuppies em suas novas categorizações do trabalho tecnológico, diretamente envolvido em desenvolvimento de softwares, tratamento e análise de dados, empresas do ramo tecnológico, portanto, primordiais ao desenvolvimento e avanço da técnica.

Pardo Montaña (2021) procede um exame sobre as chamadas nacionalidades privilegiadas em contraposição ao recente processo de multiplicação das caravanas de nacionalidades indesejadas. A autora segue uma linha de investigação que se soma ao que está sendo discutido na tese: “La recepción de estas caravanas y de la migración en general en México ha sido diversa. Muchas organizaciones de la sociedad civil a lo largo del país las han apoyado enfocándose principalmente en atender las necesidades inmediatas de esta población” (PARDO MONTAÑO, 2021, p. 22).

Com um olhar crítico para a dualidade na realidade da migração que opõem nacionalidades privilegiadas e a racialização dos migrantes indesejados, se elabora um padrão da mobilidade do trabalho na semiperiferia capitalista, no Brasil e no México: são duas realidades de economias de capitalismo tardio, que atravessaram processos de financeirização e de reestruturação produtiva. Seus mercados de trabalho são marcados pela informalidade estrutural, mas nas últimas décadas e, principalmente, a partir de 2008, determinados ramos produtivos e as transformações do capital internacional introduziram ocupações demandadas pelas chamadas nacionalidades privilegiadas.

No México estão presentes determinações mais intensificadas do militarismo estadunidense e das próprias relações de subordinação econômica em comparação ao Brasil. Contudo, em ambos, o estabelecimento de imigrantes e o aumento nos dados absolutos são processos visíveis e que fundamentam a posição dos dois países na distribuição global da força de trabalho.

É o que entendemos no seguinte trecho, a partir de entrevista com um jovem imigrante da Nicarágua, natural da capital Manágua, de 23 anos:

La verdad que sí, la verdad que sí, porque es una locura lo que hacen con uno. Mira, nosotros somos inmigrantes, está bien cierto, somos ilegales en tu país, pero, o sea, tampoco me voy a quedar en el tuyo, yo me voy a ir para otro lado. ¿O sea,

no estás pensando de qué, o sea, sería como decirlo, ¿no? No estás pensando en cómo quedarte aquí. Y si yo estoy pidiendo mi asilo allá, o sea, cálmate, déjame tranquilo, déjame vivir. O sea, son personas que no dejan vivir a nadie. O sea, lo que pasa es que no te dejan vivir tranquilamente. Si vos te venís para acá y estás pidiendo tu asilo, estás para vivir tranquilamente y esta gente no te deja tranquilo. Te están jodiendo, te están jodiendo y las cosas no es así, o sea, son cosas de que indignan, indignan, dan enojo, dan coraje, porque son cosas que lo que hacen es dañar a las personas. O sea, no se ponen a pensar en las familias que tienen esas demás personas, no se ponen a pensar en los proyectos que quiere hacer esa persona, no se ponen a pensar en la dificultad que ha pasado esa persona para poder llegar acá (informação verbal, entrevista com imigrante de Nicaragua, 23 anos, setembro/2024).

Ele informa que trabalha em restaurantes e cafeterias na CDMX, e em um dos estabelecimentos, era constantemente questionado sobre quais motivações para estar no México e sobre porque não retornava à Nicarágua. Sua indignação se sobressaiu na voz e nos comentários sobre não estar no México para *disputar com os mexicanos*, pois da mesma forma que eles, paga seus impostos, trabalha de modo honesto e seu objetivo é viver uma vida digna, ajudar à família e, quando possível, continuar a trajetória de migração. Esse padrão de resposta se repetiu em outras entrevistas. O jovem Franco, imigrante venezuelano de 16 anos, natural de Maracaibo, concedeu a entrevista enquanto tratava de um problema dermatológico contraído devido às condições sanitárias sujeitadas durante o processo de travessia e da infraestrutura do albergue (animais domésticos abandonados convivem com os residentes). Seu objetivo é conseguir migrar para os EUA ou Canadá, ressalta quando perguntado sobre a possibilidade de finalizar seus estudos (equivalente ao Ensino Médio no Brasil). Antes de se estabelecer no México, Franco havia migrado para a Colômbia, Equador e o Chile, este último, um destino recente de consideráveis fluxos de colombianos e venezuelanos. Ele relata que de todos os destinos, o Chile ofereceu melhores condições de reprodução social:

Trabajaba, mentía diciendo que era mayor de edad, pero pues trabajaba y tenía mi dinero y mi esposa y me la pasé chévere, en verdad. Vivía en una casa tranquilamente, gracias a Dios.

*¿Por qué salieron de Chile? (investigador).
Porque mi papá se cansó de trabajar, o sea, ya no daba para más. Mi papá estaba cayendo en una depresión y todo eso. Es como que muy contrasta, el contraste muy grande a lo que yo pasaba, porque era como que estaba viviendo mi mejor momento en mi vida y mi papá el peor.
¿Y a qué año has cambiado hacia México? (investigador).
Para acá, en marzo de este año.
¿Cómo fue el paso? (investigador).
Fue caminando, fue autobús como fue de Venezuela a Colombia. O sea, donde en la parte donde antes de pasar como es como decirte, como un golfo, así como algo pequeño, pero pequeño en el bajo es grandísimo para estar ahí.*



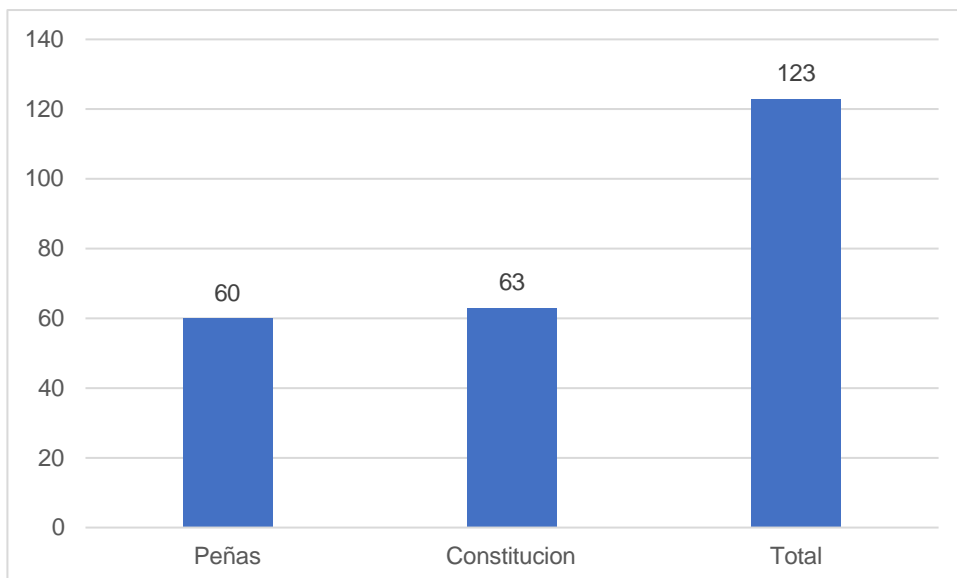
Figura 22 - Bandeira da Venezuela produzida por criança migrante, paróquia de La Soledad, CDMX/MX, 2024
Pesquisa de campo, junho de 2024
Foto: Ribeiro. B. A.

Sabe-se que a realidade mexicana é marcada por uma complexidade de rotas, desde as já historicamente conhecidas (imigração de mexicanos em direção aos EUA; imigração de centro-americanos para os EUA). A realidade das últimas décadas aponta para uma dinamização dos circuitos migratórios, de

sul-americanos que, ou querem passar para os EUA ou Canadá, ou se estabelecem no México, de acordo com uma série de motivações (estudos, trabalho, cônjuge, por exemplo). Como delimitação analítica, demarcam-se os sujeitos que se estabelecem, permanentemente ou temporariamente, na Cidade do México, cujas condições materiais são marcadas pela ausência parcial ou total de uma fonte estável de renda e de residência, entendida como possibilidade de alugar ou possuir imóvel próprio; justificando permanências/estadias em albergues.

Alguns albergues estão voltados para a recepção de famílias, incluindo homens, mulheres e crianças. Todavia, a maior parte se especializa no acolhimento de grupos específicos, como por exemplo, o Albergue Tochan e o Albergue Constitución de 1917. Nestes últimos dois, existe uma articulação entre as coordenações que possibilita a documentação de registros de entrada, saída, quantidade de migrantes, tempo de estabelecimento, nacionalidade, além dos dados gerais de sexo e idade. Esse sistema de registro é possível através do desenvolvimento de um software específico para a construção dessas estatísticas, com descrições sobre suas condições/motivações para o processo migratório (perseguição política e/ou militar, busca de trabalho, violência, por exemplo), construído por um dos membros do Albergue Constitución 1917. Durante os trabalhos de campo com a devida supervisão e cooperação da equipe de psiquiatria, foram repassadas as estatísticas de ocupação para o mês de julho (Gráfico 18):

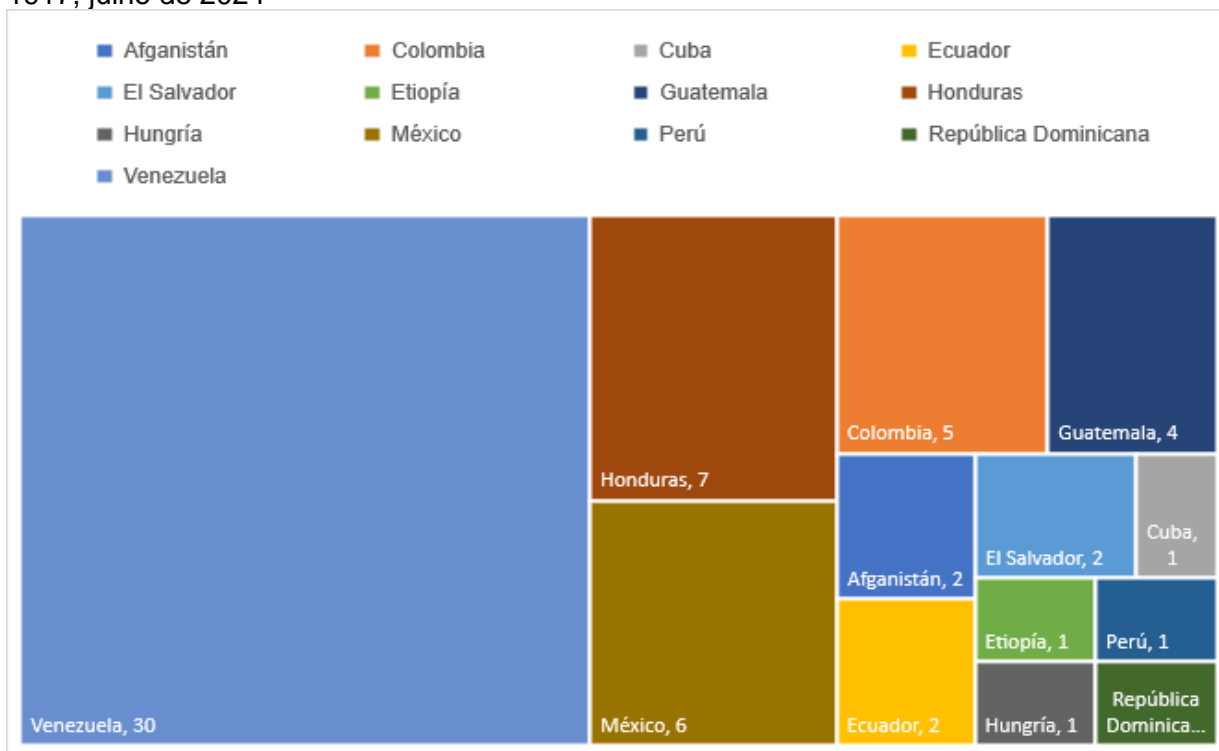
Gráfico 18 - Quantidade de migrantes nos albergues Peñas e Constitución 1917, julho de 2024



Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

Em ambos os lugares, os números apontam para um excedente, acima das suas respectivas capacidades (Peñas, de 45 vagas; Constitución, de 54 vagas). A partir de dados repassados pela coordenação do albergue, a investigação encaminhou uma distribuição geográfica das nacionalidades identificadas durante o período de referência, conforme as figuras abaixo (Figuras 26 e 27):

Figura 23 - Nacionalidades dos imigrantes identificados no albergue Constitución 1917, julho de 2024



Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

Figura 24 - Nacionalidades dos imigrantes identificados no albergue Peñas, julho de 2024



Depreende-se, em consonância às análises de Pardo Montaña (2021) para o México e de Villen (2018) para o Brasil, a concentração dos migrantes latino-americanos nesses lugares de acolhida, que dimensiona as novas tendências de mobilização entre os países do continente. Nesse caso específico dos dois albergues, os venezuelanos se caracterizam pelo maior fluxo de migrantes, e de acordo com os coordenadores dos dois lugares, de rotatividade, com saídas e chegadas de outros grupos.

A coordenação de cada albergue leva em consideração suas próprias dinâmicas: formas de acesso por parte dos migrantes, tempo de estância, regras de convívio, atividades a serem desenvolvidas, além do oferecimento de serviços básicos de saúde, informações jurídicas e de socialização/entretenimento. As entrevistas com os respectivos coordenadores foram realizadas antes das entrevistas com os migrantes, de modo semiestruturado, cujas perguntas seguiram a dinâmica informativa dos entrevistados, instigados pelo pesquisador a compartilharem sobre o processo de formação dos respectivos albergues, sobre as transformações recentes, se houve um aumento nos fluxos de acesso na última década, tempo de estadia, nacionalidades mais recorrentes, atividades desenvolvidas, contribuições e apoios do Estado e instituições da sociedade civil e os desafios enfrentados. O albergue Constitución 1917 iniciou suas atividades como um grupo de atendimento aos alcoólicos anônimos:

Cuando hubo la ley de adicciones, que viene por una nueva norma oficial mexicana en el 2009, nos integramos a este proceso, logramos nuestros registros y nuestros reconocimientos. Y esta casa ha sido muy participativa con organizaciones de la sociedad civil, sobre todo. Entonces se hacían muchos proyectos para personas en situación de calle. En la población de situación de calle llegamos a observar también la presencia de personas migrantes, sobre todo mucho nacional, porque no sé si conoces un poquito el contexto, pues la Ciudad de México, la mayor parte de la población pues son personas [que vienen de otras regiones del país] (entrevista

concedida pelo coordenador do albergue Constitución 1917, julho de 2024).

O coordenador observa que esse processo de migração interna em direção à Cidade do México acompanha uma tendência de décadas anteriores, e segue até a atualidade, por conta da mobilidade forçada por violência diante do controle do narcotráfico em regiões do país; além da centralidade territorial adquirida pela metrópole como oferta de ocupações laborais. E junto às migrações internas, observaram-se fluxos de imigrantes da América Central, muitos deportados, e que se integravam à população em situação de rua. Os projetos de atenção específica aos imigrantes na CDMX ganharam força a partir de 2012 e se consolidaram durante a Pandemia de Covid-19.

As perguntas aos migrantes também envolveram os questionamentos sobre se trabalhava ou não no país de origem e se trabalhou nos últimos três meses, incluindo o período de migração e estabelecimento no México e no Brasil. O brasileiro Cássio, 42 anos, solteiro, sem filhos, iniciou a entrevista afirmando que não é um migrante:

Bom, eu não sou um migrante. Não sou necessariamente um migrante. Então, sou um migrante na viagem. Bom, eu... já faz... (inaudível) que eu saí do Brasil Há oito meses eu saí do Brasil. Fui para o Peru. No Brasil eu viajo com mochila, com artesanatos, com música (informação verbal de entrevista gravada, agosto de 2024),

Sua condição se distingue daquela informada pelos demais entrevistados nos albergues, pois se encontra legalizado no México (com visto); todavia, a reprodução social se integra aos demais que buscam acolhimento e os serviços básicos oferecidos pelas ajudas humanitárias. No momento da entrevista, Cássio estava em um dos colchonetes dispostos em um dos salões do albergue Constitución 1917. Ele nos informou que seu objetivo inicial seria conhecer o México e retornar ao Brasil; porém, os planos mudaram após conhecer um intermediador estadunidense, identificado como amigo, na Califórnia, EUA; o qual ofereceria ajuda para migrar.

Durante o processo de migração, se estabeleceu em vários países da América Central até chegar à fronteira entre Guatemala e México. Posteriormente, junto a caravanas de imigrantes, Cássio conseguiu adentrar ao México após a aprovação do visto, e após um período na cidade de Tapachula, conseguiu uma passagem para a capital mexicana. Já na CDMX, não conseguiu encontrar lugares baratos e se estabeleceu no albergue. Quando indagado sobre trabalho, o entrevistado compartilhou:

Tenho trabalhado com a música, foi isso. Tocando nos restaurantes, que é isso que eu faço? No metrô. Em ônibus? Aqui em ônibus não. No metrô. Mas mais nos restaurantes. Aqui perto mesmo. No restaurante eu passo, faço chapéu (informação verbal de entrevista gravada, agosto de 2024).

Na busca de formas variadas de uma reprodução social fragilizada e limitada, ele e os demais entrevistados são inseridos nas mais intensas e esgotantes jornadas de trabalho que marcam a informalidade e a correspondente precariedade; Cássio, por exemplo, informa que sua renda mensal estava estimada, até aquele momento da entrevista, em dois mil pesos, equivalentes a aproximadamente 560 reais na cotação do período. A realidade dele e dos demais revela camadas de uma superexploração da força de trabalho imigrante na semiperiferia capitalista:

Mesmo com o estágio avançado do movimento da crise rumo a destruição da produção, da “natureza” e dos homens e mulheres trabalhadoras empurrados à miséria global sem emprego e sem-terra, tudo isso parece não despertar a necessidade de uma avaliação radical à estrutura da ordem societal vigente (OLIVEIRA, 2007, p. 18).

A análise de Sócrates Oliveira (2007), acerca da reprodução dos supérfluos na/pela crise estrutural, não somente mantém-se atual, como também adquire escalas de degradação mais perversas. Os limites do capital estão entrelaçados à desrealização humana; ao descontrole contra a natureza e o trabalho: “Não há mais como separar produção destrutiva da produção do capital” (Ibidem, p. 19).

A vida dos imigrantes na CDMX e em Aracaju é atravessada pelo desemprego, que como já apontado por Oliveira (2007) é a realidade concreta do mundo do trabalho, portanto, do espaço enquanto construção social. Todavia, não há como confundir desemprego com falta de emprego. As expressões adquiridas pela precariedade no/do trabalho imigrante são marcadas pela busca de ocupações que possam, além de garantir sobrevivência, permitam a continuidade da mobilização em direção aos países do centro, que garantam melhores condições de vendabilidade (inseridas na precariedade). Um outro entrevistado destaca:

Nada (não tem emprego), me quedo en la plaza (informação verbal, homem venezuelano, 28 anos, entrevista na Paróquia de La Soledad, junho de 2024).

Na CDMX, eles buscam formas de conseguir alguma ocupação: cuidadores de carros, manobristas, cabeleireiros. Em Aracaju, são os trabalhos com reciclagem e, de igual forma, manobristas nas ruas da cidade as formas de se inserirem materialmente pelos migrantes colombianos e venezuelanos. No caso dos colombianos em Aracaju tem se expandido determinada prestação de serviço ilegal, existem determinados grupos de migração recente que vivem de serviços ilegais de empréstimo (agiotagem).

Estabelece-se do ponto de vista do xadrez geopolítico, uma competição entre formas de precariedade social entre os que ultrapassam as fronteiras dos EUA e Canadá e dos que se mantêm sob espera, nas periferias da CDMX. Na mesma entrevista, as motivações da migração para o México estão em: *llegar a EE. UU.*

Ahora es informal (el proceso de migración), hay un hermano allá. En Charlotte. En Venezuela aparte de la escasez, yo tenía el niño y no alcanzaba la comida, cobraba \$50 y apenas me alcanzaba puro comer, no compraba ropa, no compraba los penales y fue difícil. Entonces hablé con mi hermano (informação verbal, homem venezuelano, 28 anos, entrevista na Paróquia de La Soledad, junho de 2024).

A entrevista, como outras durante a estadia do investigador na Paróquia, foi realizada durante o processo de espera dos imigrantes para o atendimento dos serviços de banho e atendimento de saúde; em algum momento, surgiram a esposa e um filho. Antes do México, migraram para Colômbia e continuaram o trajeto pelos países da América Central:

No, desde la selva fue bien, fueron cuatro días y tres noches, pero si nos tocó dormir en plena selva.

Ele continua nos informando sobre não estarem sozinhos, mas sim, em grupos de outros imigrantes. A principal dificuldade esteve na travessia de um rio, por conta de pedras e rochedos que necessitavam ser escalados. Na CDMX se estabeleceram na praça, entre os acampados, onde se documentam episódios constantes de enfermidades, violência e roubos.

A imigração como máxima escala da mobilidade do trabalho é a expressão concreta da diáspora elevada à condição morfológica do próprio sistema produtivo. Se sob o capital, todo processo migratório não é espontâneo ou está condicionado à plena liberdade individual ou do grupo, na crise, a barbárie torna-se inseparável das mobilizações dos excedentes da superpopulação relativa, condenados à ausência de estabilidade. A saída de um país em direção a outros, sob riscos de morte, violência e crimes de extorsão, se tornam questões de sobrevivência, como uma última possibilidade de existirem. Para um pai de 7 filhos:

Está difícil, tengo dos días recién y prácticamente no tengo trabajo. Hay mucho trabajo, pero no tengo una ubicación donde quedarme. Como todos mis hijos están pequeños, estoy buscando un lugar exactamente para quedarme, para yo poder salir y trabajar, porque no puedo trabajar y dejar todos botados porque son pequeños, no se alcanzaría a mi mujer (informação verbal, homem, equatoriano, 38 anos, entrevista na Paróquia de La Soledad, junho de 2024).

Durante a entrevista, o senhor equatoriano nos informa que havia migrado junto com sua esposa e mais sete filhos. Estavam desde seis meses no México e se estabeleceram na praça ao redor da paróquia. Nela, as crianças conseguem

atendimento médico e participam de atividades lúdicas oferecidas pelos serviços humanitários do governo local (equipe de psiquiatria), nas quais o investigador foi convidado a participar (Figura 28):



Figura 25 - Paróquia de La Soledad, atividade com crianças guiada por membro da equipe de psiquiatria
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2024
Foto: RIBEIRO, B. A.

As atividades em grupo envolvem homens e mulheres. Os homens no albergue Constitución 1917 e as mulheres em Las Peñas, sob o intermédio de membros da equipe de psiquiatria, os imigrantes foram instigados a narrarem sobre seus sonhos e desejos, sobre suas vidas nos países originários e planos futuros. O desejo da uma reprodução material estável é o principal horizonte objetivado por eles.

Os albergues são lugares da desmedida - os excedentes supérfluos, em constante mobilização, que se atacam nas periferias do espaço fragmentado e

desigual, nas fronteiras, nos acampamentos e albergues. Os próprios albergues resguardam a própria condição de serem lugares de passagem para muitos, que perpetuam a rota da migração, direcionados para os resquícios de reprodução material nos países centrais (marcados pela exploração da força de trabalho imigrante, manutenção de altas taxas de condição indocumentada, ausência de políticas públicas substantivas para esses trabalhadores).

Percebe-se como a relação crise e desmedida está imbricada na produção do espaço, nas distintas escalas. Não somente na constituição desses lugares de excedentes, com o forte militarismo que contrasta diante da degradação social e material. A desmedida tende a reproduzir formas absolutas de extração de mais-valor e da própria superpopulação relativa que o desemprego crônico multiplica.

Os novos espaços da diáspora gestados pela crise estrutural acabam inserindo novas dinâmicas de mobilização regional, em países semiperiféricos. Após a crise de 2008, uma série de reordenamentos espaciais são impostos ao conjunto dos países centrais e periféricos, e o que se destaca no âmbito da imigração foram as políticas de endurecimento de acesso às fronteiras centrais, com transferência de excedentes militares e intensificação das burocracias de entrada aos EUA e Europa Ocidental.

Concomitante a este processo, se conformaram novas regiões que marcaram a mobilidade do trabalho imigrante. Trata-se de uma redistribuição desses excedentes, mas que não se caracteriza por uma inserção material minimamente digna nesses outros países.

Nos países negados aos processos de crescimento e desenvolvimento de forças produtivas durante o pós-guerra, os reordenamentos da crise estrutural se combinam às frágeis estruturas sociais, de ausência de um fundamento de proteção ao trabalho e de um proletariado que nasce e morre em condições de pauperismo. Os limites absolutos do capital não são expandidos de modo idêntico e uniforme entre as formações nacionais; os próprios impactos da devastação ecológica nos países latino-americanos, africanos e do Sudeste Asiático apontam esse caráter desigual. Da mesma forma, a manutenção do poder decisório concentrado no imperialismo bélico estadunidense sob a

pactuação dos membros da OTAN e as determinações impostas através de acordos comerciais que servem de barreiras para a construção de uma alternativa geopolítica produzem cada vez mais processos de mobilização de trabalhadores do campo e da cidade, como se observa:

(...) trabajaba en Colombia como electricista y aquí en México aún no conseguí nada. (...) En Colombia pues se sabe que el orden público es complicado, entonces más que todo salimos (el entrevistado y la familia) fue por la guerra de los paramilitares (información verbal, entrevista con hombre colombiano, 34 años, junio de 2024).

A situação das mulheres imigrantes aponta um contexto mais atroz. Dos 42 entrevistados, 14 se autodeclararam mulheres, o que revelou um dos principais desafios do processo de investigação sobre o concreto da análise.

No México, além das entrevistas formais (com aplicação de questionário), a análise contou com uma atividade com um grupo de mulheres imigrantes em Las Peñas. Nenhuma delas trabalhava em estabelecimento (restaurante, loja, supermercado ou qualquer outro lugar minimamente estruturado). 9 das 10 declararam ter filhos e passavam a maior parte do tempo ao lado deles, menores que necessitam de cuidados e atenção. Na paróquia, a dificuldade das entrevistas com as mulheres migrantes está associada ao esforço tanto para elas próprias, quanto para os filhos, em buscar os serviços de banho e atendimento médico. Como o tempo de estadia dos imigrantes é limitado ao horário das 10h às 12h, para que haja uma rotatividade de outros que possam buscar os serviços, as entrevistas com mulheres foram marcadas por constantes interrupções, além de negações às perguntas; em alguns casos, as mulheres buscavam aos seus maridos para responderem em seus lugares; em outros, a entrevista era feita com o casal, com o homem mais presente nas respostas.

Em uma das entrevistas, uma mulher de 27 anos, natural da Venezuela, estava com sua filha recém-nascida (a criança nasceu em território mexicano, em um trem, durante o processo de migração) e mais um filho menor; quando perguntada sobre trabalho, ela nos informa que não trabalha, pois precisa cuidar dos filhos. Os três e o esposo vivem em um dos acampamentos da praça:

*¿Y tu pareja está aquí?
Sí, está trabajando.
¿Trabajando cómo?
Pues en lo que le salga.
En la calle mismo, en tiendas, así.*

Quando perguntada sobre as razões da migração, compartilha a situação difícil de pobreza vivida na Venezuela, que comparada à situação vivida no México, era pior. Eles pretendem estabelecer-se um tempo no país até conseguirem a autorização para migrarem aos EUA. Outro caso a ser destacado é o da senhora Aneta, angolana, 35 anos, mãe de 5 filhos, todos na praça de La Soledad, CDMX. Ela e o senhor Pedro, seu esposo, também angolano, 35 anos, migraram forçosamente por conta de ameaças de morte por grupos inimigos no país originário. Se estabeleceram em outros países até chegar ao México, incluindo São Paulo, no Brasil, sem documentação e por conta da segregação racial existente entre os próprios grupos de imigrantes, Aneta chora enquanto narra o peso do racismo: *“As pessoas cobrem o nariz quando passam perto de nós”*. Trata-se de uma realidade de completa vulnerabilidade. Não se pode dar destaque a nenhum caso dos imigrantes que buscam a travessia, vivem em albergues, em praças, que dependem de ações de caridade de grupos organizados, ou mesmo os assistidos por políticas assistenciais do Estado, sobre o qual não seja necessário retomar a frase do senhor Adriano, migrante venezuelano: *“Esto no es un viaje, esto es una lucha”*.

Se conforme Grespan (2008), a crise é desmedida, portanto, expansão das fileiras do desemprego crônico e do pauperismo, as mobilizações que alcançam novos destinos migratórios são expressão concreta de como a mobilidade do trabalho entre fronteiras se transmuta em horizonte para parcela considerável do proletariado global. A superfluidade que está para a força de trabalho como condição inseparável à exploração é elevada a novos parâmetros.

Conclusão

É a capacidade de estar livre, despojado e disponível ao mercado de trabalho (inclusive, sem expectativas de ocupação) que torna a força de trabalho sempre condicionada a ser mobilizada pelo sistema do capital. Não é a liberdade de mover-se que a define, mas a liberdade para ser movida.

As migrações integraram as formações humanas em distintos contextos espaço-temporais. Mobilizar-se entre regiões integrou grupos, produziu e transformou paisagens e contribuiu para definições sobre sociedades, conflitos e imposições de modos de vida em distintas escalas. A consolidação do sistema de produção capitalista representa uma mudança no sentido das migrações para a determinações dos padrões de distribuição global da população. Mover-se continua sendo um processo iminentemente humano, move-se em direção às ocupações laborais, mover-se como turismo, mover-se por guerras, violência, ausência de perspectivas de avanço material. Contudo, cada uma de suas expressões que singularizam casos de grupos que migram, dentro de formações nacionais ou entre fronteiras, também estão postas na totalidade da liberdade definida pelo capital. É ela quem rege as migrações, portanto, suas dimensões se põem no espaço de acordo com a capacidade de imposição do capital. A própria categoria população passa a ser definida e diferenciada através de uma classe de trabalhadores. A universalidade do sistema do capital universaliza essa mesma classe, que se expande regida por uma divisão internacional e pelo desenvolvimento desigual e combinado. Não são mais grupos, nem indivíduos, nem camadas específicas do conjunto da população que migram, é toda a classe trabalhadora disposta à liberdade do capital que, ora desenvolve formas que facilitam a migração, ora impõem barreiras para esse mesmo processo. Todo e qualquer sujeito da classe trabalhadora em qualquer região ou país do mundo está condicionado a essa liberdade. Os chineses que se mobilizaram das porções mais interiores do imenso território em direção às megalópoles da costa, os indianos e paquistaneses que buscam nas crescentes sociedades sustentadas por ciclos petrolíferos do Oriente Médio, ultrapassando climas, relevos e vegetações que testam os próprios corpos aos limites da

sobrevivência. As migrações entre fronteiras instigaram a hipótese de construção dessa tese, elas permeiam imaginários sobre quais são os condicionantes que mobilizam sujeitos a buscarem formas de sobrevivência em outros países, a ultrapassarem fronteiras militarizadas e caminhos onde se documentam violência em suas máximas expressões de degradação humana. As fotografias mais emblemáticas do que se chama mundo atual ou contemporâneo incluem as das caravanas de migrantes enclausurados, violentados e mortos na insistente. Esses sujeitos estão inseridos na máxima liberdade imposta pelo capital em crise. Ela não é produto da mobilização, não é produto da escolha de mover-se ou não, pois não existe mais escolha nesse processo. O capital impõe a liberdade da degradação, de eliminar os excedentes e nunca mais inseri-los em qualquer dimensão estável de produção, e a única liberdade possível desses sujeitos é buscar as definições imposta pelo desenvolvimento desigual em outros países, despojados de qualquer enraizamento, em muitos casos, sem perspectivas de retorno. Não existe bandeira, língua, hino, cultura, etnia, família ou qualquer outro elemento que defina mais a liberdade do capital do que o trabalho. É no trabalho e em sua centralidade para a produção do espaço, inclusive na negação que a crise lhe impõe, devastando força de trabalho, atirando homens e mulheres em mares e muros, que a geopolítica da diáspora se define.

Todo esse conjunto de trabalhadores distribuído desigualmente é determinado por uma série de legislações e controles de suas respectivas formações estatais, mas compartilham a única e indistinguível condição de ser livre para o capital. Ser livre para ser despojado diante das flutuações do capital é estar sempre disponível para ser empregado e desempregado, para estar face a face diante das penúrias da informalidade.

A mobilidade do trabalho é a essência da produção do espaço sob o capital em sua regência como relação social. Produção do espaço, portanto, não se define num conjunto de formas, processos e escalas dissociadas da separação do produtor dos meios de produção. Nesse processo, todas as migrações são subsumidas ao plano da formação do mercado mundial e das definições geopolíticas que esse mercado acarretará. Toda e qualquer migração

deixa de possuir uma dimensão externa e/ou externalizada ao sistema que a define (fome, guerra, conflito, epidemia), pois na subsunção real do trabalho ao capital, migrar não é um ato espontâneo, cuja liberdade se define na objetividade do sujeito que migra. As migrações nas mais distintas escalas, do feudo para a oficina, do burgo para a fábrica, das cidades e metrópoles para as vilas operárias foram determinadas pela acumulação de capital, seja aquela que se denomina originária, na consolidação da grande indústria ou na quadra atual das relações capitalistas. Para além da complexidade dos conceitos de mobilização, exército industrial de reserva, crise ou excedentes da superpopulação relativa, o que se deve entender na relação migração e capital é que, tendencialmente, a mundialização do capital é a mundialização do trabalho. A tendência expansiva do capital, na geografia crítica, interpretada como ajuste espacial, não data da segunda metade do século XX, ela está substantivada no princípio da formação do capital. Portanto, a constituição do proletariado e da burguesia como classes definidoras do novo modo de produção contém as bases da contradição inata ao capital, a sua crise, portanto, a sua desmedida.

A separação dos meios de produção por meio de expropriações primárias não se caracteriza como uma fase. Ela acompanha a escalada da acumulação e das formas assumidas em cada uma das reestruturações produtivas do capital. A essas se somam outras contradições que se expressam no espaço através de expropriações secundárias. Até o fim do ciclo de expansão da produção capitalista global na década de 1970, representaram barreiras revertidas pelo capital através dos seus mecanismos de enfrentamento à queda da taxa lucro.

O capital como relação expansiva é também a materialização da desmedida; dessa forma, a produção do espaço se define na medida do valor (tempo de trabalho subsumido ao capital) e na desmedida contida nela (excedente da acumulação, que pressupõe novas forças produtivas, expansão aos novos ramos produtivos e às regiões especializadas desigualmente). A primeira condição dessa desmedida é a valorização do valor, é a extração do excedente produzido por aquele que deve buscar a reprodução material mobilizando-se, buscando no mercado ramos produtivos para a venda da força de trabalho. Mas se a medida do valor é sempre uma desmedida, pois está

contida uma incorporação de meios técnicos responsáveis por elevar a reprodução do capital a novas dimensões temporais e espaciais, também estão contidas novas dimensões nas mobilizações dos trabalhadores distribuídos entre as regiões do globo.

Ainda assim, nessa hipótese não se encontram todas as determinações para se fundamentar a tese de uma diáspora elevada à morfologia dessa relação expansiva definida pelo capital. Para tal, buscaram-se os limites absolutos (não mais barreiras) que defrontam esse movimento expansivo e impulsionam contradições vigentes no ciclo expansivo do sistema. Nos limites absolutos: desemprego crônico, devastação ecológica, o antagonismo entre capital transnacional e Estados nacionais, a desmedida não é mais um fato contornável, estendido no tempo e no espaço, no futuro da incerteza global, ela passa a ser o convívio presente da humanidade com a produção e distribuição desigual da riqueza socialmente produzida. As migrações não são mais processos isolados no quadro de uma transformação produtiva, da formação e desenvolvimento de um mercado como o exemplo da diáspora irlandesa. Elas também não são definidas por ciclos de expansão e/ou destruição, como os fundamentos do Programa Bracero para a distribuição de força de trabalho para os EUA no pós-guerra. Migrar não é mais uma das opções postas para grupos. Ela é o presente das parcelas da classe trabalhadora que formam excedentes de uma produção que nunca irá retomar níveis de acumulação anteriores.

A ativação dos limites absolutos do sociometabolismo do capital coincide com o esgotamento dos mecanismos de extensão da crise. O desemprego não se caracteriza mais como exceção, mas seu caráter crônico reproduz uma nova dimensão na desmedida: de um exército industrial de reserva, sustentado por camadas racializadas da força de trabalho global, a nova morfologia se define por um exército sobrando em distintas camadas pauperizadas, cuja imigração ou migração entre fronteiras se caracteriza como uma das formas do mundo do trabalho mais superexploradas e degradadas.

No limite absoluto caracterizado pela expansão do capital transnacional e os acirramentos entre os Estados nacionais estão as formas de reestruturação do capital após 2008, com o protecionismo de capitais (dos ramos produtivos

industriais) e de algumas tendências de formação de um capital-imperialismo no que se optou por entender como semiperiferia do capitalismo.

No Brasil, se desenvolveram ramos produtivos da construção civil, do agronegócio (incluindo processamento de alimentos, como no exemplo dos frigoríficos) e do telemarketing, responsáveis pela reprodução do precariado nacional. Ao lado dessas determinações mais vinculadas às condições internas da acumulação do período (2000-2010), o endurecimento burocrático e militar das fronteiras dos países centrais acompanhou objetivas proposições do Estado brasileiro em assumir uma posição global, ou a princípio, regional (Mercosul, América Latina). Se entende esse posicionamento brasileiro mais como contraposição às políticas protecionistas do centro do que uma integração substantiva dos migrantes internacionais. O discurso da ajuda humanitária em relação aos haitianos é seguido na década seguinte (2011-2021) pelos venezuelanos, e em parte, colombianos. Por outro lado, essas nacionalidades menos privilegiadas do ponto de vista das ocupações laborais oferecidas no Brasil estiveram lado a lado a uma outra forma assumida pela mobilização internacional no período posterior à 2008: de trabalhadores advindos das nacionalidades privilegiadas vinculados aos novos ramos produtivos da tecnologia da informação.

É o que se analisa de forma concomitante ao caso mexicano, outro país da semiperiferia capitalista, em décadas anteriores (principalmente, durante a vigência do Programa Bracero), o principal fornecedor de mão-de-obra imigrante para os EUA, que se insere como um destino possível para migrantes centro-americanos e sul-americanos. A possibilidade de se estabelecerem no México está marcada nas entrevistas com homens e mulheres que constituem nos albergues, praças e paróquia da Cidade do México, lugares da desmedida. Eles objetivam a perpetuação do processo migratório, como forma de aproveitarem as benesses do câmbio internacional do dólar frente às moedas dos seus próprios países.

Na geopolítica da diáspora, México e Brasil assumem a posição de receptores de uma parcela dos excedentes do exército sobranter. Há nas duas regiões uma concentração de trabalhadores imigrantes em ocupações informais

e sem estabilidade de renda mensal. O desemprego materializa a desmedida como crise, não somente por isso ganha centralidade na análise, é um limite absoluto que perpassa os demais, seu caráter crônico aponta sua irreversibilidade dentro das condições que se apresentam para o sistema do capital. Os desempregados são mobilizados por violência, fome, falta de emprego e conflitos civis; procuram se estabelecer nos países destinados, e/ou no caso mexicano, temporariamente até a continuidade em direção aos EUA e/ou Canadá; independentemente da escolaridade são atravessados pela negação à vendabilidade de suas forças de trabalho. Quando se dirigem à semiperiferia, se inserem a uma dimensão semelhante às respectivas classes trabalhadoras desses países. Essa aparente semelhança não deve ser confundida como inserção pacífica e igualitária. A relativa igualdade está posta nas condições de reprodução material, pelas dificuldades na obtenção de uma moradia, de acesso aos serviços básicos à saúde e educação, à superexploração imposta pelas divisões entre nacionais e estrangeiros, fragmentando-os em dois grupos que disputam postos de trabalho caracterizados por instabilidade e desproteção.

A constituição de lugares da desmedida, de sua expressão máxima, encontra nas fronteiras militarizadas e nas metrópoles, as aproximações analíticas mais visíveis pelo geógrafo. A produção desses lugares não se dá de modo espontâneo. O recente processo de militarização da fronteira amazônica como posição da forma política assumida pelo Estado no Brasil no controle dos fluxos de força de trabalho migrante, é um exemplo. Antes de serem solicitantes de refúgio, são mobilizados que objetivam a vendabilidade de força de trabalho nos novos destinos. A militarização produz uma concentração dos migrantes, à espera das novas diretrizes, que no caso brasileiro encontrou no Programa Acolhida, um plano de mobilização para outras regiões. A concentração de imigrantes na Cidade do México revela mais uma estratégia buscada pelos próprios migrantes, do que um plano nacional de inserção dos migrantes como possibilidade de enfrentamento à disseminada crise migratória. Em Aracaju, o relato de que redes de migrantes cubanos disseminam informações sobre a facilidade dos processos burocráticos de mudança de status migratório, também

desvela as limitações das políticas de controle migratório ao posicionarem a questão migratória no plano da ajuda humanitária, que a dissocia do plano da materialidade do mundo do trabalho. Na manutenção do humanitarismo como única via de análise dos processos migratórios internacionais, se nega que é a crise que despoja seres humanos e os põe em constante mobilização.

No entreposto da crítica está contida a defesa histórica do internacionalismo da classe trabalhadora. Contraditoriamente, a mundialização dos mecanismos de contorno à crise produz a mundialização do exército sobrance. Enquanto não houver a crítica aos mecanismos (militarização, expropriações primárias e secundárias, subordinação no âmbito da DIT), a mobilização internacional será confundida com crises migratórias.

Para ir concluindo, em *Aqui no es Miami*, a escritora mexicana Fernanda Melchor traduz as contradições de sua realidade através de crônicas viscerais sobre narcotráfico, feminicídio, violência, homofobia e xenofobia. Em uma delas, a que oferece o título ao livro, o leitor acompanha a noite de Paco, um trabalhador mexicano no porto de Veracruz, México, que se defronta com o dilema em ajudar um grupo de imigrantes dominicanos famintos e degradados que pensam que haviam chegado a Miami, ao sonho americano. A crônica não possui um desfecho feliz, como também essa tese, que na ausência de uma solução ao sonho imigrante, deixa para os limites de nossa existência, essas palavras de denúncia.



Figura 26 - Autor da tese entrevista colaboradora do Albergue Casa Tochan, CDMX/MX, 2024
Pesquisa de campo, junho de 2024
Foto: autor desconhecido

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Itália tem cerca de 5,5 milhões de pessoas em pobreza absoluta**. Agência Brasil, 3 out. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-10/italia-tem-cerca-de-55-milhoes-de-pessoas-em-pobreza-absoluta>. Acesso em: 22 set. 2023.

AKERS CHACÓN, Justin; DAVIS, Mike. **Nadie es ilegal: la lucha contra el racismo y la violencia de Estado en la frontera entre México y Estados Unidos**. [S.l.]: Haymarket Books, 2020.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Praxis, 2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANDERSON, Perry. **O balanço do neoliberalismo**. In: O Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 25-48.

ANTUNES, Jadir. **As determinações das crises do capital na concepção de Karl Marx**. 2002. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. Marx diante da crise do capital. **Rev. Filos, Aurora**, Curitiba, v. 23, n. 33, pp. 509-524, jul./dez. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. O aumento da taxa de mais-valia como contratendência à queda da taxa de lucro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, pp. 52-78, 58/janeiro 2021 – abril 2021.

BAENINGER, Rosana. Lei de Migração e política interna das migrações internacionais: a distribuição espacial da população imigrante no Brasil. In: RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosana. **Nova lei de migração: os três primeiros anos**. Unicamp/Observatório das Migrações em São Paulo, 2020. p. 349-362.

_____. Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era das migrações? In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen. (Coords.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; FERNANDES, Duval Magalhães; DOMENICONI, Jóice. **Cenário das migrações internacionais no**

Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, v. 4, p. 1-35, 2021.

BASSO, Pietro. **Las emigraciones son siempre forzadas.** Entrevista realizada por Juan Dal Maso. La Izquierda diario, 29 sep. 2015. Disponível em: <https://laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas>.

_____. **Tempos modernos, jornadas antigas:** vidas de trabalho no início do século XIX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta.** Tradução de Jéssica Reinaldo. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BONIFACE, Pascal. **Atlas da Geopolítica.** São Paulo: Contexto, 2009.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Desenvolvimento, espaço e crise estrutural.** Espaço e Economia, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/153>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRAGA, Ruy. **A angústia do precariado:** trabalho e solidariedade no capitalismo racial. São Paulo: Boitempo, 2023.

_____. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A rebeldia do precariado:** trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938.** Regulamenta o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, sobre a entrada, permanência e distribuição de estrangeiros no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 1938.

_____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2017.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA).** Departamento da Polícia Federal. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no exterior.** Brasília: Itamaraty, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BUKHARIN, Nikolai. **Imperialismo e economia mundial.** Disponível em: <https://en.marxists.info/portugues/bukharin/1917/imperialismo/05.htm>. Acesso em: 18 dez. 2024.

_____. **O Imperialismo e a Economia Mundial**: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 164p.

CAMPOS FILHO, Romoaldo Pessoa; DEUS, Natália Müller de; SANTOS, Maria Angélica de Sousa. Territórios africanos: colonização ímpia, descolonização cruel e globalização perversa. **Confins (online)**, 50, 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008.

_____. (org.). **Capital**: essência e aparência. Volume I. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes Indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP** 119, 2020.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 154-171, jul/dez. 2019.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **La era de la migración**: movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: Fundación Colosio; Universidad de Zacatecas; Miguel Ángel Porrúa Grupo Editorial; Instituto Nacional de Migración, 2004.

CHACÓN, Justin Akers; DAVIS, Mike. **Nadie es ilegal**: combatiendo el racismo y la violencia de Estado en la frontera EE. UU.-México. Madrid: Editorial Popular, 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOUDRY, Aziz; HLATSHWAYO, Mondli (orgs.). **Just work? Migrant workers' struggles today**. London: Pluto Press, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **A crise de 1929 e a grande depressão da década de 1930**. Artigo, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205265_A_Crise_de_1929_e_a_Grande_Depressao_da_Decada_de_1930. Acesso em: 18 dez. 2024.

_____. América Latina na crise econômica mundial. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 1, p. 6-15, jan. 2010.

_____. As crises econômicas e a teoria marxista. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, p. 11-20, 2010.

_____. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.** São Paulo: Alameda, 2009.

COHEN, Robin. **Global diasporas: an introduction.** 2. ed. London: Routledge, 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, v. 1, n. 6, p. 166-170, 2005. Disponível em: <http://www.scientiaplena.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

_____. Pensar a Geografia na virada do século. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 19-26, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123296>. Acesso em: 18 dez. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2020.

CUNHA, Filipe Brum. **Imigração aos Estados Unidos da América: análise histórica e tendência no início do século XXI.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégias Internacionais, UFRGS. Porto Alegre, 2012. 165p.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 1991.

DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Xamã, 2007.

_____. O militarismo norte-americano, o terrorismo infinito e a crise econômica mundial. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira (Orgs.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise.** São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 27-50.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENNES, Marcelo Alario; MORATO, Rosinadja; SANTOS, Caio Ferreira dos. Dois olhares sobre a migração internacional no Nordeste brasileiro. **Cadernos CERU**, Série 2, v. 31, n. 2, p. 233-248, dez. 2020.

FERRERAS, Norberto O. La OIT y los procesos migratorios para América Latina: De La Primera Guerra Mundial a la ola migratoria posterior a la Segunda Guerra Mundial. PERIPLoS. **Revista de Investigación sobre Migraciones**, 6(1), 40-60, 2022.

FONTES, Virginia. **Capital-imperialismo: teoria e história**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010

_____. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FRANÇOIS, Charles-Henri. A mundialização do exército industrial de reserva. **O Comuneiro**, n. 3, jan. 2006. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAMBOA, Saúl Macías; LÓPEZ, Rosa Haces; HUERTA, Isaías Aguilar. Precariedad laboral más allá del Precariado: familia y región. Pensamiento al margen. **Revista digital**, n. 11, pp. 90-116, 2019.

GAÚCHA ZH. **Britânicos são cada vez mais pobres, diz relator da ONU**. Gaúcha ZH, 20 maio 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/05/britanicos-sao-cada-vez-mais-pobres-diz-relator-da-onu-cjvz9vreh05r801llwt6rixv6.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

GAUDEMAR, Jean-Paul de Gaudemar. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. A desmedida da crise. **Revista discurso** (27), 1996, p. 117-137.

_____. A desmedida do capital. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 13, pp. 7-16. 2/2008.

_____. **A dinâmica da crise: um estudo sobre o conceito na crítica da economia política de Marx**. Tese de doutorado, Unicamp, 1994.

_____. **História e Historiografia das Crises**. Ver. Hist. (São Paulo), n. 179, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007.

_____. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789-1848**. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Censo de Población y Vivienda 2020**. Ciudad de México: INEGI, 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **The impact of financial crises on international migration: lessons learned**. Geneva: IOM, 2009.

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

JORNAL NORTH NEWS. **1 em cada 5 adultos solteiros no Canadá vive na pobreza, muitos dos quais com insegurança alimentar, aponta relatório**. Jornal North News, [s.d.]. Disponível em: <https://journalnorthnews.com/noticia/4697/1-em-cada-5-adultos-solteiros-no-canada-vive-na-pobreza-muitos-dos-quals-com-inseguranca-alimentar-aponta-relatorio>. Acesso em: 22 set. 2023.

KURZ, Robert. **Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial**: para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. Marxists Internet Archive, 23 jan. 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2005/01/23.htm>. Acesso em: 18 dez. 2024.

_____. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LATTES, Alfredo; SANTIBÁÑEZ, Jorge; CASTILLO, Manuel Ángel (coordenadores). **Migración y fronteras**. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte; México, D.F.: El Colegio de México, 1998.

LIPIETZ, Alain. **Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização**. Tradução de Ricardo Brinco. Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planificação (CEPREMAP), Paris, 1989.

MACÍAS GAMBOA, Saúl; HACES LÓPEZ, Rosa; AGUILAR HUERTA, Isaías. Precariedad laboral más allá del Precariado: familia y región. **Pensamiento al margen**, n. 11, 2019.

MALIT JR., Froilan T.; YOUHA, Ali Al. **The socio-economic impacts of GCC migration**. Cambridge: Gulf Research Centre, 2013. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-15, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1998.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Migração e Cotidiano. **Revista GEOUSP**, n. 3, p. 51-62, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De "Superfluos" a Sujeitos Históricos na Contramão do Capital: A Geografia do (des)Trabalho**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

_____. Os monstros que devemos enfrentar. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz [et al.] (org.). **Marx, a geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do sistema de controle social**. Marxists Internet Archive, 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszaros/1998/02/40.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István; LÖWY, Michael; DUARTE, Rubens Enderle (Org.). **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MIGRAÇÕES em debate. **Museu da Imigração de São Paulo**, 05 de novembro de 2020. <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/quem-entra-no-brasil-as-restricoes-regulamentadas-o-decreto-no-3010-de-20-de-agosto-de-1938>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. **Migration Policy Institute**. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MONFREDO, Cintiene Sandes. **Política migratória dos países do Mercosul e a conformidade com a política migratória regional**. [S.l.: s.n.], [data não informada].

MOREIRA, R. A (GEOGRAFIA DA) SOCIEDADE DO TRABALHO. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 40, p. 131–142, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2013.457. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/457>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MORLAND, Paul. **A maré humana: a fantástica história das mudanças demográficas e migrações que fizeram e desfizeram nações, continentes e impérios**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

MUNDO DO TRABALHO. **Quem são os cyber refugiados do Japão?** Mundo do Trabalho, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/pt-br/content/quem-s%C3%A3o-os-cyber-refugiados-do-jap%C3%A3o>. Acesso em: 22 set. 2023.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 202-222, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil, uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas públicas e trabalho precário: a retórica da "autonomia empreendedora" e a permanência do desemprego.** 2017. 300 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ONU, Organização das Nações Unidas. **World Population Prospects: The 2008 Revision Population Base.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100107202521/http://esa.un.org/unpp/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Population Prospects 2022: Summary of Results.** New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2023. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILOSTAT:** base de dados sobre estatísticas do trabalho. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Migration Data Portal.** Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OSÓRIO, Luiz Felipe; BERNER, Vanessa. Migração, direito e capitalismo. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 17, p. 55-79, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/download/45298/28881/152605>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OTAVIO, Anselmo. Inserção Regional em tempos de intolerância: imigração, xenofobia e os desafios à África do Sul pós-apartheid. **Rev. Carta Inter.** Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-25, 2021.

OXFAM. **Poder, lucros e a pandemia.** Relatório, 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/cms_files_115321_1599751979Poder_Lucros_e_a_Pandemia_-_completo_editado_-_pt-BR.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014.

_____. Capital, controle social e participação autônoma dos trabalhadores no capitalismo em crise. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 41-49, 2012.

_____. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 160p.

PARDO MONTAÑO, Ana Melisa. Nuevas realidades de la migración en México: de la xenofobia y la racialización a las nacionalidades privilegiadas. In: PARDO MONTAÑO, Ana Melisa (coord.). **Nuevas realidades de la migración en México: cambios y continuidades**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Geografía, 2021. p. 21-39.

PEROCCO, Fabio. Precarización del trabajo y nuevas desigualdades: el papel de la inmigración. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 79-94, abr. 2017.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PÓVOA NETO, Helion. La criminalización de las migraciones. Una mirada desde Brasil. In: HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Alberto; CAMPOS-DELGADO, Amalia (org.). **Migración y movilidad en las Américas**. México: Siglo XXI Editores/CLACSO, 2023.

RFI. **La pobreza empuja a cada vez más estadounidenses a vivir en la calle**. RFI, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/es/programas/grandes-reportajes-de-rfi/20230404-la-pobreza-empuja-a-cada-vez-m%C3%A1s-estadounidenses-a-vivir-en-la-calle>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROBERTS, Michael. A taxa de lucro nos EUA com dados de 2021. **Economia e Complexidade (online)**, dez. 2022. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2022/12/18/a-taxa-de-lucro-nos-eua-com-dados-de-2021/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SCHAWARZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SORRE, Max. **Les Fondements de la Géographie Humaine**. Paris: Armand Colin, 1955.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo/ISKA, 2021.

VIDAL, Marcelo de Oliveira. **Instrumentalização da migração: política migratória e competências da União Europeia e Estado Nacional Espanhol**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, 2013. 147p.

VILLEN, Patrícia. **(In) visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. 390p.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A nova divisão internacional do trabalho e a crise social. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 5-26, 1989. Disponível em:
<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/117/0>.
Acesso em: 18 dez. 2024.

WIHTOL DE WENDEN, Catherine. As novas migrações. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheiras. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Apêndices

Apêndice A

Tabela 13 - Mundo: Principais fluxos imigratórios, origem, destino e quantidade, 2020

Origem	Destino	Quantidade
Mexico	United States of America	10.853.105
Russia	Ukraine	3.330.586
Russia	Kazakhstan	2.476.018
Syria	Turkey	3.792.505
China	United States of America	2.184.110
Bangladesh	India	2.488.471
Pakistan	Saudi Arabia	1.483.737
Ukraine	Russia	3.268.263
Philippines	United States of America	2.061.178
Afghanistan	Iran	2.710.601
Afghanistan	Pakistan	1.598.233
Venezuela	Colombia	1.780.486
Poland	Germany	2.141.722
Indonesia	Saudi Arabia	1.709.318
Kazakhstan	Russia	2.558.907
Myanmar	Thailand	1.848.270
United Kingdom	Australia	1.285.149
Indonesia	Malaysia	1.241.634
Kazakhstan	Germany	1.128.201
Romania	Italy	1.048.862
Egypt	Saudi Arabia	962.432
Egypt	United Arab Emirates	899.612
Turkey	Germany	1.837.282
Vietnam	United States of America	1.403.193
Morocco	France	1.059.918
Morocco	Spain	785.884
Colombia	Venezuela	917.753
S. Sudan	Sudan	867.596
S. Sudan	Uganda	1.022.433
South Korea	United States of America	1.038.778
Uzbekistan	Russia	1.146.175
Algeria	France	1.637.211
Brazil	United States of America	517.519
Malaysia	Singapore	1.132.924
Cuba	United States of America	1.376.211

Nigeria	United States of America	402.186
Burkina Faso	Côte d'Ivoire	1.376.350
El Salvador	United States of America	1.410.659
Dominican Rep.	United States of America	1.167.738
Guatemala	United States of America	1.226.849
Laos	Thailand	941.309
India	United Arab Emirates	3.471.300
India	United States of America	2.723.764
India	Saudi Arabia	2.502.337
India	Pakistan	1.597.134
India	Oman	1.375.667
Russia	Germany	1.198.831
Russia	Uzbekistan	871.047
China	South Korea	803.011
China	Japan	775.893
China	Canada	699.190
China	Australia	653.232
Bangladesh	Saudi Arabia	1.277.624
Bangladesh	United Arab Emirates	1.095.231
Bangladesh	Malaysia	415.717
Pakistan	United Arab Emirates	996.288
Pakistan	India	833.314
Pakistan	United Kingdom	537.047
Pakistan	United States of America	408.412
Ukraine	United States of America	370.255
Ukraine	Kazakhstan	355.751
Ukraine	Germany	289.743
Philippines	Saudi Arabia	644.828
Philippines	Canada	633.547
Philippines	United Arab Emirates	564.769
Philippines	Australia	286.303
Afghanistan	Saudi Arabia	481.215
Afghanistan	Germany	250.444
Venezuela	Peru	941.889
Venezuela	Chile	523.553
Venezuela	United States of America	505.647
Poland	United Kingdom	835.975
Poland	United States of America	406.794
United Kingdom	United States of America	673.667
United Kingdom	Canada	537.504
Indonesia	Malaysia	1.241.634
Indonesia	United Arab Emirates	318.809
Romania	Germany	654.822
Romania	Spain	613.336
Romania	United Kingdom	393.569

Germany	Turkey	376.288
Germany	Switzerland	357.112
Germany	United Kingdom	310.043
Myanmar	Bangladesh	907.426
Myanmar	Malaysia	350.605
Egypt	Kuwait	421.025
Turkey	France	340.271
Vietnam	Japan	355.668
Vietnam	China	303.095
Vietnam	Australia	269.812
Morocco	Italy	451.960
Italy	Germany	694.514
Italy	France	325.933
Italy	United States of America	309.965
Colombia	United States of America	817.604
Colombia	Spain	450.377
United States of America	Mexico	799.248
United States of America	Canada	273.226
Nepal	India	733.734
Nepal	Malaysia	585.864
Nepal	Saudi Arabia	503.404
Nepal	Qatar	253.940
South Sudan	Ethiopia	409.890
France	Spain	221.373
South Korea	Japan	456.203
Sudan	S. Sudan	587.668
Sudan	Saudi Arabia	481.215
Sudan	Chad	372.594
Portugal	France	639.888
Iraq	United States of America	256.028
Iraq	Turkey	233.288
Iraq	Germany	226.480
Somalia	Kenya	425.284
Somalia	Ethiopia	411.152
Somalia	Yemen	280.940
Uzbekistan	Kazakhstan	296.511
Uzbekistan	Ukraine	223.491
Sri Lanka	Saudi Arabia	529.336
Sri Lanka	India	184.780
Brazil	Japan	204.814
Brazil	Portugal	154.017
Democratic Republic of the Congo	Uganda	397.638
Democratic Republic of the Congo	Rwanda	236.657

Democratic Republic of the Congo	Burundi	199.585
Haiti	United States of America	705.361
Haiti	Dominican Republic	496.112
Bosnia and Herzegovina	Croatia	381.100
Bosnia and Herzegovina	Serbia	342.526
Bosnia and Herzegovina	Germany	221.720
Bulgaria	Turkey	661.438
Bulgaria	Germany	314.911
Nigeria	United States of America	205.773
Dominican Rep.	Spain	184.832
Peru	United States of America	435.868
Peru	Chile	240.273
Peru	Spain	226.473
Spain	France	282.397
Belarus	Russia	763.879
Belarus	Ukraine	249.641
Iran	United States of America	387.246
Iran	Canada	166.294
Mali	Côte d'Ivoire	522.146
Yemen	Saudi Arabia	769.945
Yemen	United Arab Emirates	205.618
Canada	United States of America	793.897
Albania	Italy	446.614
Zimbabwe	South Africa	690.243
Zimbabwe	United Kingdom	170.350
Azerbaijan	Russia	766.918
Republic of Moldova	Russia	294.152
Republic of Moldova	Romania	285.364
Côte d'Ivoire	Burkina Faso	562.117
Ecuador	Spain	430.275
Ecuador	United States of America	425.294
Jamaica	United States of America	792.370
Cambodia	Thailand	691.776
Argentina	Spain	284.921
Thailand	United States of America	256.642
Croatia	Germany	385.778
Croatia	Serbia	288.708
Czechia	Germany	603.049
Ghana	Nigeria	238.284
Honduras	United States of America	773.045
Armenia	Russia	526.997
Ethiopia	United States of America	245.671
Bolivia	Argentina	423.136
South Africa	United Kingdom	247.336

Tunisia	France	444.572
Paraguay	Argentina	685.714
Georgia	Russia	449.973
Central African Republic	Democratic Republic of the Congo	323.269
Eritrea	Sudan	220.960
New Zealand	Australia	611.266
Japan	United States of America	319.968
Uganda	Kenya	290.597
Kyrgyzstan	Russia	591.025
Jordan	Saudi Arabia	240.606
Ireland	United Kingdom	370.151
Nicaragua	Costa Rica	350.854
Hungary	Germany	220.774
Senegal	France	134.848
Benin	Nigeria	377.169
Angola	Portugal	179.524
Lithuania	United Kingdom	190.342
Chile	Argentina	215.198
Mozambique	South Africa	350.463
Austria	Germany	285.790
Tajikistan	Russia	466.252
Burundi	United Republic of Tanzania	222.115
Rwanda	Democratic Republic of the Congo	251.333
Uruguay	Argentina	134.043
Trinidad and Tobago	United States of America	208.075
Suriname	Netherlands	182.922
Turkmenistan	Russia	185.561
Lesotho	South Africa	192.008
Madagascar	France	137.740

Fonte: World Migration Report 2022

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

Apêndice B

Tabela 14 - Países: dados gerais sobre população, trabalho, economia e migrações

País	População /Posição no ranking mundial (2023) ¹²⁹	PIB Nominal em trilhões/bilhões (2023) ¹³⁰	Índice de Gini ¹³¹	Força de trabalho total, em milhões (2021) ¹³²	Organismos multilaterais que integra	Poder de voto – Banco Mundial ¹³³	Imigrantes internacionais em milhões, 2020 ¹³⁴	Emigrantes internacionais, em milhões, 2020
EUA	339.909.653 (3º)	26.85 (1º)	41,5 (47º)	168,7	Conselho de Segurança da ONU, G-7, G-20, OCDE, OTAN	15,8 %	50,6	3
China	1.425.688.255 (2º)	19.37 (2º)	38,2 (68º)	787,8	Conselho de Segurança da ONU, G-20, BRICS	5,6%	1	10,5
Japão	123.325.770 (12º)	4.41 (3º)	32,9 (116º)	68,3	G-7, G-20, OCDE	7,2%	2,8	808,8 mil
Alemanha	83.296.428 (19º)	4.31 (4º)	31,7 (126º)	43,5	G-7, G-20, OCDE, OTAN	4,3%	15,8	3,9
Índia	1.428.001.908 (1º)	3.74 (5º)	35,7	507,7	G-20, BRICS	3,09 %	4,9	17,9

¹²⁹ Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³⁰ Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD/USA/ARG. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³¹ Disponível em: <https://wisevoter.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³² Disponível em: <https://ilo.org/global/lang--en/index.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³³ Disponível em: <https://finances.worldbank.org/Shareholder-Equity/IBRD-Subscriptions-and-Voting-Power-of-Member-Coun/rcx4-r7xj/data>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹³⁴ Disponível em: https://www.migrationdataportal.org/es/international-data?i=stock_abs_origin&t=2020. Acesso em: 13 jun. 2023.

			(86 ^o)					
Reino Unido	67.726.034 (21 ^o)	3.16 (6 ^o)	35.1 (94 ^o)	34,4	Conselho de Segurança da ONU, G-7, G-20, OCDE, OTAN	3,81 %	9,4	4,7
França	64.750.602 (23 ^o)	2.92 (7 ^o)	32.4 (123 ^o)	30,7	Conselho de Segurança da ONU, G-7, G-20, OTAN	3,81 %	8,5	2,3
Itália	58.878.838 (25 ^o)	2.17 (8 ^o)	35.2 (92 ^o)	25,1	G-7, G-20, OCDE, OTAN	2,5%	6,4	3,3
Canadá	38.765.738 (38 ^o)	1.71 (12 ^o)	33.3 (112 ^o)	20,9	G-7, G-20, OCDE, OTAN	2,56 %	8	1,3
Coréia do Sul	51.785.854 (29 ^o)	1.72 (11 ^o)	31.4 (128 ^o)	28,8	G-20, OCDE	1,6%	1,7	2,2
Rússia	144.467.987 (9 ^o)	2.06 (10 ^o)	36 (85 ^o)	74,2	Conselho de Segurança da ONU, G-20, BRICS	2,88 %	11,6	10,8
Brasil	216.363.668 (7 ^o)	2.08 (9 ^o)	48.9 (17 ^o)	105,4	G-20, BRICS	1,96 %	1,1	1,9
Austrália	26.426.699 (55 ^o)	1.71 (13 ^o)	34.3 (104 ^o)	13,9	G-20, OCDE	1,38 %	7,7	598,8 mil
Espanha	47.521.722 (32 ^o)	1.49 (15 ^o)	34.3 (105 ^o)	23,4	OCDE	1,93 %	6,8	1,5
México	128.410.856 (10 ^o)	1.66 (14 ^o)	45.4	57	G-20, OCDE	1,47 %	1,2	11,2

			(27 º)					
Índia	277.425.391 (4º)	1.39 (16º)	37.9 (72º)	134,4	G-20	0,98 %	335,5 mil	4,6
Holanda	17.615.757 (72º)	1.08 (17º)	29.2 (144º)	9,6	OCDE, OTAN	1,91 %	2,4	970,4 mil
Arábia Saudita	36.921.755 (40º)	1.06 (18º)	45.9 (25º)	15,7	G-20	2,55 %	13,5	299,3 mil
Turquia	85.794.816 (18º)	1.03 (19º)	41.9 (45º)	31,5	G-20, OCDE, OTAN	1,1%	6,1	3,4
Egito	112.634.206 (14º)	387.11 (32º)	31.5 (127º)	30,2	-	0,41 %	543,9 mil	3,6
Nigéria	223.553.419 (6º)	506.6 (30º)	35.1 (93º)	70,6	-	0,73 %	1,3	1,7
África do Sul	60.388.626 (24º)	399.02 (38º)	63 (1º)	23,6	G-20, BRICS	0,77 %	2,9	914,9 mil
Argentina	45.760.277 (33º)	641.1 (23º)	42.3 (41º)	20,9	G-20	1,04	2,3	1,1

Fonte: World Population, 2023; FMI, 2023; Índice de Gini, 2023; BM, 2023; Migration Data Portal, 2020

Organização: Bruno Andrade Ribeiro

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado **Geopolítica da diáspora: trabalho imigrante no curso da crise estrutural, conduzida por Bruno Andrade Ribeiro**. Este estudo tem por objetivo: analisar as determinações da crise sobre a mobilidade do trabalho a partir das interfaces da diáspora.

Você foi selecionado(a) por se autodeclarar apto, capaz, ter trabalhado ou buscado trabalho nos últimos três meses de referência e ter concordado em responder questionário da pesquisa em questão. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Sua participação não incorrerá em riscos contra sua pessoa física e psíquica, e os dados e informações estarão preservados, sem identificação de nome ou qualquer documentação pessoal, nem deverá ser usada indevidamente para investigações pessoais. A pesquisa também não implicará em gastos para o pesquisado. A pesquisa faz parte de uma tese de doutorado, realizada por estudante devidamente matriculado em curso do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em: 1. Preenchimento de questionário elaborado com perguntas sobre sua condição imigrante, trabalho, idade, sexo, local de residência, país de origem, motivações para o trajeto de imigração, renda aproximada, últimos empregos, situações de preconceito, dificuldades enfrentadas etc. 2. Entrevistas semiestruturadas feitas por Bruno Andrade Ribeiro, devidamente gravadas em gravador Sony, para redação das falas/respostas e análise destas, de acordo com os objetivos da Tese. 3. Se possível, registro fotográfico, sem identificação facial.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Caso não se sinta esclarecido, o voluntário pode procurar o pesquisador responsável: Bruno Andrade Ribeiro, professor, estudante de doutorado, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 1º andar da Didática 02, Campus São Cristóvão, Sergipe. Telefone: (79) 9 9848-0650.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Apêndice D



Geopolítica de la Diáspora: movilidad del Trabajo inmigrante en Brasil y México

Preguntas

Identificación:

Entrevistador: Bruno Andrade Ribeiro

Orientación: Ana Melisa Pardo Montaña

1. Edad	
2. Sexo	
3. Localidad de nacimiento	
4. Estado civil	
5. Tiene hijos? ¿Cuál la cantidad?	
6. Cual su nivel de escolaridad?	
7. Vive con familiar o grupo de familiares?	

8. Ya había migrado hasta otro país antes del México?	
9. A que año migró hacia México?	
10. Porque he migrado hasta México (cuáles son sus motivaciones)?	
11. México ha sido su primero destino?	
12. En caso de inmigración anterior, ¿cuál fue la trayectoria? ¿Cómo ha hecha la inmigración?Cuál la ruta/región o medio utilizado?	
13. Planea migrar nuevamente en el territorio mexicano (a otra región o ciudad mexicana)? ¿Por qué?	
14. Planea inmigrar a otro país? ¿Por qué?	

15. Trabaja o trabajó en los últimos tres meses?	
--	--

16. En caso afirmativo, ¿cuál o cuáles fuera o fueran las actividades laborales?	
17. Trabajaba en su país de origen? ¿En cuál o cuáles actividades?	
18. Tiene contrato formal de labor que garantiza derechos laborales y protección social y de jubilación?	
19.Cuál la renta mensual aproximada (en caso haya más personas en la residencia, se debe especificar la condición de inmigrante o no).	
20. Recibe ayuda económica y/o material de familiares que están en otro país?	
21. Ayuda económica o materialmente familiares en su país de origen?	
22. Tiene acceso a asistencia social en el México?	
23. Tiene acceso al sistema público o privado de salud?	
24. Ya fue víctima de xenofobia en algún contexto de inserción laboral o cotidiano?	

Apéndice E

PLANO DE PESQUISA (DOCTORADO SANDWICH) GEOPOLÍTICA DE LA DIASPORA: MOVILIDAD DEL TRABAJO INMIGRANTE EN BRASIL Y MÉXICO¹³⁵

1. Introducción y justificativa

En principio, el plano de pesquisa se pone en el ámbito del Proyecto de Pesquisa en nivel de doctorado, con el título “Geopolítica de la Diáspora: Movilidad del Trabajo Inmigrante en Brasil y México”, desarrollado en el Programa de Posgrado en Geografía (PPGEO/UFS), bajo orientación de la profesora Josefa de Lisboa Santos.

En el ámbito del Grupo de Pesquisa Relación Sociedad, Naturaleza y Producción del Espacio Geográfico vinculado al Programa de Máster y Doctorado en Geografía de la Universidad Federal de Sergipe, Brasil se encuentra la línea de investigación centrada en las Políticas Públicas, Trabajo y Producción del Espacio. En esta discusión, la importancia del fomento a la propuesta significa la consolidación de investigación científica en progreso sobre la relación entre trabajo y diáspora. Además, comprende las tendencias contemporáneas en el actual contexto de crisis mundial, en destaque, en el periodo después de la Pandemia de Covid-19.

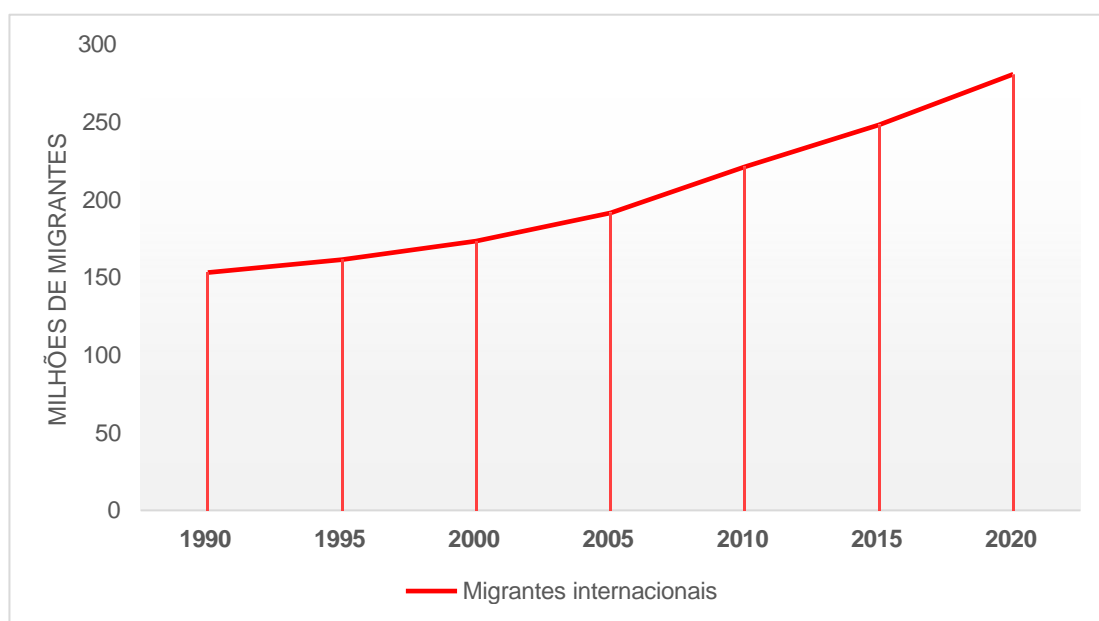
La consecución del plano, a partir del Doctorado Sándwich, con la práctica de tres meses del doctorando en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), con la orientación de la profesora Ana Melisa Pardo Montaña, doctora en Geografía y

¹³⁵ Universidad Federal de Sergipe y Universidad Nacional Autónoma de México.

con vasta producción sobre temas cerca de las tendencias de los procesos inmigratorios en México (uno de los países con más dinamismo inmigratorio/emigratorio), posibilita el intercambio de metodologías (entrevistas, análisis de informaciones y datos, por ejemplo) fundamentales para la fundamentación de la pesquisa.

Los datos sobre migraciones internacionales, disponibles en el Migration Data Portal desvelan el aumento de la movilización entre fronteras como condición de fuga de la ausencia de estas condiciones y busca de medios favorables a su realización.

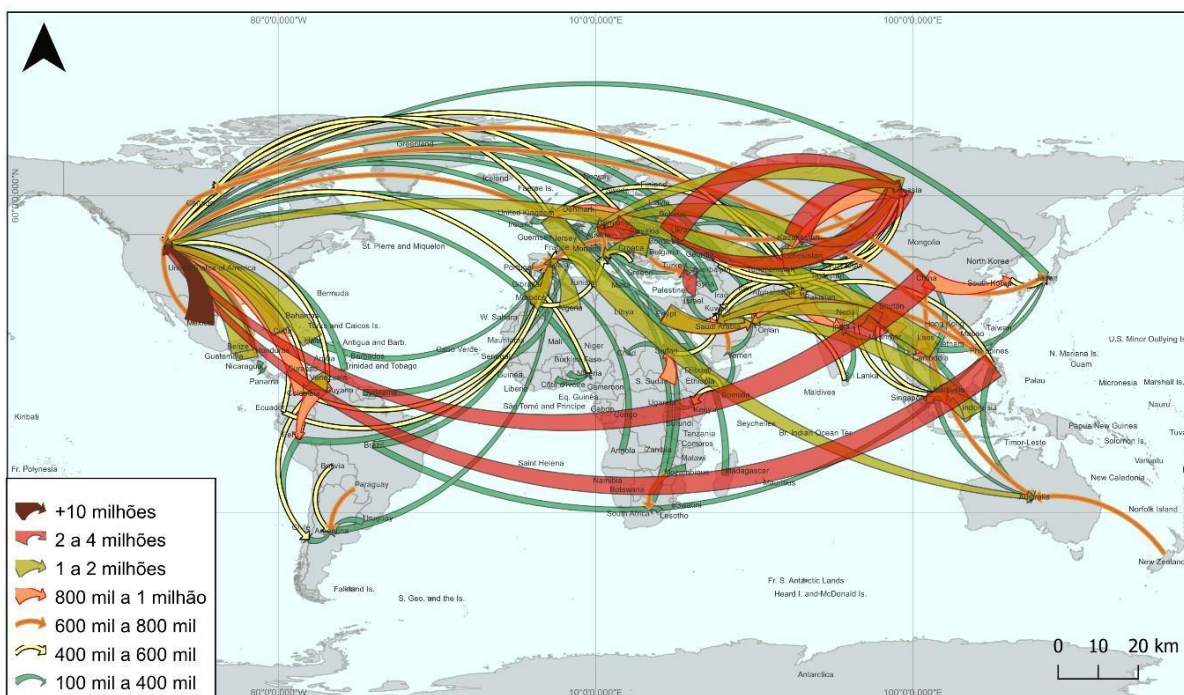
Figura 01 - Mundo: número absoluto de migrantes Internacionales



Fuente: ONU DAES, 2020

Elaboración: Bruno Andrade Ribeiro

Figura 02 – Mundo: dinámicas inmigratorias, 2020



Sistema de Coordenadas Coordenadas, EPSG: 4326 - WGS 84
 Fonte de dados: Internacional Organization for Migration, 2020
 Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro
 Ano: 2023

De acuerdo con el informe anual 2020 del OBMigra (Observatorio de las Migraciones Internacionales), entre 2011 y 2019, los datos informan 1.085.673 inmigrantes en el Brasil. Esos flujos delimitan un proceso constituido en la última década como predominio Sur-Sur. Hombres y mujeres originarios de países con índices de desarrollo económico y social menores, que, si direccionan para potencias regionales, como Brasil, Argentina y México. Al mismo tiempo en que parcelas de las poblaciones económica activas de estos últimos son movilizadas para países del centro capitalista, marcados por el agravamiento de las políticas proteccionistas del control de las fronteras (VILLEN, 2018).

El estado de Sergipe no está disociado de la escala actual de intensificación de los procesos de exilio: movilizaciones de inmigrantes cuyas causas varían: devastación ecológica en regiones del globo, ordenamientos geopolíticos delante guerras y

conflictos, disminución de las condiciones materiales responsables por el aumento del desempleo, pobreza y hambre. Los sujetos son inmigrantes originarios de países de la América Latina, África y Asia, principalmente establecidos en el estado, ausentes de mecanismos más efectivos de inserción laboral y protección social, delante las instancias estadual y municipal.

Los datos más recientes para registros de inmigrantes en Sergipe (junio de 2023) apuntan 16 solicitudes; con relación a los movimientos de trabajadores inmigrantes en el mercado formal, son mantenidos números expresivos de desempleados y trabajadores informales. En la Región Nordeste como un todo, en mayo de 2023, el saldo de admisión de trabajadores formales fuera de 324, con 294 despedidos. En Sergipe: 8 admitidos; 7 demitidos. La hipótesis que encuentra parámetro con el análisis sobre el contexto laboral brasileño en sus características estructurais es que la mayor parcela de los trabajadores inmigrantes está inserida en la informalidad. Las consideraciones de Mattos (2019) sobre la actualidad de clase trabajadora y la importancia de no dissociar las variables de nacionalidad y genero del análisis sobre la condición de trabajo en el mundo son llevadas en consideración para elaboración y aplicación de este proyecto.

Esta realidad de la movilidad de la población se puede observar en otros contextos como el caso de México, lugar que tradicionalmente ha expulsado población hacia Estados Unidos, pero que también recibe migración de retorno, migración de tránsito y por supuesto, inmigración, recientemente proveniente de países latinoamericanos como Venezuela, Argentina, Cuba y Haití. Mucha de esta población ya había estado en otros lugares anteriormente, incluyendo Brasil. De acuerdo con los datos de los últimos cuatro censos de población, el número de extranjeros residentes en México ha ido en aumento. En 1990, la población extranjera representó 0,4% del total de la población censada, cifra que para el 2000 alcanza 0,5% (Pardo y Dávila,

2019), mientras que en 2010 y 2020 constituyó un 0,9% aproximadamente, lo que actualmente equivale a poco más de un millón de personas extranjeras residiendo en México (INEGI, 2020).

De acuerdo con los datos de 2020, la Ciudad de México cuenta con una importante proporción de esta población extranjera (8.63%). Si bien mucha de esta población tiene por destino final esta ciudad, una parte importante de estos extranjeros solo permanecen de manera temporal, una característica que comparte con Sergipe y Aracaju, elemento que puede resultar interesante a la hora de comparar estos dos contextos locales y de contextualizar también la escala nacional.

A pesar de que hay similitudes entre Brasil y México, no hay mucho acceso a información sobre lo que sucede en estos dos lugares, por lo que es necesario contar con fuentes de información que permitan comparar lo que sucede en Ciudad de México y Aracaju, aunque pueden estar lejanos geográficamente, comparten muchos elementos en cuanto al tema migratorio.

La posibilidad de entrar en contacto con la realidad de los sujetos de pesquisa en un país con múltiples flujos inmigratorios combinada a la producción académica amplia del Instituto de Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México permite la elaboración de una tesis que puede contribuir para la constitución de un instrumento investigativo para pesquisas que tratan sobre temas como: trabajo inmigrante, precarización, precariedad, desempleo e informalidad. El poco acceso a datos sobre trabajo inmigrante junto a la necesidad de discusiones sobre la inserción laboral de los trabajadores inmigrantes en Sergipe ayuda en la conclusión del plano y del Proyecto de Pesquisa.

Al mismo tiempo en que puede constituir un canal de acceso por los propios inmigrantes para la exposición de intereses, condiciones laborales y sociales y

necesidades en el país que hayan migrado. Además, la ausencia de datos sobre la informalidad junto a la necesidad de discusiones sobre la inserción laboral de trabajadores inmigrantes en Sergipe son más dos hipótesis para el logro de este proyecto.

En este sentido, a partir del dialogo con el Instituto de Geografía, de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), en su línea de investigación de Población y Territorio, surge la oportunidad de interlocución entre pesquisas desarrolladas en esta institución y Universidad Federal de Sergipe, que viene se destacando como espacio de proposición teóricas y practicas para los trabajadores inmigrantes residentes en estado de Sergipe.

2. Infraestructura

La Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) es considerada la mayor universidad pública del país y una de las mejores instituciones de Enseñanza Superior de América Latina.

El Instituto de Geografía, por su vez, se configura en el más antiguo centro de ciencia geográfica de México, sistematizado en tres departamentos (Geografía Económica, Geografía Física y Geografía Social), además de una Biblioteca con más de 35.000 títulos.

En este sentido, la institución contiene infraestructura suficiente para la consecución del plano de pesquisa, delante de etapas que incluyen: entrevistas, análisis de datos y de informaciones pesquisadas durante trabajos de campo, discusiones sobre conceptos y categorías, elaboración de material para sistematización y socialización, reuniones de organización y para compartir resultados.

3. Equipo del proyecto:

Miembros	Vínculo institucional
Josefa de Lisboa Santos	Orientadora - Universidad Federal de Sergipe (UFS/Brasil)
Ana Melisa Pardo Montaña	Orientadora - Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM/México)
Bruno Andrade Ribeiro	Doctorando - Universidad Federal de Sergipe (UFS/Brasil)

4. Objetivos

4.1. General

Analizar las relaciones entre condiciones laborales y de vulnerabilidad social a partir de los trabajadores inmigrantes en Brasil (Aracaju, Sergipe) y en México (Ciudad de México);

4.2. Específicos

Levantar y sistematizar datos y informaciones a través de pesquisa de campo;

Proponer espacios de discusión entre las instituciones envueltas, con la participación de los sujetos pesquisados y la mediación de los miembros de proyecto;

Identificar variables (empleo formal e informal, educación, salud, bienestar) que justifican los procesos migratorios y que aproximan/distancian de las realidades de origen y de llegada de sujetos.

5. Cronograma de actividades

Mes y año	Actividades propuestas
Abril/2024	- Viaje del estudiante de doctorado para México.
Abril/2024	- Reunión general de articulación entre los miembros, con explicación sobre los objetivos del plano de pesquisa.
Abril/2024 a junio/2024	- Pesquisa de datos sobre el Trabajo inmigrante en los dos recortes espaciales delimitados: Aracaju/Sergipe, en Brasil; Ciudad de México, en México;
Abril/2024 a junio/2024	- Aplicación de preguntas y realización de entrevistas, de acuerdo con los conceptos éticos de acceso a información en pesquisas con seres humanos;
Abril/2024 a junio/2024	- Interlocución de instrumentos de pesquisa entre los investigadores de las dos instituciones: Universidad Federal de Sergipe – Programa de Máster y Doctorado en Geografía y Universidad Nacional Autónoma de México – Instituto de Geografía.
Mayo/2024 a junio/2024	- Proposición de instrumentos de sistematización y socialización de los resultados (artículo y evento), a través de las discusiones de los conceptos y categorías consideradas por la pesquisa.

Junio/2024	- Retorno del estudiante de doctorado para Brasil ¹³⁶ .

¹³⁶ Com a devida autorização do PPGEU/UFS e da CAPES, o estudante prorrogou seu período de atividade até agosto de 2024, completando assim, 5 meses de estância.

Participantes	Actividades propuestas
Dra. Josefa de Lisboa Santos – profesora orientadora (PPGEO/UFS)	Elaboración del plan de actividades para articulación entre los miembros del proyecto; orientación de las actividades del doctorando.
Dra. Ana Melisa Pardo Montaña – profesora orientadora (UNAM/México)	Orientación del estudiante de doctorado durante el período de tres meses y proposición de las actividades en comunicación con sus experiencias de pesquisa y objetivos de proyecto.
Bruno Andrade Ribeiro – estudiante de Doctorado em Geografía (PPGEO/UFS) y profesor en el IFBAIANO	Estadía en UNAM, bajo orientación de las profesoras coordinadoras de UFS y UNAM. Realización de entrevistas y aplicación de preguntas entre los inmigrantes.

6. Busca de pesquisas anteriores

A partir de las proposiciones de la pesquisa social y sus particularidades bajo la fundamentación de Pedro Demo (1985), entendemos que la relación directa con una problemática estructural de la sociedad capitalista (la defensa de trabajo decente y crecimiento económico) presupone tanto la existencia de una realidad de trabajo precario y de crisis, cuanto la resolución de esta a partir de alternativas que busquen soluciones efectivas para la problemática de la valorización del trabajo inmigrante. De este modo, el proyecto abarca una amplitud de contribuciones teóricas y prácticas que fornecen instrumentos tanto de perpetuación de pesquisas en este enfoque, cuanto la actuación de agentes políticos en defensa del trabajo digno al bienestar social:

- La pesquisa de Alex Dias de Jesus, que investiga las redes de inmigrantes haitianos en Mato Grosso do Sul, Brasil, a través de la historia oral y de

observación participante, cuyos resultados están descritos en su tesis de doctorado (JESUS, 2020).

- En el contexto de Programa de Posgraduación en Salud y Medioambiente de Universidad Tiradentes, una pesquisa fue desarrollada con el objetivo de comprender la relación entre la academia e la realidad de los inmigrantes en estado de Sergipe, cuyo resultado más efectivo fue el documental: “Crise dentro de uma crise: Covid-19 e imigração” (Crisis adentro de una crisis: Covid-19 e inmigración);
- El Observatorio de las Migraciones en São Paulo, coordinado por el Núcleo de Estudios de Población (NEPO/Unicamp) hace disponible una base interactiva con números sobre la inmigración en Brasil, a partir de los datos del Registro Nacional Migratorio, del Departamento de Policía Federal y de OBMigra;
- En el contexto mexicano, sobre las investigaciones alrededor de la temática migratoria, destacase el libro “Más allá de la emigración” (UNAM, 2019), coordinado por Ana Melisa Pardo Montaña y Claudio Alberto Dávila Cervantes (ambos del Instituto de Geografía/UNAM): artículos que incluyen detalladas investigaciones sobre las nuevas realidades de la inmigración en México, su política migratoria, cambios en el perfil socio-demográfico, inserción laboral y residencial en los inmigrantes residentes en México, relatos de inmigrantes haitianos en la frontera mexicana, por ejemplo.
- Bien como, el libro “Extranjeros en México: continuidades y nuevas oportunidades”, coordinado por Ernesto Rodríguez Chávez y María del Socorro Herrera Barreda, publicado por el Instituto Nacional de Migración (Centro de Estudios Migratorios), en 2010: con artículos de una variedad de investigaciones, desde los procesos históricos de la inmigración en México hasta la caracterización sociodemográfica o las potencialidades y limitaciones de la estadística sobre los inmigrantes.

7. Resultados esperados

- Interlocución entre las dos instituciones con objetivo de consolidar el área de concentración de Producción y Organización del Espacio del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Sergipe y la línea de pesquisa Políticas Públicas, Trabajo y Producción de Espacio del Grupo de Pesquisa Relación Naturaleza y Sociedad y Producción del Espacio Geográfico y fortalecer la internacionalización académica.
- Elaboración de un artículo para su posible publicación en una revista internacional con los resultados del proyecto.
- Organización de seminario entre las dos instituciones para compartir perspectivas y resultados del proyecto.

8. Referencias

BRASIL. **Relatório OBMigra**. Observatório das Migrações Internacionais. Ano 4, n. 6, jun. 2023.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) (2020). **Censo de Población y Vivienda, 2020**. Aguascalientes. Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

IOM. **Portal de datos sobre migración - Una perspectiva global (online)**. *International Organization for Migration* (IOM), 2023

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.


Observatório das Migrações em São Paulo. Unicamp: NEPO, 2023. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Pardo, A y Dávila C (2019). **Mas allá de la Emigración**. Presencia de la población extranjera residente en México (Coords.). Instituto de Geografía, Universidad Nacional autónoma de México.



VILLEN, Patrícia. **(In) visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

Anexos



Anexo 01 - Cartaz de denuncia divulgado nas redes oficiais da Casa Tochan



¡ DENUNCIAMOS !




Así es como autoridades / INM “rescata” personas – rompiendo chapas y vidrio



Esta mañana, policia o agentes supuestamente del INM (no trajeron uniformes) violaron **derechos humanos** y la ley al allanar viviendas y detener a personas migrantes en la colonia Estrella del Sur en Iztapalapa, CDMX.

Usaron vehículos sin logotipos oficiales. Se llevaron a las personas solicitantes de asilo con el argumento de que deben obtener su cita de CBP One fuera de México (totalmente falso).



Exigimos a las autoridades que cesen las detenciones y cumplan con la protección de las personas solicitantes de asilo